

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

JÓRIA MOTTA SCOLFORO

**A TI, PRANTEIO A MINHA DOR: A MORTE E A  
EXPRESSÃO DAS EMOÇÕES NOS NECROLÓGIOS  
DOS JORNAIS IMPRESSOS DE VITÓRIA  
(1849-1889)**

VITÓRIA

2022

JÓRIA MOTTA SCOLFORO

**A TI, PRANTEIO A MINHA DOR: A MORTE E A  
EXPRESSÃO DAS EMOÇÕES NOS NECROLÓGIOS  
DOS JORNAIS IMPRESSOS DE VITÓRIA  
(1849-1889)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em História, na área de concentração em História Social das Relações Políticas.

Orientador: Prof. Dr. Sebastião Pimentel Franco.

VITÓRIA

2022

JÓRIA MOTTA SCOLFORO

**A TI, PRANTEIO A MINHA DOR: A MORTE E A EXPRESSÃO DAS  
EMOÇÕES NOS NECROLÓGICOS DOS JORNAIS IMPRESSOS DE  
VITÓRIA  
(1849-1889)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em História, na área de concentração em História Social das Relações Políticas.

Aprovada em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022

COMISSÃO EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Sebastião Pimentel Franco (orientador)  
Universidade Federal do Espírito Santo

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Cláudia Rodrigues (membro externo)  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Marilda Aparecida Ionta (membro externo)  
Universidade Federal de Viçosa

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Maria Marta Lobo de Araújo (membro externo)  
Universidade do Minho

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Patrícia Maria da Silva Merlo (membro interno)  
Universidade Federal do Espírito Santo

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de  
Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

---

S421t Scolforo, Jória Motta, 1984-  
A ti, pranteio a minha dor : a morte e a expressão das emoções  
nos necrológios dos jornais impressos de Vitória (1849-1889) / Jória  
Motta Scolforo. - 2022.  
252 f. : il.

Orientador: Sebastião Pimentel Franco.  
Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do  
Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Morte. 2. Necrológios. 3. Emoções. 4. Memória. 5. Imprensa.  
I. Franco, Sebastião Pimentel. II. Universidade Federal do  
Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III.  
Título.

CDU: 93/99

---

A lembrança é o martírio da alma, mas a saudade, oh! Essa é a morte lenta! É imorredoura (O ESPÍRITO-SANTENSE, 1875).

Dedico esta tese àqueles sobre quem os jornais não falam.

## AGRADECIMENTO

As vivências proporcionadas pela elaboração de uma tese de Doutorado são instigantes e complexas. A maior parte desta pesquisa foi feita durante a pandemia da Covid-19, tornando o processo ainda mais desafiador. Em meio às aflições e incertezas do período, a concentração mostrou-se muitas vezes comprometida e a reflexão quanto aos temas sensíveis que este estudo traz foi um processo difícil. Deste modo, o apoio de pessoas queridas e que se esforçaram para que meus caminhos fossem mais bonitos e menos solitários significou um suporte pelo qual eu sou intensamente grata.

Em primeiro lugar, agradeço ao meu orientador, Doutor Sebastião Pimentel Franco. Sempre muito atencioso, me auxiliou constantemente com os seus conhecimentos e me ofereceu palavras que me animavam a seguir com confiança e tranquilidade. Uma referência para mim, tanto como professor e historiador, como em generosidade e gentileza. Muito obrigada!

Agradeço às Doutoradas Marilda Aparecida Ionta e Patrícia Merlo, que durante a banca de qualificação me proveram de análises e colaborações, me auxiliando de diferentes formas e ampliando os meus olhares e pensamentos. Agradeço ainda, à Doutora Maria Marta Lobo de Araújo, que supervisou o “Estágio Científico Avançado de Doutoramento” realizado por mim, na Universidade do Minho, em Braga, Portugal, no qual fui recebida com muita dedicação. As suas contribuições foram de extrema relevância na finalização deste trabalho.

Dedico também, o meu agradecimento à minha família, que está ao meu lado e demonstra, cotidianamente, o quanto é importante acreditar e prosseguir. Ao meus pais, Aloisio e Cleusa, pelo constante amor e por todos os esforços dedicados no decorrer de toda a minha vida. Não há palavras que possam expressar a minha gratidão! Ao meu irmão Wystton e à minha cunhada Erlane, pelo companheirismo e afeto. Ao meu sobrinho Martin, por ser tão carinhoso e uma alegria para todos.

Nesses percursos, eu tive a felicidade de ter amigos que me incentivaram e foram, muitas vezes, a minha força e ternura. Muito obrigada à Lívia e Caroll, que desde o

mestrado dividem comigo tantas questões da Academia e da existência. À Cíntia e Janaína, com quem compartilho meus dias e afetos, tornando tudo mais leve e divertido. Ao Vini, Josi, Karina e Marcela, pelas amizades tão essenciais que vocês me proporcionam. Ao Vitor, Lucas Cypriano, Isadora, Daniel, Daniela e Priscila, pelas conversas, risadas e carinho. À Viviane e ao Lucas Rodrigues, por serem amigos queridos. À Mariana, pela importância nos meus trajetos e pelos momentos vivenciados. Por fim, agradeço a todos, que de algum modo, contribuíram para que eu não desanimasse e chegasse ao final deste belo, complicado e intenso caminho.

## RESUMO

O objetivo central desta tese é realizar uma análise dos necrológios, ou seja, das homenagens publicadas na imprensa diante da morte de alguém, em três jornais de circulação periódica na cidade de Vitória, no Espírito Santo, nos anos de 1849 a 1889, o “Correio da Victoria”, o “Jornal da Victoria” e o “Espírito-Santense”. Nesta investigação, observamos as representações das emoções, verificando, nas manifestações sentimentais e afetivas, as relações e interações políticas presentes nos textos. Nesse processo, empreendemos a leitura de todas as edições e identificamos 76 obituários com elementos sensíveis para, posteriormente, efetuarmos as nossas averiguações segundo a metodologia da “Análise de Conteúdo”, de Dionne e Laville (1999). O nosso interesse está na reflexão quanto ao teor das lamentações, a valorização da biografia pessoal e a busca de conforto para as angústias demonstradas. Sendo assim, ponderamos como a expressão das emoções, aparentemente natural e corriqueira nas vivências humanas, também é uma seara para as ocorrências de disputas e relações de poder. A pesquisa no século XIX deve-se ao espaço que a escrita da morte comumente ocupava nos periódicos e ao modo subjetivo e romântico como se desenvolviam os elogios fúnebres. Com o decorrer do tempo, principalmente diante do maior desenvolvimento e alcance da medicina e das modificações dos rituais em torno dos falecidos, essas características se transformaram e reduziram consideravelmente.

**Palavras-Chave: Necrológios; Imprensa; Emoções; Memória; Morte**

## ABSTRACT

The main goal of this thesis is to carry out an analysis of necrologies, that is, the public homages published on the press after the death of someone, in three newspapers of periodic circulation in the city of Vitória, in Espírito Santo, between the years of 1849 and 1889, the “Correio da Victoria”, the “Jornal da Victoria”, and the “Espírito-Santense”. Throughout this investigation, the representation of emotion was observed, thus verifying, in the sentimental and affective manifestations, the political relations and interactions seen on the texts. In this process, we read all of the available editions of the newspapers and we identified 76 necrologies consisting sensitive elements in order to carry out the verification according to the methodology of “Analysis of Content” by Dionne and Laville (1999). Our interest is in the reflection about the content of the lamentations, the value given to the personal biography and the search for comfort for the anguish which were demonstrated. Furthermore we pondered how the expression of emotion, apparently natural and usual in the human experience, is also a field for the occurrence of power relations and disputes. The research was made on the 19th century because of the space that the writing about death occupied on the periodic newspapers and to the subjective and romantic way the eulogies were made. With the passage of time, mainly given the development and broadening of medicine and the change of rituals related to the dead, these characteristics were transformed and considerably reduced.

**Key words: Necrologies; Press; Emotion; Memory; Death**

## RESUMEN

El objetivo central de esta tesis es realizar un análisis de las necrologías, es decir, de los homenajes publicados en la prensa sobre la muerte de alguien, en tres periódicos de circulación periódica en la ciudad de Vitória, en Espírito Santo, entre los años 1849 y 1889, el “Correio da Victoria”, el “Jornal da Victoria” y el “Espírito-Santense”. En esta investigación, observamos las representaciones de las emociones, verificando, en las manifestaciones sentimentales y afectivas, las relaciones e interacciones políticas presentes en los textos. En ese proceso, emprendemos la lectura de todas las ediciones disponibles e identificamos 76 obituarios con elementos sensibles para, posteriormente, efectuar nuestras averiguaciones según la metodología del “Análisis de Contenido”, de Dionne y Laville (1999). Nuestro interés está en reflexionar sobre el contenido de las lamentaciones, la valoración de la biografía personal y la búsqueda de consuelo para las angustias demostradas. De ese modo, consideramos que la expresión de las emociones, aparentemente natural y cotidiana en las vivencias humanas, también es un espacio para las ocurrencias de peleas y relaciones de poder. La investigación en el siglo XIX se debe al espacio que la escritura de la muerte comúnmente ocupaba en los periódicos y al modo subjetivo y romántico como se desarrollaban los elogios fúnebres. Con el transcurso del tiempo, principalmente delante de un mayor desarrollo y alcance de la medicina y de las modificaciones de los rituales en torno de los fallecidos, esas características se transformaron y redujeron considerablemente.

**Palabras Clave: Necrologías; Prensa; Emociones; Memoria; Muerte**

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Atuação dos Falecidos.....	101
Quadro 2 - Profissão dos parentes nos necrológios.....	107
Quadro 3 - Profissão dos assinantes dos necrológios.....	117

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - reprodução do jornal “Correio da Victoria” de 05 de abril de 1854.....	63
Figura 2 - reprodução do jornal “Correio da Victoria” de 02 de abril de 1854.....	64
Figura 3 - reprodução do jornal “Correio da Victoria” de 14 de julho de 1869.....	64
Figura 4 - reprodução do jornal “Correio da Victoria” de 25 de dezembro de 1869.....	65
Figura 5 - reprodução do jornal “Correio da Victoria” de 26 de julho de 1871.....	65
Figura 6 - reprodução do periódico “Jornal da Victoria” de 12 de janeiro de 1867.....	70
Figura 7 - reprodução do periódico “Jornal da Victoria” de 1º de junho de 1867.....	70
Figura 8 - reprodução do jornal “O Espírito-Santense” de 04 de janeiro de 1875.....	77
Figura 9 - reprodução do jornal “O Espírito-Santense” de 03 de dezembro de 1879...	77
Figura 10 - reprodução do jornal “Correio da Victoria” de 02 de abril de 1854.....	81
Figura 11 - reprodução do periódico “Jornal da Victoria” de 01 de junho de 1867.....	90
Figura 12 - reprodução do jornal “O Espírito-Santense” de 22 de fevereiro de 1873...	95
Figura 13 - reprodução do jornal “O Espírito-Santense” de 18 de fevereiro de 1858.....	100
Figura 14 - reprodução do jornal “O Espírito-Santense” de 17 de dezembro de 1870.....	103
Figura 15 - reprodução do jornal “Correio da Victoria” de 15 de abril de 1854.....	104
Figura 16 - reprodução do jornal “Correio da Victoria” de 10 de maio de 1854.....	106
Figura 17 - reprodução do periódico “Jornal da Victoria” de 14 de março de 1866....	109
Figura 18 - reprodução do periódico “Jornal da Victoria” de 17 de março de 1866....	113
Figura 19 - reprodução do jornal “O Espírito-Santense” de 10 de abril de 1878.....	115
Figura 20 - reprodução do jornal “O Espírito-Santense” de 1º de dezembro de 1871.....	211
Figura 21 - reprodução do jornal “O Espírito-Santense” de 04 de fevereiro de 1871.....	211
Figura 22 - reprodução do jornal “Espírito-Santense” de 08 de setembro de 1870...	213
Figura 23 - reprodução do jornal “Espírito-Santense” de 23 de dezembro de 1885..	214
Figura 24 - reprodução do jornal “Correio da Victoria” de 17 de fevereiro de 1858....	214
Figura 25 - reprodução do jornal “Correio da Victoria” de 02 de abril de 1864.....	215

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>1. AS RELAÇÕES COM A MORTE NAS TRAJETÓRIAS DA VIDA: ESTUDOS E REFLEXÕES SOBRE A FINITUDE</b> .....	28
1.1 As atitudes humanas perante os óbitos: abordagens e pesquisas.....	30
1.2 O Brasil, a Província do Espírito Santo e o cotidiano da morte em Vitória.....	42
1.3 A imprensa oitocentista: surgimento, protagonistas e a política .....	51
1.4 Os jornais impressos da Província: as fontes e a inserção do tema da morte.....	57
<b>2. A NECROLOGIA COMO HOMENAGEM: A ESCRITA DO PESAR NA IMPRENSA CAPIXABA</b> .....	79
2.1 Aspectos centrais dos obituários nos periódicos.....	80
2.2 Uma análise das atuações dos mortos, seus familiares e assinantes.....	101
2.3 A necrologia e o elogio de si: os deputados provinciais e a exaltação da elite....	118
<b>3. ENTRE LÁGRIMAS, PRANTOS E SAUDADES: OS NECROLÓGIOS E AS EXPRESSÕES DAS EMOÇÕES</b> .....	124
3.1 As emoções e a escrita da morte nos obituários.....	124
3.2 A morte e as marcas da saudade.....	154
3.3 O Romantismo, o luto e a abordagem da morte.....	163
<b>4. AS LEMBRANÇAS E A MEMÓRIA COMO ESPAÇOS DE PODER: AS DORES DO LUTO POLÍTICO</b> .....	173
4.1 A Memória e a escrita da morte.....	173
4.2 A morte e o poder: as desigualdades do inevitável fim da vida.....	194
4.3 Lembrar também é esquecer: o silenciamento nos necrológios.....	209
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	221
<b>FONTES</b> .....	227
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	234
<b>RELAÇÃO DOS NECROLÓGIOS</b> .....	247

## INTRODUÇÃO

“A tristeza que vejo em todos os semblantes envoltos em lágrimas, que brotam de todos os olhos, me infundem na alma tal dor, que dificilmente poderei expressar-me” (CORREIO DA VICTORIA, 1849, p. 3). O trecho citado anuncia a morte de Damazo da Fonseca Lima, capitão do Corpo Imperial de Engenheiros, na 3ª edição do periódico “Correio da Victoria”, no ano inaugural da sua circulação. A tristeza do passamento é demonstrada em profundos lamentos, pela perda daquele, cuja grandiosidade da alma, é destacada como o motivo dos mais sinceros tributos e afetos.

Analisar como os jornais da capital do Espírito Santo, Vitória, prestavam homenagens aos mortos nos necrológios, com ênfase no estudo das representações das emoções, no período de 1849 a 1889, é o objetivo central desta tese. Neste percurso, verificamos o modo como a expressão dos sentimentos na escrita dos falecimentos trazem algumas das relações de poder que se desenrolavam na Província. São as palavras elaboradas pelos vivos sobre as sensações diante das mortes o propósito dessa investigação. A tese tem por fonte os textos e as manifestações das angústias neles presentes, observando a inserção da política local nas matérias sobre as despedidas e consternações pelas ausências.

O aporte teórico da “História das Emoções”, presente na obra “História das Emoções: problemas e métodos”, de Bárbara H. Rosenwein (2011), norteia algumas das reflexões deste trabalho, uma vez que são as expressões das emoções e, principalmente, as implicações políticas desses discursos, os nossos focos de observação. No livro, a autora aborda quais são as questões metodológicas envolvidas em uma “História das Emoções” e para isso, assim como esta pesquisa, pondera que os sentimentos são menos universais do que se alega e sendo assim, uma série de problemas e oportunidades de estudos se mostram presentes. Usamos o termo “emoções”, no sentido proposto por Costa (1999), “como sinônimo de complexo afetivo, cognitivo, no qual a ênfase é dada no afeto” (COSTA, 1999, p. 15). O autor entende a emoção como algo formado por afetos (sensações e sentimentos), crenças cognitivas (enunciados e proposições sobre a existência de coisas, estado de

coisas e eventos) e julgamentos (discernimentos e valorização de fatos do mundo) (COSTA, 1999, p. 15).

Pensamos, portanto, em uma dimensão histórica da expressão das emoções, na qual podemos interpretá-las como um aspecto relevante das relações sociais e neste esforço é preciso, segundo Rosenwein (2011 p. 21): "problematizar os sentimentos do passado, tratando de suas características distintas. Até os corpos (e, como vimos, os cérebros) são moldados pela cultura". Neste sentido, em um período determinado, compreendido na segunda metade do século XIX no Espírito Santo, iremos observar como os sentimentos estão inseridas nos necrológios e para quais indivíduos essas sensações são manifestadas.

Ao exaltarem determinadas emoções provocadas pelos falecimentos nas notícias em detrimento de outras, desejamos verificar quais são as motivações dos redatores, pois acreditamos que a presença ou inexistência de demonstrações de tristeza, dor, pesar, saudade e pranto, dentre outras observadas nos textos, podem ser compreendidas e analisadas. Consideramos as expressões dos sentimentos e a escolha daqueles que são percebidos como dignos delas como objetos de análise e o pesquisador que se debruça nesse tipo de estudo deve:

Desvendar os sistemas de sentimento, estabelecer o que essas comunidades (e os indivíduos em seu interior) definem e julgam como valoroso e prejudicial para si (pois é sobre isso que as pessoas expressam emoções); as emoções que eles reconhecem; e os modos de expressão emocional que eles pressupõem, encorajam, toleram e deploram (ROSENWEIN, 2011, p. 22).

Segundo Rosenwein (2011), em pesquisas sobre as emoções, as fontes devem ser lidas do modo tradicional, crítico, da forma como os historiadores são treinados para fazer, "[...] avaliando as palavras que designam emoções ou a sua ausência como parte de um todo maior" (ROSENWEIN, 2011, p. 30), tendo em mente, conforme expõe, que as emoções descritas não são janelas para uma realidade objetiva externa, mas ajudam a desvelar a realidade subjetiva de quem expressou o sentimento (ROSENWEIN, 2011).

A obra "Antropologia das Emoções", de Cláudia Barcellos Rezende e Maria Cláudia Coelho, também traz informações que permitem refletir as emoções para além de uma

questão natural e inerente à existência humana, mas como um objeto autônomo de investigação. Segundo as autoras, as emoções são compreendidas, muitas vezes, como fatos natos, fenômenos individuais e particulares, mantendo-se, majoritariamente, no campo da psicologia, porém elas demonstram, que há uma ascensão dos estudos sobre a produção social dos sentimentos, pois as suas demonstrações possuem efeitos significativos nas interações humanas e na coletividade. Conforme argumentam:

O próprio significado das emoções varia dentro de um mesmo grupo social dependendo das circunstâncias em que se manifestam, é preciso se atentar para as consequências da expressão dos sentimentos nas relações sociais e de poder (REZENDE; COELHO, 2010, p. 15).

As autoras refletem, assim como esta pesquisa, a vinculação das emoções à estrutura social, enfatizando, em particular “[...] seu potencial micropolítico, ou seja, de expor e afetar as relações de poder de um modo amplo” (REZENDE; COELHO, 2010, p. 12). A nossa tese segue as ideias das autoras, ao destacar a mobilização das emoções em situações específicas, pois observamos que elas são direcionadas, em grande parte, aos falecimentos de políticos e outros membros considerados de influência na sociedade local, revelando-se elementos constitutivos nos contextos de relações de poder em seus diferentes níveis.

Rezende e Coelho (2010) mostram que a presença dos afetos costuma ser observada como parte da dinâmica da vida social, sem que se dedique uma atenção especial ao tema. Por trás disso, de acordo com elas, se encontra o “status dúbio das emoções”, pois, embora sejam elementos importantes das interações humanas, são vistas, muitas vezes, sob a perspectiva de serem naturais e fenômenos subjetivos e particulares. Porém, as autoras consideram que é possível se observar além dessa pretensa naturalidade, uma vez que “[...] os sentimentos são tributários das relações sociais e do contexto cultural em que emergem” (REZENDE; COELHO, 2010, p. 11). Segundo afirmam, é importante estar atento ao modo como as emoções são mobilizadas em contextos marcados por relações e negociações de poder, tal qual observamos neste estudo.

Rosenwein (2011) também aborda esse assunto ao destacar que as emoções são, entre outras coisas, marcas sociais, mas não marcas sociais universais. Conforme expõe: “[...] se uma emoção é a reação padrão de um grupo específico em certas situações, a questão não deveria ser se ela está ou não traindo o verdadeiro sentimento, mas por que uma norma prevalece sobre outra” (ROSENEWIN, 2003, p. 39). Desta forma, verificamos por que as emoções aparecem em necrológios específicos e são usadas com regularidade ao serem direcionadas a determinados indivíduos, pois elas possuem funções e significados. Para Rosenwein (2011) é preciso levar em conta o papel social das emoções e como elas promovem interações. As expressões dos sentimentos que estamos analisando, constituem-se, portanto, como espaços de relações sociais. Segundo destaca:

Embora tendamos a falar das emoções de indivíduos, emoções são, acima de tudo, instrumentos de sociabilidade. Elas não apenas são socialmente construídas e sustentam e reforçam sistemas culturais, mas também agem sobre as relações humanas em todos os níveis, da conversa íntima entre cônjuges a relações globais. Expressões de emoções devem ser lidas como interações sociais. O vaivém de emoções entre pessoas forma roteiros, que levam a novas emoções e a relacionamentos reajustados (ROSENWEIN, 2011, p. 37).

Com isso, refletimos como as demonstrações das emoções, aparentemente naturais e corriqueiras nas vivências humanas, são searas para a ocorrência de disputas políticas e relações de poder. A tese se baseia na reflexão do sociólogo Jean Ziegler (1997), que afirma que a sensação de absurdo que a finitude da vida provoca, reside na circunstância de que o fim do corpo não basta para proporcionar o apagamento daquela existência nas demais consciências. Segundo Ziegler (1997), os pensamentos de quem está vivo não deixa de atribuir, ao menos durante um período de tempo, a permanência social do morto. O traspasse definitivo é determinado não apenas pela morte natural, uma vez que existe uma dimensão social diante do falecer.

Há, desta forma, uma relação da lembrança à ideia de imortalidade, pois o morto se mantém nas recordações dos que com ele conviviam, nas demonstrações afetivas dessas pessoas, nas saudades expressas por elas, nas palavras que a ele, elas direcionam, assim, continuará com certa influência, por meio das homenagens e

tributos prestados. Norbert Elias (2001) ressalta essas questões, ao dizer que os mortos não tem existência a não ser na memória dos vivos:

É especialmente para as desconhecidas gerações futuras que aqueles que estão agora vivos se voltam com tudo que é significativo em suas realizações e criações. Mas nem sempre se dão conta disso. O medo de morrer é sem dúvida também um medo de perda e destruição daquilo que os próprios moribundos consideram significativo (ELIAS, 2001, p. 23).

Seguimos essa abordagem discutida por Elias (2001), quando escolhemos os necrológios como fonte da nossa pesquisa, para que pudéssemos observar como a comunidade local promovia a recordação dos seus mortos e como essa interação nos permite refletir características daquela sociedade. De acordo com o autor, quando a cadeia da lembrança é rompida, o sentido de tudo o que foi feito se extingue, tanto para o moribundo, mas especialmente para aqueles da sua convivência, que se sentem parte dos méritos e ações daquele que morreu. A morte é o fim absoluto da pessoa, com isso, afirma Elias (2001), há uma forte resistência à “desmitologização” de um determinado morto, já que isso significaria aos demais, a percepção de que seus feitos também serão esquecidos e efêmeros. “A imagem da morte na memória de uma pessoa está muito próxima de sua imagem de si mesma e dos seres humanos prevaletentes em sua sociedade” (ELIAS, 2001, p. 25), afirma.

Para Fernando Catroga (2009), só com o esquecimento irreversível a morte se transforma em definitivo nada, sendo assim, “o diálogo com os signos da ausência é uma re-presentificação, mediante a qual, ao darem futuros ao passado, os vivos estão a afiançar um futuro para si próprios” (CATROGA, 2009, p. 7). Para o autor, o ser humano conta histórias como protesto contra a sua finitude. Se as pessoas soubessem o que elas são, o que elas foram e o que serão, é provável, segundo Catroga (2009), que não haveria recordações, atitudes de espera e nem a necessidade de se deixar marcas. “Porém, como nesse trilho se revela a consciência da morte e da sua repulsa, o significado das pegadas de quem passou é inseparável das interrogações que elas colocam a quem vem” (CATROGA, 2009, p. 7).

Nesta tese, buscamos analisar de que modo os redatores dos jornais da capital da Província do Espírito Santo atuam no sentido refletido por Elias (2001) e Catroga

(2009), ou seja, como eles utilizam as páginas dos periódicos para exaltar e destacar os feitos dos mortos, principalmente no campo político, em uma busca da valorização e preservação dessas ações para a posteridade, pois, como destaca Temístocles Cézar (2017, p. 14): “A morte comporta em si uma acolhida. Ao mesmo tempo que é uma perda, um desaparecimento, é também passado e memória. Por isso, o sepultamento anônimo ou o insepulto é uma ignomínia”. Para Cezar (2017), longe de remeter apenas à infelicidade e à miséria humana, o falecimento se insere na vida cotidiana “como instrumento de ação política dos governos” (CEZAR, 2017, p. 12), uma vez que a morte, em seu aspecto social, pode ser percebida como uma “verdadeira fábrica de heróis, produtora de virtudes, de modelos a serem imitados” (CEZAR, 2017, p. 12). Questões estas observadas nos necrológios analisados.

Roger Chartier (2007) destaca a função da escrita de agir contra a fatalidade da perda. Para ele, o medo do esquecimento obcecou as sociedades ocidentais da modernidade. Nas palavras do autor:

Para dominar sua inquietação, elas fixaram, por meio da escrita, os traços do passado, a lembrança dos mortos ou a glória dos vivos e todos os textos que não deveriam desaparecer. A pedra, a madeira, o tecido, o pergaminho e o papel forneceram suportes nos quais podia ser inscrita a memória dos tempos e dos homens (CHARTIER, 2007, p. 9).

Percebemos nas fontes, essa intenção destacada por Chartier (2007), da fixação dos feitos e qualidades dos mortos, de modo que as glórias e lembranças das suas ações não se dissipassem e desaparecessem, assim como seus corpos. O autor ressalta o esforço, no qual nos inspiramos, “[...] por compreender qual o lugar do escrito na produção dos saberes, na troca das emoções e sentimentos, nas relações que os homens mantiveram uns com os outros, consigo mesmo, ou com o sagrado” (CHARTIER, 2010, p. 2). Também buscamos, na escrita dos periódicos, visualizarmos essas questões, nos dedicando a compreender as implicações sociais e políticas que perpassam as emoções expressas nos conteúdos sobre a finitude.

Consideramos, que vislumbrar dados e informações por meio da apreciação dos obituários é uma forma de colaborar com as pesquisas voltadas ao século XIX que visam a novas perspectivas e olhares diante da dinâmica política, pois os necrológios

do Espírito Santo ainda não foram fontes de pesquisas, assim como não temos conhecimento de outros estudos que abordem as representações e análises das emoções expressas nas homenagens aos mortos no período proposto. Nesse percurso, buscamos, inseridos nos trabalhos que analisam e repensam o Brasil do oitocentos:

Captar as vozes de uma época e tentar traduzi-las para outra, identificando especificidades de um período, de outras vidas, que, no entanto, não se deixam ver senão pelas lentes emprestadas pelo presente, segundo a perspectiva que a nossa própria inserção no mundo delimita (CARVALHO; BASTOS, 2009, p. 13).

Esta tese considera que as sensações expressas sobre os óbitos contêm um cunho político, essa noção é relevante na medida em que nos auxilia a pensar nas diversas formas de manifestações do poder. Para isso, foram usadas como fontes, as edições dos três jornais de circulação regular na capital da Província do Espírito Santo, na segunda metade do século XIX: o “Correio da Victoria”, o “Jornal da Victoria” e o “Espírito-Santense”. O recorte temporal de 1849 a 1889 buscou a uniformidade de circulação dos periódicos. 1849 é o ano de inauguração do “Correio da Victoria”, primeiro jornal da Província. 1889 é o último ano do “Espírito-Santense”, impresso que traz significativo conteúdo sobre o tema proposto.

No “Correio da Victoria” temos disponibilizados on-line, no site da Hemeroteca Nacional, onde tivemos acesso aos documentos, os anos de 1849, 1850, 1851, 1854, 1855, 1856, 1857, 1858, 1859, 1863, 1864, 1870, 1871 e 1872. Foram analisadas um total de 1088 edições. Do “Jornal da Victoria” temos as datas de 1864, 1866, 1867, 1868 e 1869, com 494 exemplares. Do “Espírito-Santense” constam os anos de 1870 a 1889, perfazendo 2072 jornais. Dentro do recorte proposto, após a leitura de todas as edições, fizemos o levantamento de 29 necrológios no “Correio da Victoria”, 16 no “Jornal da Victoria”, e 30 no “Espírito-Santense”, totalizando 76 obituários, selecionados por trazerem elementos emotivos destacados e uma forte comoção diante da perda.

Ressaltamos, que mesmo diante da opção de refletirmos de modo específico os necrológios, fizemos um levantamento de toda e qualquer inserção sobre a morte nas

publicações, resultando em 1330 documentos identificados e organizados por anos e temas pertinentes à finitude da vida, como as notícias informando os falecimentos, os convites para as missas, as poesias dedicadas aos mortos, os textos sobre os medos de fantasmas, as referências às epidemias, as informações sobre as condições dos cemitérios, os assassinatos, os testamentos e os suicídios. O nosso intuito foi ter um banco de informações sobre o espaço da morte nos jornais, para nos subsidiar de diferentes dados que pudessem favorecer as análises.

Nas pesquisas em Ciências Humanas, segundo Dionne e Laville (1999), é preciso perceber um problema teórico ou prático a ser resolvido, que, no caso desta tese, é a verificação quanto ao modo como a expressão dos sentimentos e do luto na escrita dos necrológios trazem algumas das relações políticas e de poder que se desenrolavam na cidade de Vitória, no Espírito Santo; formular uma hipótese, que se configura, neste trabalho, que há um uso político das emoções diante da morte e do morrer; testá-la e tirar conclusões. Para isso, é preciso que se tenha uma metodologia de pesquisa que auxilie nos percursos em busca das respostas e se atue com rigor, o que beneficia a realização das reflexões com eficácia e assegura que os resultados são confiáveis e válidos.

Os documentos que aportam as nossas informações são os jornais impressos, cuja escolha foi norteadada pelas perguntas e hipótese do estudo, que também guiaram as primeiras organizações dos materiais. Para a nossa obtenção de dados, fizemos uma triagem, julgamos as suas qualidades inseridas nas necessidades da pesquisa e os classificamos (DIONNE; LAVILLE, 1999). Fizemos, neste processo, a leitura de todas as edições, separamos aquelas que continham teor sobre a sensibilidade diante da morte e ordenamos o conteúdo por assunto e data de veiculação para, posteriormente, emprendermos a investigação.

Em um primeiro momento, de acordo com Dionne e Laville (1999), o que tivemos em mãos foram apenas materiais brutos, que precisaram ser preparados para se tornarem úteis à elaboração do saber proposto, por meio da organização, agrupação em categorias e posterior interpretação. Neste contato inicial com as fontes, não foi

possível extrair ainda tendências claras e nem se chegar a conclusões. Para se atingir esses objetivos foi preciso:

[...] empreender um estudo minucioso do seu conteúdo, das palavras e das frases que o compõem, procurar-lhes o sentido, captar-lhes as intenções, comparar, avaliar, descartar o acessório, reconhecer o essencial e selecioná-lo em torno das ideias principais (DIONNE; LAVILLE, 1999, p. 214).

Segundo os autores, esses passos são constitutivos da “Análise de Conteúdo”, metodologia que seguimos na investigação dos jornais, cujo princípio “consiste em desmontar a estrutura e os elementos desse conteúdo para esclarecer suas diferentes características e extrair sua significação” (DIONNE; LAVILLE, 1999, p. 214). Para Dionne e Laville (1999), a “Análise de Conteúdo” pode se aplicar a uma variedade de fontes e objetos, como os estudos de embates políticos, tal qual verificamos, e no esclarecimento de fenômenos sociais, em particular, na seara da comunicação, conforme nos dedicamos nesta tese. Não se configura, ainda segundo os autores, em uma coleta mecânica de textos, mas de uma seleção empreendida mediante uma hipótese. A partir da organização das informações, torna-se possível elaborar as percepções direcionadas às questões levantadas e se debruçar nas especificidades daquilo que foi selecionado.

O século XIX foi escolhido como recorte temporal, utilizando como marco inicial o surgimento da imprensa no Espírito Santo, pelo modo como ocorriam as relações humanas com os falecimentos, uma vez que os funerais estavam inseridos no dia a dia e os moradores se envolviam e participavam intensamente. Os óbitos comumente ocorriam nas casas e havia uma comoção em torno do moribundo. Os jornais traziam as notícias e as repercussões das mortes em grande parte das suas edições e em alguns casos, utilizando-se de um teor emotivo e metafórico, no qual nos centramos nesta pesquisa.

A morte ideal, no Oitocentos, não deveria ser solitária ou privada. Ela ocorria nas casas e a comunidade participava dos momentos anteriores e posteriores ao falecimento. O moribundo não esperava o seu fim nos leitos hospitalares, mas no seu quarto em meio à família. As circunstâncias que cercavam o morrer encontravam-se inseridas no cotidiano. Destacamos, porém, que essas não eram regras e padrões

fixos. É preciso considerar as formas diferenciadas de se agir diante da finitude de acordo com as especificidades regionais, econômicas, culturais, dentre outros fatores, mas pode-se afirmar, segundo João José Reis (1998), que essas eram ações comuns no Brasil Católico do século XIX, período e local no qual esta tese se insere.

Ziegler (1977) destaca que a morte, no passado, não era silenciosa, estava presente nas conversas e na rotina da população, atitudes estas que sofreram profundas transformações com a ascensão da medicina e das mudanças nos rituais fúnebres, que se distanciaram do interior das casas e das igrejas e adentraram nos espaços silenciosos das capelas mortuárias dos cemitérios. A transição do século XIX para o XX assistiu a um processo de modificações das ações e representações diante da morte, com a crescente medicalização e isolamento do moribundo em seus momentos finais. Sobre o tema, discorre Reis (1991):

A grande virada nessas atitudes teria ocorrido na era do iluminismo e das revoluções, entre os séculos XVIII e XIX, movimento que para uns se operou da morte domesticada à morte selvagem, para outros, da morte barroca à morte moderna, e ainda outros, da morte corporativa à morte individualista. Mas, embora variando na nomenclatura, o fenômeno é o mesmo. Em todos os casos, observou-se um declínio dos ritos simbolicamente profusos, do funeral-espetáculo, da piedade extravagante na hora da morte, de concepções mágico-religiosas em torno do cadáver e da sepultura, em favor do minimalismo simbólico, do funeral econômico, da secularização e medicalização das concepções em torno do cadáver e da sepultura (REIS, 1991, p. 1).

Desta forma, o nosso foco se concentra no período histórico no qual a morte ainda não era interdita e o moribundo não morria na solidão e o seu passamento era descrito com palavras que expressavam o mais profundo tormento pela partida, embora transformações sutis começassem a se delinear nas atitudes frente à morte na cidade de Vitória. Parte dessas mudanças foram motivadas pela ocorrência das epidemias, como a febre amarela e o cólera, que colaboraram para as modificações nos rituais da morte na transição dos séculos XIX para o XX. De acordo com Nogueira e Franco (2017), do mesmo modo como ocorreu em outras Províncias, as epidemias com caráter devastador se fizeram notar no território capixaba. “Morte, medo, pânico, terror, estiveram presentes no cotidiano da população na passagem da febre amarela e do cólera” (NOGUEIRA e FRANCO, 2017, p. 39).

Os autores ressaltam que o primeiro surto epidêmico na Província foi o da febre amarela, em 1850. A ocorrência do cólera, por sua vez, se dá em 1855. Franco (2013) argumenta o quanto as epidemias alteraram a vida das populações, nas localidades nas quais aconteceram. “A assistência aos enfermos e os ritos fúnebres modificaram-se em razão do medo de que a proximidade com doentes e mortos disseminasse ainda mais as epidemias” (FRANCO, 2013, p. 87), ressalta.

À medida em que os cuidados com os doentes e os velórios saem do interior das casas e existe um processo de medicalização, que adia de diversas formas o momento final, parte do simbolismo que circundava esse acontecimento se esvai. Como afirma Elias (2001): “[...] o espetáculo da morte não é mais corriqueiro. Ficou mais fácil esquecer a morte no curso normal da vida” (ELIAS, 2001, p. 5). Sobre as interações humanas com o falecimento, a partir das transformações que se iniciam no século XIX e são reforçadas no XX, discorre:

Nunca antes na história da humanidade foram os moribundos afastados de maneira tão asséptica para os bastidores da vida social, nunca antes os cadáveres humanos foram enviados de maneira tão inodora e com tal perfeição técnica do leito de morte à sepultura (ELIAS, 2001, p. 11).

Michel de Certeau (1999), na obra “A invenção do Cotidiano”, também se ocupa em refletir sobre a morte como o espaço do silêncio a partir do século XX. Para o autor, os moribundos não recebem os cuidados e a atenção dos seus próximos, porque são os desviantes da conservação da vida. Um luto antecipado, os levam antes do falecimento à câmara da morte, envolvendo seus últimos momentos em uma teia de silêncios e mentiras. Os doentes acabam por entrar em uma região de insignificância, tornando-se impertinentes e insuportáveis ao andamento rotineiro. Não é permitido que o moribundo fale, esse fato acha-se inscrito nos procedimentos que encerram a morte, muitas vezes ele morre sedado, sem forças e sozinho. A finitude da vida é exorcizada, vista apenas como o destino final do outro, embora se veja na morte alheia a sombra da própria morte (CERTÉAU, 1999). Para o autor, a medicina produziu a grande utopia de uma política terapêutica que abrange os meios de lutar contra a morte no espaço social.

Compreendemos, portanto, que as relações próximas entre as sociedades e os moribundos se transformaram. Por este motivo, uma vez que nosso objeto de análise são as manifestações afetivas e emotivas diante do traspasse na imprensa periódica, optamos pela investigação da escrita em um período circunscrito ao século XIX, no qual havia uma maior proximidade dos vivos com os instantes finais dos mortos e com as ritualizações direcionadas ao fim da vida, como os enterros, missas, cortejos, badalar dos sinos e discursos dos amigos em torno das sepulturas.

Perceber como as emoções são demonstradas no conteúdo dos necrológios e as suas principais características, inseridos no referencial da “História das Emoções”, são alguns dos principais intuitos deste trabalho. Os estudos que unem a História e as emoções são raros no Brasil, o que foi perceptível durante as pesquisas. Uma vez que nossa reflexão envolve a análise dos obituários e dos sentimentos neles expostos, os acessos à bibliografia e documentos sobre o tema apresentaram-se limitadas. Com o objetivo de realizar um levantamento da produção científica, referências teóricas e estudos recentes que expandissem o conteúdo da tese, efetuamos um “Estágio Científico Avançado de Doutorado”, no Departamento de História, do Instituto de Ciências Sociais, da Universidade do Minho, em Braga, Portugal, dos dias 30 de setembro a 28 de dezembro de 2021, sob a supervisão da Doutora em História Moderna e Contemporânea, Maria Marta Lobo de Araújo.

Também foi a nossa finalidade, no desenvolvimento do projeto em Portugal, a pesquisa em documentos históricos, principalmente jornais, que nos auxiliassem a compreender a escrita sobre a morte na imprensa e as relações humanas com os falecimentos e as emoções no século XIX em Portugal, pois a influência portuguesa no Brasil Império (1822 – 1889), período no qual se insere o estudo, se mostrava presente em diferentes aspectos da cultura, sociedade, política e cotidiano do país. As atividades realizadas em Braga nos permitiram prover a pesquisa de dados e informações e nos auxiliaram a analisar, de modo mais aprofundado, as expressões das emoções diante da morte no século XIX, as relações entre o poder e a finitude da vida e as atitudes humanas perante o falecer.

Após o desenvolvimento do Doutorado e do Estágio Científico, chegamos ao momento da elaboração da escrita da pesquisa. Em nossa explanação, dividimos a

tese em quatro capítulos. No “Capítulo 1”, discorremos sobre os diferentes estudos sobre a morte que nos auxiliaram a refletir o nosso objeto, destacando o falecimento como uma questão social e cultural que confere diferentes sentidos e limites à vida. Aprofundamo-nos sobre alguns dos aspectos da cidade de Vitória, com referências ao seu cotidiano, religiosidade e à política local. Apresentamos mais detalhadamente as nossas fontes, as circunstâncias dos seus surgimentos, os principais nomes responsáveis pelas suas redações, as afinidades políticas que se mostravam nas páginas e o espaço dedicado aos falecimentos. Abordamos ainda, as pesquisas que nortearam as nossas análises sobre a imprensa e as características que marcam as publicações do século XIX, no Brasil e no Espírito Santo.

No “Capítulo 2”, realizamos uma investigação mais apurada sobre o teor e a escrita dos necrológios. Apontamos o modo como eles se inseriam nos jornais e alguns dos dados e informações que se repetiam no conteúdo dos mesmos. Destacamos também, algumas das referências teóricas que nos possibilitaram refletir as sensibilidades presentes nos textos. Empreendemos ainda uma averiguação quanto às principais atuações políticas e sociais dos falecidos que tinham suas mortes anunciadas, as suas qualidades exaltadas e as suas realizações em vida descritas. Observamos, neste percurso, quais eram as relações de parentesco citadas e quais indivíduos comumente assinavam os obituários.

No “Capítulo 3”, nos dedicamos a refletir as emoções e os modos como elas são expressas nos necrológios. Uma vez que são aos aspectos sensíveis e as suas formas de demonstrações que voltamos as nossas atenções, observamos a inserção das lágrimas, do pranto, da saudade, do luto, da tristeza e das dores na escrita dos obituários e o quanto essas manifestações eram comumente direcionadas a entes específicos da comunidade local. Trouxemos também, estudos de destaque sobre a “História das Emoções”, campo em expansão e que nos auxiliou a refletir o teor da morte nos periódicos. Analisamos ainda alguns dos aspectos centrais do “Romantismo” e a sua perceptível influência no conteúdo dos falecimentos.

No “Capítulo 4”, abordamos de forma mais aprofundada as interações entre a escrita sobre os mortos e as manifestações do poder. Neste momento, ampliando as nossas análises voltadas aos necrológios, já inseridos em seu contexto de circulação,

observarmos as estratégias empregadas para a manutenção de certa existência diante do falecer, possibilitada pelos elogios fúnebres. Trazemos à cena as noções de “memória”, “lembranças”, “recordações” e “esquecimento”, as quais consideramos relevantes em nossas observações, relacionando as referências teóricas com as regularidades presentes nos textos das fontes.

## CAPÍTULO 1

### **AS RELAÇÕES COM A MORTE NAS TRAJETÓRIAS DA VIDA: ESTUDOS E REFLEXÕES SOBRE A FINITUDE**

Na condução da nossa dissertação de mestrado realizada no ano de 2011, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), na qual discutimos as características do cotidiano da morte e do morrer em Vitória no século XIX, os embates entre a Igreja e o Estado na regulação dos ritos funerários, assim como iniciamos as nossas pesquisas sobre as abordagens diferenciadas na escrita do falecimento na imprensa de acordo com os status sociais atribuídos aos mortos, a pergunta feita pelo historiador Jacques Le Goff (1999), no livro “O Nascimento do Purgatório”, foi um dos fios que nos levaram às questões centrais do estudo. Questão esta que norteia as nossas reflexões desde que adentramos, ainda na graduação, nas análises sobre as relações dos vivos com a morte, as suas representações e as atitudes diante dos falecimentos: “Por que não deixar os mortos vaguar ou dormir?” (LE GOFF, 1999, p. 15). Os seres humanos, desde os primórdios do seu surgimento, tecem, criam, transformam e modificam as ideias das ocorrências dos acontecimentos após o traspasse.

Em nossa tese, também nos dedicamos a investigar os modos de sentir e agir dos homens e mulheres ao se depararem com a perspectiva do próprio fim ou da morte do outro. Por qual motivo os mortos e seus feitos são temas de diversos textos e homenagens? Por que diferentes representações são utilizadas para se abordar os falecimentos como algo transitório para uma nova forma de se estar e continuar no mundo? Por que a finitude da vida não é vista como o encerramento de uma trajetória, enquanto novas estão a surgir? Por que é tão complexo conceber a ideia de que os mortos não retornarão e as pessoas não existirão mais? Essas são algumas das perguntas que buscamos refletir neste trabalho, ao pensarmos as motivações para a escrita dos necrológios, que, em seu conteúdo, se preocupam em não permitir o desaparecimento dos falecidos e das suas realizações da memória dos vivos.

Nobert Elias (2001) afirma que há várias maneiras de se lidar com o término das existências. Segundo o autor:

O fim da vida humana que chamamos de morte, pode ser mitologizado pela ideia de uma outra vida no Hades ou no Valhalla, no Inferno ou no Paraíso, essa é a forma mais antiga e comum de os humanos enfrentarem a finitude da vida (ELIAS, 2001, p. 15).

O pensamento sobre a certeza da morte, que pode ser muito angustiante, costuma ser evitado e afastado tanto quanto possível. O ser humano utiliza-se, para isso, de estratégias de repressão e encobrimento dessa sensação indesejada, como por exemplo, assumindo uma crença inabalável na imortalidade (ELIAS, 2001). Para o autor, a experiência do falecimento, por mais natural e imutável que seja, difere de sociedade para sociedade e provoca simbolismos, práticas e modos de agir diversos. A nossa observação se recai sobre a percepção da morte como um fenômeno natural e também cultural<sup>1</sup>, que nos permitiu prover informações sobre as interações e relações sociais e políticas que ocorriam na capital da Província.

Destacamos, portanto, que as atitudes perante o óbito que estamos observando se inserem na cidade de Vitória, no Espírito Santo, no século XIX. Desta forma, as representações que vislumbramos, se referem a uma sociedade cristã ocidental. Certamente, diferentes visões sobre o falecimento perpassam as diversas culturas que constituem e constituíram a humanidade no decorrer do tempo. Sendo assim, ponderamos que as nossas investigações se direcionam às noções que comumente se observam nas perspectivas dos ocidentais modernos. O que não significa a inexistência, dentro desse recorte, de variações de acordo, por exemplo, com as crenças, a religião e a cultura dos indivíduos.

---

<sup>1</sup> Entendemos por “fenômeno cultural” no sentido proposto por John B. Thompson (1999). Para o autor, a vida social não é um conjunto de objetos e fatos que ocorrem como fenômenos de um mundo natural, a vida humana é marcada por ações e expressões significativas que se expressam por diversos meios, como manifestações verbais, símbolos, textos e artefatos de vários tipos. Os sujeitos se utilizarão desses artefatos para compreenderem a si mesmos e aos outros por meio da interpretação das expressões que produzem e recebem. Em suas palavras, “[...] os fenômenos culturais podem ser pensados como o estudo das maneiras como expressões significativas de vários tipos são produzidas, construídas e recebidas por indivíduos situados em um mundo sócio-histórico” (THOMPSON, 1999, p. 165).

Abordamos a morte, nesta pesquisa, como um tema fundamental para a compreensão de aspectos da vida, pois o nosso intuito é refletir como as atitudes e sentimentos relacionados à finitude humana influenciam e impactam os vivos, conforme argumenta Ziegler:

A consciência de sua própria finitude estabelece no campo do vivido e do visível limites precisos, necessário e irrevogáveis. No interior do campo assim delimitado não existe nenhuma conduta, norma, instituição ou produção individual ou coletiva do homem, de seu corpo, de seu pensamento, de seu sonho que não seja determinada, moldada, investida, de um modo ou de outro, pela experiência da morte. A morte lança a sua sombra sobre todos e cada um. Parcela alguma da paisagem social lhe escapa. Nenhum projeto sem ela se realiza (ZIEGLER, 1997, p. 60).

Claudine Herzlich (1993), em "Os encargos da Morte", afirma que os problemas do falecimento, após um longo período de silêncio, retornaram como um importante objeto e o que está no centro das reflexões, tal qual essa pesquisa, são as atitudes humanas face a ela. Sendo a morte, desta forma, um tema para o qual se tem voltado sociólogos, historiadores e filósofos, por exemplo. Desta forma, trazemos à cena neste capítulo, alguns estudos e referenciais teóricos sobre o tema, que nos auxiliaram em nossas percepções sobre as ações dos homens e mulheres do Espírito Santo diante da morte dos membros da comunidade local.

### **1.1 As atitudes humanas perante os óbitos: abordagens e pesquisas**

Segundo Maria Luiza Marcílio (1983), em "A morte de nossos ancestrais", as pesquisas desbravadoras de Philippe Ariès e de Michel Vovelle mostraram a beleza e a complexidade da história das atitudes diante da vida, da infância, do casal, da família e também da morte, no Ocidente Cristão. Para a autora, esses trabalhos pioneiros disponibilizam ferramentas valiosas, indicando pistas e sugerindo meios de se atingir algumas das atitudes das sociedades do passado, perante a ocorrência do inevitável fim da existência.

A obra do historiador Philippe Ariès é uma das mais relevantes na seara de estudos sobre a morte. Seus livros, "A História da morte no Ocidente (1977)" e "As atitudes do homem diante da morte (1990)", são importantes referências para se analisar as significativas mudanças verificadas por ele nas ações humanas desde a Idade Média

até o século XX. Para empreender a sua pesquisa, Ariès (1977) utilizou diversas fontes, como textos literários e testamentos e um amplo levantamento de jazigos, sarcófagos, igrejas, monumentos e inscrições em túmulos para apontar algumas das transformações das sensibilidades no decorrer do tempo. Foi ele um dos primeiros autores a abordar o distanciamento da morte do cotidiano dos ocidentais no século XX.

Ariès sistematizou as atitudes perante o traspasse em quatro tempos longos, os quais denominou de "a morte domada", "a morte de si mesmo", "a morte do outro" e "a morte interdita". Segundo o autor, na Idade Média a morte é aceita e vista com certa simplicidade, existindo até mesmo uma aproximação entre vivos e mortos. Esse período é chamado por Ariès de "morte domada" e cobre uma longa série de séculos. As pessoas eram advertidas que iriam morrer e os falecimentos eram esperados no leito. A morte acontecia em cerimônia pública, isto é, parentes, amigos e vizinhos, inclusive crianças, acompanhavam os últimos momentos do moribundo no quarto e os corpos eram enterrados coletivamente e sem identificação pessoal.

Algumas alterações parciais acontecem na Baixa Idade Média, ou seja, a partir dos séculos XI e XII. Foram modificações sutis, que pouco a pouco imprimiram um sentido dramático na antiga familiaridade dos homens e mulheres com a morte. Vale lembrar que no século XIII, a Igreja Católica está consolidada como a instituição de maior influência na sociedade, exercendo papel de destaque no controle dos comportamentos, inclusive na relação dos vivos com a finitude humana. Exemplo disso, é que a igreja cuidava tanto do corpo quanto da alma, sendo os monges, na maioria das vezes, quem prestava assistência aos doentes.

De acordo com Ariès (1977), é nessa época que a ideia de purgatório começa a delinear-se, tornando-se uma peça de grande importância nos rituais em torno do leito, surgem, como consequência, as missas de intercessão pelas almas. Com o tempo, a morte perde o seu caráter coletivo, pois os indivíduos estão descobrindo a si próprios. Essas mudanças coincidem com o Renascimento, período histórico que marca a passagem da Idade Média para a Idade Moderna e tem como uma de suas principais características a valorização humana. Nesse contexto, Deus começa a ser substituído pelo ser humano como o centro das atenções e ideias.

Ariès (1977) denomina a relação com a morte nessa época de "a morte de si mesmo", momento em que se passou a acreditar que com o falecimento as pessoas não obteriam um destino comum, porque cada ser teria os seus atos julgados e se direcionaria ao céu, inferno ou purgatório. Nessa etapa, os testamentos passam a ter importância significativa e deveriam incluir a profissão de fé, a confissão dos pecados, o perdão aos sobreviventes, a recomendação da alma a Deus e a escolha da sepultura, o que mostra a atenção humana com a própria morte e com os preparativos desta. Com o século XV, a noção de individualidade torna-se ainda mais fortalecida, nesse período os jazigos além do nome e atividade do falecido trazem também a idade. Com a presença da igreja em todas as etapas da morte, a noção de que a alma se separava do corpo e viajava em direção ao além se consolida.

Alguns fenômenos novos irão introduzir, no interior da antiga ideia do destino coletivo, a preocupação com a particularidade. O momento do moribundo no leito passa a ser influenciado pelas representações do Juízo Final, que se pensava acontecer na hora exata da morte. Tem-se que no quarto do moribundo os ritos fúnebres aconteciam enquanto o indivíduo estava sendo julgado por Deus. A morte no leito era solene e esperava-se por ela. É estabelecida uma relação, até então inexistente, entre a morte de cada indivíduo e a consciência que este toma de sua individualidade. Nas palavras de Ariès:

No espelho de sua própria morte, cada homem traduz a importância, reconhecida durante toda a duração dos tempos modernos, da própria existência e pode-se traduzir nesta outra fórmula. 'A morte de si mesmo' redescobria o segredo de sua individualidade (ARIÈS, 1977, p. 41).

A partir do século XVIII, as sociedades ocidentais tendem a dar à morte um sentido novo, a esse período Ariès (1977) denomina de "a morte do outro". A imagem do moribundo sereno em seu leito começa a se esvaír e os falecimentos passam a ser mais exaltados e dramatizados. A morte no quarto, outrora familiar, torna-se agitada pela emoção, o choro, as súplicas e gestos exaltados, deixando dessa maneira, de ser um fenômeno visto com maior naturalidade. A finitude da vida é associada à noção de uma ruptura ao mesmo tempo atraente e terrível. Existe até mesmo uma ostentação do luto que, segundo Ariès (1977), demonstra o aumento da dificuldade em se aceitar a morte, particularmente a morte do outro.

O sentido de outro não é o de um outro qualquer ou o estranho, são as pessoas próximas ao indivíduo, como seus familiares e amigos. A morte passa a exercer um misto de fascínio e repulsa, ela não é desejável, mas admira-se a sua beleza. A “morte do outro” – do pai, da mãe, irmãos e amigos - caracteriza-se pela intolerância à separação. De acordo com o autor, as pessoas desse período a exaltam, a dramatizam e a desejam de modo arrebatador, mas ao mesmo tempo, se ocupam menos de suas próprias mortes. A “morte do outro” inspira nos séculos XIX e XX o culto dos túmulos e dos cemitérios familiares.

Ariès (1977) ressalta as mudanças significativas que aconteceram durante o século XX nas ideias sobre a morte, mostrando que a evolução se precipitou entre as décadas de 1930 e 1950, tendo como uma das causas, o deslocamento do lugar dos falecimentos, pois já não se morre mais em casa, e sim nos hospitais. Sobre isso discorre o autor:

A morte recuou e deixou a casa pelo hospital. Está ausente do mundo familiar de cada dia. O homem de hoje, por não vê-la com muita frequência e muito de perto, a esqueceu, ela se tornou selvagem e, apesar do aparato científico que a reveste, perturba mais o hospital, lugar de razão e técnica, que o quarto da casa, lugar dos hábitos da vida cotidiana (ARIÈS, 1977, p. 171).

Ariès (1977) destaca como a morte, que antes fazia parte da vida em família e da comunidade, vai se deslocar desses espaços, se apaga, desaparece, tornando-se até mesmo um tabu. Esse período é chamado pelo autor de "morte interdita". Aos moribundos não se fala sobre o falecimento, faz-se de conta que ele não existe. Se antes o doente presidia seus momentos finais e a família participava em torno do leito, atualmente a ele é omitida a proximidade do seu falecimento. O que temos é a grande recusa da morte do século XX em diante, nas palavras de Ariès:

Antigamente, a morte era uma tragédia, muitas vezes cômica, na qual se representava o papel daquele que vai morrer. Hoje, a morte é uma comédia, muitas vezes dramática, onde se representa o papel daquele que não sabe que vai morrer (ARIÈS, 1977, p. 143).

A morte, anteriormente repleta de ritos, manifestações e dramas, transforma-se em um fenômeno técnico, que acontece por decisão dos médicos e das equipes hospitalares. O moribundo, muitas vezes, encontra-se sedado e não sabe o que

ocorre ao seu redor. Segundo Ariès (1977), a morte foi dividida em uma série de pequenas etapas dentre as quais não se sabe qual é a verdadeira, se é aquela em que se perdeu a consciência ou o momento no qual se cessou a respiração. Para o autor: “[...] todas essas pequenas mortes silenciosas substituíram e apagaram a grande ação dramática da morte, e ninguém mais tem forças ou paciência de esperar durante semanas um momento que perdeu parte de seu sentido” (ARIÈS, 1977, p. 54).

Compreender como os indivíduos em diferentes momentos da história lidavam com a morte é de fundamental importância para refletir a finitude humana em uma época específica, pois, dessa forma, torna-se possível saber o que influenciou as ideias sobre os falecimentos no período que se deseja analisar. Neste trabalho, estudam-se os anos de 1849 a 1889, assim, pode-se dizer, que as características do século XIX, principalmente relacionadas à “morte do outro”, cuja intensidade da saudade e das lembranças se mostrava presente nas atitudes e palavras, contribuem para a reflexão da época pesquisada.

Michel Vovelle (1996), por sua vez, ressalta não haver nada tão diferenciador quanto a morte. Isso porque, as representações direcionadas à finitude humana, assim como as sensações por ela provocadas, possuem origem social. O autor considera ser a “História da Morte” um caminho de estudo fascinante, pois:

Trata-se para o historiador de voltar aos dados do problema, de surpreender do outro lado essa troca de olhares. Partindo da morte e das atitudes coletivas que a acolhem, a história quer reencontrar os homens e surpreendê-los na reação diante de uma travessia que não permite trapaças (VOVELLE, 1996, p. 11).

Para ele, as pesquisas sobre os falecimentos conservam um valor exemplar e específico - uma vez que as relações com a morte se modificam e se transformam com o tempo e ocorrem de modo diverso nas diferentes culturas – porém, a conclusão será invariável e permanecerá sempre a mesma: o fim da vida é irreversível e inevitável. “É por isso que a morte, ao cabo de toda aventura humana, continua sendo um revelador sensível” (VOVELLE, 1996, p. 13), afirma. Vovelle (1996) destaca, o quanto esse momento específico, que ocorrerá em todas as existências, independente

da vontade e temor dos indivíduos, está envolvido em mascaramentos, esquivanças e tabus.

Tal qual nos propomos, Vovelle (1996) aborda a importância de se passar da morte demográfica e biológica, ou seja, do aspecto natural da finitude, para as produções mais elaboradas, literárias ou estéticas dos sentimentos referentes ao falecer. Para empreender as suas análises, o autor faz a distinção entre três modalidades: “a morte sofrida”, “a morte vivida” e os “discursos sobre a morte”. O primeiro termo impõe-se por si, é o fato concreto, bruto e sem possibilidades de mudança, que é a ocorrência da morte. O segundo item refere-se ao complexo de gestos e ritos que acompanham o percurso do moribundo, dos instantes finais até o túmulo e posteriormente, o destino em direção ao além. Por fim, Vovelle (1996) aborda os “discursos sobre a morte”, que são os discursos organizados, que se exprimem nos ritos e nas demonstrações das sensibilidades. Seguindo as ideias de Vovelle, é no fio dos discursos<sup>2</sup> sobre a morte, no qual enveredamos também em nossa pesquisa, que se pode acompanhar as representações do traspasse e do além e como elas influenciam as relações sociais, políticas e culturais dos seres humanos.

A historiadora Maria Antônia Lopes, em “Agonia, morte, funeral e luto em Portugal do século XIX”, destaca algumas das características das cerimônias fúnebres nas sociedades ocidentais. De acordo com a autora os rituais celebram, solenizam e fixam na memória os especiais momentos vividos. Sobre o luto, ela o conceitua como “estado emocional de pesar, desgosto que se segue a uma perda” (LOPES, 2019, p. 280). No oitocentos, recorte do nosso estudo, o negro estava não apenas no vestuário, mas sinalizava casas e cartas. Os sinais do luto, segundo Lopes (2019), eram rigidamente codificados. Quanto ao período, ela afirma que a agonia costumava ser acompanhada pela família, o viático e a extrema-unção. Eram comuns também, as confissões e os pedidos de perdão do moribundo, as conversões, as despedidas, a presença de crianças junto aos mortos, os lutos rigorosos e as missas de sufrágio (LOPES, 2019, p. 261). Esses costumes faziam parte da existência das pessoas do

---

<sup>2</sup> Entendemos por “discurso” como “o efeito de sentido entre locutores” (ORLANDI, 2000, p. 67), que deve ser analisado em sua relação com a história e a sociedade. Como afirma Orlandi (2000, p. 67): “[...] as palavras refletem discursos já realizados, imaginados ou possíveis. É desse modo que a história se faz presente na língua”.

século XIX e, segundo a autora, “demonstram que a crença no pós-morte católico continuava determinante e, para todos, a morte ainda era dizível e exibível” (LOPES, 2019, p. 261).

Sobre as atitudes humanas frente à morte, o texto de Juan Madariaga Orbea, “Mentalidad: estabilidad y cambio. Un estudio de actitudes ante la muerte en los siglos XVIII y XIX”<sup>3</sup> nos proveu de diferentes informações. Para o autor, um dos elementos mais reveladores do sistema cultural é a morte. Nos seus escritos, ele destaca a influência da Igreja Católica na constituição das ações perante o falecer, este aspecto também aparece em nossas fontes, que cotidianamente recorrem à religiosidade para abordar as esperanças de uma vida para além da terrena. Segundo Orbea (1991), para se pensar no agir diante da finitude, é fundamental refletir as estratégias da igreja para o domínio dessas concepções, como os confessionários, os sermões e as missas, que serviam como elementos modeladores e controladores das sociedades.

No texto “A dor Manifesta: vestuário de luto no século XIX”, de Juliana Luiza de Melo Schmitt, temos uma abordagem sobre as mudanças nas indumentárias para a demonstração do sofrimento no período oitocentista, mostrando que havia a intenção de se expor que uma mudança ocorreu com a perda de algum membro e aquela dor deveria ser visível de algum modo. Por meio do uso da cor preta nas vestimentas, que remete à ausência de luz, expressava-se a ligação afetiva com o morto e a tristeza pela perda, existindo a necessidade de se tornar público o sofrimento sentido.

Da mesma autora, o livro “Mortes Vitorianas: corpos, lutos e vestuário” traz uma série de reflexões sobre as atitudes dos homens e mulheres diante da finitude da vida e aborda os simbolismos e algumas das características do luto no século XIX, que confirmam a centralidade que o tema possuía no oitocentos, período no qual ele era dramatizado, sofrido e teatralizado. De acordo com a Schmitt (2010), a identificação do óbito pela roupa na cor preta separava e distinguia o enlutado do restante da comunidade, em conformidade a uma tradição que remonta ao Renascimento. Era no vestuário, conforme afirma, que a etiqueta fúnebre se manifestava de maneira mais

---

<sup>3</sup> “Mentalidade: estabilidade e mudança. Um estudo das atitudes diante da morte nos séculos XVIII e XIX” (tradução nossa).

plena. Por meio dele, que o luto era identificado como o signo de um silêncio que representava certo afastamento da vida mundana (SCHMITT, 2010).

Para Guillaume Cuchet (2020), o século XIX é o tempo do culto dos mortos nas sociedades ocidentais cristãs. Segundo afirma, pode-se defini-lo como um culto familiar da lembrança e do túmulo cujo rito principal era a visita ao cemitério, no qual se depositavam flores e coroas sobre as campas. Com relação aos funerais, a vigília fúnebre, a retirada do corpo da casa, a sua apresentação na igreja e a condução ao cemitério costumavam fazer parte do procedimento habitual. Uma vez no cemitério seguiam-se as orações e os discursos de despedidas. De acordo com o autor, a concessão funerária e o túmulo tornaram-se progressivamente um ideal social.

Nas Ciências Sociais destaca-se o trabalho do sociólogo alemão Norbert Elias, no livro “A solidão dos Moribundos”. Nele, o autor fala da finitude da vida e do envelhecimento e em como os indivíduos das sociedades do Ocidente lidavam e lidam com esses fatores, com ênfase no afastamento sofrido pela morte na vida cotidiana. Segundo Elias (2001), o principal motivo da interdição dos moribundos no século XX reside no fato de que a morte do outro é uma lembrança da própria finitude. Sobre ela, nos diz o autor:

A morte não é terrível. Passa-se ao sono e o mundo desaparece - se tudo correr bem. Terrível pode ser a dor dos moribundos, terrível também a perda sofrida pelos vivos quando morre uma pessoa amada. Não há cura conhecida. Somos partes uns dos outros. Fantasias individuais e coletivas em torno da morte são frequentemente assustadoras. Como resultado, muitas pessoas, especialmente ao envelhecerem, vivem secreta ou abertamente em constante terror da morte (ELIAS, 2001, p. 77).

Conviver com um moribundo, segundo Elias (2001), abala as fantasias da imortalidade. Olhar para o outro falecendo mostra que a morte realmente existe. Por esse motivo, ela é empurrada, cada vez mais, para os bastidores da vida social. Para o autor, isso acontece devido ao desconforto e ao embaraço dos vivos diante dos moribundos ocorridos pelo esvaziamento dos significados dos ritos. Esse afastamento continua após a morte, as funções antes exercidas pela família de cuidado com o cadáver passaram a ser feitas por especialistas remunerados. Assim, tem-se que em épocas passadas morrer era uma questão muito mais pública do que atualmente. Percepção esta que tivemos ao analisar as nossas fontes e vermos a constante

presença dos anúncios das mortes e das solenidades fúnebres nas edições dos jornais.

Quanto à Filosofia, de acordo com Arthur Schopenhauer (2004), a morte é um gênio inspirador e uma das principais motivações para a sua existência. Em suas palavras: “sem a morte, seria mesmo difícil que se tivesse filosofia” (SCHOPENHAUER, 2004, p. 23). De acordo com ele, entre os seres humanos, desde que existe a razão, tem-se a certeza da morte, porém, junto a essa concepção, surgem as concepções metafísicas consoladoras. No livro “O mundo como vontade e representação”, publicado em 1818 e considerado sua principal obra, o capítulo “Da morte e sua relação com a indestrutibilidade do ser em si” aborda a finitude humana e as suas consequências para a vida. Trata-se de uma das mais conhecidas concepções filosóficas sobre o princípio fundamental da natureza: o fato de que nascemos e morremos.

O filósofo diz não compreender como que a ideia de que as pessoas surgem do nada e vivam depois por toda a eternidade possa ser aceita e afirma que tanto a noção da morte como aniquilamento absoluto quanto a crença na imortalidade são igualmente falsas. É preciso encontrar um meio termo entre elas, que eleve a reflexão a um ponto superior. Para o autor, se o temor da morte reside no fato do não-ser esse sentimento é incoerente, porque deveria existir também o medo diante do tempo no qual não se é, ou seja, ainda não houve o nascimento. Segundo Schopenhauer:

Toda uma infinidade de tempo fluiu quando ainda não éramos, mas isso não nos aflige de modo algum. Mas, ao contrário, o fato de que após o intermédio momentâneo de uma existência efêmera uma segunda infinidade de tempo deva se seguir, na qual não seremos mais, para nós parece até mesmo uma condição intolerável (SCHOPENHAUER, 2004, p. 27).

Sendo assim, torna-se possível consolar-se sobre o tempo infinito após a morte, que será tão pouco temível quanto o tempo anterior ao nascimento; esses momentos em nada se distinguem, a não ser, pelo que o autor chama, de mediação de um sonho efêmero de vida. Schopenhauer (2004) não compartilha da noção de que o nascimento seja o começo da existência, para ele a substância íntima humana, dos que ainda não surgiram, já existe anteriormente ao nascimento. A sua reflexão principal é a de que na morte não somos nós que deixamos de existir, mas ao

contrário, nós continuamos e o mundo acaba, pois ele não é nada mais do que uma representação particular de cada indivíduo. Para Schopenhauer:

O terror da morte repousa, em grande parte, sobre essa aparência ilusória de que o eu desaparece, enquanto o mundo permanece. Mas é o contrário que é o verdadeiro: o mundo desaparece, enquanto a substância íntima do eu, o suporte e o criador desse sujeito, em cuja representação constituía a existência do mundo, persiste (SCHOPENHAUER, 2004, p. 65).

O morrer torna-se, portanto, o momento de libertação de uma individualidade estreita e uniforme. A liberdade verdadeira aparece após a morte, quando os homens e mulheres não precisam mais se submeter às regras de conduta e aos valores estabelecidos nas sociedades. Para Schopenhauer (2004), a morte contribui para que as pessoas se transformem em algo novo e diferente, ela é a responsável pela libertação das vontades individuais.

O filósofo francês Michel de Montaigne também dedica à morte uma parte considerável dos seus escritos. Para ele, a própria essência da filosofia é aprender a morrer, pois o resultado principal da sabedoria e da inteligência é o de não ter receio da morte (MONTAIGNE, 1984). Para despojá-la da vantagem que tem sobre a nós - a sua inevitabilidade - Montaigne pondera se tomar um caminho inverso ao habitual, ou seja, tirar dela o que tem de estranho, habituar-se à ideia e tê-la presente no pensamento. Por não sabermos onde ela nos aguarda, ele propõe esperá-la em toda parte, pois:

Meditar sobre a morte é meditar sobre a liberdade; quem aprendeu a morrer desaprendeu a servir; nenhum mal atingirá quem na existência compreendeu que a privação da vida não é um mal; saber morrer nos exime de toda sujeição e constrangimento (MONTAIGNE, 1984, p. 45).

Com isso, a chegada da morte não se mostrará surpreendente, por já estarmos preparados para a sua ocorrência. Segundo o autor, não seríamos capazes de suportar mudança tão profunda, se a ela chegássemos repentinamente, por isso, considera fundamental, nos familiarizarmos sobre essa condição. Para Montaigne (1984), não há sentido em nos afligirmos diante de um momento em que nós nos veremos livres verdadeiramente, conforme afirma:

Lastimar não mais viver daqui a cem anos é tão absurdo quanto lamentar não ter nascido um século antes. A morte é origem de outra vida. Nascemos entre lágrimas e muito nos custou entrar na vida atual; passando para uma nova vida, despojamo-nos do que fomos na precedente. Não pode ser grave uma coisa que acontece uma vez só; será razoável rezear com tanta antecedência acidente de tão curta duração? Em relação à morte, viver pouco ou muito é a mesma coisa, pois nada é longo ou curto quando deixa de existir (MONTAIGNE, 1984, p. 47).

De acordo com o filósofo, a natureza nos ensina que saímos deste mundo do mesmo modo que entramos, pois de forma similar que passamos da morte para a vida - sem temores e sem que esta fosse a nossa vontade - devemos reagir ao passarmos da vida para a morte, uma vez que o fim da nossa existência está inserido na própria organização do universo. Ele analisa que a vida em si, não é um bem nem um mal, torna-se um bem ou um mal diante do que fazemos dela e se vivermos um dia só, já teremos visto tudo, pois um dia é igual a todos os outros. Se não soubermos usar a vida, o falecimento não fará diferença, por outro lado, se tivermos a capacidade de aproveitá-la, é possível morrer com o sentimento de satisfação. Sendo assim, reflete o autor: “qualquer que seja a duração de vossa vida, ela é completa. Sua utilidade não reside na duração, e sim no emprego que lhe dais. Há quem viveu muito e não viveu” (MONTAIGNE, 1984, p. 49).

O filósofo francês Paul Ricoeur (2007) apreende a morte como o destino inelutável do corpo-objeto e questiona o que ela significa quanto à nossa maneira de ser entre os outros humanos. Segundo afirma, existe um descompasso orgânico entre querer viver e o ter que morrer; sendo que este último faz da morte uma interrupção ao mesmo tempo inevitável e aleatória. Para ele, acabar com esse descompasso pela aceitação, continua a ser uma tarefa à qual todos estamos submetidos. Porém, mesmo aceito, o falecimento não deixa de ser assustador e angustiante, principalmente pelo seu caráter radicalmente alheio ao nosso desejo (RICOEUR, 2007, p. 370). Sobre o tema, Ricoeur também destaca, que o historiador, dando espaço aos mortos, cria ambientes para os vivos, pois os falecidos de hoje são os vivos de ontem, que agiram e sofreram.

As mudanças nas atitudes diante da morte, as reflexões sobre o que ela representa e a sua relevância nas limitações que conferem à vida marcam a sociedade ocidental, inclusive o Brasil, que se insere no Ocidente Cristão estudado por Ariès e pelos demais autores citados. Segundo Eliane Robert Moraes (2010), o falecer se encontra

na ordem do inabordável, por isso suscita as mais profundas interrogações. Prova disso, em suas palavras:

[...] está na insistência com que se investiga, desde sempre, o mistério da finitude, seja na filosofia ou nas ciências humanas, seja nas artes ou na literatura. Empresa vã, poderíamos dizer, já que se trata decididamente de um mistério insolúvel, ao qual só acedemos, quando muito, pelas bordas externas, sem qualquer chance de conhecer o outro lado (MORAES, 2010, p. 11).

Schmitt (2010) destaca que a morte constitui uma experiência de desordem da realidade. Diante dela, os seres humanos reagem, não apenas perante o inevitável fato biológico em si, mas do que ela representa, segundo afirma: “é a percepção da finitude que leva o ser humano a tentar compreender, com todos os meios possíveis, o sentido da sua existência. Em grande medida, as concepções da morte implicam concepções de vida” (SCHMITT, 2010, p. 21). De acordo com a autora, as atitudes e comportamentos diante do óbito mudaram nas diferentes épocas e sociedades. Por ser a morte, além de natural, também um aspecto cultural, foi possível, segundo Schmitt (2010), produzir a sua historiografia, ou seja, investigar as maneiras como os indivíduos vivenciam a proximidade da sua morte e a morte do outro.

Para Michel de Certeau (1982), o discurso sobre o passado tem como estatuto ser o discurso do morto. O objeto que nele circula não é senão o ausente. O morto, desta forma, é a figura objetiva de uma troca entre vivos e o discurso não deixa de se articular com a morte que postula, pois:

[...] falar dos mortos é também negar a morte e quase desafiá-la. Igualmente diz-se que a história os ‘ressuscita’. Esta palavra é um engodo, ela não ressuscita nada. Mas evoca a função outorgada a uma disciplina que trata a morte como um objeto de saber e, fazendo isto, dá lugar à produção de uma troca entre os vivos (CERTEAU, 1982, p. 56).

Para Mariana Ximenes Pinho (2016) a morte se insere no irrepresentável, assim, os seres humanos incorrem em compromissos conciliatórios, por um lado admite a própria finitude, por outro recorre às crenças e práticas rituais concebidas para apaziguar a angústia ante a ameaça de aniquilação. Porém, é preciso considerar que diferentes sociedades possuem os seus próprios aspectos históricos e sociais, sendo assim, cada país, até mesmo cada região, de acordo com suas práticas e costumes, teve e tem a sua maneira de vivenciar e agir perante a morte. Desta forma, buscamos

lançar o nosso olhar sobre as características do falecer no Brasil e no Espírito Santo, espaço no qual circularam os necrológios da pesquisa.

## **1.2 O Brasil, a Província do Espírito Santo e o cotidiano da morte em Vitória**

Algumas das questões centrais que envolvem os rituais funerários e as atitudes dos brasileiros diante da finitude podem ser encontradas nas pesquisas do historiador João José Reis, pioneiro e referência nos estudos sobre a morte no Brasil. Segundo Reis (1991), o falecimento, que atravessa a nossa vida de tantas maneiras, se faz presente em uma variedade de fontes e deixa marcas profundas na memória das coletividades. Para o autor, são muitas as possibilidades e também as dificuldades em um estudo sistemático que tenha as ações humanas diante do traspasse como tema e destaca a relevância de se conhecer como os membros de cada região lidaram com o falecer no passado e o ritmo no qual mudaram as suas formas de morrer.

Sobre a morte no século XIX no país, recorte no qual esta tese se insere, Reis (1991) afirma que o importante era não ser tomado de surpresa por este último ato entre os vivos. Finalizada a agonia, era relevante que muita gente cercasse o morto de cuidados, que ele fosse velado e levado à sepultura (REIS, 1991). Neste sentido, a morte era vista, como apenas o fim do corpo, pois se seguia para um outro tipo de vivência em um local diferente e para isso, eram fundamentais os ritos e solenidades que circundavam esses momentos. Segundo Reis (1997), essas eram atitudes comuns entre os que viviam e morriam no Brasil do Oitocentos. Essa morte espetacular irá sofrer um impacto profundo provocado pelas epidemias, com destaque à febre amarela e ao cólera, que assolaram diversas partes do país, inclusive a Província do Espírito Santo.

Para Reis (1997), é importante atentar-se à realidade complexa e multifacetada em termos de rituais, significados e visões em torno da morte, uma vez que esta ganhava contornos diferentes segundo a classe social, a afiliação religiosa e a origem étnica (REIS, 1997, p. 13). Nesta tese, seguimos as informações elaboradas pelo autor ao observarmos as demonstrações afetivas para além de manifestações corriqueiras de pesar e de lamento, mas sim, procurando compreender, por qual motivo determinadas representações e sentimentos são direcionados a um falecido e não a outro.

Cláudia Rodrigues (2005) destaca que com as transformações das práticas funerárias associadas à morte, ela, que sempre fora parte significativa da vida e das interações entre os indivíduos, começa a ser tratada com certa indiferença, desaparecendo, aos poucos, das ações e dos ritos do cotidiano. Transformação esta, contudo, que não surgiu repentinamente, sendo resultado, de um processo da sociedade em direção à secularização. As formas de agir relatadas por Rodrigues (2005), como comuns no Brasil católico do século XIX, nos auxiliaram a refletir os discursos e representações existentes nos periódicos. Para chegar aos dados sobre as relações dos brasileiros com o falecer a autora utilizou, dentre outras fontes, o manual português de preparação para a morte “Breve aparelho e modo fácil de morrer para ensinar a Bem Morrer um cristão” do jesuíta Estevam de Castro, redigido no século XVII, testamentos, registros paroquiais e jornais.

Era fundamental, por exemplo, seguir as orientações da morte católica e redigir um testamento, no sentido de prestar contas sobre as atitudes da vida. Era comum que estes documentos se ocupassem mais com os temas da salvação da alma do que com a distribuição dos bens (RODRIGUES, 2005). Segundo a autora: “O testamento foi utilizado como um meio de exteriorizar o sentimento religioso e a fé em Deus que diziam ter a obediência aos preceitos do catolicismo e a crença em seus dogmas” (RODRIGUES, 2005, p. 38). Isso não significava, certamente, que aqueles indivíduos eram efetivamente tão corretos, virtuosos e religiosos, mas diante da perspectiva da morte, havia uma intenção em se mostrar as qualidades e bons feitos para garantir a subida aos céus. Ao buscarem e procurarem os rituais da Igreja Católica, em seus últimos momentos, busca-se a salvação das almas, conforme expõe Rodrigues:

Tratava-se de cumprir uma determinação eclesiástica que ensinava como se devia morrer de modo a obter a graça divina e a vida eterna além-túmulo; ainda que não necessariamente tenham cumprido aqueles mesmos ensinamentos quanto ao viver. Mas também demonstrava a preocupação com uma morte que se considerava decente, bem como com a afirmação social por ocasião da morte (RODRIGUES, 2005, p. 39).

Segundo Rodrigues (2005), a morte se apresentava como um momento de preparação a uma ascensão à existência em um plano diferente e a preocupação em se alcançar o céu pode ser observada nos testamentos, que traziam as orientações

para auxiliar essa viagem, como as roupas a serem utilizadas, os locais das sepulturas, o quantitativo de missas, os cortejos, dentre outras recomendações. “Preparar-se para a morte, significava para o católico acertar as contas com Deus, para que, no momento do Juízo, não houvesse empecilhos à salvação de sua alma. Como se dizia na época, esta era uma boa morte” (RODRIGUES, 2005, p. 40), destaca.

Diante da doença e da proximidade do falecimento o respeito aos sacramentos e aos preceitos religiosos eram vistos como recursos para a cura das enfermidades, que se acreditava serem provenientes do mal da alma. A autora afirma, que essas eram atitudes costumeiras de parte significativa da população do Rio de Janeiro, local analisado por ela, “enquanto a Igreja possuiu ingerência sobre a sociedade e atuava como aparelho de Estado, tanto durante a Colônia como no Império, detendo poderes sobre instituições e costumes, a exemplo dos cemitérios e enterramentos” (RODRIGUES, 2005, p. 361).

A presente tese abrange um local e época específicos inseridos no desenrolar da história do Espírito Santo, que assim como o Rio de Janeiro, tinha na religiosidade da sua população uma das características mais marcantes no que se refere aos ritos e atitudes diante dos falecimentos. Escolhemos trabalhar com os jornais redigidos e impressos em Vitória, por se tratar da capital e ser ela e seu entorno os locais de maior concentração humana e também o espaço das principais decisões e articulações políticas, econômicas e sociais que direcionavam e agitavam a Província.

A Vila de Vitória foi elevada à categoria de município por uma lei publicada em 17 de março de 1823 e abrangia as freguesias de São José de Queimado, São João de Cariacica, São João de Carapina e Santa Leopoldina. De acordo com as informações do “Recenseamento do Brasil de 1872”, no município de Vitória viviam 20.557 pessoas. Destas, 12.470 eram livres e 8.087 escravizadas. Na ilha de Vitória tinha-se um total de 4.361 indivíduos, dos quais 3.360 eram livres e 1.001 escravizados.

A historiadora Patrícia Merlo, na obra “O nó e o ninho: estudo sobre a família escrava em Vitória, Espírito Santo, 1800-1871” traz um panorama da cidade, da sua inserção no Império brasileiro e reflexões sobre as configurações e relações pessoais que

caracterizavam o seu cotidiano escravista. As suas análises nos auxiliariam a trazer à cena alguns dos aspectos centrais da capital capixaba e da sociedade que ali vivia e interagia.

Ao introduzir a obra, Merlo (2018) destaca que mesmo afastada da corte e do eixo econômico central, Vitória não estava deslocada da sociedade complexa na qual se inseria, pois “não permaneceu alheia às transformações por que passou a colônia desde a chegada da família real até a constituição do império brasileiro” (MERLO, 2018, p. 15). Segundo afirma, a partir do século XVIII, é possível vislumbrar o crescimento do Espírito Santo na geopolítica do Império devido à sua ligação com a região das Minas Gerais, período no qual ocorreu a militarização da Vila. Ao abordar as características de Vitória, Merlo (2018) ressalta:

Na parte alta da ilha, onde hoje se situa a cidade de Vitória, ficava a vila de Nossa Senhora da Vitória, capital da capitania do Espírito Santo e cabeça da Comarca no início do século XIX. Esprimida entre as montanhas e o mar, a localidade era uma típica vila colonial portuguesa construída seguindo os relevos das encostas, como tantas outras povoações litorâneas do Brasil Colônia (MERLO, 2018, p. 23).

Quanto aos anos iniciais do século XIX, Merlo (2018) afirma que Vitória era o principal núcleo urbano do Espírito Santo e sua sede administrativa colonial. Tratava-se de uma tradicional localidade portuária, com funções de cidade comercial. Ela possuía uma localização estratégica, que permitia uma navegação regular com outras províncias. Deste modo, em suas palavras:

[...] apresentava uma rede variada de serviços e ocupações burocráticas. Concentrava a maior parte das vendas em grandes e pequenas casas de comércio espalhadas por toda a região, num mundo marcado pela especificidade rural circundante e especializado na produção de alguns artigos básicos (MERLO, 2018, p. 23).

Com relação à sua configuração social, Merlo (2018) destaca que a cidade, cercada de fazendas com plantios de cana, algodão, milho, arroz, mandioca, dentre outros, abarcava uma população pequena e diversificada na qual se inseriam, por exemplo, senhores, proprietários, soldados, brancos, negros, pardos, escravizados, livres e libertos (Merlo, 2018, p. 26). Com isso, “marcada estava Vitória, portanto, assim como o restante do vasto território colonial em que se inseria, pelo convívio e conflito latente

entre desiguais” (MERLO, 2018, p. 26). É fundamental termos em vista, seguindo a autora, que uma significativa população escravizada se concentrava em Vitória e se constituía uma parte basilar das relações sociais, culturais, políticas e econômicas que se desenrolavam na capital.

Ao analisar a Província dentro do Império Brasileiro, período no qual esta tese se insere, Merlo (2018) ressalta a crescente expansão das lavouras de café, que passaram a corresponder à maior parte da economia local, coexistindo com outros gêneros como a cana e o algodão. A autora afirma ainda, que a cidade apresentava traços estruturais comuns às regiões centrais: “o predomínio do trabalho escravo em todos os níveis de riqueza e a alta concentração dos recursos nas mãos de sua pequena elite” (MERLO, 2018, p. 211).

Sebastião Pimentel Franco (2013), ao abordar o cotidiano de Vitória por meio dos autos criminais, nos anos de 1843 a 1871, afirma que a capital era o local com o maior contingente populacional do Espírito Santo e nela eram tomadas as decisões políticas. “Rapidamente, com o advento da produção cafeeira, transformou-se no principal porto escoadouro desse produto e com isso passa a ter um maior contato com outras regiões do País e do exterior” (FRANCO, 2013, p. 49), destaca. O aumento da produção e exportação do café permitiu uma maior circulação de recursos financeiros, promovendo o crescimento das atividades comerciais, e dinamizando, conseqüentemente, as relações sociais (FRANCO, 2013). Segundo o autor, o município era o mais urbanizado entre os demais que compunham a Província.

De 22 de março a 7 de maio de 1885 foram publicados pelo jornal “A Província do Espírito Santo”, 32 artigos de autoria do Padre Francisco Antunes da Siqueira que assina, inclusive, alguns dos necrológios levantados para esta tese, nos quais ele relata as suas impressões sobre o cotidiano e a religiosidade de Vitória, informações que colaboraram para a nossa compressão sobre a cidade e as suas características no período, principalmente no que se refere aos cuidados com os falecidos. Padre Francisco exerceu, dentre outras, as funções de vigário da Freguesia da Nossa Senhora da Vitória, cônego honorário, oficial da Secretaria de Governo e deputado provincial. Siqueira inicia o seu relato da seguinte forma:

A antiga Vila de Vitória. Hoje capital do Espírito Santo pela nova divisão política, traçada pelo plano de direito das gentes, que constituiu, moveu e consolidou nossa independência, caracterizando-nos como um povo livre da metrópole portuguesa, situada na ilha Duarte Lemos, desde a sua fundação recebeu, pelo costume de nossos avoengos e seus sentimentos políticos e religiosos, as tradições festivas que vamos descrever com a mais fiel imparcialidade (SIQUEIRA, 1999, p.41).

Nos textos, o autor descreve diversas das festividades que ocorriam na Província, tanto sacras quanto profanas, assim como traz dados sobre vestuários, músicas, costumes, tradições e brincadeiras. Quanto aos mortos, que, em suas palavras, “se desprendiam deste mundo, rompendo os laços da carne e os da família, tinham também sua festa fúnebre, com todos os aparatos da tristeza” (SIQUEIRA, 1999, p. 108). De acordo com Siqueira: “o cerimonial romano a prescrevia, e o povo, embora às custas de lágrimas e dolorosas excitações, a executava. A crença da imortalidade da alma era tradicional e filha do consenso geral da humanidade” (SIQUEIRA, 1999, p. 108). Sobre o modo como ocorriam as honras fúnebres em memória aos mortos na cidade, o padre Siqueira relata:

[...] principiavam desde suas casas, vestidas de pesado luto, continuavam pelas ruas, finalizavam na igreja e nos cemitérios com o ofício de sepultura. Um clero numeroso, padres e frades, às vezes nove e quando presentes os de fora, 13, cantavam o ofício fúnebre (SIQUEIRA, 1999, p. 108).

Com isso, é possível apreender, alguns dos aspectos que marcavam a cerimônia da morte na cidade de Vitória. Em suas ruas, segundo o religioso, se faziam os cantos e se realizavam as preces. Observa-se, portanto, que as homenagens aos falecidos ocorriam dentro da estrutura e do cotidiano da cidade e mobilizavam a comunidade. O padre prossegue, afirmando, que de acordo com a hierarquia do morto, “depositava-se o cadáver na igreja e no dia posterior, tinha lugar a missa solene de corpo presente seguindo-se matinas<sup>4</sup> e laudes<sup>5</sup>, horas canônicas do ofício de defuntos” (SIQUEIRA, 1999, p. 108). Neste trecho, percebe-se que não se evitava o contato com o falecido, os ritos do fim da vida ocorriam em meio aos espaços de convivência da população. Após essas cerimônias, segundo o padre, os convidados, parentes e corporações religiosas assistiam às honras fúnebres com tochas acesas. Durante o período da quaresma eram concedidos sufrágios e preces aos mortos.

---

<sup>4</sup> De acordo com a liturgia católica, trata-se dos cânticos da primeira parte do ofício divino.

<sup>5</sup> As laudes são salmos e cânticos em louvor a Deus.

Segundo José Carlos Rodrigues (1983), os ritos fúnebres significam, ao mesmo tempo, uma ruptura e a sua resolução. Neles acontece a transformação da agonia e da aflição para a esperança e o conforto de que o morto seguirá para um local e existência melhores. Nas práticas funerárias, o caráter de extrema individualidade se sobressai ao se destinar a uma pessoa toda uma série de rituais e manifestações afetivas. Dessa forma, como fenômeno social, a morte e as práticas a ela associadas têm a função de retirar um indivíduo de uma realidade e o levar a outra, que pressupõe a continuação do existir.

Rodrigues (1983) argumenta, que esse trajeto de transição da existência na terra para outro lugar, marcado por diferentes manifestações, acontece em três momentos diacrônicos, que em conjunto formam os “ritos de passagem”. São eles: “a separação”, que consiste no trabalho simbólico de desligamento do morto dos domínios dos vivos; a “liminaridade”, que é o estágio intermediário em que o morto empreende sua viagem e, por fim, a “reintegração”, que marca o momento final no qual o falecido chega ao reino dos mortos (RODRIGUES, 1983, p.44). A crença nesses ritos, salvo particularidades culturais de algumas sociedades, costuma fazer parte de como as práticas funerárias são organizadas para facilitar a partida dos mortos, levando-os a se sentirem em paz em algum outro caminho.

Para Rodrigues (1983), a consciência da finitude é uma das marcas da humanidade e os fantasmas do aniquilamento rondam, fustigam e desafiam os sistemas humanos de explicação do mundo. Segundo ele, há uma dificuldade em se aceitar o fim da existência e todas as suas consequências como uma conclusão que não tem como ser alterada. Rodrigues (1983) afirma que a recusa da morte é provavelmente tão antiga quanto a história humana e os ritos amenizam as angústias que um desaparecimento completo do ser humano poderia trazer, pois se baseiam na convicção de que a vida e a morte não são condições opostas, já que os mortos vivem de uma outra forma.

Para pensarmos os ritos e atitudes diante da morte na cidade de Vitória, utilizamos também alguns dos dados levantados na nossa dissertação de mestrado. É importante destacar que se trata de um tema com raras pesquisas feitas ou em

andamento no Espírito Santo. Percebemos, na capital da Província, uma maneira de agir perante a morte no decorrer dos nossos estudos. A forte religiosidade da população e os costumes locais faziam do falecimento um momento solene. O moribundo não vivenciava seus dias finais sozinho. Ele ficava em casa, rodeado pelos parentes e amigos. Os familiares e pessoas próximas não se dedicavam apenas aos momentos dos sepultamentos, eles compareciam nos cuidados na enfermidade e participavam das atividades religiosas posteriores, como as missas de 7<sup>o</sup> e 30<sup>o</sup> dias. As famílias abriam suas portas - desde o decorrer da doença - para o envolvimento dos demais membros da comunidade. O luto era compartilhado, a dor era vivenciada de forma conjunta, não se afastava o doente do convívio e solicitava-se o apoio e comparecimento nas solenidades durante e após a morte.

Havia a importância de se falecer em dia com os sacramentos e rodeado de cuidados. As solenidades eram envolvidas nos sons dos sinos, nos cortejos e nas lágrimas. O falecer estava inserido no dia a dia e destacava-se como um ato de mobilização entre os moradores. Com uma população em grande parte seguidora do catolicismo, conforme mostra o “Recenseamento do Brasil de 1872” no qual, de todos os residentes em Vitória, dentre livres e escravos, apenas dois disseram-se não católicos, a comunidade promovia o velório, a procissão a pé até a igreja, a recomendação solene feita pelo padre e os discursos dos amigos diante da sepultura.

Ressalva-se, que dizer-se não católico, provavelmente seria mal visto em uma comunidade predominantemente religiosa, fazendo com que muitos cidadãos se afirmassem da referida crença, mesmo não a exercendo ou a praticando de fato, porém é inegável a influência e alcance do catolicismo na sociedade capixaba do século XIX. Após essas manifestações, seguia-se inicialmente para os enterramentos nas igrejas, que ocorreram até o ano de 1856, quando houve a sua proibição devido à epidemia do cólera que assolou o Brasil e também o Espírito Santo. A passagem do cólera teria, segundo Franco (2015), matado 1700 pessoas em toda a Província. Posteriormente a essa data, o destino final foram os principais cemitérios da capital, que na segunda metade do século XIX eram os da Santa Casa de Misericórdia e o de São Francisco da Penitência.

Com relação à configuração religiosa de Vitória, Merlo (2018) destaca alguns dos seus principais templos, que marcavam a paisagem no oitocentos e reforçam a influência da religiosidade no espaço urbano da cidade:

No plano central da Comarca situava-se a Igreja Matriz, e ao norte, a alguns metros, a Capela de Santa Luzia, acompanhada pelo Convento dos Franciscanos, tendo à frente a Igreja de Santiago. Em seguida, o antigo Colégio dos Jesuítas, então paço do Governo, constituía-se ponto estratégico onde se avistava toda a baía, o cais e os trapiches, as oscilações da maré em seu eterno movimento e a Casa de Misericórdia (MERLO, 2018, p. 24).

Franco (2013) também aborda a religiosidade local ao afirmar que as práticas católicas alcançavam de modo significativo o cotidiano dos moradores. “As badaladas dos sinos norteavam a vida das pessoas, comunicando missas, nascimentos, mortes, além, é claro, de informar as horas” (FRANCO, 2013, p. 49). Segundo Fernando Achiamé (1999), na pequena cidade de Vitória, com uma grande quantidade de festas religiosas, a igreja comandava a vida dos habitantes, do acordar ao amanhecer e da igreja ao túmulo. Em tal contexto, pontificava a figura do padroado, que resultava em uma ligação da Igreja com o Estado, na qual os padres exerciam a função de servidores públicos. Os ritos religiosos faziam parte da rotina da população e envolviam o batismo, o casamento e a encomendação dos corpos.

Verificamos também, ao pesquisarmos o cotidiano da morte em Vitória, a importância das ações das Irmandades, que eram “associações corporativas, no interior das quais se teciam solidariedades fundadas nas hierarquias sociais” (Reis, 1991, p. 51). Segundo Achiamé (1999), as irmandades em Vitória, assim como em muitos lugares do Brasil, representavam uma proteção para as pessoas, tanto na vida, como na morte: “[..] no que se relacionava aos costumes da vida, a festa e conagraçamentos, tão próprios da condição humana, eram em grande parte condicionadas pelas irmandades e realizadas sob supervisão direta” (ACHIAMÉ, 1999, p. 12).

Reis (1991) destaca que as irmandades eram os principais veículos do catolicismo popular e atuavam como um gesto de devoção a santos específicos; os mesmos, em troca da proteção oferecida aos fiéis, recebiam deles diferentes homenagens. Elas foram grupos organizados que intervieram de modo significativo na Província e estavam sob o seu controle o tratamento de enfermidades e os sepultamentos,

momentos nos quais os confrades velavam seus companheiros e usufruíam das rezas em seus momentos finais (BONICENHA, 2004). Dentre as mais atuantes, na segunda metade do século XIX, estavam a Confraria da Misericórdia, a Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte e Assunção, a Arquiepiscopal Irmandade de São Benedito do Rosário, a Irmandade do Santíssimo Sacramento e a Irmandade de Santo Antônio dos Pobres.

Em 2019, a defesa da tese de Júlia Freire Perini, “Deixai morrer, Deixai viver: as mudanças no sentido da morte na cidade de Vitória-ES, durante a segunda metade do século XIX e os primeiros anos da República”, no Programa de Pós-Graduação em História da Ufes, expandiu e trouxe novos dados sobre o tema das relações dos moradores de Vitória com a morte. Em seu trabalho, Perini (2019) teve por objetivo, “[...] elucidar as disputas, os consensos e os dissensos em torno dos sentidos da morte e do morrer diante do advento da modernidade na cidade de Vitória, entre a segunda metade do Oitocentos e as primeiras décadas do século XX” (PERINI, 2019, p. 8).

Na tese, ela investiga como ocorreram na capital capixaba as alterações nas representações dos costumes funerários que marcaram a virada do século XIX para o XX no Brasil, conforme destacamos nas abordagens de Reis (1997) e Rodrigues (2005). Segundo informa, o seu intuito foi verificar as especificidades da realidade local e como essas mudanças influenciaram a experimentação do momento da morte e fizeram surgir maneiras de vivenciá-la. Perini (2019) utilizou jornais, relatórios administrativos, ofícios, atas médicas e documentos eclesiásticos para refletir o papel desempenhado pela Igreja Católica e pelas irmandades na luta pela manutenção de rituais e de hábitos relacionados às formas mais tradicionais de compreensão da morte, diante das mudanças que ocorriam. A pesquisa de Perini (2019) soma-se às nossas nesse esforço de verificar as representações e atitudes da população diante da morte no Espírito Santo, com suas particularidades e costumes.

### **1.3 A imprensa oitocentista: surgimento, protagonistas e a política**

Perceber os jornais não como meros disseminadores de informações, mas como um dos protagonistas das relações e interações ocorridas em seu tempo é o que buscamos ao nos centrarmos nas páginas dos periódicos para analisarmos as

atitudes e expressões das emoções diante da morte pelos moradores da cidade de Vitória. Ao refletirmos o teor dos necrológios, as memórias dos mortos neles presentes e a valorização das lembranças, alguns caminhos são fundamentais, tanto no que se reporta à nossa metodologia de trabalho, quando às análises sobre a constante interseção entre os meios de comunicação e as esferas de poder. Para isso, foi preciso nos libertarmos da noção de ser a mídia uma ferramenta de veiculação de “fatos” e “verdades”, ou ainda, apenas um mero meio no qual se expõem ideias e forças sociais subordinadas por uma infraestrutura socioeconômica (FERREIRA; MOREL; NEVES, 2006, p. 10), pois:

Em estudos recentes, a imprensa tanto constitui memórias de um tempo, as quais, apresentando visões distintas de um mesmo fato, servem como fundamentos para pensar e repensar a História, quanto desponta como agente histórico que intervém nos processos e episódios e não mais como um simples ingrediente dos acontecimentos (FERREIRA; MOREL; NEVES, 2006, p. 10).

Segundo Marco Morel (2005), a renovação historiográfica das abordagens políticas e culturais redimensionou a importância da imprensa, que passou a ser mais comumente utilizada como fonte documental, uma vez que ela enuncia os discursos e as expressões dos protagonistas, mostrando-se como uma força atuante e não um simples registro das situações (MOREL, 2005). Para ele, os meios de comunicação são locais privilegiados de projetos e embates, em contato com outras instâncias e atores sociais, o que implica, na relevância da compreensão de como a mídia impressa age e interage na complexidade de um contexto.

Para adentrarmos em nossas fontes e verificarmos as representações culturais e as práticas de poder inseridas nos necrológios, consideramos relevantes esses aspectos levantados pelos autores. Desta forma, percebemos os periódicos não apenas como um suporte para a veiculação das notícias da cidade de Vitória, mas sim, como um espaço de diversas relações e interações políticas, que estavam presentes nas discussões publicadas, configurando-se, como agentes históricos proativos diante dos acontecimentos.

Ao optarmos em analisar veículos impressos do século XIX é importante estarmos atentos a alguns dos pontos centrais que os caracterizam. Isabel Lustosa (2003)

destaca que até 1808, data da chegada de D. João VI ao Brasil e a instalação da corte no Rio de Janeiro, as letras impressas eram proibidas e as poucas tipografias que buscaram se estabelecer, esbarraram na intransigência das autoridades portuguesas. A vinda da família real para o país alterou a situação na qual se encontrava a até então Colônia. De acordo com Lustosa (2003), a mais importante mudança foi no status político e econômico do Brasil, que viu florescer o seu comércio com a abertura dos portos e a quebra do monopólio de Portugal. Surgiu, nesse momento, a necessidade de se fazer imprimir os atos do governo e divulgar as notícias interessantes à Coroa, o que colaborou para iniciar, logo após a chegada do rei, a atuação da imprensa (LUSTOSA, 2003).

Marialva Barbosa (2010) ressalta esse aspecto ao afirmar que a vinda da coroa portuguesa ampliou o universo populacional e materializou as condições mínimas indispensáveis para a circulação de ideias de uma forma mais ampla. Para a autora, a abertura comercial e a instalação da burocracia oficial, decorrentes da chegada da Corte ao país, foram responsáveis por mudanças econômicas, sociais, políticas e principalmente, culturais. Em suas palavras: “Na trilha da troca de mercadorias se estabelece a troca de informações” (BARBOSA, 2010, p. 20).

Para Lavínia Madeira Ribeiro (2004), no contexto das mudanças materiais do país e da urbanidade carioca “[...] observa-se uma abertura qualitativa do perímetro da discursividade pública, dos seus interesses, integrantes, da natureza de suas intervenções e dos formatos das publicações informativas em geral” (RIBEIRO, 2004, p. 109). O primeiro jornal impresso no Brasil foi a “Gazeta do Rio de Janeiro”, lançado em 10 de setembro de 1808. Seu pioneiro redator foi frei Tibúrcio José da Rocha<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> Frei Tibúrcio José da Rocha, de acordo com Larangeira (2011), assim conhecido por ser da Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, redigiu a “Gazeta do Rio de Janeiro” entre 10 de setembro de 1808 e março de 1812, quando adoeceu e foi afastado da função por um desentendimento com o novo Ministro da Secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Conde das Galveias. Tibúrcio José da Rocha nasceu na freguesia portuense de Miragaia em 1776. Aos 15 anos, ao tornar-se órfão, ingressou na Ordem Terceira de São Francisco da Penitência e foi para Évora iniciar o noviciado no Colégio do Espírito Santo. Após a formação religiosa foi para Coimbra, onde finalizou os seus estudos. Frei Tibúrcio aportou no Brasil como capelão da Brigada Real da Marinha e em seguida foi designado redator da primeira publicação jornalística brasileira (LARANGEIRA, 2011). A sua escolha, segundo Larangeira (2011), se deveu à sua esmerada formação na Ordem Terceira, principalmente em relação ao domínio do latim, espanhol e inglês, tornando-se um dos tradutores diletos do príncipe D. João; à proximidade da congregação com a família real e ao contato com o fazer tipográfico nos conventos e colégios de Évora, Coimbra e Lisboa.

Tratava-se de uma folha onde se publicavam os decretos e as informações relacionadas à Família Real.

Apesar de o “Gazeta do Rio de Janeiro” ser considerado o primeiro jornal efetivamente impresso no país, anteriormente a ele, desde o mês de junho de 1808, já circulava o “Correio Braziliense”<sup>7</sup>, redigido por Hipólito José da Costa Furtado de Mendonça e produzido em Londres, com um teor compreendido como mais crítico e informativo do que o do “Gazeta do Rio de Janeiro”, marcado por um conteúdo de cunho mais institucional. Embora seja feita essa contraposição, Marco Morel (2005) afirma que existiam também convergências entre essas publicações pioneiras, pois ambas defendiam a Monarquia como forma de Governo e apoiavam a união luso-brasileira. Com a vinda para o Brasil da Família Real, Hipólito José da Costa Furtado de Mendonça vislumbrou a oportunidade de ocorrer no país uma transformação institucional profunda e a forma como ele encontrou para atuar junto a essas mudanças, foi por meio da palavra impressa, tal qual ele tinha a inspiração proveniente do país no qual morara, a Inglaterra.

Junto com a inauguração das tipografias e com a efetiva circulação de periódicos no Brasil surgiram outras publicações, como livros, boletins e até jornais clandestinos. Com isso, criaram-se as condições para que a troca de informações se expandisse, saindo da esfera privada e adentrando no âmbito público (BARBOSA, 2010). Para Barbosa: “Há a necessidade política e burocrática de ampliar a comunicação para um público mais amplo e entre um maior número de pessoas. Daí para a necessidade de adesão, aprovação e publicização será uma questão de tempo” (BARBOSA, 2010, p. 21).

Porém, conforme destaca Ferreira (2000), sob os primeiros impressos, manteve-se um controle formal, uma censura prévia realizada por censores régios do Desembargo

---

<sup>7</sup> Morel (2005) destaca que o periódico, já no seu primeiro número, referiu-se ao Brasil como um Império, sendo o primeiro a trazer tal denominação para as páginas da imprensa. Ribeiro (2004), ao analisar o “Correio Braziliense”, afirma ter sido essa publicação uma difusora de muitos dos princípios de formação da esfera pública política brasileira. Ressalta-se, seguindo Morel (2005), que o “Correio Braziliense” não foi o primeiro jornal feito na Europa a ser lido com regularidade no país. A “Gazeta de Lisboa”, por exemplo, já circulava no Rio de Janeiro desde 1778. No entanto, embora os demais jornais disseminassem informações e ideias, não traziam conteúdo específico sobre o Brasil e a sua política.

do Paço<sup>8</sup>, que exerciam as suas funções sobre todos os escritos importados, traduzidos ou produzidos no país. Essa rigidez direcionada aos conteúdos, só se alterou, segundo a autora, com a Revolução do Porto<sup>9</sup>, em 1820, quando se iniciou uma relativa liberdade de imprensa<sup>10</sup>, que foi adotada em agosto de 1821, tendo efeito na Corte Portuguesa e sendo também aplicada no território do Brasil (FERREIRA, 2000).

De acordo com Morel (2005), antes mesmo da data de 1808, foi possível inventariar mais de 300 obras de autores nascidos em território brasileiro, dentre livros, impressos anônimos, antologias e índices. Eram textos com temáticas variadas que abrangiam, por exemplo, narrativas históricas, poesias, medicina, botânica, relatos de viagens e sermões. Contudo, é importante analisar, em que momento se considera que o que estava sendo elaborado poderia ser chamado de imprensa. Para Barbosa (2010), a existência de informações manuscritas e da impressão clandestina, não permite dizer que ocorria, efetivamente, uma prática jornalística, pois “[...] só existe imprensa, no sentido estrito do termo, a partir do momento em que a transmissão de informação regular se torna pública, ou seja, acessível ao público em geral” (BARBOSA, 2010, p. 20). Sendo assim, existe jornalismo, quando há uma publicização das notícias em termos mais amplos.

Segundo Barbosa (2010), foi no desenrolar do século XIX no Brasil, que a imprensa ocupa um lugar efetivo no jogo político das ideias que circulavam na corte. Após o término da censura, são criadas as condições para a proliferação de jornais, inclusive

---

<sup>8</sup> Criado por D. João II (1481 - 1495), foi no reinado de D. Manuel I que o “Desembargo do Paço” se oficializou como tribunal superior do reino de Portugal, com a publicação do seu regimento especial, em 1521. No ano de 1808, com a vinda da Família Real para o Brasil, e por meio do Alvará de 10 de setembro de 1811, foram estabelecidas, nas capitais de todos os domínios ultramarinos, as “Mesas do Paço”, que exerciam a resolução das questões de justiça.

<sup>9</sup> Movimento de caráter civil e militar ocorrido na cidade de Porto, em Portugal, que dentre outras questões, exigia o retorno da Corte ao território português. Segundo Neves (2001), o objetivo da rebelião era retirar o país da repressiva situação na qual se encontrava ao estar desprovido da presença do seu soberano e envolto em um profundo marasmo econômico.

<sup>10</sup> D. Pedro decretou o fim da censura prévia em um aviso do dia 28 de agosto de 1821 que continha os seguintes dizeres “ [...] Tomando S.A. Real em consideração quanto é injusto que, depois do que se acha regulado pelas Cortes Gerais Extraordinárias da Nação Portuguesa sobre a liberdade de imprensa, encontrem os autores ou editores inesperados estorvos à publicação de escritos que pretenderem imprimir, é o mesmo Senhor servido mandar se não embarace por pretexto algum a impressão que se quiser fazer de qualquer texto escrito, devendo somente servir de regra o que as mesmas Cortes têm determinado sobre este objeto”. Aviso publicado em 28/08/1821, por ordem do Príncipe Regente, D. Pedro de Alcântara.

em outras localidades do país, como a cidade de Vitória. Sobre o surgimento e ampliação da imprensa, Morel (2005) ressalta, que longe de ser um papel sagrado, ela era marcada por vozes, gestos e palavras. Para Morel (2005), ela foi decisiva para o aumento dos espaços de expressão:

[...] a palavra impressa no próprio território brasileiro era então uma novidade que circulava e ajudava a delinear identidades culturais e políticas e constituiu-se em significativo mecanismo de interferência, com suas singularidades, e interligada a outras dimensões daquela sociedade que aliava permanências e mutações (MOREL, 2005, p. 26).

Morel (2005) afirma que para melhor dimensionar o estudo histórico da imprensa é relevante compreendê-la, tal qual nos propomos, como um dos mecanismos de participação política. Para Morel (2005), algumas das questões comumente citadas pela historiografia quando se referem à imprensa no século XIX, como a ênfase no atraso em relação a outras nações do mundo; na constante censura e no oficialismo, não dão conta da complexidade de seus aspectos em uma sociedade em transformação, como era o Brasil no momento da instalação da corte no seu território. Sem negá-los, é possível adicionar outro elemento, que Morel (2005) considera fundamental: “[...] o de que o surgimento da imprensa periódica no Brasil não se deu em uma espécie de vácuo cultural, mas em meio a uma densa trama de relações e formas de transmissões já existentes, na qual a imprensa se insere” (MOREL, 2005, p. 25).

Ribeiro (2004) também reforça o caráter político de grande parte das publicações que circularam no século XIX, para ela: “a configuração que predominou estrutural e discursivamente durante o período imperial foi a do jornalismo político. Este padrão deu margem à sugestão de um tipo ideal de procedimento no espaço público alicerçado na força da palavra impressa” (RIBEIRO, 2004, p. 107). Segundo a autora, a imprensa que se desenvolvia no século XIX envolvia a construção de uma identidade nacional abrangente; em busca de consolidação das instituições político-jurídicas. Ribeiro (2004) destaca algumas das principais características que marcavam os jornais do Oitocentos, que para ela tinham como aspecto central os textos político-partidários, que, segundo afirma “[...] legitimam o discurso jornalístico atribuindo-lhe faculdades educativas, moralistas e um engajamento à causa nacional feito de um idealismo evolucionista e iluminista” (RIBEIRO, 2004, p. 109).

#### 1.4 Os jornais impressos da Província: as fontes e a inserção do tema da morte

No Espírito Santo, a primeira tipografia surgiu no ano de 1840, sob a propriedade do alferes e deputado provincial, em seu terceiro mandato, Ayres Vieira de Albuquerque Tovar e nela se publicou o “Estafeta”, do qual circulou apenas o número inaugural. Basílio Carvalho Daemon, na obra “Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística”, do ano de 1879, traz alguns detalhes de como ocorreram as negociações para o começo do funcionamento da imprensa. Segundo relata:

Neste ano chega a esta capital a primeira tipografia aqui havida, mandada comprar pelo cidadão Ayres Vieira de Albuquerque Tovar, ex-alferes de 1ª Linha, fazendeiro e proprietário, com o fim de ser publicado um periódico nesta cidade e ser também contratada a publicação dos atos do governo provincial, segundo o desejo do presidente de então, Dr. João Lopes da Silva Couto (DAEMON, 2010, p. 358).

Diante disso, no dia 15 de setembro de 1840, foi lavrado o contrato junto ao presidente da Província para a publicação dos atos oficiais. Ficou, deste modo, sob a responsabilidade de Ayres Vieira de Albuquerque Tovar publicar um periódico, duas vezes por semana, no qual saíssem as ordens e ofícios da administração pública, abarcando as portarias e correspondências, assim como outros temas necessários. O contrato foi assinado pelo prazo de 10 anos, sendo que seria repassado ao Governo o quantitativo de 120 exemplares (DAEMON, 2010). Porém, o projeto não foi adiante, pois:

Infelizmente, apesar de todos os meios empregados pelo proprietário Ayres Tovar e pelo diretor da oficina José Marcelino Pereira de Vasconcelos, não foi possível publicar-se mais de um número de um periódico que teve o título de ‘Estafeta’, devido a não poderem obter boa impressão, talvez pela má qualidade da tinta que fora feita na própria tipografia, como notamos nos impressos que temos desse tempo, feitos na dita tipografia, como sejam ofícios, poesias, rezas e circulares (DAEMON, 2010, p. 358).

Daemon (2010) ressalta, que desgostoso por ter sido acometido por uma enfermidade, Tovar paralisou a tipografia, falecendo de tuberculose no ano seguinte. Em 1848, ela foi vendida pela viúva de Aires, chamada Sr<sup>a</sup>. Córdula, a Pedro Antônio Azeredo, que no ano seguinte, em 1849, fundou o primeiro jornal de circulação periódica no Espírito Santo, o “Correio da Victoria”, fonte desta pesquisa. As circunstâncias do seu surgimento também foram destacadas por Daemon:

Sai à luz da publicidade, nesta capital, no dia 17 de janeiro deste ano, o primeiro número de um jornal de pequeno formato sob o título de 'Correio da Victoria', de propriedade e redação de Pedro Antônio de Azeredo, natural do Rio de Janeiro, que comprara para esse fim a antiga tipografia pertencente à viúva do finado Ayres Vieira de Albuquerque Tovar. De formato diminuto foi o 'Correio da Victoria' nos primeiros anos, indo aumentando de ano a ano até chegar ao ponto em que, na imprensa, conhecemos por formato regular (DAEMON, 2010, p. 375).

Heráclito Amancio Pereira, no ano de 1922, publicou na "Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo" o inventário "História da Imprensa no Espírito Santo", no qual listou as publicações que circularam no território capixaba desde o "Estafeta". Segundo informa, o "Correio da Victoria" saiu impresso, da tipografia denominada "Capitaniense", em um papel de linho azulado e a primeira pessoa que o leu, antes da sua distribuição, foi o coronel José Francisco de Andrade Almeida Monjardim, que dentre outras funções, exerceu o cargo de 1º vice-presidente da Província, no qual estava designado à época do lançamento do periódico, e de comandante superior da Guarda Nacional. O contrato entre o proprietário, Pedro Antônio de Azeredo e a Assembleia Provincial foi lavrado em março de 1849 e nele constava que seriam feitas as publicações dos atos legislativos das sessões daquele ano, obrigando-se o editor a fornecer 20 exemplares dos projetos de lei de orçamento provincial e municipal.

No texto da edição inaugural do "Correio da Victoria" é possível apreender alguns dos seus principais objetivos. O periódico abre a escrita, sob o título de "Prospecto", afirmando que a imprensa é o veículo de informações entre os povos cultos, sendo o meio fácil e procedente de instrução popular e uma das mais palpitantes necessidades da sociedade. De acordo com verbete do "Dicionário On-line de Português", "Prospecto" significa "Condição daquilo que é provável, do que tende a acontecer. Projeto ou programa; síntese da planificação de uma obra" (PROSPECTO, 2020).

Mostra-se interessante, portanto, a nomenclatura dada ao texto inaugural, no sentido de que reforça que há intuitos que se almeja alcançar com a escrita do periódico. Os responsáveis por ele, que nesse primeiro número não foram nominados, tinham intenções e pretensões diante da sua publicação e buscam, nessa incursão pioneira da mídia impressa na Província, expor algumas das ideias que nortearam as suas ações. Para eles, a imprensa possui uma missão sagrada e sublime, que é a de:

[...] doutrinar e moralizar a sociedade, edificando-a nos preceitos das suas crenças, iniciá-la nas pesquisas das indagações das ciências, guiá-las nos conhecimentos das artes e das letras, e arrancá-las das trevas dos erros dos preconceitos e das superstições (CORREIO DA VICTORIA, 1849, p. 1).

Neste trecho, é perceptível como os responsáveis pelo jornal compreendiam a importância e o alcance das letras impressas no que tange à influência que poderiam exercer junto à sociedade. O texto segue afirmando, que com a abertura do comércio no Brasil, que o colocou a par de outros povos do universo, tornou-se relevante que cada um em particular ou todos, de modo geral, se empenhassem em promover o melhoramento do país, estando o novo periódico, portanto, inserido nessa missão, atuando em prol do que denominou de “fértil Província do Espírito Santo” que, até então, estava desprovida de um periódico. Segundo os redatores, a publicação de uma Folha era uma forte necessidade no território capixaba, que precisava recorrer, anteriormente, aos jornais da Corte e de outros lugares para os anúncios das transações mercantis e outros assuntos. Ao relatar a sua circulação, o jornal o faz nos seguintes termos:

O Correio da Victoria não será publicado, por agora, mais do que duas vezes por semana, segundo o seu contrato, todavia para esperar que, sendo com a concorrência dos assinantes ou proteção do Governo, conseguiremos aumentar o seu formato e quiçá, fazê-lo aparecer mais vezes, com pouco ou nenhum aumento do preço, porque vai taxada a assinatura (CORREIO DA VICTORIA, 1849, p. 1).

O periódico circulou duas vezes por semana, às quartas-feiras e sábado, até 13 de janeiro de 1872, quando começou a ser editado três vezes, nas terças-feiras, quintas-feiras e sábados. O jornal destaca, posteriormente, neste texto inaugural, a atuação da Assembleia Provincial para o funcionamento da tipografia, ao autorizar a liberação de uma quantia financeira para o empreendimento. A publicação reforça ainda, a relevância que atribui à imprensa, ao relatar que por meio dela seria possível retirar a Província do abatimento no qual ela jazia, levando ao conhecimento do Governo Geral algumas das suas necessidades e publicando as correspondências dos seus Presidentes.

O importante papel do surgimento da imprensa local é destacado no decorrer de todo o texto, quando afirma, que por meio dela, a Província se faria conhecida, assim como os seus recursos, riquezas, rios navegáveis e os elementos de prosperidade com os

quais contava. A atuação da mídia imprensa é relatada como uma vitória, da qual os redatores diziam se encher de satisfação e que certamente proporcionaria resultados proveitosos. Contudo, também são destacadas algumas das questões que poderiam provocar problemas, mas que eles buscariam evitar, ou seja, agiriam de forma a não se tornarem um canal:

[...] no qual se vazem torpes recriminações, aleivosas diatribes<sup>11</sup>, não será uma arena onde se debaterão gladiadores. Seus fins são mais nobres: os melhoramentos materiais do país, a publicação dos atos oficiais, a vulgarização de notícias colhidas em escritores eruditos, eis o programa que assinalei (CORREIO DA VICTORIA, 1849, p.1).

Porém, essa pretensa neutralidade e ênfase no oficialismo que o jornal se propõe a seguir, não ocorre no decorrer das suas edições. Conforme observamos nas análises empreendidas nesta tese, eram comuns os embates, as discussões e as críticas direcionadas tanto aos opositores políticos, quanto aos meios de comunicação que foram surgindo posteriormente. Deste modo, as ponderações de Morel (2005) e Barbosa (2010), nas quais destacam que um pretense caráter oficial dos primeiros jornais do país não dá conta de refletir as suas relações e complexidades, se mostram presentes em nossas fontes. Por mais que elas se definam como imparciais e oficiais, as interações que trazem e os conflitos que se estabelecem apontam que existiam diversos debates em curso.

As funções que foram possíveis identificar para os editores e redatores do “Correio da Victoria”, assim como nos demais jornais, corroboram o perfil mais comum àqueles que exerciam funções jornalísticas no século XIX. Oriundos em grande parte de faculdades de Direito, os redatores, segundo Barbosa (2010), eram figuras centrais no processo de inserção e expansão da imprensa no Brasil oitocentista e faziam, muitas vezes, da profissão, um patamar para se atingir posições políticas ou participação na burocracia estatal, pois “[...] ser jornalista é, através do prestígio que o lugar confere e das relações pessoais que possibilita, ‘cavar’ um cargo público ou ingressar na política” (BARBOSA, 2010, p. 141). Os redatores, dirigentes ou não dos jornais, possuíam, segundo a autora, capital simbólico suficientemente expressivo para participar do jogo do poder. De acordo com Barbosa (2010):

---

<sup>11</sup> “Diatribes” referem-se a críticas excessivamente rigorosas, severas ou mordazes (DIATRIBES, 2020).

O jornalista, como produtor de bens simbólicos, encarna a pessoa do 'criador', produzindo uma originalidade que enfoca principalmente a vida social. Produtor de mensagens para a 'pessoa do leitor', transforma-se em um verdadeiro formador de conceitos, normas e padrões permitidos, cuja vulgarização é necessária (BARBOSA, 2010, p. 155).

Para Barbosa (2010), a imprensa criou as condições necessárias ao desenvolvimento de um campo intelectual, permitindo àqueles que nela atuam participar de modo mais direto das instituições e grupos referências na política. Segundo a autora, não basta exercer o poder ou ter representatividade, é preciso também “divulgar, através de construções frequentemente referendadas e cristalizadas, uma imagem preferencial da imprensa” (BARBOSA, 2010, p. 142). Tem-se, seguindo Barbosa (2010), que a representação construída pelos redatores, nesta imprensa que se inicia e conquista espaços, ganha contornos de um “verdadeiro mito político” (BARBOSA, 2010, p. 142). Além disso, ela reforça a importância de se ponderar que as práticas da escrita e da publicação de notícias vão além de um simples fazer técnico, pois, em suas palavras:

[...] são produzidas a partir de percepções do mundo social, não sendo discursos neutros. As práticas jornalísticas dominantes no mundo do jornalismo, em cada época, são aquelas que foram impostas a outros, a partir de um signo de autoridade (BARBOSA, 2010, p. 143).

Morel (2005) também destaca a ascensão desses novos atores históricos: os diretores e redatores dos jornais. Segundo Morel (2005), a emergência desse “homem de letras”, em geral visto como o portador de uma missão ao mesmo tempo política e pedagógica, mostra-se como uma difusora de ideias e mediadora de embates e que teve na palavra impressa, um terreno fértil de ação (MOREL, 2005, p. 35). Conforme expõe o autor, eles não eram chamados ainda de “jornalistas”, mas de “redatores” ou “gazeteiros”, enquanto os jornais, comumente, eram denominados de “gazeta”, “folha” ou “periódico”.

No período em que foi publicado, identificamos que de 17 de janeiro de 1849 a 13 de fevereiro de 1864 o “Correio da Victoria” esteve sob a redação de Pedro Antônio d’Azeredo, natural do Rio de Janeiro, que foi proprietário do jornal até a sua morte em 1871. De 18 de janeiro de 1869 a 24 de julho de 1869 o redator foi Tito da Silva Machado, que possuía formação em Direito e exerceu as funções de advogado, professor, juiz municipal, secretário de Governo, procurador fiscal e deputado provincial. Neste período, ele estava sob a edição de Aprígio Guilhermino de Jesus,

cuja a menção que encontramos sobre as suas funções diz respeito à sua nomeação como escriturário, em dezembro de 1875, na “Caixa Econômica e um Monte de Socorro”.

Dos dias 13 de novembro de 1869 a 10 de janeiro de 1872 esteve à frente do jornal, Aprígio Guilhermino de Jesus. De 13 de janeiro de 1872 a 9 de novembro de 1872, sob a edição de Aprígio Guilhermino de Jesus, a redação ficou a cargo de Joaquim Francisco Pinto Ribeiro. Este último foi nomeado em 24 de maio de 1869 como 2º diretor das autoridades policiais da Vila de Viana, em 1882 elegeu-se vereador, em 1892 foi designado como subdelegado do Distrito da Margem Direita do Rio Jucu em Viana e em 1892 foi nomeado major fiscal da Guarda Nacional no Espírito Santo. No mesmo ano, também foi alçado à suplente de Juiz de Direito.

A historiadora Kátia Sausen da Motta (2019), ao abordar as estratégias eleitorais na Província do Espírito Santo, destaca a relevância do “Correio da Victoria” para a política local. Segundo afirma, diante da ausência inicial de outro periódico, o jornal exerceu papel primordial na propaganda eleitoral das freguesias, tanto no ano do seu surgimento, quanto nos decênios seguintes. Ela ressalta ainda, o fato de que apesar de ele ser impresso em Vitória, foi possível notar, em suas pesquisas, que as informações e propagandas políticas extrapolavam os limites da capital e contemplavam locais próximos como Viana, Serra, Nova Almeida e até mesmo do Norte e do Sul da Província (MOTTA, 2019, p. 171).

Em seu primeiro número, o “Correio da Victoria” traz o modo como ele seria estruturado e as suas principais divisões e temáticas. Ao longo do tempo, algumas mudanças ocorreram com a inserção de novas seções e aprimoramentos na estrutura e formato, porém essa divisão se mostrou presente em grande parte das edições, sendo constituído, portanto, de uma “Parte Oficial”, para os atos do Governo, a “Crônica Nacional e Estrangeira”, na qual eram publicadas as notícias do interior e do exterior reproduzidas de outros periódicos, a “Parte Comercial”, voltada às transações mercantis que se efetuaram no giro do comércio da cidade, “Declarações”, em que eram dispostas as partidas dos Correios e as audiências, “Folhetins” em que eram publicados contos, como os de Victor Hugo, Alexandre Dumas e Balzac e, sob o título

de “Correio da Victoria”, eram divulgadas as notícias da corte e os juízos das obras publicadas no Império.

Para observarmos o espaço da morte na imprensa capixaba, fizemos a apuração das menções relativas ao traspasse dos moradores em todas as edições dos três jornais analisados, o que nos permitiu aprofundar a forma como a escrita do pereço estava presente nos periódicos. No “Correio da Victoria”, era comum, em suas edições, a inserção de notas, no formato de quadros, que informavam sobre o falecimento e traziam informações sobre o local das missas de 7º dia e o agradecimento da família pelo apoio na doença e no luto. Foram identificadas 196 inserções com essas características, o que mostra e reforça o quanto era importante a participação dos amigos e parentes nos eventos que envolviam o falecimento. É provável que este tipo de informação fosse divulgada mediante pagamento, sendo responsável, também, pela receita dos jornais. Seguem exemplos:

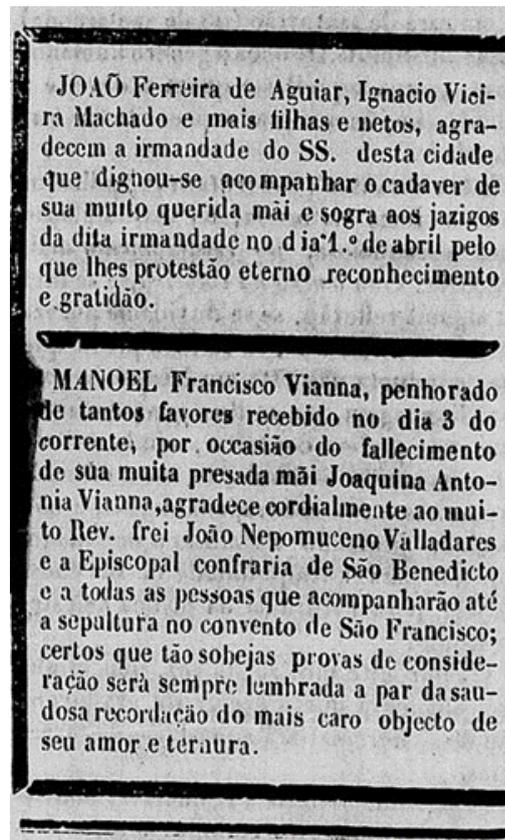


Figura 1: reprodução do jornal “Correio da Victoria” de 05 de abril de 1854. Fonte: site da Hemeroteca Nacional Digital. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=218235&pesq=Manoel%20Francisco%20Viana>

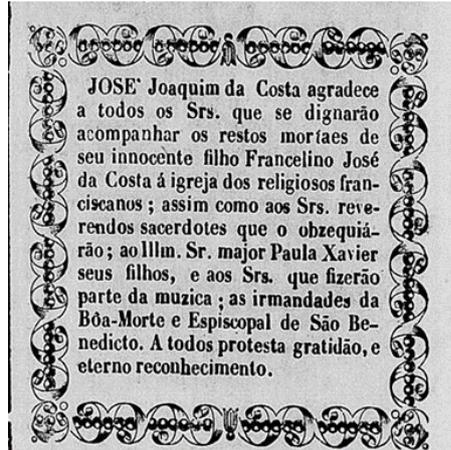


Figura 2: reprodução do jornal "Correio da Victoria" de 02 de abril de 1854. Fonte: site da Hemeroteca Nacional Digital. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=218235&pesq=Francelino%20Jos%C3%A9%20da%20Costa>.

**ANNUNCIOS.**

O abaixo assignado tem a satisfação de participar a seus conhecidos e freguezes que em sua casa de negocio sita a rua d'Alfandega em frente ao mercado, tem o mais variado sortimento de secco, molhados e objectos d'armarinho, podendo vender pelos preços da praça, porém com muito aceito promptidão e cairinho.

Victoria 9 de Julho de 1869.  
Luiz Camões da Costa.  
(2-2)

---

Domingos Vicente Gonsalves de Souza profundamente sentido pelo passamento do seu dedicado amigo o subdito portuguez Manoel de Almeida Botelho manda dizer no dia 24 do corrente as 9 horas do dia na Igreja Matriz desta villa uma missa pelo eterno descanso do mesmo finado, e roga á familia e amigos do morto, bem como aos seus o obsequio de a ella assistirem, pelo que desde protesta gratidão.

Vianna 10 de Julho de 1869.  
Domingos Vicente Gonsalves de Souza.

Figura 3: reprodução do jornal "Correio da Victoria" de 14 de julho de 1869. Fonte: site da Hemeroteca Nacional Digital. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/cache/558406231348/I000285420Alt=002709Lar=001884LargOri=005337AltOri=007673.JPG>

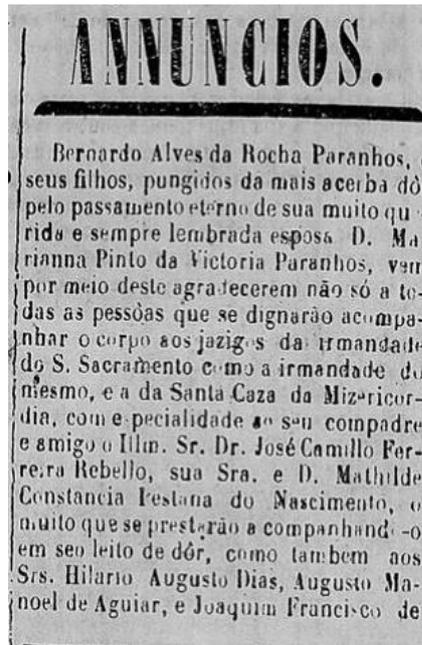


Figura 4: reprodução do jornal “Correio da Victoria” do dia 25 de dezembro de 1869. Fonte: site da Hemeroteca Nacional Digital. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/cache/558406231348/I000291620Alt=002797Lar=001884LargOri=005160AltOri=007661.JPG>

A morte de pessoas consideradas ilustres no país e no mundo tinha espaço e geralmente se encontrava na parte “Variedades”. Outras questões referentes à morte e ao morrer também apareceram no decorrer das edições, como as condições dos cemitérios, a relevância dos testamentos, a aparição de fantasmas, relatos de assassinatos, menções a dois suicídios e o temor provocado pelas epidemias. Conforme exemplificado abaixo:

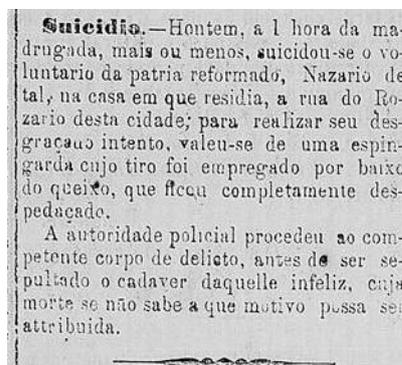


Figura 5: reprodução do jornal “Correio da Victoria” do dia 26 de julho de 1871. Fonte: site da Hemeroteca Nacional Digital. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/cache/2576306518671/I000352720Alt=002745Lar=001884LargOri=005264AltOri=007670.JPG>

O periódico “Jornal da Victoria”, por sua vez, também fonte desta pesquisa, começou a circular em abril do ano de 1864. No período compreendido entre o surgimento do “Correio da Victoria” e o primeiro número do “Jornal da Victoria”, outros jornais apareceram na capital e em outros locais, como o “A Regeneração”, “O Argos Cachoeirano”, “O Estandarte”, “A Liga” e o “Amigo do Povo”, porém, pelo número de exemplares disponíveis e a periodicidade, optamos pela análise do “Jornal da Victoria”. No período compreendido em nossa abordagem temos disponibilizados os anos de 1864, 1866, 1867, 1868 e 1869, totalizando 494 edições. Daemon (2010), ao se referir ao surgimento do jornal, traz algumas informações:

[...] de propriedade de uma associação composta de membros do Partido Liberal, sendo seu principal redator o engenheiro Manoel Feliciano Muniz Freire, coadjuvado pelo bacharel José Correia de Jesus, engenheiro Leopoldo Augusto Deocleciano de Melo e Cunha e outros, e ainda pelo associado e diretor do dito jornal Delecarliense Drumond de Alencar Araripe (DAEMON, 2010, p. 667).

Observamos nesses dados, que o perfil dos redatores e diretores como bacharéis e envolvidos com a política, também ocorria no “Jornal da Victoria” e, ao contrário do “Correio da Victoria”, que apesar de trazer diversas informações e embates políticos, não se declarava favorável a algum partido específico, o “Jornal da Victoria” define-se abertamente como um apoiador do Partido Liberal. É importante destacar que era comum que os necrológios abordassem as afinidades partidárias dos mortos, sendo estas, em algumas ocasiões, as motivações para a publicação de determinadas homenagens.

Karulliny Silverol Siqueira Vianna (2013) traz à cena, para o Espírito Santo, como algumas das ideias e discussões, que circulavam entre os liberais<sup>12</sup> e

---

<sup>12</sup> Segundo Peixoto (2001) é preciso considerar que o liberalismo tem relação com tradições diferentes de pensamentos. A primeira é a do pensamento político, pois, seguindo o autor, o ser humano começou a refletir a organização social a partir do seu ordenamento político, e não pela sociedade em si (PEIXOTO, 2001, p. 14). Pode-se observar também, a presença da questão liberal na tradição do pensamento econômico, quando os pressupostos que a acompanham servem a processos que estavam em desenvolvimento, tais quais a revolução industrial e a formação do capitalismo (PEIXOTO, 2001). Sobre a linhagem liberal, segundo o autor, a sua inauguração se dá à medida em que se transfere ao indivíduo o consentimento de obediência a um determinado poder. Para ele, o ponto central da lógica liberal, está na ideia de que é o ser humano quem determina as suas ações, mas para que isso ocorra, é preciso que ele seja livre, o que pressupõe, em suas palavras: “que na ordem liberal o indivíduo é o fator determinante da ação humana e da ação social” (PEIXOTO, 2001, p. 16). Tem-se, que a ética liberal, conforme argumenta, está fundada na ideia da defesa da liberdade e dos resultados que a ação do ser humano consegue alcançar (PEIXOTO, 2001, p. 16).

conservadores<sup>13</sup>, mostraram-se presentes nas terras capixabas, com ênfase na escrita dos impressos. Segundo afirma, após 1860, a Província teria vivenciado novos debates e uma dinâmica partidária diferenciada, que foram perceptíveis na emergência de uma imprensa política mais atuante ligada à formação e definição de identidades partidárias locais (VIANNA, 2013).

Antes desta data, de acordo com Vianna (2013), não foram identificadas em fontes pesquisadas por ela, como os relatórios de Governo, uma menção clara sobre a distinção entre liberais e conservadores. Sendo assim, Vianna (2013) afirma, que a sua percepção é a de que na década de 1860, ocorre uma divisão mais observável dos partidos na Província. A partir de 1861, segundo expõe, torna-se possível vislumbrar nos relatórios de Governo a citação ao termo “partido” (VIANNA, 2013). Para a autora, os jornais foram espaços de discussão imprescindíveis às mudanças em curso.

Silvana Mota Barbosa (2009) aborda alguns dos aspectos que marcaram essas transformações e que puderam, também, serem observadas na Província, com o surgimento, por exemplo, de uma imprensa mais atuante e declaradamente partidária, como o “Jornal da Victoria”. De acordo com ela, as eleições do fim de 1860 para 1861 ameaçavam ser ainda mais barulhentas do que o comum, uma vez que os ânimos estavam exaltados desde meados do ano e havia uma recorrente tensão<sup>14</sup> entre

---

<sup>13</sup>Peixoto (2016) traz também alguns dos principais pressupostos que compõem o pensamento conservador, o que, segundo ele, não é das tarefas mais fáceis. Conforme afirma, a argumentação conservadora tem uma estrutura lógica e sua discordância relacionada ao liberalismo provocou mudanças na teoria e práticas liberais (PEIXOTO, 2001). De acordo com ele, o ponto de partida é oferecido por uma visão relativamente pessimista do ser humano, na qual: “a condição do indivíduo em sociedade é naturalmente conflitiva e caracterizada por tensões” (PEIXOTO, 2001, p. 25). Por meio da ação política, se esta for bem conduzida, pode-se reduzir ou mitigar essas tensões, mas não de modo a eliminá-la inteiramente. Desta forma, a política tem um alcance de abrangência limitado, pois as tensões são inevitáveis. Não existe, com isso, uma ação política de alcance global, que possibilite o bem estar individual ou social. Segundo Peixoto (2001), fazendo um comparativo entre as duas linhas de pensamento, dentro do conceito liberal, a obediência à esfera pública é a obediência à lei. Já para o conservador, a obediência estaria diluída em uma pluralidade de esferas e seria o equilíbrio entre essas diferentes partes que asseguraria um Estado satisfatório, mas nunca excelente.

<sup>14</sup> Segundo Barbosa (2009), foi nesse contexto de disputa eleitoral, formação de estratégias para as eleições e de problemas econômicos, que começaram a aparecer as primeiras referências direcionadas a uma “Liga Progressista”, que se configurava em uma aliança entre conservadores moderados e membros do Partido Liberal. De acordo com Barbosa (2009), a formação da Liga esteve longe de ser um consenso e causava estranhamento à grande parte dos políticos. Ao longo de 1861 é possível identificar, segundo a autora, ataques ao grupo tanto na imprensa quanto no Senado e Câmara dos Deputados. A questão central em discussão era, em suas palavras, “se seria possível criar um grupo ou partido com sujeitos de formação e opinião tão diversas e muitas vezes, excludentes” (BARBOSA,

liberais e conservadores. Existia em curso, uma cisão no grupo conservador provocada por embates referentes à política econômica e por divergências relativas à promulgação da Lei nº1083, de 22 de agosto de 1860, a “Lei de Entraves”, que impunha significativos limites à liberdade de imprensa e crédito, tendo sido, para a autora, um importante ingrediente para as mudanças partidárias ocorridas no período. Os mais moderados, tanto conservadores, quanto liberais, eram contrários à lei, por considerá-la apenas uma contribuição para a consagração do monopólio de atividades vitais à economia do período<sup>15</sup>. Paralelamente às questões econômicas, se avolumavam também, artigos publicados na imprensa com ataques ao grupo conservador.

Foi nesta década de polêmicas, reorganizações partidárias e crises, que surgiu o novo periódico da capital capixaba, o “Jornal da Victoria”, em 1864. Impresso na “Tipografia Liberal”, ele circulava duas vezes por semana, às quartas-feiras e sábado. Observando o desenrolar das edições, verificamos que de 02 de abril de 1864 a 31 de dezembro de 1864 o jornal teve como proprietário e principal redator, Manoel Feliciano Moniz Freire e por gerente, Delecarliense Dourmond de Alencar Araripe. De 04 de janeiro de 1867 a 29 de dezembro de 1869, ano da sua última edição, é informado que o seu editor proprietário é Delecarliense Dourmond de Alencar Araripe.

Manoel Feliciano Moniz Freire era engenheiro, nascido no Rio de Janeiro e, entre outras funções, exerceu o cargo de tesoureiro da Fazenda Provincial e de deputado provincial, vale ressaltar que ele era o pai de José de Mello Carvalho Muniz Freire, que foi vereador, deputado provincial e senador por seis mandatos e governador do Espírito Santo nos anos de 1892 a 1896, sendo reeleito em 1900. Delecarliense Dourmond de Alencar Araripe, por sua vez, era engenheiro, foi tenente do exército e inspetor da linha telegráfica da capital, consta, no ano de 1854, a sua nomeação, pelo

---

2009, p. 305). De acordo com a autora, ao longo dos meses finais de 1860 e início de 1861, a Liga se organizou por meio de reuniões nas casas de políticos da Corte e pela imprensa e o debate ganhou a Câmara dos Deputados e o Senado, em uma discussão direcionada à crítica à possibilidade de união entre políticos de campos opostos. A Liga Progressista criou a base para o surgimento, em 1864, do Partido Liberal Progressista.

<sup>15</sup> De acordo com Vianna (2013), tratava-se de um momento também de agitação política na Província do Espírito Santo, decorrente da morte do desembargador Souto, que era o representante capixaba na Assembleia Geral. Com a vaga aberta, era o momento de escolher seu sucessor e o Partido Liberal Progressista estava definindo quem indicaria para a eleição (VIANNA, 2013). Nesta época, as reuniões do Partido Liberal na Província aconteciam na casa do coronel Francisco Monjardim e algumas circulares eram enviadas aos eleitores pelo diretório liberal (VIANNA, 2013).

Decreto 1.318, como juiz comissário das medições e demarcações de terras adquiridas por posses ou outras concessões do Governo Geral ou Provincial.

O jornal trazia os atos oficiais do Governo, conforme contrato firmado em 28 de março de 1864 e aprovado pela Lei Provincial do dia 30 de novembro, também de 1864. Nele, podemos destacar algumas das seções que comumente se repetiam. Havia a “Parte Oficial”, com as informações gerais da Província. Na seção intitulada “Jornal da Victoria”, geralmente tinha textos mais opinativos sobre as situações ocorridas, principalmente sobre a política local. Em “Exterior”, estavam as notícias do mundo, com destaque aos conflitos e guerras, em “Interior” eram divulgadas as informações sobre outras Províncias e em “Notícias”, o espaço era voltado aos acontecimentos do Espírito Santo, tanto na capital quanto nas cidades do interior.

Havia uma “Parte Policial”, na qual se informava sobre as prisões e solturas ocorridas. “Em Publicações Pedidas” eram divulgados escritos solicitados por algum morador, em “Anúncios” traziam-se produtos para compras e vendas, em “Transcrições” eram reproduzidos trechos de outros impressos, em “Editais” tinham-se os chamamentos públicos do Governo e em “Literatura”, reproduções de obras literárias. Essas não foram seções fixas apresentadas em todas as edições, mas eram algumas das partes que cotidianamente se encontravam no jornal.

Apesar das diferenças dos três periódicos, quanto aos posicionamentos e afinidades políticas, eram semelhantes as inserções do tema da morte em seus conteúdos. O “Jornal da Victoria” também trazia em seu teor, os agradecimentos e convites para as solenidades religiosas. Utilizava-se, para isso, de modo similar ao “Correio da Victoria”, de pequenos quadros nos quais as notas eram publicadas. Conforme observamos nos exemplos a seguir:

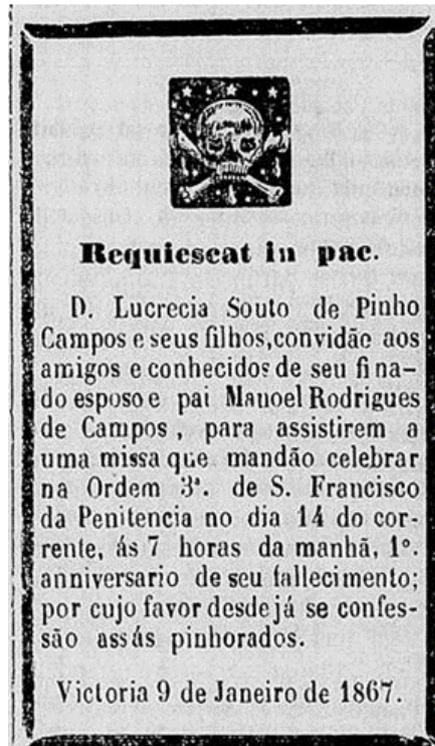


Figura 6: reprodução do periódico “Jornal da Victoria” de 12 de janeiro de 1867. Fonte: Hemeroteca Nacional Digital. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=218260&pesq=&pagfis=306>.



Figura 7: reprodução do periódico “Jornal da Victoria” de 1º de junho de 1867. Fonte: Hemeroteca Nacional Digital. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=218260&pesq=&pagfis=470>.

Foram levantados, no decorrer das edições, 107 agradecimentos e convites para as solenidades fúnebres, semelhantes aos exemplificados, reforçando, mais uma vez, a importância dada pela comunidade aos ritos da morte, assim como à participação dos

familiares e amigos nos momentos anteriores e posteriores ao perecer. No “Jornal da Victoria” também tiveram notícias sobre falecimentos de pessoas consideradas relevantes no país e no mundo, informações sobre assassinatos, dados sobre as condições dos cemitérios, dentre outros temas relativos ao fim da vida.

No dia 08 de setembro de 1870, temos a circulação do primeiro número do “Espírito-Santense”, terceira fonte desta pesquisa, que manteve uma periodicidade anual regular até a sua última edição, em junho de 1889. Em seu primeiro número foi publicado um texto que nos permite compreender alguns dos seus direcionamentos e intenções, que é iniciado com a seguinte frase: “não há quem desconheça, não há quem conteste, que o jornal é o livro do povo” (O ESPIRÍTO-SANTENSE, 8 de setembro de 1870, p. 1).

Neste trecho, observamos a valorização que a imprensa adquire no desenrolar do século XIX, principalmente pelo seu acesso, mais barato e com um alcance mais amplo do que as obras literárias, por exemplo. Este aspecto é destacado por Morel (2010), quando afirma que o século XIX foi marcado pela expansão do público leitor, das tiragens e do número de títulos. Apesar da alfabetização ser escassa, o autor aborda que é preciso ter cautela ao conceder aos jornais um rótulo “elitista”, pois, em suas palavras:

Havia cruzamentos e interseções entre as expressões orais e escritas, entre as culturas letradas e iletradas. E a leitura, como nos tempos então recentes do “Antigo Regime”, não se limitava a uma atitude individual e privada, mas ostentava contornos coletivos. Nesse sentido, a circulação do debate público ultrapassava o público estritamente leitor, embora a sua produção impressa fosse monopolizada por um conjunto restrito de redatores heterogêneos (MOREL, 2005, p. 39).

Segundo Morel (2005), a circulação de palavras faladas, manuscritas e impressas, não se fechava em fronteiras sociais ou se mostrava estanque a um círculo de letrados, embora estes detivessem o poder de produção e leitura direta da imprensa, pois eram diversificados os espaços que serviam de base para as transmissões. Além disso, o autor destaca que não era necessário ser um privilegiado social para eventualmente se comprar um exemplar de algum periódico, por terem preços mais acessíveis, por exemplo, do que a maior parte dos livros.

Barbosa (2010) também se dedica a essa reflexão ao considerar que a equação oralidade e escrita era mais acentuada do que muitas vezes se supõe. Mesmo em uma sociedade de muitos iletrados, como era o Brasil, é preciso se atentar aos modos diversificados de acesso às informações que constavam nos periódicos. Muitos eram leitores por ouvirem dizer e porque escutavam as notícias proferidas por aqueles que efetivamente liam.

No “Recenseamento do Brasil de 1872”, temos que na totalidade da população livre da ilha de Vitória, composta por 4.371 pessoas, tinham-se apenas 644 alfabetizados. Ponderamos, que não apenas os letrados teriam acesso aos dados veiculados nos necrológios, uma vez que comentários e troca de informações sobre os conteúdos dos jornais poderiam ocorrer em diferentes espaços e serem transmitidas de indivíduo para indivíduo. Sendo assim, o público dos jornais do século XIX, fossem os assinantes habituais ou aqueles que tomassem conhecimento por ouvirem dizer, estavam, nas palavras de Barbosa (2010), “entrelaçados num sistema de múltiplos meios nos quais o mundo oral, o mundo dos manuscritos e o mundo dos impressos são intercambiáveis” (BARBOSA, 2010, p. 34).

O periódico segue afirmando, que se o jornal possui tão sabida missão, por que não se haveria de elevá-lo a tal ponto no qual pudesse oferecer serviços que chegarão àqueles que a isso tem direito? Após, ele define o modo como se percebe, ao listar as características que acredita que devam ter um bom impresso:

[...] jornal industrial, literário, mercantil e noticioso, o jornal para todos, onde a mãe de família, a donzela sentimental, o mancebo, o velho e até o menino, encontre no artigo sobre a economia doméstica, na notícia da última moda, na página da literatura, no artigo sobre religião, na boa escolha das notícias internas e externas, na descrição de viagens, na fábula, leitura útil e distração agradável para os seus momentos de ócio (O ESPIRITO-SANTENSE, 8 de setembro de 1870, p. 1).

Uma questão que se observa na frase destacada é a ampliação, inserida no desenvolvimento que se dava na imprensa no decorrer do Oitocentos, dos temas abordados. O “Espírito-Santense” foi o último a iniciar a sua circulação dentre os três jornais pesquisados, com isso, observa-se que ele não se detém à oficialização e publicização dos atos do Governo ao descrever os seus assuntos relevantes, trazendo

novos aspectos para aquilo que seria de interesse para a população, como os artigos da moda e as descrições de viagens.

Ao falar sobre a nova função, o periódico afirma que ela é superior às suas forças, porém não faltariam caracteres generosos em prol de prestar um importante e verdadeiro serviço ao país. Além dos textos elaborados pelos redatores, ele relata também, que haveria espaço para a publicação de quem enviasse materiais para divulgação, desde que chegassem em tempo hábil e não trouxessem ofensas à moralidade pública.

Na edição do seu segundo ano de circulação, publicada em 8 de setembro de 1871, o periódico realiza um balanço de como foi o desenrolar do seu primeiro ano. Segundo o redator, no decurso do tempo que passou, o jornal tinha a consciência de haver desempenhado o que prometeu em seu Programa, servindo, dentro do que lhe foi possível, “à causa da lavoura, da instrução pública, do comércio e das indústrias, aplicando a esses úteis assuntos muitas colunas do seu periódico, o qual nem por isso deixou de ser recreativo e noticioso” (O ESPÍRITO-SANTENSE, 1871, p. 1).

Segundo expõe, ele lutou com sacrifícios e contrariedades, o que porém, não foi um fator de desmotivação diante da carreira na qual se engajou e que tinha a sua relevância aos olhos daqueles que se interessavam pelo progresso das coisas. Ao final do texto, o redator lembra que para essas atividades é preciso ter recursos financeiros e pede que os leitores tenham comprometimento com o pagamento das assinaturas, uma vez que, não custava recordar, “o quanto custa a imprensa em nosso país” (O ESPÍRITO-SANTENSE, 1871, p. 1).

Ao acompanharmos as assinaturas dos jornais no decorrer das edições vemos alguns dos nomes que estiveram à frente da publicação durante os seus anos de circulação. De 8 de setembro de 1870 a 09 de julho de 1872 o jornal tinha por gerente, Manoel Antônio de Albuquerque Rosa, que compunha a Administração Geral dos Correios da Província. O periódico era propriedade de José Marcelino Pereira de Vasconcelos, personalidade de destaque na vida política capixaba da segunda metade do século XIX. Vasconcelos exerceu os cargos de “professor, oficial da Secretaria da Assembleia, inspetor do Tesouro, procurador fiscal, vereador, deputado geral,

deputado provincial e advogado de nomeada, sendo major da Guarda Nacional” (DAEMON, 2010, p. 476). Daemon, ao relatar o falecimento de Vasconcelos, ocorrido no mês de novembro de 1874, afirma que ele foi:

Político ativo, embora algumas vezes se tivesse excedido em certos atos, gozava de popularidade em toda a província. Acérrimo membro e chefe proeminente do Partido Liberal, afastara-se finalmente dessa política por traição e ingratidão de seus correligionários, unindo-se ao Partido Conservador, a que veio a servir com toda a lealdade e por quem foi eleito deputado geral (DAEMON, 2010, p. 476).

Vasconcelos foi ainda, sócio do Instituto Histórico da Bahia e de sociedades literárias. Atuou como escritor sobre jurisprudência, publicando diferentes obras na área do Direito. Observando o perfil do seu primeiro proprietário, compreende-se um pouco mais as características do periódico, que circulava três vezes por semana e se definia como um defensor das ideias conservadoras. De 14 de julho de 1872 a 12 de janeiro de 1874 são mostrados os nomes de Manoel Antônio de Albuquerque Rosa, como gerente e de Manoel Ribeiro Coutinho Mascarenhas, como proprietário, sendo este, denominado por Daemon (2010), como o grande chefe do Partido Conservador na Província, além de deputado e vice-presidente do Espírito Santo.

No ano de 1872, quando estava à frente do periódico, assumiu a administração da Província no mês de novembro, permanecendo até 28 de dezembro. Função esta que exerceu em outras circunstâncias enquanto se manteve como vice-presidente. No ano de 1877, Daemon (2010) relata um baile oferecido a Mascarenhas, que permite vislumbrar a influência política que ele exercia. Conforme expõe:

É oferecido no dia 28 de julho deste ano, pelos amigos do coronel Manoel Ribeiro Coutinho Mascarenhas um suntuoso copo d’água e baile como tributo às suas virtudes e qualidades cívicas, ao qual compareceram todas as autoridades não só da capital como dos termos e municípios vizinhos, deputados provinciais, assim como as pessoas e famílias gradas da capital, sem diferença de cor política. Os salões em que foi oferecido o baile achavam-se suntuosamente ornamentados, tendo reinado o maior entusiasmo (DAEMON, 2010, p. 467).

É interessante observar, considerando que Mascarenhas, pelo período de um ano e meio foi proprietário do jornal, como as forças da política local e a imprensa estavam entrelaçadas. Essas informações mostraram-se importantes, ao lançarmos as nossas atenções aos necrológios, uma vez que se tornam mais perceptíveis as relações dos

mortos homenageados com as esferas de poder e com as afinidades políticas de cada publicação. Além disso, reforçam as já citadas características que marcavam, comumente, o perfil dos redatores: bacharéis, muitas vezes de Direito, envolvidos na política. De janeiro de 1874 a março, do mesmo ano, são citados como responsáveis, Manoel Antônio de Albuquerque Rosa e o capitão Pedro de Sant’Anna Lopes, que atuava como 1º oficial da Secretaria de Governo. Em 10 de março de 1874, aparece o nome de Basílio Carvalho Daemon como redator. A partir de 1874, Daemon é citado nas edições como redator e gerente.

Daemon nasceu no Rio de Janeiro no ano de 1834. Iniciou o curso de Medicina, o qual não chegou a concluir. Em 1860, após casar-se, decidiu mudar-se para o Espírito Santo e na Província foi um nome de destaque do Partido Conservador. Em 1872 foi eleito deputado da Assembleia Legislativa. De acordo com o texto “Traços Biográficos”, escrito por seus filhos, que assinaram como capitão Ticiano Corrêgio Daemon e tenente Daemon, apesar da sua atuação como deputado, a sua maior inspiração e dedicação era ao jornalismo. De acordo com eles:

Foi assim que uma vez chegado a Vitória comprou a propriedade do jornal que se publicava sob o título de ‘O Espírito-Santense’ e que se achava sob a redação de Pedro Sant’Ana Lopes. Este jornal era o que publicava os atos oficiais do governo da província, com o qual tinha contrato. Eleito ainda para outras legislaturas, lá estão na Assembleia os Anais, que provam os serviços que com dedicação extrema prestou à Província. Considerado bastante pelo presidente da província, que era neste tempo o Dr. Luís Eugênio Horta Barbosa, e contando com numerosos correligionários amigos, com o seu partido no poder, foi esta, para bem dizer, a melhor fase de sua vida, a idade de ouro que lhe apontava o porvir por todos sonhado na senda da vida (DAEMON; DAEMON, 2010, p. 673).

Novamente, temos exemplificadas as fortes relações políticas do jornal. O seu proprietário e redator, ao longo de 15 anos, foi um atuante nome do Partido Conservador e exerceu cargos políticos enquanto dirigia o periódico. De acordo com os seus filhos, além do trabalho na redação, a sua casa era o centro das reuniões com os correligionários e amigos de partido e nela se resolviam as questões de interesse partidário (DAEMON; DAEMON, 2010).

Em linhas gerais, o “Espírito-Santense” trazia as seguintes partes: “Assembleia Provincial”, com informações sobre os acontecimentos e decisões tomadas nas sessões; a “Seção Noticiosa”, com dados diversos relativos à Província e demais

localidades do país, “Edital”, com os chamamentos administrativos, “Anúncios”, com convites para missas, celebrações religiosas, mudanças de endereço, dentre outras informações; “Registro do Porto”, com as saídas e chegadas das embarcações, “Correspondência”, na qual se publicavam as cartas dos leitores, “Folhetim” com a reprodução de textos literários, “Comércio”, com as transações realizadas e o “Espírito-Santense” onde, comumente, eram divulgados textos com as opiniões políticas do jornal. Havia espaço também, para anúncios publicitários de diferentes produtos. Ressaltamos, que essas foram algumas das seções observadas no desenrolar das edições, não eram, porém, espaços totalmente fixos, ocorrendo algumas variações com o tempo e de acordo com os assuntos abordados.

Com relação à escrita da morte, analisando o “Espírito-Santense”, percebemos que ela também se dava de modo similar aos outros dois jornais. Nele, também foram publicadas informações sobre testamentos, cemitérios, assassinatos, suicídios, a atuação médica na luta contra a morte, dentre outros temas, que nos auxiliaram a observar o traspasse na imprensa. Os convites para as missas, enterros e solenidades fúnebres eram cotidianamente publicados, assim como os agradecimentos dos familiares pela presença e solidariedade no momento do luto, levantamos no periódico, mais de 540 notas com essas características. Conforme exemplificamos:

**† Joaquim José Dias Machado e seu filho, Jesuina Maria da Gloria, Odorico José Mululo, sua mulher e filhos, Manoel Pereira Lirio, sua mulher Francisca Rosa da Gloria Lirio e seus filhos : marido, filho, mãe, irmãos, cunhados e sobrinhos da falecida Elvira Rosa Dias Machado, possuidos do mais profundo sentimento, cordialmente agradecem a todas as pessoas que lhes fizerão o caridoso obsequio de acompanharem até os jazigos da digna irmandade de S. Benedicto do Rosario, no dia 2 do corrente mez, o cadaver da mesma finada ; cumprindo-lhes aqui mencionar os nomes do Sr. Dr. Francisco Gomes de Asambuja Meirelles, e da Sra. D. Victoria Maria da Conceição, que tão importantes serviços prestarão por ocasião de tão infausto acontecimento ; e era convidão a todos seus amigos e conhecidos para assistirem á missa, que pelo descanso eterno d'alma da dita finada, celebrar-se-ha na Capella Nacional, no dia 8 deste mez, septimo dia de seu fallecimento ; por cujo favôr desde já se confessão agradecidos.**  
**Victoria, 2 de Janeiro de 1875.**

Figura 8: reprodução do jornal "O Espírito-Santense" de 04 de janeiro de 1875. Fonte: Hemeroteca Nacional Digital. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=217611&pesq=&pagfis=1840>.

**† Raphael Giffoni (ausente) Joseffa Giffoni (ausentes) e Domingos Giffoni compungidos da máim acerba dor, pelo passamento do seu presado e sempre lembrado filho, o irmão Luiz Giffoni, convidão aos seus amigos para assistir a missa do 7.º dia do seu fallecimento, que terá lugar sexta-feira 5 do corrente na Igreja Matriz d'esta cidade, e por este acto de nossa religião d'esde já se confessão eternamente gratos,**  
**Victoria, 2 de Dezembro de 1879.**  
**Domingos Giffoni.**

Figura 9: reprodução do jornal "O Espírito-Santense" do dia 03 de dezembro de 1879. Fonte: Hemeroteca Nacional Digital. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=217611&pesq=&pagfis=4482>.

Neste capítulo nos dedicamos a trazer à cena alguns dos estudos e autores que nos proveram de diferentes informações sobre as ações humanas diante da morte, nos auxiliando a refletir as questões quanto à vida e ao morrer presentes nos necrológios. Trouxemos também algumas das atitudes comuns no século XIX relacionadas aos falecimentos na cultura ocidental cristã, na qual a cidade de Vitória se insere. Analisamos ainda os aspectos centrais das nossas fontes, como elas surgiram, suas características, principais seções e os responsáveis pela redação e publicação. Com isso, foi possível compreender o quanto a imprensa capixaba e a política estavam relacionadas e entrelaçadas. Além disso, observamos como o tema da morte era comum e se apresentava de modo cotidiano nas páginas dos jornais. Ponderamos, desta forma, que diante do arcabouço de informações levantado e elaborado, podemos adentrar na próxima etapa da tese, a análise da necrologia dos jornais, das emoções nela presentes e das interações sociais que portam.

## Capítulo 2

### **A NECROLOGIA COMO HOMENAGEM: A ESCRITA DO PESAR NA IMPRENSA CAPIXABA**

Segundo o verbete do “Dicionário On-line de Português”, “necrológio” é o “elogio, falado ou escrito, de pessoa falecida” (Necrológio, 2020). O jornal “Correio da Victoria”, em edição do dia 07 de dezembro de 1857, ao abordar a missa pelo “descanso eterno” de Ignacio Rodrigues Bermudes, que foi representante na Câmara dos Deputados em 1842, deputado provincial e suplente de Antônio Pereira Pinto nas eleições para deputado geral em 1855, afirma que o Sr. Dr Rodrigues proferiu um “discurso necrológico”, que nas palavras do periódico, se tratou de um “tributo de saudade a seu amigo e colega” (CORREIO DA VICTORIA, 1857, p. 3), no qual se “esboçou as virtudes e eminentes qualidades do nosso sempre lembrado amigo” (CORREIO DA VICTORIA, 1857, p. 3). Com isso, é possível compreender, o que o periódico entendia por “necrologia”, palavra que era, inclusive, utilizada para intitular grande parte das mensagens fúnebres. Tratava-se, portanto, do espaço no qual os mortos eram homenageados, seus feitos destacados e os sentimentos diante da perda expostos.

No “Correio da Victoria”, eles estavam presentes nas seções “Necrologia” e “Publicações a Pedido”, sendo que nestas, geralmente, encontravam-se assinados por algum amigo ou familiar. Em outras situações, comumente em “Comunicados” e “Fallecimentos”, eram materiais sem assinatura, quando ponderamos que a redação era do próprio periódico. Identificamos, com este perfil, no “Correio da Victoria”, 38 textos. No “Jornal da Victoria”, as seções com este tipo de conteúdo eram similares à do “Correio da Victoria” e eram identificadas como “Necrologia”, “Publicação a Pedido”, “Fallecimentos”, “Passamento” e “Noticiário”, sendo algumas assinadas e outras não. Para a tese, fizemos o levantamento de 16 necrológios com este teor no referido periódico. No “Espírito-Santense”, por sua vez, eles comumente eram publicados sob os títulos de “Necrologia”, “Publicação a Pedido”, “Passamento” e “Fallecimento”, nomenclaturas iguais às das demais fontes, totalizando 30 documentos. Neste jornal, especificamente, temos uma seção denominada

“Biographia”, que se dedicava a trazer detalhadamente, no decorrer de diversas edições, as trajetórias dos mortos considerados ilustres pelos redatores.

Neste “Capítulo 2”, exemplificamos como era o teor dos necrológios, as principais informações que traziam e os entes que comumente eram considerados dignos deste tipo de celebração. Realizamos ainda, uma investigação quanto às principais atuações dos falecidos que tinham seus traspases anunciados, os seus supostos bons predicados valorizados e as suas ações em vida detalhadas. Observamos, neste percurso, quais eram as relações de parentesco citadas e quais pessoas comumente assinavam os obituários. Com estes dados, objetivamos verificar a quais entes obituários sensíveis e emotivos eram oferecidos e com isso, promover uma reflexão quanto aos usos políticos da escrita da morte.

### **2.1 Aspectos centrais dos obituários nos periódicos**

O primeiro texto que traz menção à morte de alguém, com teor sensível e emotivo, na imprensa do Espírito Santo, foi publicado em 24 de janeiro de 1849, na terceira edição do “Correio da Victoria”. Sob o título “Necrologia”, tratava-se do falecimento de Damazo da Fonseca Lima, ocorrido no dia 21 de janeiro do mesmo mês. Conforme podemos observar na reprodução a seguir:

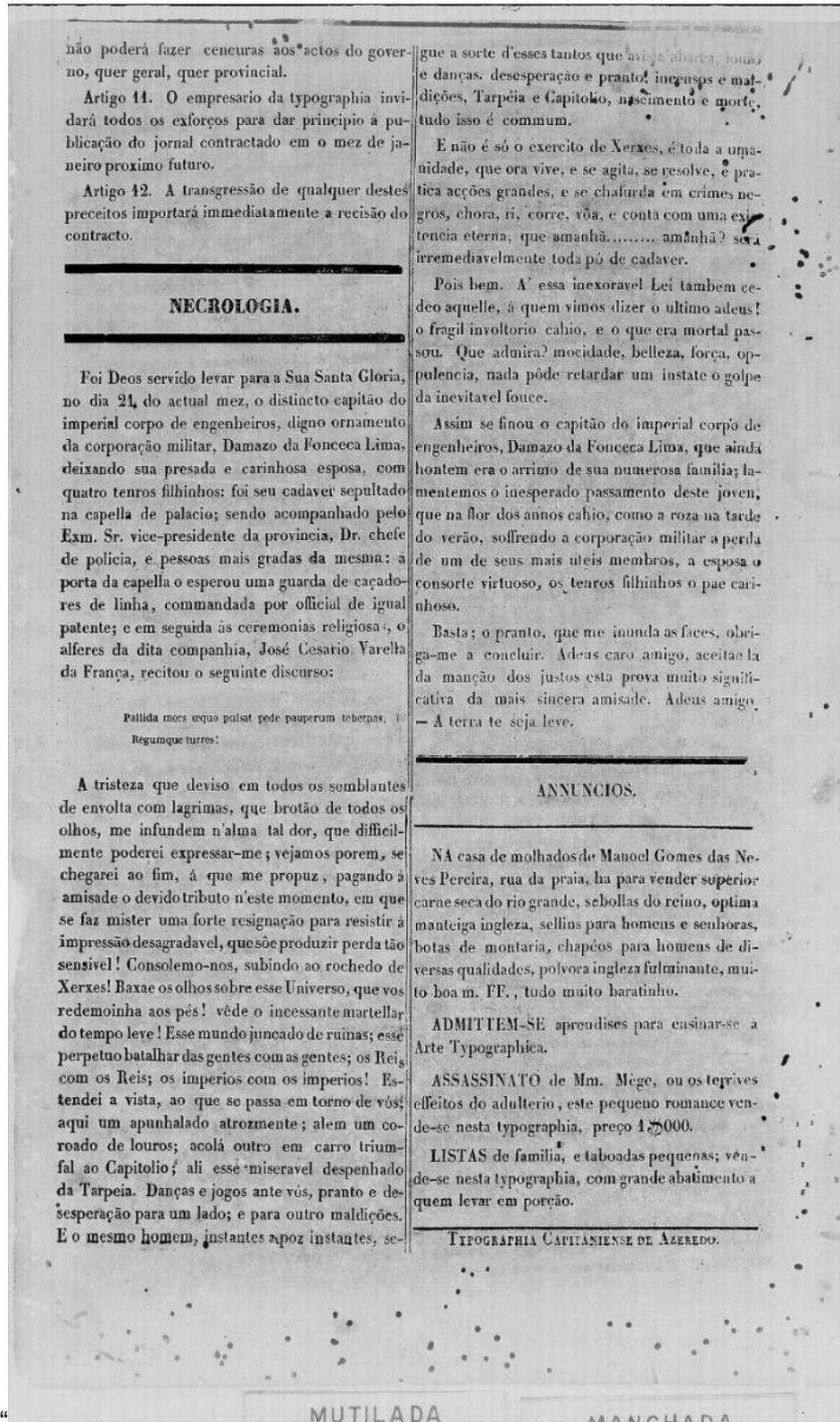


Figura 10: reprodução do jornal "Correio da Victoria" de 02 de abril de 1854: Fonte: site da Hemeroteca Nacional Digital. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=218235&pesq=&pagfis=12>.

No material, afirma-se que ele era capitão do Imperial Corpo de Engenheiros e um “[...] digno ornamento da corporação militar” (CORREIO DA VICTORIA, 1849, p. 3). Comenta-se que ele deixou uma prezada e carinhosa esposa e quatro filhos. O seu cadáver foi sepultado na capela do Palácio do Governo, o que demonstra o prestígio do morto na política local. Menciona-se também, que estiveram presentes o vice-presidente da Província e o chefe da polícia, reforçando ainda mais a relevância social atribuída ao falecido. No texto é possível observar algumas das solenidades que envolviam essas circunstâncias. No caso de Damazo da Fonceca Lima, elas se configuravam pela sua condição de militar. Segundo relata o periódico

[...] à porta da capela o esperou uma guarda de caçadores de linha, comandada por oficial de igual patente, e em seguida às cerimônias religiosas, o alferes da dita companhia, José Casario Valella da França recitou o seguinte discurso: *pallida mors aequo pede pauperum tabernas, regumque turres* (CORREIO DA VICTORIA, 1849, p. 3).

A expressão em latim proferida é uma frase atribuída a Horácio, poeta e filósofo romano, falecido no ano 8 a.C, que possui o seguinte significado “A pálida morte bate com pé igual nos casebres dos pobres e nos palácios dos reis”. É interessante notar, que há uma intenção em se destacar um discurso de pretensa igualdade diante da morte. Porém, embora o resultado final para todos os seres humanos seja o mesmo, são diversas as diferenças que permeiam a escrita sobre os falecimentos e também as características das cerimônias que envolvem os sepultamentos, de acordo com os status sociais e políticos atribuídos aos mortos, conforme observamos no decorrer da pesquisa.

O texto segue, trazendo as palavras recitadas pelo alferes Varela da França durante a cerimônia fúnebre: “Vejam, porém, se chegarei ao fim ao qual me propus, pagando à amizade o devido tributo neste momento, em que se faz mister uma forte resignação para resistir à impressão desagradável, que soa produzir perda tão sensível” (CORREIO DA VICTORIA, 1849, p. 3). Destacamos, neste trecho, que o amigo utiliza a palavra “sensível” para definir a dor pelo traspasse ocorrido e prossegue demonstrando a angústia provocada:

Danças e jogos diante vós, prantos e desesperação para um lado; e para outro maldições. E o mesmo homem, instantes, após instantes, segue a sorte desses tantos que a vista abarca, louros e danças, desesperação e prantos,

incensos e maldições, Tarpeia e Capitólio, nascimento e morte [...]. É toda uma humanidade que vive, se agita e se resolve e se pratica ações grandes, se chafurda em crimes negros, chora, ri, corre, voa, e conta com uma existência eterna, que amanhã... Que amanhã? Será irremediavelmente todo pó de cadáver (CORREIO DA VICTORIA, 1849, p. 3).

Novamente, referências às emoções são evocadas, quando Varela França utiliza o “pranto” e a “desesperação”, dentre as noções que definem as dualidades que envolvem as existências. Em nossas reflexões sobre as representações das emoções presentes nos necrológios utilizamos, além das referências provenientes da “História das Emoções”, o aporte teórico da “História Cultural”, que segundo Chartier (1988), precisa ser pensada como a análise do trabalho de representação, isto é, “[...] das classificações e das exclusões que constituem, na sua diferença radical, as configurações sociais e conceituais próprias de um tempo ou de um espaço” (CHARTIER, 1988, p. 27). Trata-se, para o autor, do estudo dos processos com os quais se constrói um sentido, considerando que as práticas - políticas, sociais e discursivas - pluralmente e contraditoriamente dão significado ao mundo. De acordo com Chartier: “A história cultural, tal como a entendemos, tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1988, p 17).

Para pensar a História Cultural<sup>16</sup> e as possibilidades teóricas que ela nos oferece, tivemos nas abordagens de Sandra Jatahy Pesavento algumas das nossas orientações, uma vez que a autora realiza as suas reflexões em torno da cultura e das representações. Para Pesavento (2006), a História Cultural<sup>17</sup> permite uma forma diferenciada de se trabalhar a cultura, pensando a mesma como um conjunto de

---

<sup>16</sup> Pesavento (2003) ressalta que a História Cultural veio atender a uma dinâmica social que se tornava cada vez mais complexa no mundo após o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Os modelos correntes de análise, segundo a autora, já não davam mais conta de atender à diversidade social, às novas modalidades de fazer política, às renovadas estratégias da economia e também à expansão e crescente influência dos meios de comunicação social. Com isso, novos conceitos e temas foram incorporados ao fazer histórico, possibilitando ao pesquisador lançar o olhar sobre assuntos, que muitas vezes não eram considerados passíveis de observação.

<sup>17</sup> O historiador José D’Assunção Barros (2004) discute alguns dos aspectos e conceitos relacionados à História Cultural, nos auxiliando a pensar a inserção da nossa temática nessa seara de conhecimento. Ele destaca que a História Cultural, campo que se torna mais preciso e evidente nas últimas décadas do século XX, mas que possui antecedentes desde os anos iniciais do mesmo século, é uma área particularmente rica de estudos no sentido de abrigar diferentes possibilidades, pois os objetos, face à noção complexa de cultura, podem ser inúmeros. Ao abordar a História Cultural, ele afirma se referir à historiografia que tem se voltado ao estudo da dimensão cultural de uma determinada sociedade historicamente localizada.

significados partilhados e construídos pelos homens e mulheres para explicar o mundo (PESAVENTO, 2006, p.15). Sendo assim, a cultura é vista por ela “[...] como uma produção social e histórica a se expressar, através do tempo, em valores, modos de ser, objetos e práticas” (PESAVENTO, 2006, p. 46). A autora aborda ainda a cultura como uma forma de leitura e percepção da realidade que se mostra de forma simbólica, ou seja, “[...] admite-se que os sentidos conferidos às palavras, às coisas e às ações e aos atores sociais apresentam-se de forma cifrada, portando já um significado e uma apreciação valorativa” (PESAVENTO, 2006, p.46). Com isso, temos que a cultura, é uma tradução do mundo em significados, não sendo, um reflexo perfeito das ocorrências.

Segundo Pesavento (2006), trabalhar com a cultura é estar atento às diferentes falas e dizeres da realidade, mas sem jamais perder a sua identidade, pois, em suas palavras “[...] é do lugar da História que se colocam as questões e se formulam as perguntas dirigidas ao passado” (PESAVENTO, 2006, p. 46). Roger Chartier (2010), em “Escutar os mortos com os olhos”, também destaca a relevância da História como o caminho para se perceber e apreender as representações do passado. Assim argumenta o autor sobre o papel do historiador:

É marcando sua diferença em relação a poderosos discursos, ficcionais ou memoriais, que eles também, dão uma presença àquilo que já passou, que a história tem condições de assumir a própria responsabilidade: tornar inteligíveis as heranças acumuladas e as descontinuidades fundadoras que nos fizeram o que somos (CHARTIER, 2010, p. 4).

No texto, Chartier (2010) ressalta o seu esforço para perceber qual foi o lugar do escrito na produção dos saberes, na troca das emoções e dos sentimentos, nas relações que os homens e mulheres mantiveram uns com os outros, consigo mesmos ou com o sagrado. Esforço este que seguimos em nossa trajetória de análise da escrita da morte, ao observarmos as expressões do sentir. Em termos gerais, segundo Pesavento, a proposta da História Cultural é a de decifrar a realidade do passado por meio das suas representações, tentando chegar às formas discursivas e imagéticas, pelas quais os seres humanos se expressaram sobre si próprios e sobre o mundo.

Processo este, considerado bastante difícil, pois parte da ideia de uma leitura dos códigos de outro tempo, o que pode ser, muitas vezes, incompreensível a alguém de

um período histórico diferente daquele que se pretende analisar. Sendo este, o grande desafio da História Cultural, lidar com uma realidade já passada, que só chega até nós por meio dos vestígios e sinais. Estamos, portanto, “[...] diante de representações do passado que se constroem como fontes diante dos olhos do historiador” (PESAVENTO, 2003, p. 42).

Considerando ser o nosso intuito direcionarmos as nossas reflexões aos moradores do século XIX da cidade de Vitória, para pensarmos e observarmos os seus modos de sentir, alguns cuidados mostram-se necessários. José D’Assunção Barros (2005), ao analisar o interesse e a emergência de novos objetos e abordagens na História na segunda metade do século XX, em que se passou a valorizar temas como o universo mental dos seres humanos, seus sentimentos e os imaginários elaborados coletivamente, traz algumas ponderações importantes no que se refere a esse tipo de estudo. Para ele, o que o historiador não deve fazer, para evitar os riscos de anacronismo, é projetar categorias de pensamentos que são suas e das pessoas da sua época nas mentes de determinados indivíduos de uma sociedade em um tempo específico.

Para Barros (2005), deve-se buscar, no ofício da investigação histórica, perceber como os entes do passado viam o mundo, por meio de quais categorias de pensamentos e a partir de quais práticas e representações. Deste modo, ao voltarmos as nossas análises às produções sociais dos sentimentos, tendo em vista, também, as intenções políticas e de poder, utilizamos um conceito vital para os estudos da História Cultural, o de “representação”. Segundo Pesavento, as representações são “[...] presentificações de uma ausência, onde representante e representado guardam entre si relações de aproximação e distanciamento” (PESAVENTO, 2005, p. 49). Para o uso do conceito, utilizamos o aporte teórico do historiador Roger Chartier (1988), para o qual as representações são articulações de diferentes modalidades do mundo social:

O trabalho de classificação e de delimitação que produz as configurações intelectuais múltiplas, através das quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos; as práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, e, por fim, significar simbolicamente um estatuto e posição e as formas institucionalizadas e objetivadas graças às quais uns representantes marcam

de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade (CHARTIER, 1988, p. 24).

Por meio das representações, formadas pela articulação dessas modalidades, torna-se possível elaborar “visões de mundo”, surgidas pela apreensão do real (CHARTIER, 1988). Entende-se por “visão de mundo”, seguindo Chartier, como o conjunto de aspirações, sentimentos e ideias que reúne os membros de um grupo e os opõem a outro. Para Pesavento (2006), as representações deram a chave para a reflexão sobre o fato de que as pessoas elaboram ideias sobre o real, que se traduzem em imagens, discursos e práticas sociais, que não só qualificam o mundo, mas também orientam os olhares e as percepções que se tem da realidade, sendo assim, a representação dá a ver e remete a uma ausência: “[...] o mundo, tal como o vemos, apropriamo-nos e transformamos é sempre um mundo qualificado, construído socialmente pelo pensamento” (PESAVENTO, 2006, p. 50).

As representações construídas sobre o mundo, seguindo Pesavento, não só se colocam no lugar deste mundo, como fazem com que os seres humanos percebam a realidade e pautem sua existência, pois são elas matrizes geradoras de condutas e práticas sociais, dotadas de forças integradoras e coesivas, assim como são explicativas do real. Deste modo, os indivíduos e grupos darão sentido ao mundo por meio das representações que eles irão construir sobre a realidade (PESAVENTO, 2003). A autora destaca que a representação não é uma cópia do real, sua imagem perfeita, mas uma construção feita a partir dele.

Representa-se aquilo que se deseja mostrar sobre o que a pessoa supostamente foi, não o que ela efetivamente é e realizou em sua vida. Há, nesse sentido, uma reapresentação de algo ou alguém que fala e se coloca no lugar do outro e é preciso se estar atento a essas questões ao se verificar sobre o que se diz e o que se expressa sobre outra pessoa, pois entre aquilo que ocorreu em uma determinada circunstância, em um momento para o qual não se pode mais voltar e o texto que relata os acontecimentos, existe uma mediação e cabe ao historiador, analisar as informações disponíveis e tecer as possíveis intenções existentes nas representações apresentadas (PESAVENTO, 2003).

Buscamos ter essas percepções ao lançarmos o olhar sobre os necrológios. Ao vermos as lembranças neles escritas, as compreendemos como uma construção elaborada por alguém sobre os feitos e qualidades de outra pessoa. É importante considerar que não se trata de um reflexo perfeito das realizações em vida daquele falecido, há interesses diversos nas exaltações de determinados aspectos em detrimento de outros, assim como há um esforço em não se mostrar os prováveis defeitos, crimes ou problemas enfrentados durante a existência do agora morto. No necrológio referenciado anteriormente, por exemplo, observamos o intuito de valorização das ações de um determinado grupo, no caso específico, os militares. O texto prossegue, lamentando que nem a mocidade, beleza, força e opulência do falecido puderam adiar, nem um por um instante, a inexorável lei da morte. Após, relata as características do morto:

Assim, se finou o capitão do imperial corpo de engenheiros, Damazo da Fonceca Lima, que ainda ontem era o arrimo da sua numerosa família, lamentemos o inesperado falecimento desse jovem, que na flor dos anos caiu, como a rosa da tarde no verão, sofrendo a corporação a perda de um dos seus mais úteis membros, a esposa o consorte virtuoso, os tenros filhinhos o pai carinhoso (CORREIO DA VICTORIA, 1849, p. 3).

Percebemos, no trecho acima, o intuito do amigo em valorizar as qualidades de Damazo da Fonceca Lima, elas são destacadas tanto no que se refere ao seu trabalho, como a sua exemplaridade no lar, espaço no qual é descrito como virtuoso e carinhoso. O responsável pelo discurso, que segundo o jornal foi proferido após as cerimônias religiosas, foi o alferes José Cesário Valera da França, que exercia a função na Companhia do falecido. No texto, a amizade é citada como a sua forma de convivência com o morto, quando afirma, que está “pagando à amizade o devido tributo” e ao finalizar o necrológio com as seguintes palavras: “Adeus caro amigo, aceita a mansão dos justos esta prova muito significativa da mais sincera amizade. Adeus amigo. A terra lhe seja leve”.

Valera da França, o amigo que proferiu o discurso, foi o encarregado pela repressão ao movimento da “Insurreição de Queimado”, revolta ocorrida em março de 1849, no distrito de São José do Queimado, na capital da Província. O frei italiano Gregório José Maria de Bene utilizou o trabalho de escravizados na construção de uma igreja, afirmando auxiliá-los posteriormente na conquista da liberdade. O não cumprimento

da promessa desencadeou, no dia 19 de março de 1849, esta que é considerada a maior revolta de resistência à escravidão ocorrida no Espírito Santo. Daemon (2010), ao relatar essa ocorrência, cita e elogia a ação de Varela da França na contenção:

Tendo-se insurgido neste ano, no dia 19 de março, os escravos das fazendas da freguesia de São José do Queimado, e havido no dia 20 um ataque no lugar chamado Aruaba, entre eles e a força de linha comandada pelo alferes José Cesário Varela da França, sendo coadjuvado espontaneamente por seis cidadãos, entre eles pelo então bem moço o Sr. coronel Manoel Ribeiro Coutinho Mascarenhas, todos sustentando fogo contra os insurreccionados com o maior valor, deu em resultado muitos escravos se refugiarem nos sertões, por muito tempo esteve a força ali estacionada e os lavradores de Cariacica, Serra, Itapoca e Queimado se conservaram sempre armados. O pânico por este fato foi imenso em toda a população da província; daqueles insurgentes foram logo alguns capturados e outros posteriormente sofreram castigos nesta cidade, sendo também justicados dois cabeças pelos crimes que cometeram entre eles Prego e João, tendo os outros três condenados à força, um se suicidado e outros fugido da cadeia, dos quais não houve mais notícia alguma. Muita energia mostrou e serviços prestou nesta ocasião o alferes Varela França (DAEMON, 2010, p. 377).

Desta forma, observamos que existem implicações na escrita dos necrológios, uma vez que trazem à cena as lembranças em vida de indivíduos específicos aos quais se deseja exaltar e cujos feitos são destacados e elevados por aqueles com os quais possuíam interações sociais e políticas. Francisco Ortega (2009) chama a atenção para o fato de que pensar a amizade “[...] constitui um exercício do político, uma forma de retrair e reinventar o político” (ORTEGA, 2009, p. 58). Neste sentido, o autor dá especial atenção ao que denomina de “discurso do epitáfio”, que representa a possibilidade de uma amizade para além da morte. Segundo Ortega (2002), a temática da amizade está indissociavelmente ligada à questão do político.

Percebemos a amizade, neste sentido, como um caminho para se reforçar, por meio do outro, a própria exemplaridade, pois ser próximo a alguém com muitas virtudes, pode ser compreendido como uma forma também de elogio de si. Para Ortega (2009), identificar no discurso da amizade a lógica do epitáfio permite observar duas relevantes questões: “a primeira se refere à simetria e igualdade na relação de amizade, a segunda, à temática do luto e às suas implicações políticas” (ORTEGA, 2009, p. 58). Tem-se, assim, que no discurso do epitáfio será o amigo do morto quem portará a sua existência e memória, o falecido só existirá pela lembrança, o luto irá reduzi-lo, ele será interiorizado e transformado em um segundo eu.

Anne Vicent-Buffault, em “Da Amizade: uma história do exercício da amizade nos séculos XVIII e XIX”, afirma que “a amizade marca uma eleição, não uma instituição” (VICENT-BUFFAULT, 1996, p. 9). Para a autora, a amizade se exerce, ela ocupa e é atuante, sendo assim, o exercício da amizade forma e transforma. Em suas palavras: “praticando-o, elaboram-se tanto o si mesmo quanto o entre-si. Indo ao encontro dos outros, é ao encontro de si mesma que a pessoa se lança” (VICENT-BUFFAULT, 1996, p. 9). Desta forma, de acordo com Vicent-Buffault, a amizade fornece referenciais sociais na medida em que permite afirmar identidades e singularidades.

A amizade também é destacada, no primeiro necrológio publicado no “Jornal da Victoria”, referente à morte de Dona Maria Emilia do Mello Moniz Freire, esposa do principal redator do periódico, Manoel Feliciano Moniz Freire. O texto encontrava-se na seção “Publicação Pedida” e vinha assinado por D. P. M, não tendo sido possível identificar a sua autoria por meio das iniciais. Conforme segue:



Figura 11: reprodução do periódico “Jornal da Victoria” de 1º de junho de 1867. Fonte: Hemeroteca Nacional Digital. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=218260&pesq=&pagfis=228>.

O obituário começa com os seguintes versos: “Em verde botão nasce a rosa, vai crescendo e a assim floresce. Vem a morte com seu gume. Dá-lhe o corte e assim fenece” (JORNAL DA VICTORIA, 1864, p. 4). A angústia e a dor que aquela perda provocou é expressa no trecho: “[...] terrível dia! Dia formidável, sem dúvidas, no qual Maria, pelo som de uma trombeta fatal, se viu obrigada a comparecer no Tribunal do Supremo Juiz, para nele receber a irrevogável sentença de sua eternidade” (JORNAL DA VICTORIA, 1864, p. 4). Mostra-se, nesta citação, que a certeza de que a morte não é o fim e que Maria seguiria para uma existência em algum outro lugar, não minimiza a quão dolorosa é a sua passagem. As fortes demonstrações emotivas seguem na abordagem:

[...] dia verdadeiro digno de todos aqueles nomes, que os profetas, cheios um tanto de terror, lhe deram, quando lhe chamaram dia de ira e de amarguras, dia de indignação e de furor. Dia de terror e de vingança, dia de escuridade e de trevas, dia de confusão (JORNAL DA VICTORIA, 1864, p. 4).

Prosseguindo a homenagem, o periódico ressalta as boas qualidades da finada: “Maria Emília de Mello Freire, morreu! Seu corpo baixou para sempre no abismo do sepulcro, mas a sua alma elevou-se à morada dos anjos, a gozar dos proêmios pelas suas virtudes na Terra” (JORNAL DA VICTORIA, 1864, p. 4). De acordo com o redator, a sua partida foi em obediência aos desígnios do Criador, desta forma, pede que o marido não lamente, pois a esposa encontra-se intacta e a sua alma está junto a Deus, por isso, a todos só restaria, tributar um adeus de saudade àquela que foi uma “mãe carinhosa, esposa virtuosa e amiga sincera” (JORNAL DA VICTORIA, 1864, p. 4).

Neste necrológio há duas questões que consideramos relevantes abordar. A primeira é que este, assim como os demais necrológios voltados à morte de mulheres, eram direcionados às esposas dos chefes políticos da Província. Nas notícias, apesar de citada a grandiosidade da história das suas vidas, geralmente nada se pode apreender quanto as suas existências, além da perfeição das mesmas nos lares. As principais qualidades femininas, de acordo com os jornais, eram serem exemplares e excelentes esposas de políticos. Os seus atributos estavam ligados, principalmente, ao parentesco com os homens de destaque na comunidade local; quando não se falava de seu papel de mãe, destacava-se o de esposa, utilizando adjetivos tais quais “digna”, “virtuosa” ou “extremosa”. Pouco, ou praticamente nada - o que era mais

comum - falava-se sobre as suas vidas. As principais questões discutidas era o quanto exerciam bem a função de educarem e conviverem com cidadãos respeitáveis.

O próprio título do obituário “Necrologia pela sentida morte da prezadíssima Sra. D. Maria Emilia de Mello Moniz Freire, mulher do Sr. Dr. Manoel Feliciano Moniz Freire” reforça o parentesco com Manoel Feliciano Moniz Freire, que era engenheiro e foi deputado provincial nos anos de 1864 a 1869, exercendo também a função de 1º secretário da mesa. Tratava-se de um nome de destaque na política e no cotidiano local, tal qual observamos nas palavras de Daemon (2010), ao descrever o falecimento de Moniz Freire, ocorrido no ano de 1872:

A 3 de dezembro deste ano fina-se, nesta capital, na casa de morada de seu sogro, o engenheiro Manoel Feliciano Moniz Freire. O finado ocupou muitos cargos públicos e era tesoureiro da Fazenda Geral na província. Acatando a província, onde se casara e tinha filhos, procurou os meios de fazê-la desenvolver, coadjuvando seu engrandecimento. Por iniciativa sua projetou-se o levantamento de um teatro, para o que já havia obtido um terreno no largo da Conceição, onde foi assentada a primeira pedra e feito o alicerce, e ainda da Assembleia Provincial obteve o auxílio de 10:000\$000 que foi autorizado pela lei provincial nº 44 deste mesmo ano (DAEMON, 2010, p. 457).

Outro ponto que consideramos importante é o jornal ter iniciado a sua circulação em abril de 1864 e até outubro do mesmo ano não ter sido publicado nenhum necrológio, apesar das diferentes notas de agradecimentos e convites para missas divulgadas até então, o que indica que outros falecimentos estavam ocorrendo na cidade. O primeiro texto com este perfil foi justamente dedicado à esposa do redator, o que demonstra que havia uma seleção sobre quem seria ou não digno de homenagens. Alguns elementos, como o status social atribuído ao falecido ou falecida e as suas relações políticas, assim como a relevância dada às funções exercidas, atuavam como critérios para quem se ofereceria um necrológio poético e sensível. Parte desses textos serem assinados pelos amigos, mostra o esforço destes na exaltação de determinadas personalidades, que provavelmente acreditavam que poderiam reforçar as boas virtudes e prestígios que também gostariam de destacar em si, além de fortalecer as relações políticas nas quais se encontravam inseridos.

Para pensarmos essa escrita subjetiva e emotiva, com a qual os necrológios, de modo geral, foram elaborados, utilizamos a noção de “sensibilidades”, por abarcar as

demonstrações e expressões dos sentimentos, tal qual observamos em nossas fontes. Para Pesavento (2003), as “sensibilidades” se situam no interior da construção social das representações e capturar as razões e os sentimentos que qualificam a realidade e que expressam os sentidos que os homens e mulheres atribuem a si próprios e ao mundo se constitui uma das mais relevantes metas e propósitos do pesquisador da História Cultural.

Desta forma, a sensibilidade, como uma forma de ser e de se estar no mundo, traduz-se em sensações e emoções e para se chegar a essa sensibilidade de um outro tempo, ainda de acordo com a autora, é preciso que elas tenham deixado um rastro, que chegue até o presente como, por exemplo, um registro escrito, afim de que o pesquisador possa acessá-las, pois “[...] mesmo um sentimento, uma fantasia, uma emoção precisam deixar pegadas para que possam ser capturados em suas marcas pelo historiador” (PESAVENTO, 2003, p. 46).

São esses sinais presentes nos periódicos, que remetem aos sentimentos expressos pelos moradores da cidade de Vitória, que usamos como acesso a uma sensibilidade que já não existe mais, a não ser nas palavras afetuosas e emotivas com as quais os mortos foram celebrados nos jornais. As ideias da autora, sobre o modo como as sensibilidades são partes constitutivas da tradução e percepção da experiência humana, mostraram-se relevantes para as nossas reflexões.

Ao destacar a emergência da subjetividade no trabalho historiográfico, Pesavento (2003) afirma que é a partir da experiência histórica pessoal que se resgatam as emoções, sentimentos, ideias, temores ou desejos, porém, deve-se ter em vista, que isso não implica no abandono da percepção de que essa tradução sensível da realidade seja historicizada e socializada para as pessoas de um determinado período. Conforme argumenta, os seres humanos aprendem a sentir e a pensar, ou seja, a traduzir o mundo em razões e sentimentos. Para a autora:

As sensibilidades, seriam, pois, as formas pelas quais indivíduos ou grupos se dão a perceber, comparecendo como um reduto de tradução da realidade por meio das emoções e dos sentidos. Nessa medida, as sensibilidades não só comparecem no cerne do processo de representação do mundo, como correspondem para o historiador da cultura, àquele objeto a capturar no passado, à própria energia da vida (PESAVENTO, 2003, p. 57).

Neste processo, compete ao historiador, apreender as demonstrações externas dessas sensibilidades, ou seja, “[...] mesmo as sensibilidades mais finas, as emoções e os sentimentos devem ser expressos e materializados em alguma forma de registro passível de ser resgatado” (PESAVENTO, 2003, p. 58). São para esses registros, disponibilizados na escrita da morte nos jornais, que direcionamos as nossas atenções, a fim de adentrarmos nas demonstrações das emoções da comunidade de Vitória diante dos seus mortos e verificarmos o que é possível observar sobre essa sociedade e seus modos de sentir.

O pesquisador precisa observar e traduzir as subjetividades e os sentimentos utilizando-se dos documentos e fontes que tragam essas expressões, que operem como uma manifestação exterior das experiências íntimas, individuais ou coletivas, que permitam observar as demonstrações do que se sentiu e a maneira como essas sensações são descritas e informadas (PESAVENTO, 2003). Sobre esses aspectos, discorre a autora:

Sensibilidades se exprimem em atos, em ritos, em palavras e imagens, em objetos da vida material, em materialidades do espaço construído. Falam por sua vez, do real e do não real, do sabido e do desconhecido, do intuído ou pressentido ou do inventado (PESAVENTO, 2003, p. 58).

As expressões das emoções certamente são complexas de serem analisadas e verificadas, mas são temas de significativa importância para a História Cultural, que nos ofereceu algumas das ferramentas que, conforme exposto, nos auxiliaram nesse percurso. Pensar nas sensibilidades, conforme nos propomos nesta tese, é “não apenas mergulhar no estudo do indivíduo e da subjetividade, das trajetórias de vida, enfim. É também lidar com a vida privada e todas as nuances e formas de exteriorizar – ou esconder – os sentimentos” (PESAVENTO, 2003, p. 59).

No “Espírito-Santense”, podemos exemplificar este uso da sensibilidade na escrita, no necrológio dedicado a João José de Almeida Pires. O texto estava inserido na seção “Publicação Pedida” e vinha assinado por J.P.H. d’Azevedo, acreditamos que as iniciais se refiram ao alfares e tabelião José Pinto Homem d’Azevedo, que atuava na política local, tendo sido deputado da Província nos anos de 1876 e 1877. O necrológio pode ser observado a seguir:



Figura 12: reprodução do jornal "O Espírito-Santense" de 22 de fevereiro de 1873. Fonte: Hemeroteca Nacional Digital. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/cache/793407871515/1000067120Alt=002938Lar=001884LargOri=004053AltOri=006321.JPG>

O texto inicia-se com as palavras: “Cumpram-se os destinos!!... Todos estamos certos de que é destinado ao homem morrer. Temos constantemente provas irrecusáveis e avisos sensíveis deste facto” (O ESPÍRITO-SANTENSE, 1873, p. 3). Nota-se, no trecho acima, uma discussão sobre a inevitabilidade da morte e segue-se com as consequências provocadas por essa certeza, conforme se observa:

Assim, a mão desoladora da morte, rouba os seus penhores mais queridos, os vultos mais venerandos nos seios da família, os amigos puros e leais e em fim priva a sociedade de seus membros mais eminentes e prestimosos. A ninguém é permitido duvidar, que há de chegar a sua vez! (O ESPÍRITO-SANTENSE, 1873, p. 3).

A lealdade dos amigos, como um aspecto que compõe o luto político, mostra-se presente nesta frase. De acordo com Ortega (2002), as grandes manifestações da amizade, que reproduzem a retórica do epitáfio, são “discursos da dor da perda do amigo amado, da dor que possibilita a lembrança” (ORTEGA, 2002, p. 96). Para ele, esta retórica do epitáfio, a qual se mostrou presente na maior parte dos necrológios, visa construir uma imagem ideal do amigo, que desemboca na redução do outro ao mesmo. Conforme Ortega (2002), a morte do amigo não supõe um distanciamento que substituiria a proximidade e intimidade da relação de amizade, mas a sua superação, onde a distância entre o eu e o outro é ultrapassada, suprimida e transformada em uma presença plena. A amizade, neste sentido, segundo o autor, é um fenômeno público e precisa do mundo e da visibilidade dos assuntos humanos para florescer.

O necrológio prossegue trazendo algumas das representações atribuídas à morte:

A morte esse vulto pálido, com veste da noite, tendo na destra uma ampulheta e na esquerda uma foice, diz a sua vítima: eu sou a morte, tal como me vês, penetro igual os soberbos e dourados palácios dos reis, e a mesquinha choupana do pobre!... Esta ampulheta é a minha guia, cada átomo de areia que dela cai é um passo dado pelos mortais à sepultura; esta foice simboliza a igualdade, com ela corto essas vaidades, e loucuras mundanas (O ESPÍRITO-SANTENSE, 1873, p. 3).

Em um discurso que aparece de modo regular, conforme também foi destacado no obituário exemplificado no “Correio da Victoria”, há um esforço em se abordar uma pretensa igualdade diante da morte, apesar dos textos serem comumente direcionados às pessoas com cargos políticos e influência nas relações econômicas

e sociais da Província. O texto continua, com uma série de elogios à personalidade do morto, dentre eles o de “vulto simpático”, “inteligência superior”, “ilustração profunda”, “ternura”, “solicitude”, “caridade”, “tipo nobre e tradicional”. A forte dor que a morte provocou é comentada na frase: “[...] é mais um nome apagado no quadro da vida, é mais um motivo para o pranto, mais uma ocasião para o gemido” (O ESPÍRITO-SANTENSE, 1873, p. 3).

Almeida Pires, o falecido, dentre outros cargos, foi deputado provincial no ano de 1872 até o momento da sua morte. No necrológio afirma-se que ele foi uma “pérola da magistratura brasileira” (O ESPÍRITO-SANTENSE, 1873, p. 3). Segundo informações de Daemon (2010), ao relatar a morte do político:

Faleceu a 11 de fevereiro deste ano, na vila de Guarapari, o bacharel Joaquim José de Almeida Pires, natural da província da Bahia e juiz de direito de Piancó, na Paraíba do Norte, mas morador nesta província, onde tinha seus interesses e bens; o finado foi chefe do Partido Conservador naquela localidade, juiz municipal dos termos reunidos de Guarapari e Benevente, eleitor e deputado provincial, gozando popularidade (DAEMON, 2010, p. 459).

Chama a atenção, nesta citação, o fato de Almeida Pires ter sido um chefe local do Partido Conservador. Considerando ser o periódico um veículo propagador das ideias do referido Partido, apreendemos que esta foi uma das motivações para Almeida Pires receber um dos mais sensíveis e emotivos necrológios dentre todos os analisados. Compreendemos, desta forma, que ao exaltar as boas qualidades do amigo, aquele que estava proferindo a homenagem, ressalta, juntamente, as qualidades que ele também acredita ter, por suas aptidões e afinidades políticas compartilhadas com o morto. De acordo com Costa (1999) na relação de amizade, o poder não esconde a sua cara:

Pelo contrário, desvela ao sujeito a sua condição de matéria-prima para a renovação das relações interpessoais. Ser amigo significa não ter lugar social marcado nem objetivos fixos, quando se trata de buscar satisfação pessoal ou perseguir ideais coletivos (COSTA, 1999, p. 13).

Deste modo, exalta-se no outro, aquilo que se deseja, também, exaltar em si. Exemplo disso, é que a sua condição de amigo sincero é um dos pontos abordados no necrológio:

Perdemos, na verdade, um amigo sincero, um protetor dedicado. O partido conservador também perdeu um dos seus mais distintos ornamentos, um caráter firme e decidido e um propagador inabalável de suas ideias: o ilustre finado deixou nas fileiras desse partido um vácuo que nunca será preenchido (O ESPÍRITO-SANTENSE, 1873, p. 3).

O uso do obituário como um espaço para a afirmação de convicções e atuações políticas também é percebido no seguinte trecho:

Mas ah!... na vida tempestuosa do homem do partido, injuriado todos os dias, cheia de abalos, agitada pelo furor das facções que nada respeitam, que como filhos de Jocasta mutuamente se despedaçam, há um lado que sobressai, que mais que tudo, cativa o coração, lado suave e modesto, terno e puro, moldura e remates dignas da simplicidade e nobreza do caráter do homem (O ESPÍRITO-SANTENSE, 1873, p. 3).

Muito mais do que uma homenagem afetuosa a um amigo que morreu, observa-se a intenção de reforçar as qualidades deste “homem de partido” e conseqüentemente, as boas características que o periódico e quem assinou o texto pretendem apontar como marcas inerentes àquele com quem dividem as suas ideias e concepções, conforme nos mostra o texto:

Conservador inabalável, de crenças puras, que fazia a glória do seu partido, o Dr Almeida Pires não divorciou a política da sua dignidade, da honra e da probidade. Partidista sincero foi sempre o homem de bem. Daí nasceu a justa estima que sinceramente lhe tributavam os homens leais, como uma homenagem devida à elevação de seus nobres sentimentos (O ESPÍRITO-SANTENSE, 1873, p. 3)

A imagem deste homem imerso nas mais profundas virtudes é destacada, quando se afirma: “[...] se nos fosse lícito invadir os segredos do lar doméstico, que tesouros de afeição não se desdobrariam a nossos olhos as páginas de sua história íntima!?” (O ESPÍRITO-SANTENSE, 1873, p. 3). Certamente, não temos como retornar no tempo e verificar, no interior da casa de Almeida Pires, a veracidade das expectativas lançadas pelo jornal, porém é notório o grau elevado de idealização e exaltação da personalidade do mesmo, com intuitos de afirmação e de fortalecimento de determinadas ideias. É provável, se nos fosse possível a invasão, que não veríamos em seu lar, tesouros de afeição tão valiosos assim.

Comumente percebida como algo natural e inerente ao ser humano, notamos, em nossas fontes, que as demonstrações das emoções estavam atreladas aos status

sociais que tinham os mortos e aos cargos que eles ocupavam, conforme podemos observar no trecho: “[...] quando se vê que tanta vontade, quando se considera que, tantas lutas, tantos sacrifícios vão acabar no resfriar da campa, comprime-se de angústia e a alma estala de dor” (O ESPÍRITO-SANTENSE, 1873, p. 3). O necrológio prossegue, afirmando que Almeida Pires era a esperança do Partido e iluminava os correligionários e com palavras que demonstram uma forte comoção, finaliza: “[...] consolemo-nos, pois, sabemos que o ilustre finado, a par de um Deus justo e clemente vai gozar do verdadeiro prazer... quanto a nós, que o vimos e o admiramos, choremos, porque as lágrimas são o bálsamo das feridas da alma’ (O ESPÍRITO-SANTENSE, 1873, p. 3).

Um segundo texto, na “Secção Official”, na qual ponderamos que a redação é do próprio periódico, foi publicado no dia 18 de fevereiro de 1873 sobre o falecimento de Almeida Pires. Conforme segue:

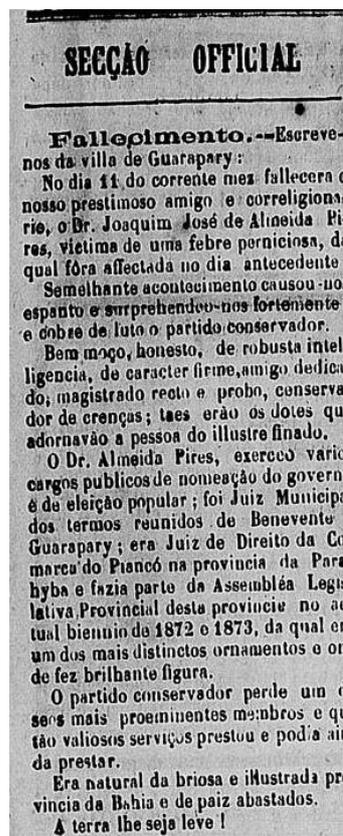


Figura 13: reprodução do periódico “O Espírito-Santense” de 18 de fevereiro de 1873. Fonte: Hemeroteca Nacional Digital. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/cache/5632205643841/I000066320Alt=002074Lar=001330LargOri=004053AltOri=006321.JPG>

O texto se inicia informando que a notícia é proveniente da Vila de Guarapary, na qual ele atuava como juiz municipal e que a morte foi provocada por uma febre perniciosa. Nas palavras do jornal: “Semelhante acontecimento causou-nos espanto e surpreendeu-nos fortemente e cobre de luto o partido conservador” (O ESPÍRITO-SANTENSE, 1873, p. 3). Percebemos, nesta frase, que a afinidade política do falecido é usada na abordagem da sua morte, mostrando a relevância dada ao fato pelo jornal. O material progride, exaltando as boas qualidades do falecido: “Bom moço, honesto, de robusta inteligência, de caráter firme, amigo dedicado, magistrado reto e probo, conservador de crenças, eram esses os dotes que adornava, a pessoa do ilustre finado” (O ESPÍRITO-SANTENSE, 1873, p. 3). Neste exemplo, vemos a amizade novamente citada quando o periódico se refere aos “bons predicados” do falecido. As funções exercidas em vida são abordadas pelo redator:

O Dr. Almeida Pires exerceu vários cargos públicos de nomeação do governo à eleição popular, foi Juiz Municipal dos termos reunidos de Benevente e Guarapary; era juiz de Direito da Comarca de Piancó na Província da Paraíba e fazia parte da Assembleia Legislativa Provincial desta província no atual biênio de 1872 a 1877, da qual era um dos mais distintos ornamentos e onde fez brilhante figura (O ESPÍRITO-SANTENSE, 1873, p. 3).

O necrológio é finalizado afirmando que o Partido Conservador perdeu um dos seus mais proeminentes membros e que muitos valiosos serviços ele teria para prestar. Neste segundo necrológio, observamos novamente o entrelaçamento entre a política e o pesar demonstrado pela morte. As suas características são citadas no sentido de elevar os seus bons atributos de homem público e lamentar a imensa perda para o partido, que tinha em Almeida Pires um nome de destaque.

Ao direcionarmos as nossas análises aos necrológios, percebemos que havia um perfil específico dentre aqueles que eram considerados merecedores de homenagens pelos redatores ou pelos amigos que solicitavam as publicações. Para favorecer esta reflexão, realizamos uma investigação mais detalhada sobre quem eram os mortos, quais eram os parentescos mais comuns e quem eram as pessoas que assinavam os obituários. Desta forma, as motivações para as existências dos textos e das emoções neles descritas tornaram-se mais claras, nos possibilitando prover dados e informações sobre o espaço dedicado à morte como uma representação das desigualdades e hierarquias da vida.

## 2.2 Uma análise das atuações dos mortos, seus familiares e assinantes

Para melhor visualizarmos as atribuições dos mortos que tiveram necrológicos publicados nos jornais, utilizamos o seguinte quadro:

Quadro 1 – Atuação dos Falecidos

Profissão	Número
Alferes	3
Capitão	8
Comandante da Companhia de Polícia	2
Comerciante	1
Coronel	3
Delegado	2
Deputado Geral	1
Deputado Provincial	17
Escriturário da Fazenda	1
Estudante	1
Ex-presidente de Província	1
Inspetor da Alfândega	1
Inspetor da Tesouraria Geral	5
Jornalista	1
Juiz de Direito	1
Juiz de Paz	1
Juiz Municipal	3
Juiz Ordinário	1
Major	3
Médico	1
Oficial do regimento de milícias	1
Religiosos	5
Presidente da Câmara Municipal	1
Procurador	1
Professor	2
Proprietário de Fazenda	1
Proprietário de Jornal	3
Promotor Público	2
Secretário da Câmara Municipal	1
Secretário de Governo	3

Tenente	4
Vice-Presidente da Província	1

Fonte: CORREIO DA VICTORIA, JORNAL DA VICTORIA, O ESPÍRITO-SANTENSE

Ao observarmos as atividades em vida dos falecidos, percebemos que o maior número de textos foi dedicado aos deputados provinciais. Podemos observar ainda uma maior presença de indivíduos das áreas jurídica, militar e religiosa. Ressaltamos, que nem todos os obituários trazem as profissões dos mortos. As informações também foram levantadas em edições anteriores destes e outros jornais e em fontes como os “Relatórios de Presidentes de Província (1833-1888)”, o “Almanaque Administrativo, Mercantil, Industrial e Agrícola da Província do Espírito Santo (1884-1889)” e na obra “Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística”, de Basilio Daemon. Também destacamos, que não foi possível identificar as atribuições de todos os homenageados, por não encontrarmos dados sobre eles.

Era comum também, que os necrológios citassem os parentescos dos mortos com indivíduos considerados de destaque na sociedade local. Como podemos observar no obituário dedicado ao traspasse de José Maria Nogueira da Gama, em dezembro de 1870:

**PUBLICAÇÃO PEDIDA.**



No dia 2 do corrente, ás onze horas da noite, finou-se nesta villa, o capitão José Maria Nogueira da Gama, um dos seus mais antigos moradores. Succumbio á uma febre typhoide. Seus filhos, parentes e numerosos amigos pranteião hoje uma perda que por demais lhes é sensivel. Occupando aqui repetidas vezes todos os empregos d'eleição; professor aposentado d'instrucção primaria, collector, agente das rendas provinciaes e do correio, e secretario da camara municipal; exerceu sempre todas as suas respectivas funcções com geral satisfação, tanto que, não deixou senão amigos, e nem um inimigo. A quatro mezes e meio, que o capitão José Maria Nogueira da Gama, soffreu um profundo golpe com a morte do irmão, que elle tanto amava, o comendador Carlos Augusto Nogueira da Gama; e desde então suas forças se forão, de dia em dia, diminuindo até que a morte veio por termo aos seus padecimentos. A terra não lhe pese. Uma lagrima sobre sua sepultura.

Linhares 3 de dezembro de 1870.

Figura 14: reprodução do jornal “Espírito-Santense” de 17 de dezembro de 1870. Fonte: Hemeroteca Nacional Digital. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/cache/5848302521479/I000010020Alt=002992Lar=001884LargOri=003881AltOri=006164.JPG>

As funções exercidas por ele são destacadas no material: “professor aposentado, coletor, agente das rendas provinciais e dos Correios e Secretário da Câmara Municipal” (O ESPÍRITO-SANTENSE, 1870, p. 4). A questão da amizade mais uma vez é abordada ao se afirmar que o morto “exerceu sempre as suas funções com geral satisfação, tanto que não deixou senão amigos e nenhum inimigo” (O ESPÍRITO-SANTENSE, 1870, p. 4). No texto, comenta-se que ele, quatro meses antes, havia sofrido o golpe da perda do irmão, o comendador Carlos Augusto Nogueira da Gama, que ele tanto amava.

O jornal, inclusive, atribui o seu falecimento, apesar de ser dito que ele havia sucumbido a uma “febre tifóide”, à perda de forças, dia após dia, provocada pela morte do familiar, tendo o seu fim, a missão de provocar um alívio pelos padecimentos. Carlos Augusto Nogueira da Gama era uma personalidade de destaque na política da Província, tendo exercido os cargos de escriturário da Fazenda e de deputado nos anos de 1860 a 1863. Apesar do falecido ser José Maria Nogueira da Gama, percebemos na escrita o intuito de retomar a memória do irmão, cuja existência, de acordo com o redator, era tão importante e significativa, que a sua ausência retirou de José Maria Nogueira as forças para continuar a viver.

Outro exemplo desse tipo de citação ao parentesco, podemos visualizar no necrológio publicado em 15 de abril de 1854, referente à morte de Venceslau, filho do oficial major da Secretaria de Governo, Venceslao da Costa Vidigal, que exerceu os cargos de deputado provincial, dos anos de 1848 a 1861 e de administrador da recebedoria da capital. Falecido aos 13 anos, ele é descrito como portador de uma inteligência e talento nada vulgares e afirma-se o quanto era estudioso, trocando os folguedos da idade pelo silêncio do gabinete de estudos. Conforme segue:

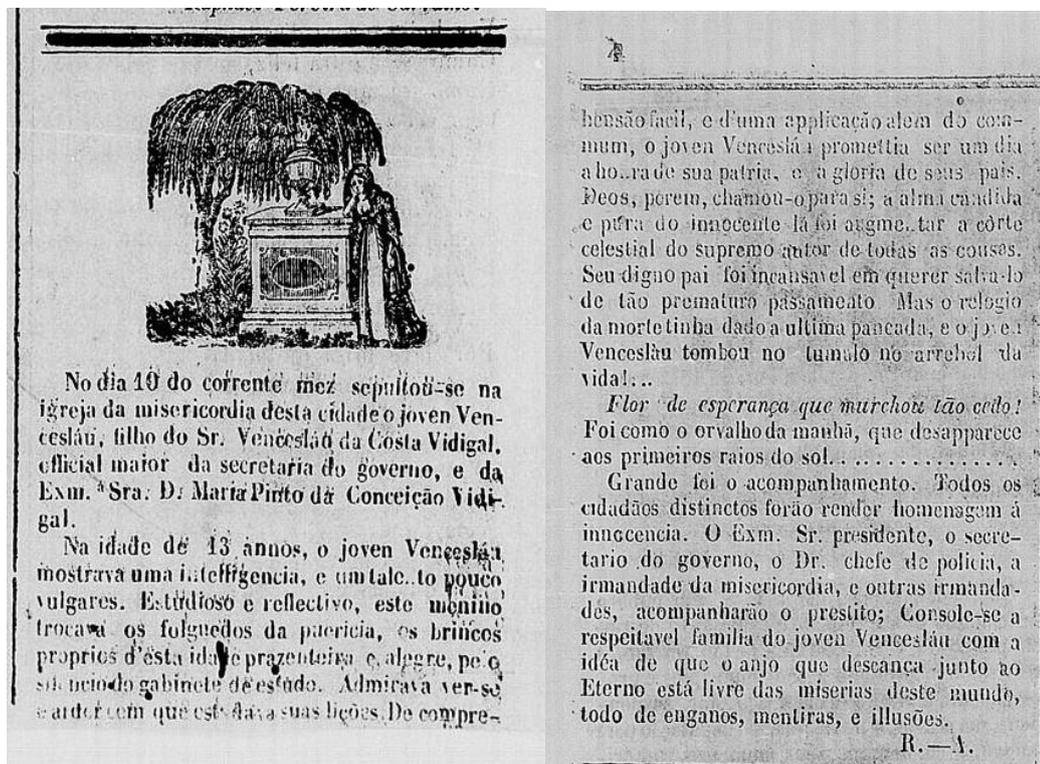


Figura 15: reprodução do jornal “Correio da Victoria” do dia 15 de abril de 1854. Fonte: Hemeroteca Nacional Digital. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/cache/54718059956/10000945-20Alt=003160Lar=001884LargOri=004554AltOri=007639.JPG>.

É interessante observar o modo como o periódico exalta as qualidades de Vanceslao, a quem considera uma alma cândida e pura. A sua perda é lamentada pela impossibilidade de continuidade do legado da família, o que pode ser observado nos seguintes trechos: “[...] de uma aplicação além do comum, o jovem Vanceslao prometia ser um dia a honra da sua pátria e a Glória de seus pais” (CORREIO DA VICTORIA, 1854, p. 4) e “Flor de esperança que murchou tão cedo. Foi como o orvalho da manhã que desaparece nos primeiros raios de sol” (CORREIO DA VICTORIA, 1854, p. 4).

O prestígio social do pai é reforçado quando o necrológio destaca que todos os cidadãos distintos foram render homenagem ao “inocente” - modo como os necrológios se referem às crianças e adolescentes: “O Exm Senhor Presidente, o Secretário de Governo, o Dr. Chefe de Polícia, a Irmandade da Misericórdia e outras irmandades” (CORREIO DA VICTORIA, 1854, p. 4). O periódico finaliza o obituário, destacando que o descanso eterno livraria Vanceslao das misérias, desenganos e desilusões do mundo.

No dia 10 de maio de 1854, menos de um mês após a morte, o jornal “Correio da Victoria” publicou um necrológio, com o título “Communicado”, referente ao falecimento de outro filho de Vanceslao da Costa Vidigal, Antônio Filho, vítima de uma “epidemia reinante”, aos 11 anos de idade. O cargo ocupado pelo pai é citado no obituário e a escrita também lamenta as expectativas perdidas:

**COMMUNICADO.**



Falleceu hoitem ás duas horas da manhã victima da epidemia reinaante o joven Antonio filho do Sr. official maior da secretaria do governo Venceslão da Costa Vidigal com quasi 11 annos de idade, e segundo nos informão, uma das mais bellas esperanças para a republica litteraria por seu espirito, applicação, e desenvolvimento. O consternado pai soffreu a trianta dias o primeiro golpe de dôr com a perda do seu charo Venceslão, que lhe promettia um futuro li-ongeiro, e sobre a ferida que ainda goteja sangue a mão exterminadora e mens ageira da morte lhe descarrega segunda punhalada !! He preciso uma coragem de philosopho christão para resistir á tão dura calamidade; e nós lhe recommendamos como o unico linitivo das nossas penas, e da nossa saudade; certos, de que o nosso amigo contemplará, que os louros mais viçosos murchão; as esperanças mais vastas perdem-se na solidão dos tumulos, e o crepe funebre enluta muitas vezes os corações mais ternos, e mais sensiveis.

Estavão já preparadas para a oblação ás duas victimas de seu amor paternal, e só resta acompanhar-nos com esta recommendação caridosa.

*A terra lhe seja leve.*

Figura 16: reprodução do jornal "Correio da Victoria" do dia 10 de maio de 1854. Fonte: Hemeroteca Nacional Digital. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=218235&pasta=ano%20185&pesq=&pagfis=974>

Antônio Filho é descrito como uma esperança para a república literária, pelas suas qualidades de aplicação e desenvolvimento. A dor diante do falecimento é exposta com palavras de forte comoção e que remetem à morte recente do irmão: "sobre a ferida que ainda goteja sangue a mão exterminadora e mensageira da morte lhe

descarrega segunda punhalada” (CORREIO DA VICTORIA, 1854, p. 4). A amizade é evocada nas palavras que o periódico dedica ao pai, quando afirma que é preciso uma coragem de filósofo cristão para resistir àquela dura calamidade:

[...] nós lhe recomendamos como o único lenitivo das nossas penas e da nossa saudade; certos de que nosso amigo contemplará, que os louros mais vistosos murcham; as esperanças mais vastas perdem-se na solidão dos túmulos e o crepe fúnebre enluta muitas vezes os corações mais ternos e mais sensíveis (CORREIO DA VICTORIA, 1854, p. 4).

Neste trecho, percebemos o uso de expressões emotivas para se referir ao falecimento. A sensibilidade diante da morte é expressa com palavras que representam a profunda consternação provocada, como as sensações de “saudade” e “solidão”. O necrológio informa, que 30 dias antes, o pai já havia sofrido a perda de outro filho, que prometia um “futuro lisonjeiro”. Nos dois textos, portanto, as mortes são lamentadas, também, como uma interrupção das expectativas diante da continuidade das ações em prol da Pátria atribuídas a Venceslao da Costa Vidigal, uma vez que, a morte dos seus filhos é exposta como a perda de vastas esperanças.

Dentre os necrológios que trazem a citação dos parentescos dos mortos, podemos observar quais são as funções mais comuns:

Quadro 2 – Profissão dos parentes nos necrológios

Profissão	Número
Alferes	1
Capitão	3
Comandante da Guarda Nacional	1
Comendador	2
Coronel	2
Deputado Geral	1
Deputado Provincial	10
Desembargador	1
Escriturário da Alfândega	1
Inspetor da Tesouraria	2
Major	3
Médico	3
Secretário de Governo	2
Proprietário de Fazenda	1

Tenente	2
Vereador	1
Vice-Presidente da Província	3

Fonte: CORREIO DA VICTORIA, JORNAL DA VICTORIA, O ESPÍRITO-SANTENSE

Observamos, novamente, a prevalência de deputados provinciais dentre os parentes indicados nos textos, assim como outros cargos políticos de destaque como o de secretário de Governo e vice-presidente da Província. Além das funções dos mortos e dos seus familiares, investigamos quem são as pessoas que assinam os necrológios, uma vez que, uma parte deles, trazia o nome de quem escreveu a homenagem ou pronunciou o discurso no velório, enterro ou na missa fúnebre. Trazemos, como exemplo, o necrológio dedicado a Domingos Rodrigues Souto, publicado no “Jornal da Victoria”, no dia 14 de março de 1866, na seção “Publicações Pedidas”:

tor, e de todas as partes as subscripções affluem em grande numero. Uma commissão, composta de sabios, de industriaes e de homens politicos, está encarregada da gerencia dos fundos.

Para estrêa, resolveu-se o envio de dez expedições, que devem estudar as diversas regiões do globo nas quaes a America pode exercer a sua actividade commercial.

De oito em oito dias a associação hade publicar os relatorios que lhe forem dirigidos, e estes volumes, de uma barateza excepcional, formarão a base de uma bibliotheca popular, que habilitará todo o cidadão dos Estados Unidos a instruir-se economicamente.

As primeiras obras que hão de sahir á luz no fim do anno corrente, trahem da Alemanha, da Irlanda, da Russia, da Inglaterra e da França.

A China, o Japão e o Indostão virão em seguida, o que não obsta a que a associação envie viajantes para estas diversas regiões, as quaes serão estudadas, provincia por provincia, e quasi que cidade por cidade.

No mesmo tempo, as grandes emprezas são dirigidas para Africa, ao norte do canal de Moçambique, e para as grandes ilhas oceanicas de Sumatra e de Bornéu.

A associação possui já quatro navios completamente armados e tripulados.

Hão de singlar de Nova-York no mez de Dezembro.

## PUBLICAÇÕES PEDIDAS

Finou os seus dias Domingos Rodrigues Souto, Deos o chamou a mansão dos justos. Negociante honrado liberal e generoso, que ganhou com dignidade a mediocre fortuna que deixa á sua numerosa familia.

O seu genio generoso e activo, bom christão, bom pai de familia, o acompanhou em todos os actos da sua vida. Vindo para esta Provincia em 1819 trouxe consigo a melhor educação religiosa, civil, e commercial. Com o pequeno fundo dos seus teores ensinou aos que aqui commerciaão, que a mora na expedição do commercio para apurar mais alguns por centos, he mais prejudicial que lucrativo, pelos juros que correm no empate dos capitães: e obaixando o lucro das transacções, fez dar prompta saída aos generos a favor do consumidor, que então começou a ter por menos o que até então comprava mais caro. Seu amor á religião, seu affecção á virtude da caridade o fez beneficiar com mais donativos o hospital da Misericórdia, que então se construiu, coadjuvando o seu ins-tituidor Luiz Antonio da Silva, ambos de mão occulta fazião que as es-molas renascessem, quando parecião esgotadas. Sua actividade no commercio fez com que tendo Bento Jose da Costa, de Pernambuco, perdido em S. Matheus uma grande sumaca que, com razão ou sem ella, foi confiscada por trazer despachos da republica do equador; Souto, sem recommendação, e só conhecendo de nome a Bento José da Costa, encarregou-se e desembaraçou, por meio

de seus amigos, esse negocio sem despendio de um real de Bento Jose da Costa, e carregando com seu dinheiro a mesma sumaca a remetteu a seu dono. Esperava Souto haver samente o lucro do abono dos fundos empregados no carregamento; mas Bento José da Costa com generosa retribuição, vende o carregamento em Pernambuco e rem tte lo-do o producto a Souto, sem tirar nem ao menos o frete e despezas do seu navio. Este lucro não esperado e que não foi pequeno habilitou então Souto a dar mais expansão ao seu genio liberal e bemfazejo, e ao seu negocio.

Nobre e generoso, declarando-se a independencia do Brasil, Souto fez da sua casa um templo, em que se cantava publicamente hymnos ao Imperador e Imperatriz, cujos retratos estavam á veneração publica, e ciferreou em donativo ao Governo uma grande porção de madeiras proprias para o carrelame da artilharia, e que o Governo mandava comprar. O Governo agradeceu e o condecorou com o Habito de Christo. A colonisação promovida nesta Provincia pelo Presidente Pedrore achou no finado Souto um grande sustentaculo, pois preparou-lhe os primeiros beneficios de que ella carecia, dando-lhe os comodos necessarios á morada e alimentação, serviços esses que lhe valêrão o officialato da Rosa.

A firma de Souto deve a familia Accioli (Presidente da Provincia) e principalmente José de Barros Pimentel a sua fortuna, essa fortuna que Barros legou por seu fallecimento a uma filha de Souto, sem esquecer-se tambem das outras, dizendo—Por intermedio de Souto a adquirir, á familia Souto quero que pertença.

No anno da fome que houve nesta cidade, sendo Souto o unico que tinha no seu armazem uma porção de farinha, não se prevaleceu da carestia para levantar o prego, e muita distribuio de graça á pobresa. Na peste do Colera que dezimava o povo desta cidade, Souto prestou liberalmente aos doentes dos hospitaes publicos e particulares, que se creião, as dietas de todos os generos que se precisavão, visitando frequentemente os mesmos hospitaes.

O Imperador lhe remunerou essa dedicacão com a Commenda da Rosa. Servio muitos cargos publicos electivos e de nomeação do Governo.

Prestou-se mais de uma vez a abono da Fazenda, e socorros a navios do Estado. Irmão de muitas corporações religiosas, a todas assistia com donativos, que os templos e o culto carecia. A pobresa o achava sempre, e ás vezes até meia noite em seu escriptorio, aos sabbados, para a socorrer. Finalmente pai de nove filhos e trinta e um netos não se descuidava da educação e bem estar de nenhum delles.

Sentindo suas forças abatidas commercio e recolhido ao centro da sua familia, tractou da liquidacão e clareza de suas contas, e deixar a seus filhos em tranquillidade os restos que lhes fica dos seus bens, em grande somma prejudicados pela quebra dos Bancos do Rio de Janeiro, e na idade de 78 annos e 35 dias expirou. Teve

inimigos, teve ingratos e calumniadores: perdoou-lhes.

Eis em breve e cordial lembrança a palma de perpetuas e saudades, que lhe consagra o seu velho amigo.

Luiz da Silva Alves d'Azambuja  
Suaavo.

## Atenção.

O distribuidor do juizo, respondendo ao Veritas, assignatorio da publicacão no a Jornal da Victoria, o de 10 do corrente, diz que em virtude de despacho, comprio com o seu dever, extrahindo dos livros a seu cargo a certidão requerida, por João Corréa da Silveira, que tanto emcomodou a esse Veritas, cuja certidão extrahio fielmente. (sem tenção de offender ao Sr. Almeida Ribeiro, e nem dar força ao seu inimigo,) não sendo de sua atribuição saber do bom ou máo resultado das acções destruidas; e quem quizer saber dirija-se aos cartorios. O distribuidor confirma o q' diz o Veritas, respeito as duas acções civis, em que forão os auctores condemnados nas custas, não por faldeia-de do pedido e sim por em competencia das acções; e quanto á esse Santos, Santos, como diz o dito Veritas, responde que muito legal forão as duas rubricas, por que cutando a margem da certidão, a emportancia, rubricou, como determina o regimento; a segunda rubrica, he relativa ao recebimento de sua importancia, que tendo lançadas as letras p. g. foi pelo mesmo Silveira reclamado para que rubricasse tambem o recebimento; que fez o distribuidor por intender assim dever ser, cujas rubricas, nos lugares competentes, e não em seguida, como se acha estampada no Jornal de 7 do corrente n. 188; e diz-lhe sobre as penas applicadas na dita publicacão, supponho; estar mais no caso, o applicador dellas por ser talvez mais moço do que...  
Victoria 13 de Março de 1866.  
José Maximiano dos Santos.

## EDITAL

O Dr. Aureliano de Azevedo Monteiro, Juiz de orfãos e ausentes nesta Villa da Serra e seu termo, por Sua Magestade o Imperador, que Deus Guarde.

Faço saber aos que o presente edital virem e noticias liverem, que por este meu juizo, e cartorio do escriptório José Nunes Barboza, foi feito o inventario do finado João Rodrigues Ferreira, no qual representarão como herdeiros Antonio de Bulhões Coutinho, por cateca de sua mulher de Roza Maria do Rosario; João Nunes Ferreira, o ausente Antonio Martins Vieira; e tendo os ditos herdeiros Bulhões Coutinho e Nunes Ferreira, perante este meu juizo justificado serem os legitimos herdeiros do ausente dito Antonio Martins Vieira, o qual ha mais de quarenta annos retirou-se d'esta provincia, não sabendo-se até hoje onde reside, e tratando os mesmos Bulhões Coutinho e Nunes Ferreira, de habilitarem-se, de conformidade com o art. 46 do Reg. de 15 de Junho de 1839,

para entrarem na successão proventoria dos bens do referido ausente, requererão-me para que na forma do § 3.º do Artigo 47 do Regulamento citado, fossem citados por meio do presente edital, não só o ausente Antonio Martins Vieira, como qualquer herdeiro que se julgar no caso de succeder-lhe, para o que lhes é concedido o prazo de um anno, e findo o qual se procederá de conformidade com o Regulamento acima citado. E para que chegue ao conhecimento de todos, mandei passar o presente, que será publicado pela imprensa na Capital da Provincia e afixado n'esta villa no lugar do estylo. Dado e passado n'esta villa da Serra aos 3 de Março de 1866. Eu José Nunes Barboza, Escrivão o escrevi.

Aureliano de Azevedo Monteiro.

## ANNUNCIOS

### VICE CONSULADO DA HESPANHA

O Alferes José Ribeiro Coelho, faz publico para conhecimento dos interessados, que tendo obtido exequatur de S. M. Imperial, e sido nomeado Vice-Consul do Reino de Hespanha nesta cidade, hoje entrou no exercicio das respectivas funcções; podendo por tanto os subditos d'aquella nação entenderem-se com o annuante no seu escriptorio n.º 29 á rua do Commercio desta mesma cidade.

Vice-Consulado da Hespanha na Cidade da Victoria, Provincia do Esdricho Santo em 13 de Março de 1866.

Vice-Consul.

José Ribeiro Coelho

(2-1)

João Jacob Tesch faz sciente o publico desta provincia, que acha-se encarregado de organizar nesta cidade uma agencia da companhia—Feliz Lembrança—, de seguros de vida de escravos, maritimos e terrestres. O mesmo dará as informações precisas para esclarecimento de quem quizer ter inteiro conhecimento do fim daquella companhia.



D. Anna Joaquina de Pinho Souto, suas filhas, genros, netos, e sobrinhas agradeço cordialmente a todas as pessoas que acompanharam o fereiro do finado commendador Domingos Rodrigues Souto, seu marido, Pai, Sogro, avô, e tio, ao ultimo jazigo; e de novo pedem a essas almas pias o caridoso obsequio de assistirem a missa do sétimo dia, que se hão de celebrar no dia 16 do corrente, na Igreja Matriz desta cidade, as nove horas da manhã; por cujos favores empunhao a sua gratidão.

Victoria 13 de Março de 1866

Figura 17: reprodução do periódico "Jornal da Victoria" de 14 de março de 1866. Fonte: Hemeroteca Nacional Digital. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/cache/2524806270258/10001249-20Alt=003095Lar=001884LargOri=004526AltOri=007435.JPG>

Daemon (2009), ao anunciar na sua obra a morte de Domingos Rodrigues Souto, ocorrida em 1866, que dentre outros cargos foi vice-cônsul dos Estados Unidos e deputado provincial dos anos de 1842 a 1853, afirma:

Falece a 11 de março deste ano o antigo negociante desta cidade comendador, Domingos Rodrigues Souto, nascido em Portugal, mas que, tendo abraçado a Independência do Brasil, tornou-se brasileiro adotivo. Prestou muitos serviços à causa pública, ocupou diversos cargos e foi deputado provincial. Deixou fortuna regular não só em moeda como em prédios, terrenos e escravos (DAEMON, 2009, p. 427).

Integrante da elite política e escravocrata da Província, as qualidades conferidas a Souto são exaltadas no decorrer de todo o texto, no qual é chamado de “gênio generoso e ativo, bom cristão, bom pai de família” (JORNAL DA VICTORIA, 1866, p. 4). O necrológio preocupa-se em descrever a sua trajetória, desde a sua vinda para o Espírito Santo, para o qual trouxe, segundo o periódico, “a melhor educação religiosa, civil e comercial”. Os seus bons predicados religiosos também são ressaltados: “Seu amor à religião, seu afeto à caridade o fez beneficiar com mais donativos o Hospital da Misericórdia, que então se construía” (JORNAL DA VICTORIA, 1866, p. 4). É dito ainda, que ele fazia renascer a esmola, quando elas pareciam esgotadas. A forte atuação política do falecido é o tema central do obituário, que relata:

Nobre e generoso, declarando-se a Independência do Brasil, Souto fez da sua casa um templo, em que se cantavam publicamente hinos ao Imperador e a Imperatriz, cujos retratos estavam à veneração pública e ofereceu em donativo ao Governo uma grande porção de madeiras próprias para a artilharia. O Governo agradeceu e o condecorou com o Hábito de Cristo (JORNAL DA VICTORIA, 1866, p. 4).

As relações políticas de Souto são informadas no material, que afirma que o falecido atuou no processo de colonização promovido na Província pelo presidente Pereira e serviu em muitos cargos públicos eletivos e de nomeação do Governo. O status atribuído a Souto era tão significativo que ele recebeu do Imperador a “Comenda da Rosa”, uma ordem honorífica, criada por Dom Pedro I, em 1829, em comemoração ao seu casamento com a princesa Dona Amélia de Leuchtenberg.

O texto foi escrito por Luiz da Silva Alves d’Azambuja, que o finaliza com os seguintes dizeres: “Eis em breve e cordial lembrança, a palma de perpétuas saudades, que lhe

consagra o seu velho amigo” (JORNAL DA VICTORIA, 1866, p. 4). D’Azambuja é um nome de destaque na política do século XIX no Espírito Santo. Teve participação nos momentos que antecederam a Independência do Brasil, compôs o Governo Provisório na Província em 1822 e atuou na primeira formação de deputados eleitos para a Assembleia Legislativa Provincial, em 1835. Foi deputado provincial, ininterruptamente, dos anos de 1835 a 1855.

Neste necrológio, tanto quem recebe a homenagem, quanto quem escreve, que se denomina “um amigo”, são pessoas com forte e significativa ação política no Espírito Santo. Temos mais um exemplo de que a morte sobre a qual se fala detalhadamente, com destaque aos feitos e realizações, não é a de qualquer indivíduo que residia na cidade de Vitória. Os mortos a quem se atribui emotivos e minuciosos obituários, de modo geral, são os entes com atividades políticas na Província, seus familiares e amigos.

Para Domingos Rodrigues Souto foi dedicado um segundo texto, publicado no dia 17 de março de 1866, com o discurso proferido pelo padre João Luiz da Fraga Loureiro, por ocasião da missa de sétimo dia do falecido. João Luiz da Fraga Loureiro, assim como D’Azambuja, fez parte da primeira Assembleia Provincial, em 1835, e exerceu o cargo de deputado provincial dos anos de 1835 a 1855. Rodrigo da Silva Goularte (2017) traz algumas informações sobre as relações políticas do padre:

João Luiz da Fraga Loureiro era um poeta popular e famoso nas festas em louvor a São Benedito. Em 1825, então com 20 anos, seguiu em viagem para a Corte com o objetivo de ampliar seus estudos, graças à indicação obtida pelo pai, o Sargento-Mor Loureiro (homem influente da época, como informa Daemon), da parte do Presidente da Província, Accioli de Vasconcelos, ao Ministro do Império, Luiz de Carvalho e Mello, em reconhecimento ao talento do jovem Fraga Loureiro. Por meio desse importante contato, o poeta capixaba possivelmente foi apresentado a S. M. o Imperador a fim de ser enviado para a França, onde iria concluir seus estudos em alguma universidade (GOULARTE, 2017, p. 83).

Segundo Goularte (2017), os papéis de líder religioso e poeta permitiram a Loureiro acessar diversos ambientes sociais, entre as autoridades de sua época e as camadas de menos recursos. De acordo com o autor, esse intenso trânsito pelos círculos de poder e por outros nichos da sociedade daquele tempo permitiu a Loureiro: [...] inserir-se como figura fundamental no quadro político do Espírito Santo, que participava da

fundação do recente Estado Brasileiro por meio da organização política da nova província imperial e da Assembleia Legislativa” (GOULARTE, 2017, p. 84). Segue a reprodução do necrológio:

**PUBLICAÇÕES PEDIDAS**



**Pequena all. eução que por occasião da missa do 7. dia do Comendador Domingos Rodrigues Souto, recitou o padre mestre João Luiz da Fraga Loureiro.**

A que se dirigo este triste e luctuoso aparato, esta pompa funebre, esta urna que elevada diante de nossos olhos, revella os despojos da mortalidade? Qual é o objecto que no meio dos canticos ternos e tocantes da Sãa Santa força a arrancar tantas lagrimas, que demonstrão o sentimento profundo, a magia dilacerante de uma familia coberta de luto? É um chefe della, que succumbira a estas lãs, e a deixára inconsolavel. É um esposo eminentemente virtuoso que desprendera dos braços d'uma querida consorte. É um pai carinhoso que deixou para sempre de receber as homenagens, e as reverencias de seus caros filhos, e fortificá-os com sua benção.

É finalmente um cidadão venerando, que a sociedade reconhecia por assaz prestimoso. É o Comendador Domingos Rodrigues Souto, que jaz no silencio do tumulo, e cuja alma vimos de suffragar com o Santo Sacrificio propiciatorio e au liencia delle.

Sim, Srs., já não é um sonho o passamento desse distincto cavalleiro... morreu... e hoje apenas se deixão ver as realidades, que dourarão seus dias, que afagarão sua existencia.

Christão por excellencia era respeitador da palavra de Deus, visitava seus Templos, e concorria para a magnificencia delles.

Caridoso por convicção intima de seu coração bemfazejo distribuia com a pobreza desvalida os obulos, que lhe asseguravão os meios de subsistencia diaria, acudia às suas precisões nas enfermidades, e rico de munificencia o Comendador Souto podia afirmar que o Senhor lhe concedera em partilha a compaixão, e a ternura. Convencido que são estes os unicos titulos que ennobreçam os homens, fez sempre transluzir em seus actos publicos e particulares a religião, e a virtude, reconhecendo ao mesmo tempo que sem ellas os louros mais viciosos murchão, as canções mais estrepitosas, a vaidade, e a soberba perdem-se na solidão do tumulo...

Morreu... e Deus, aguardando este ensejo tremendo, a maneira dos seres privilegiados, mostrará que fóra para o zoutemplar no numero de seus escolhidos. Elle espera este azo temeroso em que os praseres do mundo deixão ao impio a desesperação e o remorso para derramar no coração do

justo as esperanças que anteciparão sua immortalidade.

Meu caro Urbano. Para consolar-vos de vossos justos pesares; para mitigar a dor, que punge o coração de vossa terna mãe, para enchugar as lagrimas de vossas maviosas irmãs, pela perda irreparavel que acabão de soffrer. Devo como ministro de Jesus Christo, e vosso amigo, dizer-vos que quando o fumo da gloria se dissipa, quando todos os encantos do seculo se esvaessem, qual sombra fugitiva diante do tumulto, que contem os restos mortaes do homem, um balsamo regenerador, modera a nossa amargura,—é a religião; uma esperança consoladora nos soccorre,—é a beneficencia, e a misericordia de Deus. As virtudes derigirão as acções de vosso pai, tão bom esposo, bom pai, bom amigo, e a bemaventurança é hoje sua Patria. O peso da terra não opprime seu humido corpo e a paz eterna é o seu desejado descanso.

*Requiescat in pace.*

Figura 18: reprodução do periódico “Jornal da Victoria” de 17 de março de 1866. Fonte: Hemeroteca Nacional Digital. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/cache/3291501539685/I000125220Alt=003095Lar=001884LargOri=004526AltOri=007435.JPG>

Nele, podemos observar uma linguagem emotiva direcionada às sensações provocadas pela morte de Domingos Souto. O padre inicia a sua fala questionando a quem se dirige tão triste e lutuoso aparato. Após, Loureiro pergunta quem é o ente que força “arrancar tantas lágrimas, que demonstram o sentimento profundo, a mágoa dilacerante de uma família coberta de luto?” (JORNAL DA VICTORIA, 1866, p. 3). Neste trecho, expressões que se referem a profundas sensibilidades podem ser observadas, como as “lágrimas” e os “sentimentos”.

Fraga Loureiro preocupa-se em exaltar as boas qualidades do morto: “esposo eminentemente virtuoso que desprendera dos braços de uma querida consorte. É um pai carinhoso que deixou para sempre de receber as homenagens e as reverências de seus caros filhos e fortificá-los com suas bençãos” (JORNAL DA VICTORIA, 1866, p. 3). Na frase destacada, vemos a representação que se repete com regularidade nos necrológios quanto à exemplaridade dos mortos na vida privada. Comumente, eles são descritos como pessoas com grandes virtudes e sobre as quais nada se tem a declarar sobre defeitos, erros ou desvios.

Na vida pública, os méritos, de modo geral, também são abordados, como no seguinte trecho: “[...] um cidadão venerado, que a sociedade reconhecia como assaz prestimoso” (JORNAL DA VICTORIA, 1866, p. 3). As nobres ações de homem religioso são referenciadas: “[...] cristão por excelência, era respeitador da palavra de Deus, visitava seus templos e concorria para a magnificência deles”. A amizade, assim como em uma parte significativa dos necrológios, é evocada por João Fragoso Loureiro ao dirigir-se ao filho de Domingos Souto, Urbano Souto, a quem chama de “amigo”.

Para consolá-lo dos pesares, da dor e das lágrimas pela perda irreparável, Loureiro afirma que deve lhe dizer que quando a glória se dissipa e os encantos do século se esvaem um bálsamo regenerador é capaz de moderar a amargura: “a religião”. É ela quem poderia socorrê-lo e beneficiá-lo. O padre finaliza o discurso afirmando: “As virtudes dirigirão as ações de vosso pai, tão bom esposo, bom pai, bom amigo e a boa-venturança é hoje a sua pátria” (JORNAL DA VICTORIA, 1866, p. 3).

É interessante observar, que 12 anos após a publicação de Fraga, em 10 de agosto de 1878, ele também foi homenageado com um necrológio assinado pelo já citado deputado provincial, padre Francisco Antunes da Siqueira. Com isso, temos a reflexão, do quanto os obituários eram espaços nos quais a elite política se elogiava e se exaltava cotidianamente. O padre Siqueira inicia o texto destacando que havia ocorrido uma escolha fatal, na qual se quebrara a nave veloz das ilusões da vida e que de nada valiam a destreza da manobra e nem a ciência do intrépido piloto, pois o vendaval da morte transformava o mais belo e radiante dia em caliginosa e medonha noite. Sendo assim, mostrara-se ocultada a beleza em seus negrumes, enlutado os sorrisos de ventura e entorpecidas as ideias. Vagueando nos mais sólidos pensamentos, zombando de tudo e escarnecendo de todos, a morte solta, respeitosa, uma louca e estridente gargalhada, quando coberta a soberba de seus lúgubres despejos. O necrológio, na íntegra, pode ser observado na imagem a seguir:

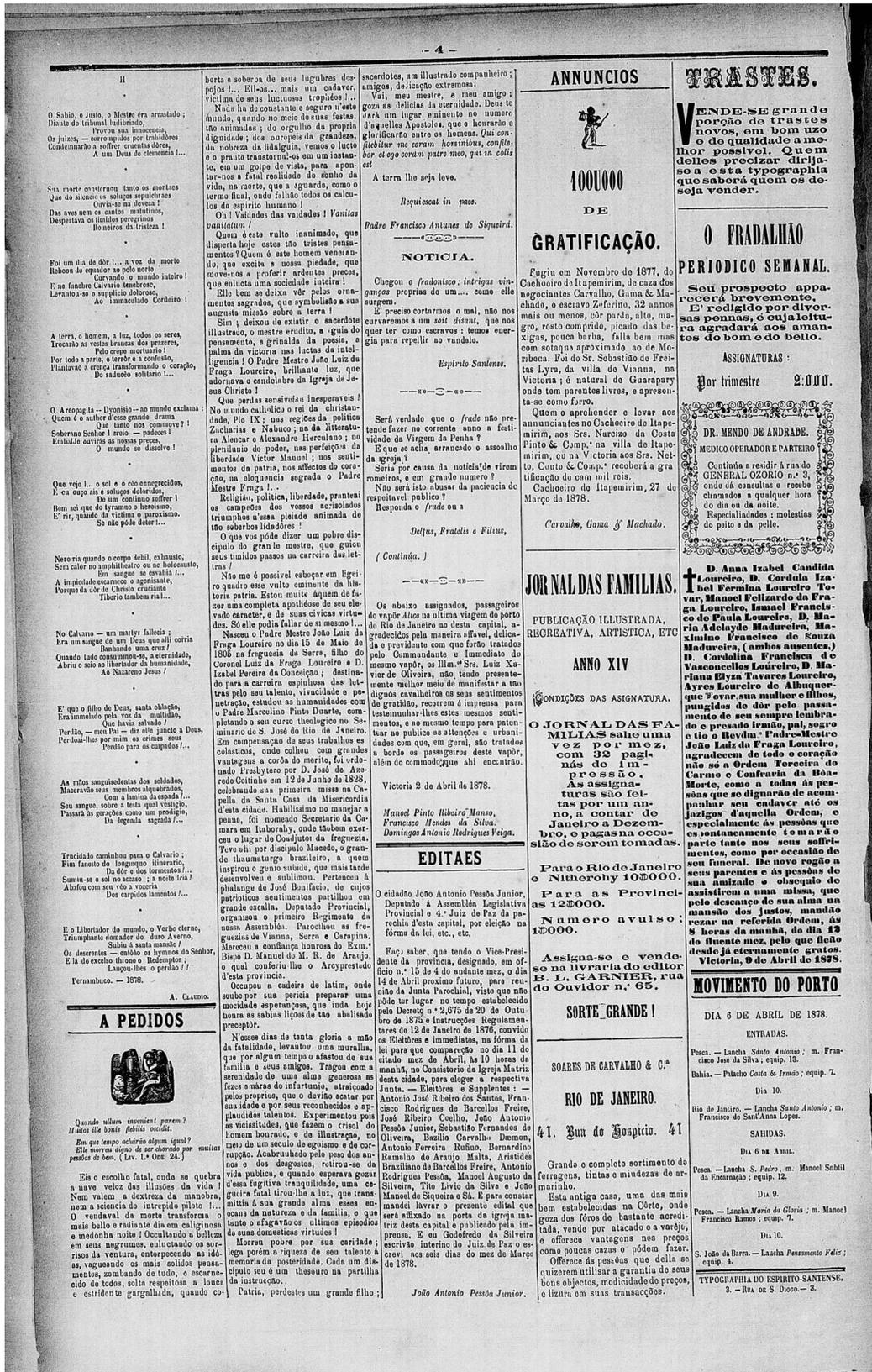


Figura 19: reprodução do jornal "O Espirito-Santense" de 10 de abril de 1878. Fonte: Hemeroteca Nacional Digital. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/cache/42620953808/10003798-2-0-002999-001884-006608-004151.JPG>

O texto prossegue, afirmando que não há nada de constante e seguro neste mundo, quando no meio de suas festas tão animadas e do orgulho da própria dignidade, vemos o luto e o pranto transformá-los em um instante, para nos apontar a fatal realidade do sonho da vida: a morte que nos aguarda e faz falhar todos os cálculos humanos. O padre questiona quem era aquele vulto inanimado que despertava todos estes pensamentos e responde que se tratava de um homem venerado, que exercitava a piedade e que movia os demais a proferir ardentes preces, que enlutava uma sociedade inteira.

Após, uma série de elogios à personalidade do morto é feita: “mestre erudito, o guia do pensamento, a grinalda da poesia, a palma da vitória nas lutas da inteligência. O padre João Luiz da Fraga Loureiro, brilhante luz, que adornava o candelabro da igreja de Jesus Cristo” (O ESPÍRITO-SANTENSE, 1874, p. 4). O padre chama a perda de sensível e inesperada e destaca:

No mundo católico o rei da cristandade, Pio IX, nas regiões da política, Zacarias e Nabuco, no da literatura Alencar e Alexandre Herculano, no plenilúnio do poder, nas perfeições da liberdade, Victor Manuel; nos sentimentos da pátria, nos afetos do coração, na eloquência sagrada, o padre Mestre Fraga! (O ESPÍRITO-SANTENSE, 1874, p. 4)

Mostra-se interessante neste trecho a evocação que Siqueira faz daqueles considerados “grandes homens”, junto aos quais ele localiza o padre Fraga. Temos, portanto, o espaço da morte nitidamente como lugar de exaltação de um determinado perfil de indivíduos, compreendidos como excepcionais pelos seus bons feitos e predicados e onde Siqueira, religioso e deputado provincial, insere Fraga, também religioso e deputado provincial. Ponderamos, que este tipo de elogio ao outro, engloba junto o elogio a si, pois destacam pessoas específicas como diferenciadas e com qualidades relevantes. Observamos ainda, nesta citação, como a sensibilidade se entrelaça à política quando a abordagem envolve entes com prestígio social.

O padre solicita, em mais uma demonstração afetiva, que a religião, a política e a liberdade pranteiem os campeões dos acrisolados triunfos, naquela plêiade animada de soberbos lidadores e chama Fraga de “vulto iminente da história pátria”. Siqueira diz que estava muito aquém de exercer a missão de realizar uma completa apoteose do elevado caráter do finado e das suas cívicas virtudes, mas traz algumas

informações sobre a sua trajetória de vida, locais de estudo, família e cargos ocupados, como o de deputado, no qual participou da organização do primeiro regimento da Assembleia e o de padre, em que atuou nas freguesias de Viana, Serra e Carapina. Siqueira deseja que o mestre e amigo goze das delícias da eternidade.

Para melhor visualizarmos as profissões daqueles que assinaram os necrológios, elaboramos o seguinte quadro:

Quadro 3 - Profissão dos assinantes dos necrológios

Profissão	Número
Alferes	1
Capitão	1
Chefe da Seção da Secretaria de Justiça	1
Deputado Provincial	16
Engenheiro Civil	1
Escrivão	1
Escrivão da Tesouraria da Fazenda	1
Frei	1
Inspetor da Alfândega	2
Juiz de Direito	1
Oficial da 2ª Seção da Secretaria de Governo	1
Religiosos	4
Promotor Público	1
Redator	1
Secretário de Governo	5
Tenente	1
Vice-Presidente de Província	1

Fonte: CORREIO DA VICTORIA, JORNAL DA VICTORIA, O ESPÍRITO-SANTENSE

Novamente, se sobressaem nos dados, a presença dos deputados provinciais, que foram responsáveis pela assinatura de 16 textos. Esta foi uma questão que se destacou na investigação, dentre os 76 necrológios levantados pelo teor emotivo, detalhado e subjetivo, 15 eram referentes ao falecimento de deputados provinciais, 11 eram de pessoas cujo parentesco com deputados provinciais foi citado - dentre filhos, esposas e irmãos - e 16 são assinados por deputados provinciais. Com isso, 42

obituários, ou seja, mais da metade das publicações se referem a membros do corpo legislativo. Considerando que nos jornais, no período de 1849 a 1889 foram publicadas, ao todo, mais de 840 pequenas notas de falecimentos, pode-se apreender que um quantitativo muito maior de indivíduos morreu na Província, além daqueles para os quais foram dedicados obituários sobre as suas vidas, feitos, qualidades e realizações.

Mostra-se, portanto, uma importante constatação, a de que há um cunho político nas emoções expressas nos necrológios veiculados nos jornais, uma vez que, a análise desse tipo de conteúdo, mostrou que há um perfil de indivíduos a quem as homenagens comumente são rendidas. Sobre as abordagens que envolvem as reflexões sobre as demonstrações dos sentimentos, Barros (2005) destaca que “[...] as imagens, as cosmovisões e os símbolos podem ser produzidas também por circunstâncias políticas, por necessidades sociais e até locais por artimanhas da poesia e da literatura, por arquitetura política pensada ou intuída” (BARROS, 2005, p.11). Ponderamos estas questões, que também vislumbramos em nossas fontes, ao observarmos a política local inserida nas consternações emotivas e afetivas presentes nos obituários. A morte sentida, lamentada, escrita e representada é a da elite política da capital da Província.

### **2.3 A necrologia e o elogio de si: os deputados provinciais e a exaltação da elite**

Entendemos por “elite” no sentido proposto por Flávio M. Heinz (2006), quando afirma tratar-se: “[...] de um termo empregado em um sentido amplo e descritivo, que faz referência a categorias ou grupos que parecem ocupar o ‘topo’ de ‘estruturas de autoridades ou distribuição de recursos’” (HEINZ, 2006, p. 7). Para o autor, a noção de “elite”, muitas vezes pouco clara, diz respeito, acima de tudo, “à percepção social que os diferentes atores têm acerca das condições desiguais dadas aos indivíduos no desempenho dos seus papéis sociais e políticos” (HEINZ, 2006, p. 7).

Segundo Heinz (2006), é preciso estar atento, ao se voltar o olhar aos atores situados no topo da hierarquia social, “à complexidade de seus laços objetivos com o conjunto ou setores da sociedade” (HEINZ, 2006, p. 8). Consideramos os necrológios, inseridos na abordagem de Heinz (2006), como uma estratégia empregada para a valorização

da elite do Espírito Santo, extrapolando, inclusive, as limitações impostas pela finitude da vida. Trata-se, deste modo, de uma forma da elite alicerçar feitos exitosos e compreendidos como socialmente relevantes (HEINZ, 2006, p. 9).

Na investigação quanto às atribuições dos mortos, seus familiares e amigos, conforme os quadros apresentados, se sobressaiu a presença dos membros que compunham a Assembleia Legislativa, criada em 30 de janeiro de 1835, graças ao Ato Adicional de 1834, que autorizou que cada Província organizasse a sua estrutura. Goularte (2017) destaca, que no momento no qual se configurou a possibilidade de organização de um parlamento, já havia no Espírito Santo uma elite regional com certa experiência política que viria a assumir as ações para a abertura da instituição. De acordo com Goularte:

Os indivíduos que assumiram o comando da Assembleia Legislativa do Espírito Santo não eram personagens desconhecidos da vida pública provincial. Já participavam de importantes processos vividos na localidade, no início do XIX, como lideranças administrativas, militares e eclesiásticas, como funcionários públicos civis e intelectuais. Conheciam grande parte das conturbações políticas que sacudiram o Espírito Santo no início do oitocentos, das carências materiais presentes na localidade, enfim, até das demandas mais cotidianas da região, como as Atas da Assembleia e representações ao Governo Geral demonstram. Tratava-se de uma elite que recebera um treinamento político para enfrentar as demandas provinciais (GOULARTE, 2021, p. 8).

Para o autor, a fundação da Assembleia Provincial possui diversos significados, uma vez que coroou um percurso que aproximou indivíduos diferentes, mas cujos históricos individuais contavam com um processo de socialização política: “uma aproximação de interesses, valores e práticas, como resultados de suas funções como padres, funcionários públicos civis e militares, ocupações que assumiam no Estado, na igreja e nas irmandades” (GOULARTE, 2021, p. 8). Observamos, também nos necrológios, que estas eram, comumente, as funções citadas dos falecidos. Os mortos, familiares e amigos estavam, de modo geral, presentes na política, nas funções públicas ou nas áreas religiosas e militares ou, em alguns casos, em mais de uma destas atribuições.

Goularte, em seu livro “Figurões da Terra: trajetórias e projetos políticos do Espírito Santo no Oitocentos”, teve por objetivo investigar as trajetórias institucionais,

familiares e sociais dos primeiros ocupantes das cadeiras legislativas na Província, nos anos de 1835 a 1837, e por qual motivo essas pessoas tornaram-se reconhecidas “enquanto legítimos construtores de uma nova ordem no Espírito Santo” (GOULARTE, 2021, p. 8). Alguns dos nomes apurados pelo autor, dentre os 20 que compunham a Assembleia em 1835, foram homenageados em necrológios ou foram responsáveis pela escrita destes, tais quais: Luiz da Silva Alves de Azambuja Suzano, João Luiz da Fraga Loureiro, Dionísyo Álvaro Rozendo, Joaquim da Silva Caldas e Sebastião Vieira Machado, o que novamente reforça como o espaço da morte era utilizado constantemente pela elite política local para exaltar e elogiar os seus feitos e demonstrar a dor provocada pelas perdas daqueles com quem dividiam atribuições e poderes.

Segundo Goularte (2017), ao analisar as configurações sociais estabelecidas entre aqueles que foram pioneiros no exercício legislativo, foi possível constatar que se tratava de um grupo que viria a assumir o papel de elite política regional. Uma elite política que, em suas palavras: “[...] se comunicaria oficialmente com os círculos nacionais de poder (ministérios, Assembleia Geral, presidente de província)” (GOULARTE, 2017, p. 12).

A formação dessa elite do Espírito Santo, seguindo o autor, ocorreu de forma concomitante com a construção do Estado brasileiro pós-Independência e da elite política nacional. O cenário de organização deste grupo teve como um dos pontos principais a descentralização propiciada pelo Ato Adicional de 1834, que favoreceu a constituição das elites regionais, que assumiram um controle considerável de poder (GOULARTE, 2017, p. 15). Sobre como ocorriam as eleições para a ocupação desses cargos, discorre:

A escolha dos membros desse novo órgão seguia o padrão já determinado pela Constituição, que acontecia em eleições primárias, nas quais homens livres, com renda mínima de cem mil réis anuais, escolheriam os eleitores da Província. Tais eleitores deveriam possuir renda não inferior a duzentos mil réis anuais e escolheriam os membros da Assembleia Legislativa Provincial. Cada legislatura duraria dois anos, exceto a que começava em 1835, que duraria até 1837 (GOULARTE, 2017, p. 37).

Para Goularte (2017), a formação da Assembleia Legislativa significou um momento determinante para a vida política do Espírito Santo:

[...] em virtude da criação de um espaço permanente em que a elite política capixaba se concentrava para processar as demandas da província e certamente para forjar e manter mecanismos para a perpetuação de uma ordem social marcada pela escravidão e limitação do acesso ao poder político (GOULARTE, 2017, p. 38).

Com isso, tem-se que em seus 54 anos de existência, a Assembleia Legislativa: “constituiu-se em um grupo de interesses em que atores políticos da elite provincial sistematizaram suas demandas e as transformaram em práticas políticas por meio da criação de legislações ou do envio de demandas ao governo central” (GOULARTE, 2017, p. 38).

Para José Murilo de Carvalho (2021) é razoável supor que as decisões políticas eram tomadas pelos indivíduos que ocupavam os cargos do Executivo e do Legislativo, além do imperador, os ministros, os senadores e deputados. Com relação a esta elite política do Império, que se constituía no Brasil e no Espírito Santo, Carvalho (2021) afirma que, sobretudo na primeira metade do século XIX, foi treinada em Coimbra, Portugal, concentrada na formação jurídica e tornou-se, em sua maioria, parte do funcionalismo público, sobretudo na magistratura e judiciário. Funções estas, que também observamos dentre as atividades principais citadas nos necrológios. Segundo o autor, essa elite se expandiu em condições semelhantes após a Independência: “ao concentrar a formação de seus futuros membros em duas escolas de direito, ao fazê-los passar pela magistratura, ao circulá-los por vários cargos políticos e por várias províncias” (CARVALHO, 2021, p. 39).

De acordo com Carvalho (2021), as afinidades desta elite, devido à educação em comum na tradição do absolutismo português e pela participação na burocracia estatal, faziam com que: “o fortalecimento do Estado se constituísse para ela não só um valor político como também um interesse material muito concreto” (CARVALHO, 2021, p. 42). Sendo assim, ao observarmos essa composição de uma elite local, que tinha na Assembleia Legislativa um espaço de acordos e relações de poder, torna-se um aspecto de destaque, que um quantitativo significativo de necrológios seja direcionado aos deputados provinciais, que por meio do conteúdo sobre os falecimentos, abordavam as suas boas qualidades e reforçavam o quão dolorosas e sofridas seriam aquelas ausências.

Atentamo-nos às reflexões de Chartier (1988), quando afirma que não há neutralidade nos discursos, uma vez que eles produzem estratégias e práticas, que impõem uma autoridade à custa de outras com o intuito de legitimar um projeto reformador ou de justificar escolhas e condutas (CHARTIER, 1988, p. 17). Por isso, ao investigarmos a escrita do luto e das lembranças nos necrológios seguimos as observações do autor, quando o mesmo insere a análise das representações como colocadas em um campo de concorrências e competições, cujos desafios são expressos em termos de poder. Por isso, ponderamos a importância de se investigar:

O relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outras, por ela menosprezadas a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os outros indivíduos, as suas escolhas e condutas (CHARTIER, 1988, p. 17).

Esforçamo-nos, deste modo, para compreender os motivos para a existência de determinados textos, pois comumente será política a análise das representações. Percebemos, portanto, um forte entrelaçamento entre a política local e as emoções descritas e o quanto a relevância social atribuída ao falecido ou àqueles com quem tinham laços de parentesco era determinante para a ocorrência de demonstrações sensíveis e afetivas. Neste trabalho de observação, em que verificamos as expressões dos sentimentos diante do luto e da ausência e para quem se direcionavam ou não determinadas comoções, consideramos importante compreendermos as representações como portadoras do simbólico, ou seja, elas dizem mais do que aquilo que efetivamente mostram, elas possuem questões não expostas. Desta forma, concordamos com Pesavento (2003), quando afirma que:

A força da representação se dá pela sua capacidade de mobilização e de produzir e reproduzir reconhecimento e legitimidade social. As representações se inserem em regimes de verossimilhança, de credibilidade, e não de veracidade (PESAVENTO, 2003, p. 41).

Essa abordagem se faz essencial em nosso trajeto de investigação dos necrológios e dos grupos sociais que estão representados nos textos, já que, conforme a autora, aquele que tem o poder simbólico de dizer e fazer crer sobre o mundo tem o controle da vida social e utiliza algumas estratégias em uma relação histórica de forças, isso implica que esse grupo:

[...] vai impor a sua maneira de dar e ver o mundo. De estabelecer classificações e divisões, de propor valores e normas, que orientam o gosto e a percepção, que definem limites e autorizam os comportamentos e os papéis sociais (PESAVENTO, 2003, p. 42).

Desta forma, investigar a quem esses necrológios eram direcionados nos permitiu analisar os seus usos enquanto espaços utilizados por indivíduos da elite local no reforço e exaltação das suas qualidades, tanto na vida pública quanto privada. Percebemos, o quão estreitas são nos jornais as relações da exposição das emoções diante da morte com as atuações políticas dos homenageados. As lágrimas, a dor e o luto são direcionados, comumente, a pessoas específicas e que atuavam na política. O poder, deste modo, mostra-se inserido em algo visto como natural e inerente ao ser humano, as expressões do sentir.

### Capítulo 3

## **ENTRE LÁGRIMAS, PRANTOS E SAUDADES: OS NECROLÓGIOS E AS EXPRESSÕES DAS EMOÇÕES**

Uma vez que um dos nossos principais objetivos na escrita da tese é a investigação quanto às manifestações das emoções nos necrológios publicados nos jornais impressos da capital da Província do Espírito Santo, a cidade de Vitória, e o modo como elas são utilizadas para a valorização de determinados indivíduos, são a elas que dedicamos as nossas análises neste “Capítulo 3”. Iremos verificar, quais sentimentos são comumente citados para se prestar homenagens a alguém e de que modo podemos interpretar a presença de uma determinada forma de sentir. Investigamos como os elementos sensíveis, tais quais a saudade, a dor, as lágrimas e o pranto, por exemplo, estão presentes com regularidade nos textos e a que entes são comumente direcionados.

Abordamos ainda, que aspectos da época influenciavam essa escrita sentimental e metafórica, uma vez que o Romantismo era um movimento com forte influência e presença no século XIX e se mostrava na sensibilidade com a qual algumas mortes eram expostas e relatadas. Com isso, refletimos como a emoção está atrelada à política quando, o que estava em cena, era o falecimento de pessoas consideradas relevantes social e politicamente. No decorrer das análises dedicadas aos obituários observamos a constante intenção da fixação dos feitos e qualidades dos mortos para a posteridade, de modo que as lembranças das suas ações não se dissipassem e desaparecessem assim como seus corpos. Buscamos, na escrita das fontes, visualizar essas questões, nos dedicando a compreender as implicações que perpassam as expressões das sensações provocadas pelos passamentos.

### **3.1 As emoções e a escrita da morte na necrologia**

De acordo com verbete do Dicionário Michaelis a “emoção” é “a ação de sensibilizar-se. Perturbação dos sentimentos; turbação. Reação afetiva de grande intensidade que envolve modificação da respiração, circulação e secreções, bem como repercussões

mentais de excitação ou depressão” (EMOÇÃO, 2022). Segundo Thomas Dixon (2012), o termo “emoção” nomeou uma categoria psicológica e um assunto para investigação sistemática a partir do século XIX. A palavra é originária de uma tradução do *émotion* francês, que significa uma perturbação física. Posteriormente, a sua compreensão foi expandida, para se referir às experiências mentais.

Conforme informa o autor, os primeiros livros escritos sobre o tema surgiram entre as décadas de 1830 e 1850. Até então, filósofos, médicos e teólogos, geralmente usavam mais de uma expressão para teorizar sobre estados mentais, que mais tarde seriam designados como “emoções”. Dixon (2012) afirma, que foi nas palestras do início do século XIX, do filósofo escocês, Thomas Brown, que a palavra “emoção” assumiu seu novo status como uma categoria teórica em ciência mental, substituindo termos como “poderes ativos”, “paixões” e “afetos”. Brown, médico e poeta, bem como filósofo, é considerado o primeiro a tratar a “emoção” como uma das principais categorias teóricas no estudo acadêmico da mente e seu uso foi o mais sistemático e influente do período. Segundo Dixon (2012), no decorrer dos séculos XIX e XX, a “emoção” tornou-se um termo usado de formas técnicas não apenas na psicologia, mas também, por exemplo, na medicina, sociologia e antropologia.

O historiador Rob Boddice (2017) afirma que as emoções são, simultaneamente, pessoais e políticas e tanto criam significados para os indivíduos, como contribuem para uma cultura emocional moldada por sistemas de poder reinantes. O autor ressalta a importância de se compreender que as emoções possuem uma história e não são apenas o efeito da história, perspectiva essa que consideramos em nossas apreciações sobre o tema. Conforme afirma, ao se analisar as emoções, o objetivo do historiador, para além de compreendê-las em si, deve ser verificar o modo como foram experimentadas, o que as despertou, de que forma e com que efeito.

No artigo “The History of Emotions: Past, Present, Future”<sup>18</sup>, de Rob Boddice, temos uma reflexão sobre o potencial das emoções no deciframento das experiências humanas, assim como quanto aos significados políticos das suas expressões. No

---

<sup>18</sup> “A História das Emoções: passado, presente, futuro” (tradução nossa).

texto, Boddice (2017) aborda, o quanto elas estão inseridas nas dinâmicas sociais. De acordo com o autor:

Não obstante, a história do amor, ou da raiva, ou dos ciúmes, é, afinal, sobre como foi sentir estar apaixonado, estar raivoso, ou estar enciumado, em um ponto ou outro no tempo. Se podemos permitir que “como foi sentir” muda através do tempo e lugar, então temos a chave para entender o que significa – como é sentir – ser humano é culturalmente e contextualmente contingente e nisso encontramos o significado político do nosso projeto (BODDICE, 2017, p. 13, tradução nossa)<sup>19</sup>.

Segundo Boddice (2017), a tentativa de quantificar, medir e materializar as emoções, nas vísceras e na mente, mudou os entendimentos científicos sobre o que elas eram e como funcionavam, o que, por sua vez, reescreveria os roteiros culturais para o que constituía o comportamento e a comunicação reconhecidos como "emocionais". Em suma, seguindo o autor, as "emoções" são praticadas de acordo com uma relação dinâmica dentro de uma epistemologia do que são as emoções; um quadro delimitado das expressões disponíveis; os parâmetros pelos quais elas são inerentemente políticas e a materialidade biológica do corpo histórico. Sendo assim, para o autor, “as emoções fazem parte da história biocultural do ser humano”<sup>20</sup> (BODDICE, 2017, p. 13, tradução nossa) e ao analisá-las, é importante considerar, que o que vivenciamos é filtrado pelos contextos, costumes, roteiros culturais e tabus.

Theodore Zeldin (1991) afirma que aqueles que estiverem interessados em ampliar o conhecimento da natureza humana e em fazê-lo de um modo que seja autônomo e que responda às preocupações da sociedade moderna podem encontrar-se na base comum de uma “História das Emoções”. De acordo com ele, a mesma possibilita diferentes tipos de pesquisa: primeiro, ela convida a levantar o espectro do comportamento humano, podendo-se verificar a prevalência e manifestações de emoções em diversos locais e épocas; segundo, ela abre a perspectiva de esclarecimento e investigação mais profunda do significado, vocabulário,

---

<sup>19</sup> “After all, the history of love, or of anger, or of jealousy, is, in the end, about what it felt like to be in love, to be angry, or to be jealous, at one point or another in time. If we can allow that “what it felt like” changes over time and place, then we have the key to understanding what it means —how it feels— to be human is culturally and contextually contingent. And in this we find the political significance of our project” (BODDICE, 2017, p. 13).

<sup>20</sup> “Emotions are part of the biocultural story of being human” (BODDICE, 2017, p. 12).

comportamento e gestos de emoções em particular e terceiro, ela pode consistir em uma reescrita de uma parte da história, a partir do ponto de vista de uma emoção.

Sobre a “História das Emoções”, Ana Mafalda Pereira Lopes, no artigo “O Luto em Portugal: da Corte à Gente Comum (séculos XV-XVI)”, destaca que se trata de um campo que valoriza as emoções, para além da visão da psicologia, inserindo-as na complexidade social e cultural na qual são expressas. Para Lopes: “ao estudar as emoções em uma perspectiva histórica, é necessário analisá-las não como atos isolados ou irracionais, mas tendo em conta que são construídas social e individualmente” (LOPES, 2017, p. 3). Visões estas, que buscamos ter em nossas análises sobre a morte na imprensa oitocentista, ao concebermos as emoções como expressões não apenas naturais ou biológicas.

Para isso, segundo a autora, é importante que a História investigue as emoções dentro do ambiente social e institucional no qual o indivíduo ou os grupos as demonstram, tal qual buscamos empreender nas nossas reflexões. Nas palavras de Lopes (2017):

As experiências pessoais, as memórias e tradições são igualmente relevantes para explicar comportamentos e ações. Ao analisar as emoções e as reações do indivíduo perante o seu meio social e cultural, perante o outro e perante si, podemos perceber o que uma sociedade considera bom ou mau, justo ou injusto, certo ou errado, e de que forma o homem controla ou não as suas emoções (LOPES, 2017, p. 3).

De acordo com a autora, as emoções são importantes para a compreensão da História na medida em que as ações humanas movidas por estados emocionais podem resultar em relevantes consequências para a vida pessoal, bem como para a sociedade. Segundo afirma, as pessoas no passado conheciam, tal como agora, a importância e o perigo das emoções e o seu estudo permite identificar continuidades ou rupturas comportamentais, que variam conforme a época e os contextos culturais nos quais os indivíduos estão inseridos (LOPES, 2017, p. 5).

As averiguações de Lopes (2017), sobre a simbiose entre o luto e a política, se mostraram relevantes para o nosso estudo, uma vez que as manifestações do luto investigadas pela pesquisadora possuíam uma relação direta com a importância política atribuída aos falecidos, sendo essas mortes comumente mais dramatizadas,

relações estas que também observamos na imprensa da Província do Espírito Santo. De acordo com a autora: “Não só a pessoa real se via confrontada com a dor de perder um filho ou um cônjuge, como a comunidade política se sentia órfã perante o vazio político que essa morte provocava” (LOPES, 2017. p. 30).

Corinne Legoy, ao abordar “O entusiasmo da adesão: novas formas de emoções políticas”, afirma que as representações, as políticas das emoções e os estados emocionais não conseguiriam tecer sozinhos a trama da história, pois deixam, às vezes, na sombra, o que lhes servem de fundamento: “os fervores individuais e os laços afetivos estabelecidos, subjetivamente, com o poder” (LEGOY, 2020, 430). Sem este último, segundo a autora, “[...] os medos ou a instrumentalização dos afetos seriam incompreensíveis, enquanto os entusiasmos políticos não passariam de objetos impassíveis e congelados” (LEGOY, 2020, 430).

Agnés Walch (2020), por sua vez, ao analisar os significados das emoções, afirma que as mesmas, enquanto recursos dramáticos, parecem ser capazes de alterar as situações e de modificar o curso das aventuras. Para ela, a emoção apresenta duas características fundamentais:

[...] ela pertence ao domínio tanto do conhecimento quanto da sensação; emerge espontaneamente do mais profundo recôndito do íntimo, mas, na medida que sobe à superfície, é controlada pela inteligência. Ela constitui, portanto, um limite entre o indivíduo e o mundo exterior, criando uma fronteira entre a esfera privada e a esfera pública (WALCH, 2020, p. 299).

De acordo com a autora, numerosas emoções inscrevem-se “na comédia das aparências e no campo das convenções, imprescindíveis de exibir na vida social, mas que não passam de uma fachada” (WALCH, 2020, p. 299). Nesta seara, ela insere as emoções do luto, que são, muitas vezes, amplamente exageradas. Em suas palavras: “os comportamentos previsíveis devem imitar a dor pela sua dramatização, sem que se saiba a verdade dos sentimentos que exprimem” (WALCH, 2020, p. 305). Segundo afirma, o poder da emoção diante da morte, que separa e destrói, é tão ameaçador que são desenvolvidas estratégias para proteger-se dele.

Para Guillaume Cuchet (2020), no século XIX, o culto aos mortos é, sob muitos aspectos, um produto da afetividade familiar. Os falecimentos, neste período, são

vivenciados com uma maior consternação, “[...] embora seja sempre arriscado nesse domínio tirar uma conclusão da verdadeira intensidade dos sentimentos a partir da expressão dos mesmos” (CUCHET, 2020, p. 503). De acordo com Cuchet (2020), o luto, muitas vezes, é uma homenagem prestada à posição social do falecido, tal qual observamos com regularidade nesta tese.

Paul C. Rosenblatt (2003), em “O luto em sociedades de Pequena Escala”, dá uma especial atenção às emoções quando afirma que as suas expressões e a forma como são compreendidas são questões culturais, assim como as variações na definição e significado da morte. Em nossa pesquisa, temos essa percepção, pois por mais inevitável que o falecimento seja, a experiência diante da aproximação do próprio traspasse e da do outro provoca simbolismos, práticas e modos de agir diversos. O autor analisa o quanto as demonstrações de pesar se inserem no contexto cultural, não sendo possível separar o sujeito da cultura.

Estas ponderações são importantes para o estudo, pois ele também se baseia na ideia de que as manifestações das emoções não são apenas expressões naturais, mas podem conter, em certas situações, estratégias, intenções e finalidades. Desta forma, buscamos verificar como as emoções provocadas pelas mortes são representadas nos jornais e de que modo elas elaboram e reforçam o quão sentidas e dolorosas são determinadas e específicas perdas. No já citado obituário do Dr. Almeida Pires, por exemplo, afirma-se que “[...] as lágrimas, pois, de seus parentes e amigos sinceros, não tem equivalente na língua dos homens” (O ESPÍRITO-SANTENSE, 1873, p. 2). Desta forma, a dor pela partida é demonstrada de maneira tão intensa, que nem mesmo existiam palavras que pudessem defini-la.

No noticiário do falecimento de Raymundo Tavares da Silva, inspetor da Tesouraria Geral e major, as lágrimas também são evocadas: “A nós outros amigos do finado só nos resta lançar uma lágrima de saudades sobre a lousa, que o separa da sociedade” (JORNAL DA VICTORIA, 1867, p. 2). Segundo o periódico, o falecido, que ocupava um cargo na Fazenda, era sempre tratado com toda consideração e estima e durante a sua existência havia dado as mais incontestáveis provas da sua inteligência esclarecida.

Na mesma edição do “Jornal da Victoria” é prestada uma homenagem “[...] à jovem esposa do nosso amigo o Sr. Dr. Ernesto Mendo”. É interessante observar, que apesar do necrológio ser dedicado a ela, o seu nome nem é citado, apenas o seu parentesco com o médico, que foi um dos principais exercentes da medicina na cidade de Vitória, na segunda metade do século XIX. O texto comenta, que o falecimento havia acontecido apenas um ano e meio após o casamento e com isso, a “desapiedada morte” havia colocado a barreira da eternidade entre ambos. O obituário é finalizado, afirmando que diante de tão funesto caso, iriam acompanhar “esse esposo e amigo” no desfolhar da “saúde”, na campa daquela que ele escolhera para companheira de sua vida, mas que, entretanto, tão cedo, se apartara nesse “vale de lágrimas”.

Ernesto Mendo circulou com muita desenvoltura na sociedade capixaba de 1860 a 1895, quando ocorreu a sua morte, não exercendo apenas a atividade médica, mas ocupando também cargos políticos. Ele fez parte de associações e a sua ligação com a elite social de Vitória era intensa. Proveniente da Bahia, onde se formou em Medicina em 1859, veio para o Espírito Santo em 1860, onde teve destacada atuação, tanto na vida pública quanto privada. Foi médico da Santa Casa de Misericórdia e atuou como Inspetor de Higiene Pública, cargo que possibilitou a Mendo realizar intervenções políticas na saúde pública. Ele ocupou ainda o cargo de Inspetor de Higiene em 1886.

O médico não somente exerceu atividades diretamente ligadas à sua formação, como também de outras naturezas, algumas delas atreladas ao poder do Estado. Foi professor do “Liceu Provincial” e ocupou de forma interina o cargo de Procurador Fiscal do Tesouro provincial. Ernesto Mendo participava ativamente de atividades políticas, sendo importante quadro do Partido Liberal. Em 1889, o governador Henrique Coutinho designou Mendo para compor uma comissão de levantamento da planta cadastral da capital, composta por engenheiros e dirigida pelo diretor das Obras Públicas.

Ao observarmos o trânsito que Ernesto Mendo tinha na elite política capixaba torna-se mais clara a relevância social a ele atribuída. A homenagem à esposa falecida, na qual não consta nem o nome da mesma, configura-se como um espaço de exposição de emoções direcionadas ao marido, um nome com status na comunidade local e

chamado como “amigo”. Observamos, portanto, o modo como os necrológios eram locais no qual os membros da comunidade, considerados com prestígio, interagiam, se consolavam e prestavam mutuamente reconhecimento e apoio. O parentesco com alguém compreendido como de destaque na sociedade mostra-se, novamente, como a motivação para que um óbito seja lamentado.

No necrológio dedicado ao padre Antônio Pinto Homem de Azevedo, que dentre outros cargos, foi deputado provincial, após a descrição das suas qualidades de “bom cidadão”, “vida sem manchas” e “dedicado amigo” é dito que se devia “prantear a sua morte e derramar uma lágrima de saudade e de dor sob a sua campa” (JORNAL DA VICTORIA, 1867, p. 3). No texto, o periódico reforça o status atribuído ao padre ao afirmar que ele era “[...] membro de uma importante e bem conhecida família na Província” (JORNAL DA VICTORIA, 1867, p. 3) e que seu enterro foi muito concorrido, “notando-se muitas pessoas de distinção” (JORNAL DA VICTORIA, 1867, p. 3).

Segundo Enaile Flauzina Carvalho (2016), de ascendência portuguesa, a trajetória da família “Pinto Homem de Azevedo” esteve ligada à política e à economia do Espírito Santo entre os séculos XVIII e XIX. A relação com a terra estabelecia a principal fonte de renda dos seus membros, aliada à forte influência no âmbito político e estreita interação com a elite local, da qual faziam parte. De acordo com Estilague Ferreira dos Santos (2012) tratava-se de um clã muito poderoso, que além de possuir diversas terras; operar com o comércio e contrair alianças matrimoniais estratégicas, ocupavam os cargos políticos mais importantes na região. Sendo assim, torna-se uma questão pertinente à nossa reflexão, que um dos necrológios mais sensíveis e poéticos dentre todos os analisados, referia-se a um membro de uma das famílias de maior status político e social na Província, cuja relevância é citada e reforçada na escrita do texto.

Os atributos do padre, como comumente ocorriam nos necrológios, são exaltados: “Pureza de costumes, probidade que jamais falhou, juízo reto e firme, marchando resolutamente para o bem, sem mesquinhas considerações, o tornaram respeitado e amado de seus comprovincianos” (JORNAL DA VICTORIA, 1867, p. 3). O padre é chamado também de um dos mais “prestimosos e dedicados servidores” do clero e

afirma-se que prestou “à humanidade relevantísimos serviços”. O texto, que tem o título de “Necrologia”, utiliza-se de um teor sensível, elogioso e dramático para relatar a morte:

Mais uma vida preciosa acaba de ser ceifada pela alfanje da inexorável e cruel parca! Mais um benquisto foi apagado pela implacável esponja da morte! Mais um nome enfim acaba de ser inscrito nas páginas do grande livro de finados. Sim já não existe o Padre Antônio Pinto Homem d’Azevedo, que ocupava o cargo de coadjutor da Freguesia desta capital (JORNAL DA VICTORIA, 1867, p. 3).

Neste trecho, temos que a sua ocupação é a primeira informação dada ao se citar o seu nome, reforçando a sua importância social. O padre é chamado ainda de “verdadeiro Ministro de Cristo” e de “alma benfazeja e caridosa” e afirma-se que acudia a qualquer hora do dia e da noite aqueles que a ele recorriam em busca de socorros espirituais. Aborda-se ainda, que ele esperava em seu modesto retiro, com a simplicidade da virtude, os louros dos homens que costumam formar as sólidas reputações.

No obituário dedicado a Manoel Gonsalves Meirelles, na seção “Publicação a Pedido”, sob o título “Necrologia”, temos mais um exemplo da sensibilidade empregada na escrita. O texto se inicia, afirmando que no dia 24 de novembro havia sido riscado do livro da vida o nome de um vivente, que passou a estar inscrito com férrea pena em caracteres negros em uma das terríveis páginas da morte. Segundo descreve o periódico: “[...] às três horas da manhã desse fúnebre e melancólico dia já um mortal era de menos entre os demais” (CORREIO DA VICTORIA, 1850, p. 5). Nota-se neste trecho, a evocação da “melancolia” como uma emoção direcionada àquela ausência.

O necrológio prossegue, ressaltando que se sensível e digno de pesar é o passamento de uma criança, quando nelas descansam as mais apazíveis esperanças e quando nelas vemos a nossa sucessão, ainda mais sensível é, sem dúvidas, a morte daquele, como Manoel Gonsalves Meirelles, que tinha a seu cargo uma numerosa família, cuja subsistência dele dependia e cujo futuro risonho sua existência preparava. De acordo com o periódico, uma apoplexia (hemorragia interna) encerrou a preciosa roda dos seus dias e uma morte inesperada e súbita rompeu o inexplicável e problemático

vínculo que estreitava o seu espírito à carne, deixando a sua esposa e filhos privados de seu amparo e proteção.

O obituário termina com os seguintes dizeres: “Receba, pois, ele lá na mansão dos justos e bem-aventurados, mais uma lágrima de saudade e da dor e este franco tributo de amizade de um seu amigo” (CORREIO DA VICTORIA, 1850, p. 5). No necrológio de Meirelles são perceptíveis os usos dos elementos sensíveis para expressar as emoções diante da perda, como a melancolia, a saudade, as lágrimas e a dor. Além disso, a questão da amizade se mostra presente, quando o autor do obituário se identifica como amigo do morto, reforçando que existe um elo de afeição entre quem escreve e recebe a homenagem.

No dia 19 de abril de 1854, o “Correio da Victoria” fez uma publicação dedicada ao falecimento de Henrique Pinto de Azevedo, um estudante de gramática latina, que foi sepultado no claustro do Convento de São Francisco, na cidade de Vitória. Na mesma página, uma nota publicada em agradecimento àqueles que acompanharam as cerimônias, traz a informação que o aluno era filho de Claudino Pinto. Sobre o pai, foi possível levantar que era um “importante negociante” da Serra, como a ele se referiu o periódico “O Espírito-Santense”, no anúncio da sua morte, em 24 de janeiro de 1884. Constatamos ainda que possuía escravizados, pois em diferentes ocasiões publicou anúncios promovendo a venda e compra e solicitando ajuda na captura de fugitivos. Aparecia também, com frequência, na lista de “doadores de esmolas”, para entidades religiosas como a “Santa Casa de Misericórdia”. Não foi possível obter, por meio das fontes, informações mais detalhadas sobre a família, porém os indícios mostram, que eram pessoas com influência e recursos financeiros. Ao relatar o acontecimento, afirma-se que:

A pompa fúnebre com que foram levados seus restos mortais ao leito mortuário, a sensibilidade, que inculcava o préstito<sup>21</sup>, o pranto que se ouvia de muitas casas de famílias honestas e respeitáveis, indicava bem que o jovem morto era dotado de excelentes qualidades e prometia um porvir esperançoso pelos seus raros talentos (CORREIO DA VICTORIA, 1854, p. 4).

---

<sup>21</sup> De acordo com o “Dicionário Online da Língua Portuguesa”, “préstito” significa “procissão, cortejo, marcha solene” (PRÉSTITO, 2022).

Neste trecho, chama a atenção o uso da palavra “sensibilidade” para abordar as emoções no desenrolar da referida cerimônia. Uma vez que os elementos sensíveis são um dos principais focos da nossa investigação é interessante observar que os jornais, em seu teor, utilizavam, com regularidade, palavras que se referiam aos sentimentos e às suas expressões. O “pranto”, de acordo com o periódico, era tão presente, que mesmo fora das casas podia-se ouvi-lo e ressalta o merecimento do falecido, ao afirmar que aquela comoção era provocada devido às suas excelentes qualidades. Temos ainda, a questão da ruptura das expectativas traçadas, pois no jovem eram depositadas esperanças da realização de bons e proveitosos feitos. O texto prossegue, afirmando que todos que ali estiveram foram testemunhas das demonstrações das mais vivas saudades.

Segundo Lopes (2017), enquanto práticas coletivas, os prantos e as lamentações, bem como as cerimônias fúnebres, podem ser compreendidos como uma forma de socializar e de partilhar um mesmo sentimento de perturbação e insegurança, “[...] fomentando laços de solidariedade entre a comunidade que a ajudariam a ultrapassar a perturbação e lhe confeririam estabilidade” (LOPES, 2017, p. 8). Desta forma, podemos considerar que a evocação desses aspectos possui uma função, que é a de demonstrar que essas perdas eram extremamente dolorosas e o quanto esses entes eram queridos e estimados.

Posteriormente, o periódico transcreve o discurso proferido por Ignacio Felis de Salles, chamado de “um dos seus companheiros”. O amigo informa, ao recitar suas palavras, que o faz banhando de lágrimas o féretro e aborda que as demonstrações de “dor” e de “saudades”, que escapam de “corações sensíveis”, são em memória daquele que tão sobejas provas legou das suas qualidades. O necrológio ressalta, que as expressões de reconhecimento são um tributo pequeno: “[...] mas bem justo e bem verdadeiro e nunca serão intempestivas quando elas tendem a enobrecer as virtudes e os talentos dos que deixam após de si, as mais saudosas recordações” (CORREIO DA VICTORIA, 1854, p. 4).

Salles aborda que ele não seria franco se nesta ocasião não exigisse dos presentes uma lágrima “[...] para provocar este grito de saudades, a que tem direito o jovem finado” (CORREIO DA VICTORIA, 1854, p. 4). Destaca-se, nesta passagem, a

atribuição do choro como um “direito” do falecido, ou seja, a ele eram atribuídos tão grandiosos predicados e a sua ausência seria tão sofrida, que verter uma lágrima era praticamente uma obrigação para os presentes. Após afirmar que “a vida é uma folha seca, que voa com o vento” (CORREIO DA VICTORIA, 1854, p. 4), ele comenta, que no local, só se observava o pranto e faz o pedido: “Choremos, meus caros colegas a morte de nosso leal companheiro, acompanhemos a esses dois infelizes, que perderam a sua única esperança” (CORREIO DA VICTORIA, 1854, p. 4). Mais uma vez, vemos os periódicos reforçarem a questão da continuidade do legado da família, pois o finado é representado como a esperança dos seus pais e a sua morte é compreendida como a quebra das expectativas para ele direcionadas.

No necrológio dedicado ao senador José Clemente Pereira, a lágrima como uma obrigação dos presentes também é abordada. No texto, afirma-se que aqueles que conheciam as simpatias que ele tinha na cidade, podiam imaginar o abalo que a triste notícia do seu passamento iria produzir. Segundo o periódico, havia soado para aquele cidadão a hora da imparcialidade e da justiça e revestidos da santidade da morte, todos deveriam render um culto aos sentimentos filantrópicos que moviam o finado, cujos testemunhos eram observáveis estampados em pedra e cal nos asilos que sua energia e atividade fizeram levantar aos loucos e aos enfermos, com isso, “todos os desvalidos lhe devem uma lágrima” (CORREIO DA VICTORIA, 1854, p. 3). Observamos nesse obituário, novamente, a evocação da tristeza e das lágrimas, como sensações provocadas pela perda e o quanto as demonstrações de pesar mostram-se como obrigações devidas ao falecido, reforçando a relevância a ele atribuída.

No texto dedicado a José Cardoso Roza, morador da cidade de São Mateus, chamado pelo periódico de “tipo de honradez e probidade” (CORREIO DA VICTORIA, 1855, p. 4), também observamos uma profusão de elementos sensíveis. De acordo com o necrológio, o morto era um dos “[...] mais belos caracteres daquela cidade, onde era bem quisto por todos por suas raras qualidades de homem e cidadão” (CORREIO DA VICTORIA, 1855, p. 4). Nas palavras do redator: “[...] amigo dedicado e prestimoso, o ilustre finado vivia para fazer o bem, para dar exemplo de uma abnegação, de um desinteresse pouco comum nesta época de egoísmo em que vivemos” (CORREIO DA VICTORIA, 1855, p. 4). O obituário prossegue, dizendo que não se poderia deixar de

orvalhar a campa com lágrimas e de lançar algumas flores sobre o túmulo. Após, pede silêncio, pois os mistérios do além-túmulo sempre irão envolver os cristãos. Ao fechar da campa, aquela vida transitória cessaria e se abriria a porta da eternidade diante daquele justo. Solicita ainda, que a sua ausência fosse chorada e que tão longa separação fosse pranteada.

Anne Vicent-Bufferault (1986) afirma que as lágrimas correm entre o silêncio e a linguagem. Em suas palavras: “[...] do olho úmido às torrentes de choro, do olhar turvado aos soluços, elas manifestam as emoções” (VICENT-BUFFERAULT, 1986, p. 12). Para a autora, face às lágrimas de um ser humano, é preciso participar ou compadecer-se, desta forma, torna-se mais clara a importância da recorrente representação das lágrimas, pois elas remetem a profundas sensações. Conforme argumenta: “[...] a uma dor visível responde-se com lágrimas” (VICENT-BUFFERAULT, 1986, p. 31). Segundo Vicent-Bufferault (1986), “[...] as lágrimas são signos que circulam e quando alguém chora, delinea relações, que não parecem arbitrarias e explorar esses vínculos estabelecidos pelas lágrimas é um espaço que toma forma” (VICENT-BUFFERAULT, 1986, p. 31).

Também compreendemos, em nossas fontes, as lágrimas como uma representação da relação existente entre aquele que escreve e o morto, sendo uma expressão emotiva de grande relevância para as demonstrações da comoção, reforçando e destacando a importância do falecido para aquela sociedade. Na “Publicação Pedida” feita no “Jornal da Victoria”, em homenagem a Joaquim José Guizá, que exercia a função de procurador e juiz de paz, afirma-se que “[...] a lágrima é o único esteio de vida da humanidade” (JORNAL DA VICTORIA, 1866, p. 3). Sobre ela, diz o obituário:

O homem transpondo os umbrais do mundo, a primeira sensação que passa sobre o seu berço, arranca-lhe o pranto, o seu último pensamento na hora solene, ao abandonar esse vale de misérias, ainda é uma triste e solitária lágrima, que se desliza pelas suas ressequidas faces (JORNAL DA VICTORIA, 1866, p. 3).

O necrológio segue, comentando que são sempre as lágrimas que vêm perturbar os folguedos de meninos, as ambições de mancebos e o solitário recolhimento da velhice. Porém, o redator não a amaldiçoa, ao contrário, a bem-diz, pois ela é “[...] o mais belo e saboroso néctar que a Providência nos concedera para suavizar a dor”

(JORNAL DA VICTORIA, 1866, p. 3). Vemos, portanto, neste necrológio, a valorização dada às lágrimas como uma demonstração de afetividade. Afirma-se ainda, que diante de um túmulo, no qual se atira um cadáver de um amigo, sombrios pensamentos não podiam deixar de assaltar a mente. Ainda mais lúgubres tornam-se eles, quando o túmulo que acaba de fechar-se, encerra uma vida de martírios e lutas e tem por sentinela as virtudes do morto.

No obituário voltado ao falecimento de D. Anna Maria do Sacramento, a qual o necrológio comenta ser “[...] esposa do prestante cidadão José Domingos dos Ramos, o amigo dos pobres, o gênio do bem desta villa” (CORREIO DA VICTORIA, 1855, p. 4) afirma-se que “[...] o anjo da dor acaba de derramar o absinto da amargura entre uma grande família. A tristeza e o luto estão conosco”. Novamente observamos, nos necrológios voltados às mulheres, a preocupação em informar e reforçar as qualidades dos seus parentes homens.

O necrológio também recorre às lágrimas ao pedir que as mesmas fossem enxugadas e as saudades espalhadas sobre o túmulo, daquela que na mansão dos justos estaria orando por eles. Aqueles que são considerados os bons predicados sobre a falecida são destacados: “[...] em poucas horas finou-se a mãe da família carinhosa, a esposa desvalada, a senhora por muitos títulos digna de respeito” (CORREIO DA VICTORIA, 1855, p. 4). O texto questiona, por qual motivo tão cedo a parca inexorável da morte veio roubar aquela vida tão preciosa e finaliza solicitando que a saudade seja esparzida no túmulo daquela que na mansão dos justos estava a orar por eles.

O texto com o título “Tributo de Saudade e Gratidão à alma do finado Nicolau Lobo Vianna Júnior, falecido no Rio de Janeiro”, que foi alferes e proprietário do jornal e da tipografia do “Diário de Janeiro”, assinado “por seu amigo e primo”, o frei João Nepomuceno Valadares, começa afirmando que o cadáver frio do finado já não respirava mais o hálito da vida e que a sepultura eterna iria encerrar para sempre os restos de um homem a quem ele muito prezava, porque o sangue das veias do falecido corria do mesmo modo em suas artérias. É dito, posteriormente, que “[...] sua mulher desolada e seus pais aflitos choram, com razão, um esposo a quem idolatrava” (CORREIO DA VICTORIA, 1854, p. 4). O frei relata que ele, mesmo longe de seus

padecimentos e aflições, chorava, como o parente que era, a morte prematura daquele que terminou, ainda em flor, sua vida de esperanças e de um futuro feliz.

Segundo o amigo, a dor que oprimia o seu coração nem permitia que esboçasse no papel as qualidades e virtudes do morto e as pessoas, que também o conheceram, deviam dizer ao mundo que Nicolau Lobo Vianna Júnior prometia progressos em sua profissão para o país. Já como esposo, fazia as delícias de uma consorte, que naquele momento, repleta de dor, lamentava a separação eterna da sua metade. Como filho, ele fazia a alegria dos seus pais a quem cegamente obedecia em todos os seus preceitos. Como cidadão e amigo, era querido e amado por suas maneiras, caráter, probidade e conduta.

Observamos, nestas ponderações feitas pelo frei, uma forte idealização das características do falecido, representado como portador das mais profundas qualidades e totalmente sem desvios ou defeitos, tanto no que se refere à vida pública como à privada. A ideia da morte como uma ruptura das expectativas quanto à continuidade dos bons atributos familiares e dos grupos aos quais ele pertencia se mostra presente no obituário, quando afirma que:

[...] a morte, porém tão cedo veio, com sua foice cruel, cortar as esperanças de uma família inteira, veio privar a pátria de um filho querido, que não tarde poderia lhe servir de utilidade e glória, veio enfim afastar-me, e para sempre, de um amigo, a quem tão do coração, eu prezava (CORREIO DA VICTORIA, 1854, p. 3).

O autor do necrológio pede que sejam consolados todos que admiravam as excelentes virtudes de Vianna, a quem ele prestava um sinal de amizade à sua alma e reconhecimento para com todos os seus. Ao publicar essas linhas, ele informa ter por objetivo rememorar o nome de um parente e amigo a quem amava e ao sufragá-lo daria provas de que o bem praticado jamais seria esquecido e finaliza suplicando ao ser dos seres que promovesse o descanso eterno do primo.

Nos obituários destacados, assim como em diversos outros, a “dor” é uma sensação comumente citada para expressar as emoções provocadas pela morte. O historiador

Rob Boddice, em “Pain: a very short introduction<sup>22</sup>”, questiona o que é a dor e algumas das suas percepções na história, na cultura e na ciência. Conforme o autor, as pessoas reclamam de dor, mesmo quando não há lesões, pois a mesma pode estar relacionada a sentimentos feridos e emoções existentes. Para compreendê-la, tal como ela é, é preciso analisar as vastas possibilidades da sua experiência. Desta forma, o modo como nós a comunicamos e como a entendemos, ou seja, as nossas visões sobre ela, são essenciais para o modo como ela é sentida (BODDICE, 2017).

Para Boddice (2017), a dor é transmitida de muitas maneiras, desde os gritos ao silêncio, desde dentes rangidos até as lágrimas. De acordo com o autor: “Mesmo alguns dos mais básicos fenômenos experienciais, como a dor, têm se mostrado ser ao mesmo tempo altamente individualizados e também correlacionados proximamente com formas culturais pré-definidas de sentir a dor”<sup>23</sup> (BODDICE, 2017, p. 14, tradução nossa). Segundo Boddice (2017), por mais variadas que tenham sido as experiências humanas de dor ao longo do tempo e lugar, estas sensações estão relacionadas com a forma como foram compartilhadas. Expor a dor é, em parte, uma questão de linguagem, mas as palavras utilizadas são apenas um dos aspectos de uma gama mais ampla de gestos e afirmações usados para significar a situação aos outros de uma forma que eles compreendam, o que se demonstra essencial para a nossa capacidade de análise dos aspectos sociais e culturais da dor e da experiência da dor.

Em nossa tese, consideramos relevantes as reflexões de Boddice quanto às expressões da dor, uma vez que a mesma se mostra como uma manifestação das emoções diante da morte e se encontra com regularidade na escrita dos necrológios. Ressaltamos, porém, que não era para qualquer indivíduo, conforme já expusemos, que obituários poéticos e sentimentais eram dedicados. Sendo assim, apenas alguns cidadãos eram considerados dignos do recebimento de homenagens repletas de lágrimas, dores e prantos.

---

<sup>22</sup> “Dor: uma curta introdução” (tradução nossa).

<sup>23</sup> “Even some of the most basic experiential phenomena, such as pain, have been shown to be at once both highly individuated and closely correlated with cultural pain scripts” (BODDICE, 2017, p. 14).

No necrológio oferecido ao “Sr. Major Manoel Antonio Pientzenauer pela sentidíssima morte de sua prezada mãe”, a dor é um elemento de destaque. O texto se inicia afirmando que nascer, crescer e morrer são os períodos da vida que vêm marcados na frente de todo mortal. Sabemos, de antemão, que deixaremos de existir, porém, de acordo com o jornal: “[...] quando a ímpia parca alça sua negrejante foice para cortar o débil fio daquele terceiro período, a um objeto que nos é caro, uma acerba dor, maior do que a própria morte, crava-nos o coração. Nosso todo parece sucumbir!” (CORREIO DA VICTORIA, 1855, p. 4).

Segundo o periódico, foi esse o sofrimento que ocorreu no dia 18 de julho quando D. Maria Theodora dos Santos Pientzenauer voou para a eternidade. O obituário a descreve como esposa fiel, mãe devotada, irmã exemplar, amiga extremosa e o consolo do pobre e destaca que esse mundo de enganos não contaria mais com a presença desta “[...] esposa modelo, mãe exemplar e irmã querida” (CORREIO DA VICTORIA, 1855, p. 4). No texto, ressalta-se que era possível ouvir, em outras províncias, o pranto dos seus netos e que a notícia da sua morte havia dilacerado os corações dos seus parentes e amigos.

O autor questiona, se naquele momento, no qual o coração estava submerso na mais profunda dor, igual sentimento já partilhava o capitão João Antonio Pientzenauer, residente em Pernambuco. Nas palavras do redator: “Ele que sempre foi bom filho, por que transe não vai passar com a fatal morte de sua adorada mãe, do protótipo da virtude” (CORREIO DA VICTORIA, 1855, p. 4). Neste necrológio, além da sensibilidade e da ênfase da dor como emoção relacionada à morte, observamos o espaço da homenagem à falecida como local de exaltação de seus parentes homens, cujos cargos são citados, assim como os seus bons predicados. O texto é assinado por “V.”, não sendo possível identificar a autoria.

Na edição do “Correio da Victoria”, do dia 25 de agosto de 1855, na seção “Publicações a Pedido”, diferentes mensagens foram escritas referentes ao falecimento de Maria Theodora dos Santos Pientzenauer, dentre elas o agradecimento dos familiares pela presença nas homenagens fúnebres e o convite para a missa de sétimo dia. Há ainda, no mesmo número, uma “Oração Fúnebre”

publicada pelos “amigos do seu desconsolado filho”, na qual afirma-se, que mais um ente havia desaparecido do centro dos viventes e o cadáver era o de:

[...] uma filha submissa, que respeitou e amou seus maiores, como se deve respeitar e amar o autor de nossa existência. Este cadáver, é de uma esposa, modelo das esposas! Este cadáver, senhores, é o de uma mãe que acaba de ser roubada e para sempre, do seio de seus filhos que a amavam, como se deve amar uma mãe! Uma mãe! Ah! Senhores, a esta palavra mãe, qual será o coração, por mais forte que seja que não seja atravessado pela dor mais aguda, ao recordar-se que aquela a quem devemos tudo, aquela que nos deu a existência, que nos deu o primeiro alimento, aquela enfim a quem chamamos mãe, tão bem um dia tem que ser um cadáver como este! (CORREIO DA VICTORIA, 1855, p. 4).

Nota-se, neste trecho, alguns importantes aspectos dos necrológios voltados às mulheres. As suas atribuições como esposa e mãe são as principais questões destacadas e o quanto são “modelos” no exercício dessas funções, a de serem ótimas esposas e mães daqueles considerados como grandes e importantes cidadãos. A lágrima, também é evocada quando se afirma: “Sim, senhores, forçosamente uma lágrima, expelida pela saudade, umedecerá a nossa face, quando passar pela memória, que já perdemos ou havemos de perder nossa eterna mãe” (CORREIO DA VICTORIA, 1855, p. 4).

Relata-se, após, que Maria Theodora era viúva do cirurgião-mor João Antônio Pientzenauer, reforçando os seus laços de parentesco com homens compreendidos como relevantes socialmente e sobre os quais são citadas as suas atuações. Ressalta-se, que sua alma, emanção da divindade, havia voado para o seio do Eterno, onde suas virtudes haviam preparado o seu perpétuo descanso. Ela, a quem a piedade acabara de prestar os últimos e dolorosos serviços que um filho podia dar a sua mãe, agora estava livre do mundo devasso, mercenário, corrupto e tormentoso. Seus predicados de exemplaridade no lar são novamente citados quando o texto afirma:

Lá na mansão dos justos, onde a essa hora terás recebido o prêmio de todas as suas virtudes, porque fostes filha obediente, esposa casta e mãe carinhosa, prostrada na presença do Deus imenso, implora, graça, misericórdia e compaixão, para os filhos que deixastes mergulhados na dor e na aflição. Para eles, que não pouparão para adoçar o seu último transe, para eles que não acham lenitivo a sua dor! Que não tem com que recuperar semelhante perda, porque não há nada sobre a terra que preencha o vácuo que deixa uma mãe (CORREIO DA VICTORIA, 1855, p. 4).

O texto é finalizado, abordando que eles, amigos do filho, nada mais podiam fazer, além de consolá-lo em sua dor ao conduzir ao último jazigo os restos mortais de sua prezada mãe. Nesta oração fúnebre, alguns dos aspectos centrais levantados em nossa investigação mostraram-se presentes, dentre eles a profusão de elementos sensíveis, a valorização das lágrimas e da saudade como sensações que expõem a conexão afetiva entre os vivos e os mortos e a relação entre os laços de parentesco com entes com prestígio social e as motivações para a existência de necrológios poéticos e emotivos.

Na notícia da morte do coronel Gonçalo Pereira de Sampaio, comandante superior da Guarda Nacional, afirma-se que o seu sepultamento teve “[...] aquelas honras e continências devidas ao seu elevado posto” (CORREIO DA VICTORIA, 1854, p. 3) e que a sua morte foi “sentida” e “pranteada”. No discurso proferido por seu amigo, José Joaquim Rodrigues, que foi Secretário de Governo, professor de filosofia e francês e deputado provincial, é possível verificar toda uma sensibilidade presente. O texto se inicia, comentando que aquele momento seria um “tributo de saudade” à alma do finado e uma prova da gratidão da esposa, dos filhos e de todos os parentes.

O amigo prossegue, solicitando ao “lúgubre jazigo”, chamado por ele de “habitação da tristeza e da morte”, que tolere, por um momento, que ele “transido de dor”, interrompa com seus gemidos o medonho silêncio e que a sua voz perturbe a inalterável paz. Pede ainda: “[...] que umedeça com minhas sentidas lágrimas, único alívio acerba da dor, que me espedaça das entranhas, o frio, o inanimado corpo do amigo, a quem tanto prezava e que hoje desapareceu, para sempre” (CORREIO DA VICTORIA, 1854, p. 2). Ressaltamos, neste trecho, o uso da palavra “tristeza”, que regularmente também é uma emoção utilizada nos jornais para expressar a sensação diante da morte, assim como a “dor” e as “lágrimas”, as quais já destacamos, são evocadas. O obituário prossegue recorrendo à sensibilidade, ao afirmar:

Tudo aqui é sombrio e taciturno: os ais, os gemidos, as lágrimas, a tristeza, tudo de melancólico, enfim, que se vê esculpido, é desenhado nos semblantes dos filhos da religião santa, e por quê? Porque um túmulo aberto espera um homem morto para devorá-lo? E quem é essa criatura? É o nosso respeitável amigo, o coronel Gonçalo Pereira de Sampaio... (CORREIO DA VICTORIA, 1854, p. 2).

A frase citada mostra-se importante em nossa investigação, pois após listar as diversas emoções provocadas pelo falecimento, ressalta que não era qualquer pessoa que estava recebendo essas manifestações, não era um “homem morto” qualquer. O discurso reforça que as sensações eram direcionadas a um ente específico, o coronel Gonçalo Pereira de Sampaio, proprietário de terras e que, dentre outros cargos, ocupou a função de subdelegado do Distrito de Queimado. O texto continua, destacando tratar-se de uma “sensível perda”, não só para a família, mas para a sociedade, por ser o coronel alguém “cheio de alegria” e de “urbanidade”. O falecimento em casa, o qual já abordamos anteriormente como comum ao século XIX, é descrito no necrológio:

No seio de sua nobre e extremosa família, com todos os seus parentes à cabeceira, ele deu o último hálito de vida nos braços de sua virtuosa esposa: com lágrimas no coração, nós anunciamos, na derradeira hora de observação, o seu passamento: com profunda tristeza nós vimos, pouco a pouco, a ampulheta da vida ir esgotando as horas da sua existência e aproximando o desaparecimento entre os vivos do nosso amigo sincero, o coronel Gonçalo Pereira de Sampaio (CORREIO DA VICTORIA, 1854, p. 2).

Nota-se, neste trecho, referências às lágrimas e à tristeza e a participação das pessoas do convívio do moribundo em seus momentos finais. Segundo Ariès (1982), até aproximadamente o início do século XX, no Ocidente de cultura latina, católica ou protestante, a morte de um indivíduo modificava solenemente o espaço e o tempo de um grupo social, podendo se estender a uma comunidade inteira. Conforme expõe: “[...] fechavam-se venezianas do quarto do agonizante, acendiam-se as velas, punha-se água benta; a casa enchia-se de vizinhos, de parentes, de amigos murmurantes e sérios” (ARIÈS, 1982, p. 612). O período de luto costumava ser cheio de visitas da família ao cemitério e dos parentes e amigos à família, aspectos estes que tanto os necrológios, quanto as notas de agradecimento, mostraram que eram costumes dos moradores da cidade de Vitória.

Temos que o grupo social atingido por aquela morte reagia coletivamente, a começar pela família mais próxima, mas abrangendo um círculo amplo de amigos e membros da comunidade (ARIÈS, 1982). Cynthia Folquer (2011), também destaca essas questões, ao afirmar que a morte no oitocentos obedecia a uma liturgia na qual se sucediam uma série de gestos: o asseio ao defunto, o velar do corpo, as lágrimas, as palavras que evocam recordações da vida, as orações, a comitiva, o ataúde, o enterro

e a presença dos parentes e amigos. Gestos estes que se configuram em um rito de passagem, que se desenrolavam em meio a um espaço ordenado.

A amizade, já citada como uma noção comumente referenciada ao se falar dos mortos, aparece no obituário de Gonçalo Pereira de Sampaio, que representa o falecido como um “sincero” amigo e com um coração repleto de bondade. Suas qualidades são abordadas quando se afirma que ele “[...] era homem de honra, cidadão de probidade, esposo extremoso e pai excessivo, patriota, amigo da humanidade e benéfico” (CORREIO DA VICTORIA, 1854, p. 2).

Segundo Zeldin (1991), a noção de “amizade” é cheia de ambiguidades e costuma incluir alianças que não necessariamente estão relacionadas à afeição. Anne Vicent-Buffault (1993) destaca que a amizade “[...] estabelece redes de influência, inventa lugares de convivência e laços de resistência enquanto se multiplicam para a maioria as oportunidades de encontros e de interações” (VICENT-BUFFAULT, 1993, p. 9). Perspectivas estas, as quais observamos nos necrológios, quando ponderamos que a homenagem ao outro pode ser compreendida também como uma exaltação de quem presta o reconhecimento.

A lembrança, como uma forma de certa permanência mesmo após a morte, mostra-se presente no necrológio quando ele afirma que “[...] fica para o mundo a fragrância do seu bom nome que não morre; fica para os filhos a herança das suas virtudes e para os amigos o acerbo da pungente saudade” (CORREIO DA VICTORIA, 1854, p. 2). Os elementos sensíveis voltam a ser ditos, quando o orador solicita que sua perda seja “pranteada” e que as pessoas dediquem seus corações “ao pesar, à dor e ao luto” e que paguem com “saudosas lágrimas” o devido tributo da amizade e finaliza: “Consolação... preces à divindade venham acabar nossa homenagem: os soluços, os pesares e as lágrimas se enxuguem... Silêncio... que a alma do coronel Gonçalo já está perante Deus. Paz àqueles que oprimem a férrea morte. Paz, a seus restos...” (CORREIO DA VICTORIA, 1854, p. 2).

O necrológio de Gonçalo Pereira de Sampaio traz diversos aspectos sobre os quais voltamos as nossas atenções nesta pesquisa. As lágrimas, a dor, o luto, a tristeza, a saudade e o pranto são alguns dos elementos que permeiam a transcrição do

discurso, porém, no decorrer de todo o texto, observamos a intenção de se reforçar que essas sensações não eram dedicadas a qualquer pessoa e sim, a alguém, “merecedora” delas, como o referido coronel. Neste obituário, tanto quem escreve, quanto quem recebe a homenagem, são nomes com status político na capital e o discurso se esforça em destacar as qualidades desse “exemplar” homem público. Desta forma, podemos observar a expressão das emoções como um espaço no qual as relações sociais da cidade estavam presentes.

No obituário dedicado “à sentidíssima morte do Ilmo Senhor Manoel Rodrigues de Freitas”, proprietário da Fazenda Commando e Sá na Villa da Serra, também podemos observar o destaque dado às relações de amizade e às dores provocadas pelo falecimento. O texto é assinado por Manoel Gomes Pereira, oficial da 2ª seção da Secretaria de Governo, que se denomina “seu amigo”. Segundo o autor, se um filho sente a morte de seu pai, um indivíduo deve igualmente sentir a morte de seu prezado amigo e lamenta que a foice devastadora da carnificina da morte tenha vindo roubar Freitas e arrebatá-lo da sua consternada família. Após, questiona o que seria a vida, além de um sonho deleitoso no qual os homens se extasiam de prazer admirando a sublimidade da natureza. Ao fazer a mesma pergunta sobre a morte, responde que a mesma não é nada mais do que um sonho eterno, no qual os seres se reduzem ao seu antigo estado de pó e cinza e o seu corpo serve aos vermes da Terra.

Afirma ainda, que perante Deus tudo é igual, e a própria morte devastadora fere a todos sem respeitar a idade e nem o sexo e ela, naquela ocasião, havia arrancado Freitas, nascido na Província, de seus pais ilustres. O falecido é chamado de alma sensível, verdadeiro amigo, cidadão sincero, benfazejo e todo dedicado à pátria natal. A morte cruel, de acordo com Pereira, roubou o seu amigo, ficando todos os seus filhos entregues a mais pungente dor e aflição e solicita que sejam dirigidas preces ao Todo Poderoso, para que a sua alma goze da bem-aventurança. No texto, podemos observar toda uma gama de emoções voltadas à morte do amigo, considerado uma pessoa exemplar e com as mais profundas qualidades.

Para o falecido Joaquim da Silva Caldas, tenente-coronel do Estado-Maior, juiz ordinário e deputado provincial da primeira formação da Assembleia Legislativa, também foram rendidas diferentes e sensíveis homenagens, nas quais os seus

atributos como exímio cidadão foram exaltados. O texto é assinado por M.F. dos P.C, não tendo sido possível identificar a autoria. O necrológio inicia, ressaltando que mais uma vítima acabava de ser sacrificada pela cruel alfange da mensageira da morte na cidade de São Mateus, sendo este, um golpe fatal e irreparável para sua esposa virtuosa, seus amigos dedicados e a indigência inválida. Sobre Caldas, discorre: “Já não existe mais o ilustre brasileiro, o distinto Mateense, o cidadão prestante, o nunca assaz chorado tenente Joaquim da Silva Caldas” (CORREIO DA VICTORIA, 1856, p. 3). Os seus atributos, considerados excepcionais, são destacados:

No instante em que pensamos que uma vida preciosa fora tão prematuramente vitimada, quando nos recordamos que o ilustre finado fazia as delícias da sua família, enchia de orgulho o solo que nasceu por suas raras e excelentes qualidades, no instante em que imaginamos que já não é possível entreter relações tão estreitas com esse protótipo dos amigos, modelo dos bons pais de família, não podemos conter nossas lágrimas, verdadeiras testemunhas das nossas mágoas, de nossa saudade, não podemos ocultar as demonstrações do nosso íntimo sentimento (CORREIO DA VICTORIA, 1857, p. 3).

Neste trecho, é possível observar, a estreita relação defendida nesta tese, entre as demonstrações das emoções e os status sociais dos mortos, uma vez que elas são dedicadas, comumente, àqueles que exerciam atividades políticas na cidade ou a seus familiares e amigos. A citação deixa clara, que a demonstração dos sentimentos era um direito do falecido, que era portador, de acordo com o jornal, de inúmeras qualidades. O responsável pelo necrológio prossegue dizendo:

[...] que quem como nós souber apreciar os nobres caracteres que distinguem o finado, quem como nós tiver testemunhado tantos lances do seu coração generoso, tantos rasgos de perfeita caridade, não poderá negar-lhe a justa apoteose a seus merecimentos (CORREIO DA VICTORIA, 1856, p. 3).

Novamente, vemos ressaltada a questão do merecimento como um critério para o recebimento de um necrológio emotivo e sentido. O texto representa o finado como alguém diferenciado pelas suas qualidades, sendo, portanto, pertinente que todos a ele rendessem homenagens. Nele, Caldas é descrito como “[...] compadecido sem ostentação, ser religioso sem fanatismo, ser modesto sem aparência” (CORREIO DA VICTORIA, 1856, p. 3). Segundo o amigo, aquele que não se refutar em saber dos seus atos nas suas diferentes posições sociais, concluirá que o falecido deixou na cidade de São Mateus um vácuo, que muito tarde seria remediado e o seu lugar seria

de bem difícil substituição. O obituário termina, afirmando que restava, após os derradeiros encômios consagrados às virtudes do finado, pedir ao Todo Poderoso que na recompensa delas, lhe assegurasse na mansão celeste um eterno e glorioso descanso.

Nas abordagens sobre a morte do tenente-coronel Francisco Rodrigues Pereira a escrita também traz uma forte sensibilidade, com ênfase na dor. O jornal inicia o texto afirmando: “Mais um golpe! Mais uma dor! Mais uma vítima! Ainda mais uma vez senhores, o esquálido espectro da morte, brandindo sua inexorável foice, acaba de ceifar uma vigorosa planta, uma mimosa flor que adornava os jardins da humanidade” (O ESPÍRITO-SANTENSE, 1873, p. 3). O periódico relata que o sombrio fantasma da morte acabava de mergulhar uma família na mais infinita dor e na mais pungente angústia e que sua esposa extremosa, desconsolada, lamentava a inesperada perda do esposo honesto e virtuoso. Destaca ainda, que a sociedade chorava a partida de um dos seus ornamentos, um homem honrado que não se transigia com o crime e a desonra. Nas palavras do periódico:

Em verdade, senhores, creio que todos esses sinais de dor, de que todos devem compartilhar e respeitar, pois também somos esposos, pais, filhos e homens sociais, devem fazer nos impor uma fervorosa prece por alma de tão distinto cidadão, curvando-nos humildemente à vontade do Todo Poderoso (O ESPÍRITO-SANTENSE, 1873, p. 3).

Temos, neste trecho, tanto a valorização da dor, enquanto um elemento sensível que demonstra a comoção provocada, quanto a obrigação dos demais em compartilhá-la, por se tratar de um distinto cidadão. O obituário questiona, se não pertencendo o morto ao número dos homens da ciência ou àqueles nomes que assombam a humanidade com suas histórias estupendas, não seria ele digno de homenagens. Ao que responde que sim... pois fez de toda a sua vida um catálogo de virtudes cívicas, de sua família o manancial, de seu coração a arca onde a honradez tinha constante culto e era um ilustre espírito-santense, que idolatrava a sua pátria e a sua província.

No “discurso proferido à beira do túmulo de João dos Santos Currubelo”, filho do alferes Manoel dos Santos Pereira, temos outro exemplo de necrológio permeado de sensibilidade. O texto está assinado por “A.C”, não tendo sido possível identificar a autoria. O orador inicia, dizendo que é por um doloroso motivo, que se encontra aos

demais reunido, o que indica a voz gemedora do bronze e a tristeza que se delineia em todos os semblantes, que ali estavam para orar por uma alma que partiu, deixando seu extremoso pai e irmãos mergulhados na mais pungente saudade. De João dos Santos Corrubelo, segundo o periódico, já não restava nada, além da triste recordação e à sombra do túmulo o seu corpo voava para a eternidade, livre das impurezas da matéria. As expectativas lançadas sobre o seu futuro, assim como em outros necrológios analisados, são motivos de lamento. Conforme declama:

O jovem, que com a fronte bafejada pelas auras da esperança, caminhava com os olhos fitos no porvir, que ante seus olhos se desdobrava sob as mais risonhas cores, teve que parar à voz fatídica do destino, que cruelmente lhe brada: Detém-te, oh! Romeiro da vida, teus dias estão contados. Sua missão concluída (O ESPÍRITO-SANTENSE, 1877, p. 4).

Na ampulheta do tempo, como prossegue o discurso, soou a última hora, fazendo com que Currubelo se despedisse desse mundo ilusório e o espectro da morte, trajando luto e dor, tinha transporto os umbrais de uma habitação onde reinava a paz e empunhado o gládio da destruição, onde descarregara o fatal golpe. De acordo com o orador, a partir desse momento, a desolação sucedeu à alegria e as lágrimas ao riso e a paz fugiu esbaforida daquele lugar, em torno do qual, ainda há pouco, esvoaçava o anjo das felicidades. Por isso, irmãos e pais pranteavam inconsoláveis a partida do ente que tão caro lhes era. A seguir, o obituário pergunta: “Vês aquele varão com a fronte vergada ao peso da dor? É o pai consternado que chama em vão por seu filho, é aquele que tantas vezes no decurso de sua vida há esgotado o cálice das tribulações!” (O ESPÍRITO-SANTENSE, 1877, p. 4).

Para este pai, o discursante pede que permita, que ele ofereça palavras de consolo, e solicita que ele creia na vida além-túmulo, pois esta não é a verdadeira e sim uma outra que nos espera, não atribulada e cheia de gozos. Por isso, pode-se dizer, que o filho não morreu, mas sim, trocou esse mundo ilusório, por outro mais feliz e se Deus quis chamá-lo, foi para preservá-lo dos perigos que acompanham os mortais, neste recorrente vale de lágrimas. O necrológio deseja novamente resignação, pois na religião e na filosofia cristã é possível encontrar um bálsamo consolador à saudade.

Um segundo texto, assinado como “Um amigo”, também foi dedicado ao mesmo falecido. Nele, afirma-se que João Santos Currubelo, após longos sofrimentos, havia

dado a alma ao criador. No auge da vida, quando esperava um futuro risonho, ele baixou à sepultura, deixando seu pai, que também havia perdido a esposa, imerso na mais profunda dor. De acordo com o autor, por suas maneiras, o jovem gozava de geral estima, sendo por isso, o seu passamento muito sentido. Pede resignação ao amigo, pois a morte é o princípio das coisas eternas e se havia sido aberto no coração um vácuo impreenchível, ele deveria consolar-se ante a esperança de que seu espírito estaria a usufruir da bem-aventurança, pois Deus, em sua infalível justiça, teria galardoado com a eternidade o seu filho obediente e ornado de tão belos dotes morais.

No obituário dedicado a Ignacio dos Santos Pinto, professor de latim do “Atheneu Provincial”, oficial da Secretaria da Assembleia e subdelegado de Polícia, pede-se “silêncio, respeito e gratidão” e afirma-se que tais são os sentimentos impostos pela presença do cadáver do homem, que nos corações deixou gravado para sempre o nome do amigo e mestre. Segundo o obituário, a única voz que poderia romper tão profundo silêncio, seria a da gratidão, para que fossem proferidas algumas palavras de reconhecimento por meio da sombra que ocultava o espírito esclarecido do ilustre finado. O texto é assinado pelo deputado provincial, professor de Literatura e Língua Nacional, adjunto da Promotoria Pública, diretor do Banco do Estado e redator dos periódicos “Folha da Victoria” e “O Commercio do Espírito Santo”, Aristides Brasileiro de Barcellos Freire, que chama o falecido de “preceptor da sua mocidade”.

Conforme Freire, não era para os presentes esperarem dele expressões que arrebatassem o espírito e elevassem o pensamento. Não... O que ele tinha para oferecer era o reconhecimento, virtude que deveria acompanhar os seres humanos em todos os momentos da vida e que supera todas as dificuldades. Ele solicita coragem, para que diante de um auditório de altos conhecimentos, pudesse dirigir algumas palavras:

Esses lábios de onde emanavam tão sábias lições, hoje inanimados cerraram-se para sempre indiferentes ao progresso literário de vossa pátria. E será possível que vos conserve imóvel à voz da gratidão que vos está sendo dirigida? Modesto ainda, recusas que publicamente concorra com uma saudade para a capela que deve assinalar o dia que desprendido da matéria o vosso espírito voou para a mansão dos justos? (O ESPÍRITO-SANTENSE, 1876, p. 3).

Freire prossegue, questionando, se o professor não vê que suas toscas expressões talvez estejam traduzindo a dor do coração dos alunos, no meio dos quais ele foi surpreendido pelos rigores de uma enfermidade que o havia assaltado dos seus preciosos dias. Ele comenta ainda, que a Província deveria, naquele momento, agradecer a glória de possuir uma mocidade que não se subjugava aos erros e resistia pela inteligência desenvolvida pelo falecido, aos ataques da ignorância. É interessante observar, nessas ponderações, o quanto o elogio ao morto também se mostra como uma elevação dos bons atributos daqueles que por ele foram ensinados. Ao exaltar o professor, afirma-se como ele soube educar cidadãos respeitáveis e que possuem excelentes predicados.

O orador segue o discurso, perguntando por que tão cedo ele havia se condenado ao silêncio eterno e se ele não via a falange de jovens esperançosos que o rodeava, o que talvez ele considerasse como imaginação desvairada da sua parte, devido ao golpe profundo que acabara de sofrer. Freire interroga se o finado se conservava indiferente a tantas lágrimas, suspiros e sinceras expressões da mais profunda saudade. Ao que responde que sim... uma vez que a morte, esse anjo exterminador da destruição vital do gênero humano, havia cortado para sempre os órgãos da vida do mestre. O texto convoca que ele seja pranteado e não seja acordado, pois arremessado ao túmulo tão cedo, deveria descansar das longas fadigas de uma vida consagrada aos rigorosos estudos em prol dos jovens patricios.

Freire pede também união para que coloquem em prática as sábias lições pelo falecido ensinadas, porque aquele que tinha partido, depositava nos estudantes a sua esperança, que agora tinham a missão, de fazer o seu nome atravessar os tempos. Segundo Freire, Pinto não merecia um mausoléu que representasse orgulho e grandeza, mas uma simples grinalda formada de flores de gratidão, reconhecimento e respeito. As qualidades do morto, assim como na maior parte dos necrológios, são citadas:

[...] unamo-nos ainda para que possamos pedir ao Altíssimo que receba em paz a alma pura do irmão dedicado, do amigo sincero e do mestre que soube compreender a alta missão que sobre a terra exerce o preceptor da mocidade. A Terra lhe seja leve! (O ESPÍRITO-SANTENSE, 1876, p. 3).

A notícia da morte de Ignacio Pinto dos Santos, publicada sob o título “Passamento”, no mesmo jornal, traz outras informações sobre quem era o falecido. Vítima de uma hepatite, ele tinha 46 anos, 26 deles dedicados ao serviço público e 23 ao exercício do magistério. Pinto, de acordo com o periódico, tinha um profundo conhecimento em português, francês, inglês, alemão, italiano e espanhol e vivera entregue ao estudo, no qual se dedicou ainda à álgebra, geometria, história e geografia. Quanto ao latim, segundo o jornal, ele sabia tanto a língua, falava-a tão bem e tão amante dela era, que bem podia dizer-se, que até dormindo, com ela o professor sonhava.

O texto afirma, que havia sido uma perda muito sensível para a capital, pois os seus conhecimentos eram considerados até mesmo fora da cidade, a ponto de nenhum dos seus discípulos terem sido reprovados em conhecimento geral, pois estudar com ele, era como uma carta de recomendação. Constava ainda, que havia deixado valiosos escritos sobre as línguas e um opúsculo sobre matemática. De acordo com o jornal, seus alunos e amigos, que tanto o estimavam, choravam o seu passamento, assim como a língua pátria, por terem perdido um assíduo cultor.

Para Ignacio dos Santos Pinto, um terceiro necrológio foi dedicado assinado por Cleto Nunes, tesoureiro da Alfândega, posterior liderança do Partido Liberal no Espírito Santo, vereador, deputado estadual, senador por dois mandatos e fundador do periódico “A Província do Espírito Santo”. No obituário, Nunes solicita que os doces e francos sorrisos da juventude fossem cerrados e que corressem as lágrimas saudosas dos amargurados corações, pois na tarde do dia 02 de agosto, quando o sol se aninhava no Ocidente, purpureava ainda os cimos elevados das montanhas, na hora mística do crepúsculo, quando os lábios cristãos entoavam a prece da Ave Maria, desprendeu-se da humana argila e subiu aos céus do Divino Redentor dos mundos, o espírito do probo professor.

Segundo Nunes, a alma que se aninhara naquele corpo era forte, a chama vivaz da inteligência eliminava-lhe o cérebro e o estudo perseverante e metódico amparava-o quando os desgostos e os sofrimentos procuravam abater aquela existência rica de martírios e de fé. No seio da população, de acordo com o autor, que respeitosa e cortemente o cortejava ao vê-lo passar, Pinto foi sempre reverenciado. A mocidade via nele, o preceptor inteligente, ilustrado e consciencioso e por isso adorava-o com abundância

de coração. Era também altamente considerado entre os professores do Atheneu Provincial. Para Nunes, sua rara dedicação pela causa da instrução foi um exemplo eloquente, que unia a perseverança ao talento. “A prova do quanto era honrado e digno mostrou-se na multidão que durante a sua longa enfermidade cercou seu leito de martírios e após a morte o conduziu ao cemitério” (O ESPÍRITO-SANTENSE, 1876, p. 1), destaca.

Cleto Nunes ressalta que a muitos parecerá que a vida frutuosa de Santos Pinto nada teve de extraordinária, mas que isso se deve à inveja e indiferença com que os pobres de espírito ferem os visionários que buscam os prismas radiantes da luz. Conforme afirma, naquele momento já jazia no chão da necrópole o cadáver do esforçado propugnador da instrução popular e, prossegue dizendo, que “[...] aqueles lábios de onde rojava a palavra mágica do ensino, e os ditames severos da moral emudeceram” (O ESPÍRITO-SANTENSE, 1876, p. 1), assim como havia esfriado a sua fronte majestosa na qual imperava o talento e a ilustração. O obituário finaliza da seguinte forma:

Meu espírito iluminado pelos reflexos da inteligência, ó alma grandiosa de Santos Pinto, agradece-te neste momento piedoso a sua dedicação e o teu amor como preceptor! Meu coração compungido, deposita sobre teu túmulo – ainda há pouco fechado – uma pálida e triste saudade – emblema da dor e do martírio. Seja contigo a paz dos bem-aventurados. Faça-se silêncio ao redor do seu túmulo orvalhado pelas lágrimas da mocidade. Silêncio! (O ESPÍRITO-SANTENSE, 1876, p. 1).

O professor recebeu ainda, um quarto texto de homenagem, com o título “Saudade: à memória do prestigioso cidadão Ignacio dos Santos Pinto” assinado por Candido Brizindor, que era redator, na Vila de Itapemirim, do periódico “O Itapemirinese”. O obituário, assim como os anteriores, pede silêncio, pois mais um túmulo havia sido aberto e nele descansava a vida transitória do mestre e amigo, deixando este mundo de ilusão e fazendo a mocidade derramar um triste pranto de saudade sobre o jazigo. Após, solicita que a juventude capixaba chore e pranteie sobre a borda do túmulo o preceptor, que havia findado sua missão sobre a terra deixando a todos pesarosos e a triste família lacrimosa.

Novamente, vemos a evocação das lágrimas e do pranto, como elementos emotivos que reforçam a consternação provocada pela perda e a exigência de que os demais também demonstrassem essas sensações, para que provassem ao falecido os sentimentos existentes. O texto segue, pedindo que se desfolhasse sobre a campa o símbolo da gratidão, a triste flor da saudade e que fossem entoadas pela sua alma, em coro, pias orações. O obituário reforça que a vida é ilusória e questiona do que serve viver, sempre em contínuo sofrer, nessa estada transitória. Porém, segundo o autor, não morre o justo, pois deixa no mundo a sua memória, porque encontra na glória, alegres anjos cantando. Brizindor finaliza com os seguintes dizeres: “Se eu fora trovador, então faria uma nênia sentida, ia oferecer a ti, mocidade! Então, ali saudoso carpiria. Ajudando também a verter. Pranto de saudade!” (O ESPÍRITO-SANTENSE, 1876, p. 2).

Basílio Daemon (2010), ao relatar a morte de Ignacio dos Santos Pinto, em sua obra “Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística”, afirma que havia falecido o ilustrado e inteligente docente de latim do Atheneu Provincial, com geral consternação dos habitantes da Província, que o estimavam por sua inteligência e saber. Daemon (2010) destaca que Pinto havia sido mestre de muitíssimos moços, “[...] alguns dos quais formados ocupam altas posições sociais” (DAEMON, 2010, p. 488). O professor é chamado de homem virtuoso, probo e concentrado, que entregara a vida ao estudo. Mostra-se interessante a associação de Ignacio dos Santos Pinto com a formação de cidadãos com reconhecido status na sociedade. Diferentes necrológios a ele foram dedicados, o que demonstra o quanto a relação com homens considerados relevantes politicamente eram critérios para que obituários fossem publicados.

De acordo com Meryhelen Alves da Cruz Quiuqui (2019), a fundação da escola secundária Atheneu, em Vitória, em 1873, “[...] se relacionava à proposta política de consolidar a instrução secundária masculina no país como etapa preparatória para o ingresso nas faculdades do Império” (QUIUQUI, 2019, p. 9). Segundo a autora, as trajetórias dos alunos que fizeram parte da história do Atheneu, ao longo dos seus 19 anos de funcionamento, revelaram o papel da instituição na formação de membros da elite política capixaba, que viriam a contribuir na implementação do novo regime republicano. Para Quiuqui (2019), a elite espírito-santense, que chegou a auxiliar

financeiramente na construção do prédio do colégio, almejava, com ele, desenvolver a formação secundária, porém, isso não significou proporcionar o acesso a toda população, já que existiam regras excludentes e mensalidades.

Quiuqui (2019) destaca que as notas fúnebres publicadas nos jornais revelam o prestígio social daqueles que atuaram no âmbito do Atheneu. Dentre eles, ela ressalta Ignacio dos Santos Pinto, que mesmo 46 anos após sua morte, ainda era lembrado com pesar pelos periódicos. Desta forma, mais uma vez, observamos os necrológios como espaços de elogios e recordações de pessoas consideradas com status social e político na Província. Os obituários, voltados ao professor, trazem diversas referências aos sentimentos provocados por aquele traspasse e o quanto os seus alunos também eram portadores da inteligência e do conhecimento por ele transmitidos.

Conforme foi possível observar nos necrológios, as expressões das emoções configuravam-se como uma forma de demonstrar as sensações provocadas pelas mortes, com ênfase na dor, no pranto e nas lágrimas, como recursos para reforçar o quão dolorosas e sentidas eram aquelas perdas. Porém, como expusemos, não era para qualquer pessoa que obituários poéticos, sensíveis e sofridos eram dedicados. As demonstrações emotivas e afetivas mostraram-se como locais nos quais determinadas personalidades eram lamentadas e choradas. Desta forma, algo muitas vezes compreendido como da esfera íntima humana, as emoções, apareceram em nossas fontes, como uma forma de elaborar e reforçar poderes e hierarquias.

### **3.2 A Morte e as marcas da Saudade**

Além dos elementos emotivos já destacados, podemos também observar a recorrente referência à saudade, presente em grande parte dos obituários. De acordo com o “Dicionário Online de Português” a saudade significa “sentimento de nostalgia causado pela ausência de algo, de alguém, de um lugar ou pela vontade de reviver experiências, situações ou momentos já passados” (SAUDADE, 2021). O filósofo Joaquim de Carvalho afirma que se há tema que de antigo, pelo menos desde meados do século XV, afete o pensamento dos portugueses, é a significação, sentido e valor da saudade. Segundo ressalta, o interesse pelo qual tem sido objeto, aparece

predominantemente ligado às épocas em que as “razões do coração” são tão atrativas quanto as “razões da razão”, por isso, “o século XIX, durante a quadra em que a concepção romântica da vida dominou o mundo da nossa arte e do nosso pensamento, foi por excelência o século dos temas saudosistas” (CARVALHO, 1998, p. 335).

Para o autor, o mundo da saudade é ilimitado e até indefinido, porém, o que importa para a sua reflexão, é a problemática contida na saudade e sua respectiva significação filosófica. De acordo com Carvalho (1998), a palavra saudade tem por étimo o adjetivo e advérbio latino *solu*, o que, em suas palavras, “[...] equivale a dizer que nele flui a ideia de estar só” (CARVALHO, 1998, p. 336). Segundo Carvalho (1998), o ser saudoso pertence à categoria dos fenômenos psíquicos que importam a tomada de posição perante as qualidades dos objetos circundantes e cujo ponto de partida irrompe do íntimo da personalidade.

Para Eduardo Lourenço (1999), a saudade, a nostalgia e a melancolia são modalidades e modulações da relação humana com o tempo. Por si mesma, a saudade não tem história, mas as têm as suas formas de manifestação. A saudade, de acordo com o autor, traz em sua formação tanto a “nostalgia”, definida como algo que se fixa em um passado determinado, objeto de desejo fora do alcance, mas ainda real ou imaginariamente recuperável, quanto a “melancolia”, que para ele visa ao passado como definitivamente passado e trata-se da primeira e mais aguda expressão da temporalidade. Segundo Lourenço (1999), a saudade participa de uma e de outra e se configura em um enigma para aqueles que a experimentam.

Dentre as reflexões do autor, consideramos importante a análise da saudade como um modo de certa permanência após o falecimento, possível pelos sentimentos e recordações dos vivos. Para Lourenço (1999), por meio dela, pode-se não apenas recuperar o passado, mas inventá-lo. Portanto, lembrar-se nunca é um ato neutro. Sendo assim, podemos considerar que a saudade é a portadora da continuidade do falecido nos pensamentos e nas ações dos que ficaram. Nos periódicos analisados, observamos a questão posta da não neutralidade da lembrança. De modo geral, apenas alguns indivíduos tiveram seus feitos recordados e exaltados. A saudade é

direcionada a poucos cidadãos. Não é qualquer pessoa, seguindo as publicações, merecedora dessa sensação.

Mísia Lins Reesink (2012), no artigo "Quando lembrar é amar: tempo, espaço, memória e saudade nos ritos fúnebres católicos", no qual, ao analisar as elaborações rituais que católicos da Casa Amarela, um bairro do Recife, promovem, observa que parte do que está em curso é a produção do morto como "ente querido". Com isso, a sua argumentação é que diferentes tipos de memórias articuladas aos afetos, que englobam a saudade e os rituais, são fundamentais para a produção de uma categoria de "pessoa" na visão católica no Brasil: "Esta implica relações (de parentesco ou de afinidade) entre os vivos, entre os vivos e os mortos e, sobretudo, a preocupação com o destino das almas dos mortos que estão em algum tipo de relação com os vivos" (REESINK, 2012, p. 2).

As interconexões analisadas pela autora favorecem a nossa reflexão, pois verificam a continuidade dos afetos, sentimentos e interações entre mortos e vivos. Para ela, "[...] a morte é um evento privilegiado para observar a expressão emocional dos diferentes povos" (REESINK, 2012, p. 5). Segundo Reesink (2012), a perpetuação da história dos mortos é possível, porque os vivos estabelecem suas próprias narrativas por via destas relações e, enquanto um vivo ainda alimenta essa lembrança, o morto continua a sua história. "É assim que um morto é produzido como ente querido, graças à memória, à saudade e à vida dos vivos. É ainda por esta razão que o trabalho do luto não se completa jamais, enquanto existir a memória e a saudade" (REESINK, 2012, p. 12), destaca.

Reesink (2012) afirma que a saudade se refere ao tempo, trata-se de uma maneira cultural de elaborar "[...] relações com a duração, cujo conteúdo é composto pela afetividade e pela memória" (REESINK, 2012, p. 8). Pode-se dizer, de acordo com a autora, que a morte deixa o vazio, e a saudade, ao mesmo tempo que alivia, é responsável por aumentá-lo (REESINK, 2012). Em suas palavras: "A saudade é medida do tempo, assim como este último é seu mestre; tendo em vista que o tempo pode tornar esta saudade menos dolorosa, mais aceitável e assim domesticá-la" (REESINK, 2012, p. 9).

Para Antônio Braz Teixeira, em “Deus, o mal e a saudade: estudos sobre o pensamento português e luso-brasileiro contemporâneo”, que a saudade seja um sentimento, não é uma questão que levante objeções; que possa ser objeto de reflexão filosófica também não é algo sobre o qual se tenha dúvidas, porém é preciso se pensar, que a mesma é constituída de algo originário e radical, de uma densidade e essencialidade a ponto de nela, em suas palavras [...] “se fundar um sistema filosófico ou encontrar respostas às interrogações metafísicas” (TEIXEIRA, 1993, p. 15). No livro, Teixeira (1993) define a saudade como “[...] solidão ou solitude, ensimesmamento ou contemplação, representação ou evocação de um tempo passado, se bem que ensimesmamento dinâmico e projetivo” (TEIXEIRA, 1993, p. 131). Quanto ao século XIX, o autor ressalta a presença da saudade no centro da expressão poética.

Afonso Botelho, no livro “Da Saudade ao Saudosismo”, afirma que todo saudosista parte da morte, que é a suma e decisiva ausência. Para ele, ao se adentrar nas análises sobre os mistérios da finitude, conhece-se, simultaneamente, os mistérios da vida e o que ele chama de “[...] passagem difícil entre uns e outros – a estreita passagem da saudade” (BOTELHO, 1990, p. 163). Segundo o autor, frente à morte consumada, aparece o poder da saudade: “[...] tornar patente, real e instituído. O que é secreto, oculto e temeroso” (BOTELHO, 1990, p. 164).

Trouxemos, portanto, algumas reflexões sobre a configuração da saudade, para que possamos melhor analisá-la em suas inserções no conteúdo sobre a morte nos jornais. O já citado necrológio do Padre Antonio Pinto Homem d’Azevedo, por exemplo, é finalizado dizendo que se deveria prantear aquela morte e “[...] derramar uma lágrima de saudade sobre a sua campa” (JORNAL DA VICTORIA, 1867, p. 2). No discurso recitado por Odorico José Mululu, que foi, dentre outras funções, capitão, major, contador da Tesouraria da Fazenda, escriturário e funcionário da Secretaria-Geral, dedicado a Cândido Maria da Silveira, a saudade também é evocada. Destacamos que o falecido havia sido candidato a vereador pelo Partido Liberal, partido que, conforme já expusemos, o “Jornal da Victoria” representava. A sua morte foi definida pelo orador como “o vendaval da desgraça” e afirma que sua alma pura e brilhante passaria a existir no seio de Deus. Entre os que ficavam, deveria se conservar as “saudades” e “recordações” de suas virtudes e bondade.

No necrológio publicado “A Pedido”, no “O Espírito-Santense”, dedicado ao capitão Francisco de Sousa Monteiro e sua esposa, a qual não se cita o nome, devido ao falecimento da sua filha, Bárbara Maria de Sousa, a noção de “saudade” perpassa toda a escrita do obituário. O pai, citado no texto, foi vereador da Câmara de Cachoeiro de Itapemirim e era proprietário da Fazenda Monte Líbano. A publicação inicia-se lamentando o quão rápida foi a vida da jovem, chamada de “anjo de encantos e de bondade”. No entanto, naquele momento, a morte deixava as mais tristes recordações. Segundo o obituário, a “agonia”, sensação também expressa nos jornais ao se abordar o falecimento, era atroz e o ver sofrer era penoso. De acordo com o periódico: “O passamento esmaga e definha o ser humano, a lembrança é o martírio da alma, mas a saudade, oh! Essa é a morte lenta! É imorredoura” (O ESPÍRITO-SANTENSE, 1875, p. 3).

No trecho citado, chama a atenção a associação feita entre a “saudade” e a permanência da falecida enquanto sentimentos forem direcionados a ela. A saudade configura-se, desta forma, como uma possibilidade de continuidade de certa existência, possível por meio das lembranças. O texto prossegue, desejando que Bárbara Maria de Sousa descanse no seio de Deus e rogando que se pranteie a sua morte. Solicita ainda, que essas pessoas bebam no cálice da amargura a recordação das suas imagens e virtudes. No obituário, aborda-se o que o redator entende por “saudade”: “És a flor dos numes, como és a flor da morte, tu és representada na alma, como nos túmulos!... Dizes tudo, e não tem tradução em língua alguma, porque pertences à língua dos anjos! Saudade!” (O ESPÍRITO-SANTENSE, 1875, p. 3). O necrológio é finalizado com as seguintes palavras: “Fique gravado por único consolo em nossos corações a flor de todos, a flor de nossos pensamentos: Saudade” (O ESPÍRITO-SANTENSE, 1875, p. 3).

Destacamos, neste trecho, a identificação da saudade como algo que não possui correspondência em outra língua. De acordo com Márcia Esteves Agostinho, em “Emotion as collective Identity: the case os portuguese saudade”<sup>24</sup>, a saudade é uma emoção que se tornou um marco da identidade e da língua portuguesa. Segundo a

---

<sup>24</sup> “Emoção como Identidade Coletiva: o caso da Saudade Portuguesa” (tradução nossa).

autora, os portugueses orgulham-se de afirmar que nenhuma palavra estrangeira pode descrever um sentimento tão profundo e que essa percepção remonta ao século XV, quando o rei D. Duarte escreveu que o latim, ou qualquer outra língua que ele soubesse, não tinha uma palavra de significado semelhante.

Para ela, mais do que um termo usado para expressar um sentimento, a saudade é uma ideia partilhada por meio de práticas interpessoais. Teixeira (1993) também ressalta esse aspecto, ao abordar que os portugueses encontraram no sentimento saudoso o motivo essencial da sua lírica e, desde o século XV, nela descobriram uma dimensão problemática e interrogativa, “[...] surpreendendo na saudade a memória da origem e um outro sentido do tempo” (TEIXEIRA, 1993, p. 11).

No texto “Transcrição: lágrimas e saudades”, Pinto Neves, escriturário da Secretaria da Fazenda, traz à cena o falecimento do seu amigo, Ananias dos Santos Lavra, o qual não foi possível identificar a atuação. O autor inicia lamentando que uma vida havia sido arrojada à garganta do sepulcro e mais uma lira estaria emudecida ao som dos primeiros cantos, tendo perdido São João da Barra um cidadão amante das letras, moço inteligente e poeta de coração. Segundo o amigo, Ananias era um gênio inspirado pela natureza e até então encarava o mundo como um teatro de doces fantasias e nas horas longas das suas íntimas recordações ele contemplava o infinito e o espaço, como que segredando ao autor da natureza.

Solicita, após, que se chore a lira melodiosa daquele jovem poeta, que era um verdadeiro arrimo de sua esposa e um amigo dedicado. Pinto Neves finaliza o necrológio afirmando que não tinha o mesmo talento para lidar com as letras que Ananias, então sentia-se sem forças para poder traçar o perfil daquele filho da inteligência. Porém, entendendo que tinha a liberdade da imprensa para expor seus fracos pensamentos, era isso que faria, com a finalidade, tão somente, de dar um voto de saudade, como uma recordação daquele que jazeria na eternidade. Assim, por ele e em nome de todos os amigos, estava depondo um júbilo de saudade e, desejando, que ela fosse o elo da gratidão em homenagem ao seu nome.

No necrológio “Por Emilia... a saudade (delírio)!” este sentimento perpassa a escrita, mostrando o quanto se configurava como um elemento emotivo fundamental na

elaboração dos obituários e no reforço do quanto aquela perda era lamentada e sofrida. O texto começa da seguinte forma: “Ainda... o bronze!... Nove...Dez! Onze! Doze! Meia-noite! Hora fatal... Sempre a última daquelas badaladas a cair assim dura, sem piedade, sobre o meu coração!” (CORREIO DA VICTORIA, 1856, p. 4). Prossegue dizendo, que apenas 41 dias se passaram, desde que o “espectro irascível da morte decepou com mão bárbara a tenra e linda flor que ainda desabrochava” (CORREIO DA VICTORIA, 1856, p. 4).

A emoção diante da morte é exposta com palavras que expressam uma forte comoção: “Como são longas as horas do martírio que causa uma perda irreparável! Como é terrível esse rir do inferno... essa voz, esse brandar rouco da desesperação a roubar-vos o sossego e perverter-vos a alma...” (CORREIO DA VICTORIA, 1856, p. 4). Depois, o necrológio lamenta que os mais justos morram, como vis condenados, no leito da dor e afirma “Oh! Mundo infame! Maldição que eu descreio... o abismo! Perdão, perdão, meu Deus!” (CORREIO DA VICTORIA, 1856, p. 4). O texto segue questionando:

Quem me chamas? Oh! Tu... como és bela. Teus negros cabelos em desalinho! Teus olhos brilham mais no lindo oval de teu rosto que duas estrelas no escuro do firmamento... Que vejo! Lágrimas. Também sofres? Para que apertar-me assim contra teu peito! Nossos corações já se unem... seu sangue se mistura! Também a dor tem prazeres (CORREIO DA VICTORIA, 1856, p. 4).

Percebe-se, no trecho destacada, a já citada recorrência à dor e às lágrimas, como elementos demonstrativos da sensibilidade diante do traspasse. O autor pergunta “Onde estamos?” e responde que o lugar o oprime e é pesado o ar que respira. Interroga ainda, se os demais não sentem o sangue a enregelar-se, uma dor no coração, o gemido agonizante da alma e pede que se fuja, pois ele tem medo e continua:

Esta grade, ah! É a grade de um túmulo... escuta... o túmulo se abre! É o paraíso, é o céu... Emília! Tu mesma quem eu abraço... Graças... Graças meu Deus... Emília é um anjo. Olha... Fala meu bem! Deus me ouviu... Ouviu-nos, não é assim? Ele bem sabia que não podíamos viver sem ti (CORREIO DA VICTORIA, 1856, p. 4).

Após, o autor do necrológio relembra que se completaram 41 dias da ausência de Emília. Questiona se foi muito e responde que foi tempo demais. Aborda que viverão

ainda juntos e depois Deus não mais os separarão, porque ele é bom e finaliza: “Espera: - As boas almas no céu se encontrarão, adeus... Fugistes. E até lá, ingrata, que nos resta? Que nos deixa, Emília? – Eu... A SAUDADE!...” (CORREIO DA VICTORIA, 1856, p. 4). Para Emília, além deste, foram dedicados dois outros textos, nos quais a saudade, a dor, o pranto e a amizade também são evocados. Na poesia publicada com o título “Sobre o túmulo” lê-se:

Inocentes passarinhos  
Entoai vós tristes cantos  
Que aqui jaz, mimosa dor  
Emília Palhares dos Santos

Vinte anos viveu apenas!  
Vinte anos a linda flor!  
Era na terra um anjo, foi ser anjo no senhor

Deixaste o sonho da vida  
Virgem foste até morrer  
A mais bela entre as virgens  
Lá no céu tu hás de ser

Aceita o nosso pranto  
Pranto para a amizade  
Que nascem da acerba dor  
Da cruel... triste Saudade (CORREIO DA VICTORIA, 1856, p. 4).

Um terceiro obituário, publicado no dia 15 de novembro de 1856, foi dedicado à falecida com o título “À sentida morte da ilustríssima Senhora Dona Emília Mello Palhares dos Santos, oferecido à sua mãe Senhora D. Marianna Emília Palhares dos Santos”. O texto está assinado por A.J. Victorino de Barros, que exercia o cargo de chefe da seção da Secretaria de Justiça e diretor da 3ª seção da Secretaria de Estado de Negócios. Nele, as tristezas provocadas pelo passamento, também são expressas. Barros inicia interrogando: “Para que tão jovem do mundo fugiste. Do mundo fugiste, que tanto adoravas? Legado de angústias, herança bem triste. Àqueles de que te cercavas” (CORREIO DA VICTORIA, 1856, p. 2).

A dor e o pranto, como elementos sensíveis de destaque nos textos sobre a morte, são citados: “Lançada no leito da dor que a assombra. Queimando-se ao fogo do pranto que verte. Desfaz-se em lamentos, gemidos redobra. Não há quem de tanto sofrer a liberte” (CORREIO DA VICTORIA, 1856, p. 2). A saudade mostra-se como um aspecto afetivo na expressão da emoção provocada pelo falecimento:

Derredor do seu jazigo. Desse teu plácido abrigo. Onde não correm perigo. Sua inocência e candura. Dos que na terra te amaram. E suas prendas cantarão. Gernerá saudade pura. E os olhos enternecidos. Pelo pranto umedecido. Ler-te-ão na sepultura (CORREIO DA VICTORIA, 1856, p. 3).

A saudade novamente é citada, quando o autor finaliza: “Repousa no amplexo da paz do Senhor. Lá nessa morada que o mal nunca invade? De lá ouvi as nênias, os espasmos de dor. Que por ti constante nos geme a saudade” (CORREIO DA VICTORIA, 1856, p. 3). A saudade, enquanto uma presença do ausente, para o qual são remetidas palavras saudosas, é evocada com regularidade nos obituários. Segundo Nascimento e Meandro (2005), o que se pode perceber na leitura de alguns dos textos que tratam da saudade é a intenção de não a abordar racionalmente, porém, desde D. Duarte, que procurou traçar as suas especificidades, é possível analisar alguns aspectos que possibilitam uma caracterização geral deste sentimento.

Pode-se, por exemplo, de acordo com os autores, “[...] apontar como fundamental a estreita ligação da Saudade com a percepção da passagem do tempo e com as implicações trazidas por essa passagem na consciência saudosa” (NASCIMENTO; MEANDRO, 2005, p. 13). Nascimento e Meandro (2005) afirmam que o sentimento saudoso, mais do que uma fuga para um passado idealizado, permite ao indivíduo, via comparação entre passado e presente e com a forma como essa comparação abre perspectivas, avaliar qualitativamente a própria vida. Neste sentido, conforme os autores:

[...] perceba-se que a ideia que dá suporte ao argumento do presente menos feliz, fundamental no sentimento saudoso, também decorre da percepção social da passagem do tempo como ‘queda’, como perda de ilusões, de sonhos, de alegria e vitalidade (NASCIMENTO; MEANDRO, 2005, p. 15).

Deve-se admitir, para Nascimento e Meandro (2005), que se o conteúdo saudoso é socialmente compartilhado, a lembrança saudosa expõe o problema do que deve ser lembrado como qualitativamente melhor, mas também aquilo ou aquele do que não se tem saudade. Seguindo os autores, é possível analisar que em uma gradação entre o que é lembrado com saudade e o que é silenciado e esquecido encontra-se aquilo que se é lembrado sem saudade, ou seja, uma categoria de elementos com carga afetiva menor, mas que é fundamental para a articulação desses, pois proporciona

coerência ao conjunto do que é lembrado pelos sujeitos ou grupos (NASCIMENTO; MEANDRO, 2005, p. 15).

Sendo assim, para os autores, pode-se considerar que existem lógicas discursivas que sustentam tanto o que deve ser calado quanto aquilo que é saudosamente recordado. As ponderações de Nascimento e Meandro (2005) mostram-se pertinentes para esta tese, uma vez que a saudade é um dos sentimentos mais comumente inseridos nos necrológios, porém não eram todos os membros da comunidade considerados merecedores dessa sensação. Necrológios lacrimosos, sofridos, metafóricos e sentimentais são restritos, dentro do quadro geral de pequenas notas e notícias de falecimentos. Sendo assim, não era para qualquer pessoa que este sentimento era demonstrado. A saudade para alguns é falada e para outros silenciada. Mais uma vez, temos uma expressão emotiva voltada a apenas alguns cidadãos, configurando-se, portanto, como um espaço não neutro de manifestação afetiva.

### **3.3 O Romantismo, o luto e a abordagem da Morte**

A constante presença de elementos sensíveis e saudosos nos textos das mortes, como a dor, a tristeza, a agonia, as lágrimas, o luto, a melancolia e o pranto, nos levaram a refletir o que influenciava essa escrita e o modo como ela era elaborada. Conforme exposto por José de Carvalho, o século XIX é essencialmente um período de expressões da saudade, influenciado pela ascensão e fortalecimento do Romantismo. Esperanza Guillén Marcos, no artigo “Visiones de la muerte en la pintura del siglo XIX: del cadáver a la muerte como idea”<sup>25</sup>, destaca que em nenhuma outra época, como no oitocentos, as artes plásticas e a pintura se preocuparam tão fortemente em tratar o tema do falecimento, sendo o Romantismo, o portador de um singular interesse pelas representações do final da vida.

Segundo aborda, dominados por uma certa necrofilia, as concepções da finitude dos artistas atendiam à clássica consideração da existência de dois níveis de realidade, o puramente físico e o transcendental. Para a autora, o Romantismo é essencialmente indefinível e contraditório, mas pode-se afirmar, que de perspectivas muito diversas,

---

<sup>25</sup> “Visões da morte na pintura do século XIX: do cadáver à morte como ideia” (tradução nossa).

observa-se nele um interesse singular pela representação do fim. Os românticos mergulham nas camadas mais recônditas do horror associado à morte e à morbidez. A arte e a literatura do século XIX estão repletas de falecidos e os livros e peças teatrais muitas vezes possuem um desfecho trágico.

Mariana Ximenes Pinho, em “A Morte da Amada: do luto romântico ou da morte como bom encontro”, observa o oitocentos como a era do Romantismo e um período no qual o luto era vivido de modo apaixonado e duradouro. No texto, a autora empreende uma reflexão do que se trata esse luto, que entrelaça de modo tão estreito a morte e o amor. Por meio do luto, travava-se uma batalha longa e dolorosa contra a renúncia do objeto perdido. Para a autora, a atitude cultural convencional diante da morte de alguém é um modelo de luto historicamente datável e remonta ao fim do século XVIII, momento da ascensão do Romantismo. De fato, “[...] os tempos românticos carregam um verdadeiro fascínio pela morte” (PINHO, 2016, p. 55), argumenta.

Para ela, o Romantismo inaugurou um novo tipo de sentimentalidade, baseado na impossibilidade de se esquecer os mortos, sendo assim, “[...] se a morte é a promessa de paz e encerramento suave dos tormentos da vida, para os que ficam a dor da separação é mais deplorável do que a morte em si e a morte de si” (PINHO, 2016, p.56). A partir do século XIX, conforme destaca, é instituída a crença da continuação dos laços terrenos após a morte. Com isso, “o Romantismo se fia na vida além, para garantir a eternidade do amor” (PINHO, 2016, p. 60). Trata-se de uma forma de apaziguar as dores da separação por meio da promessa de continuidade.

Juliana Schmitt (2010) afirma que na transição do século XVIII para o XIX é provável que nunca se tenha concebido a morte sob termos tão sensíveis. Nos corpos, nas aparências e nas relações com o outro observa-se a angústia da existência, confirmando e negando o seu fim (SCHMITT, 2010). Dessa relação ambígua, nasce uma espécie de melancolia constante que impregna os ares dos oitocentos. Percebe-se, para Schmitt (2010), uma verdadeira obsessão pela morte e um apego dramático ao tema. O uso da cor negra, neste contexto, mostrava-se presente na aparência, no sentido de apontar que algo havia mudado e deveria ser exposto aos demais membros.

A autora destaca, no século XIX, um novo entendimento sobre a morte, como se fosse possível contorná-la, existe um apego ao corpo e uma supervalorização dos mortos, buscando mantê-los no mundo dos vivos. Tratava-se, para ela, “[...] de uma melancólica recusa da efemeridade da vida” (SCHMITT, 2010, p. 141), na qual a morte, provavelmente, ainda não havia sido tão dramatizada e sofrida. De acordo com Schmitt (2010), a intolerável perda da presença humana evidencia-se em desesperadas manifestações sentimentais diante da morte do outro, do amigo, do familiar ou da pessoa amada.

Segundo J. Guinsburg (1978), quem estuda as manifestações artísticas e as ideias que as alimentaram, sobretudo no século XIX, se depara com a palavra “Romantismo”. Nos jornais, também observamos esta influência, quando as abordagens sobre a morte são feitas de modo poético, sensível e metafórico. O Romantismo, para o autor, designa uma emergência histórica, um evento sociocultural, não se trata apenas de uma configuração estilística, mas de uma escola historicamente definida, que surgiu em um momento específico e em condições concretas.

De acordo com Nachman Falbel (1978), o período do Romantismo é fruto de dois grandes momentos históricos: a Revolução Francesa e a Revolução Industrial. Esses acontecimentos provocaram profundas mudanças e geraram novos processos na sociedade. Segundo o autor, esses dois eventos desencadearam forças que resultaram na formação da sociedade moderna, moldando em grande parte os seus ideais. O que se desejava era o rompimento dos padrões e regras estabelecidos pelos modelos clássicos. Houve a valorização do sentimento e da emoção, que passaram a ocupar o espaço que antes era da razão. O que se tem é a sensibilidade enquanto comportamento marcado pelos extremos e exageros.

Para Otto Maria Carpeaux (1978), definir o que é o Romantismo é muito complexo, uma vez que dependendo do país em que se desenvolveu ou dos autores que nele estavam inseridos, ele possui as suas especificidades, porém ele destaca alguns aspectos os quais considera importantes para a compreensão, como a sua natureza enquanto um movimento poético, que tem como fontes o irracionalismo e a mística, o sentimentalismo e o terror. Segundo afirma, o acontecimento da Revolução Francesa

produziu uma profunda emoção, exprimindo-se em uma literatura de tipo emocional, que se deu a si o nome de “Romantismo”.

O século XIX, para Philippe Ariès (1982), é o período dos grandes lutos e das encenações dramáticas, sendo numerosos os testemunhos levantados pelo autor sobre a atitude romântica diante da morte, que traziam elementos comuns, como a intolerância pela morte dos “entes queridos”, a tristeza provocada pela perda, a vontade e a certeza de reencontrar os desaparecidos, e, por outro lado, a admiração pelo fenômeno da finitude e a sua beleza intrínseca (ARIÈS, 1982, p. 482). Existe um apego ao outro, para além da morte, que prolonga as afeições terrestres.

De acordo com o autor: “Essa afeição, cultivada e mesmo exaltada, tornava mais dolorosa a separação da morte e convidava a compensá-la pela lembrança ou por qualquer forma mais ou menos exata de sobrevivência” (ARIÈS, 1982, p. 513). Para Ariès (1982), as coisas se passam no século XIX em meio à crença, observada regularmente também em nossas fontes, da continuidade depois da morte, das amizades da vida. Ariès (1982) afirma que a confiança na vida futura ou na permanência pela recordação são respostas à impossibilidade de se aceitar a morte do ser querido. Para ele, trata-se de um sinal, no meio de outros, do que ele chama de “revolução do sentimento”, no qual a afetividade domina o comportamento.

A partir do século XVIII, a afetividade passa a se concentrar sobre alguns seres que se tornam “[...] excepcionais, insubstituíveis e inseparáveis” (ARIÈS, 1982, p. 482), com isso, é sentida, “[...] a necessidade de gritar a dor, de demonstrá-la no túmulo, que se torna então o que não era, o lugar privilegiado da lembrança e da saudade” (ARIÈS, 1982, p. 577). Ariès (1982) destaca que a epigrafia falava a mesma linguagem dos autores de livros. Principalmente a partir do século XVIII, o autor observa uma tendência a acrescentar o sentimento de saudade ao elogio, à biografia e à genealogia, fazendo dos epitáfios espaços “longos, palavrosos e pessoais” (ARIÈS, 1982, p. 482). Para o pesquisador, o culto dos cemitérios e dos túmulos é a manifestação litúrgica da nova sensibilidade, que a partir do século XVIII, torna intolerável a morte do outro.

O Romantismo, para Ariès (1982), faz surgir uma sensibilidade de paixões sem limites e sem razão, cujo elemento determinante é a mudança de percepção referente ao “indivíduo”. Até o momento, havia existido a variação entre dois limites “o sentido da espécie e de um destino comum” e o “sentido de sua biografia pessoal e específica”. No século XIX surge um terceiro sentido, “o sentido do outro”:

A afetividade, outrora difusa, concentrou-se, desde então, sobre alguns seres raros, cuja separação já não é suportada, e desencadeia uma crise dramática: a morte do outro. É uma revolução do sentimento, tão importante para a história geral como a das ideias e da política, da indústria ou das condições socioeconômicas e da demografia (ARIÈS, 1982, p. 665).

De acordo com Jacques Le Goff (1990), imediatamente em seguida à Revolução Francesa, assiste-se a um retorno da memória dos mortos na França e em outros países. Inicia-se uma grande época dos cemitérios com novos tipos de monumentos, inscrições funerárias e ritos de visitas. O túmulo, separado da igreja, torna-se o centro da lembrança. Para ele, “o Romantismo acentua a atração do cemitério ligado à memória” (LE GOFF, 1990, p. 461). O século XIX observa, segundo o autor, uma explosão do espírito comemorativo ligado à ordem dos sentimentos. Conforme afirma: “o Romantismo reencontra, de um modo mais literário do que dogmático, a sedução da memória” (LE GOFF, 1990, p. 464).

Alan Corbin (2020), na Introdução do livro “História das Emoções”, destaca que desde meados do século XVIII, desenha-se uma expectativa nova e surge uma necessidade inédita de emoções. De acordo com o autor:

[...] o status das emoções foi elaborado a partir de abordagens contraditórias, oscilando entre a busca da sensação mínima e a da emoção intensa, entre a valorização do efêmero, das transições sutis e a do desvario que transporta a fruição, ou o terror, a seu ápice (CORBIN, 2020, p. 7).

Corbin (2020) afirma que o oitocentos foi muito fecundo para a “História das Emoções”, pois “[...] o despertar da alma sensível e o que resulta daí esboçam um tempo muito particular por suas maneiras de ficar emocionado e pela lenta renovação de emoções específicas” (CORBIN, 2020, p. 7). O autor destaca que o Romantismo que se impõe, principalmente no seio das elites, estabelece uma “gramática das emoções”. Para ele, de maneira mais frequente e elucidativa do que outrora, as pessoas formulam as suas emoções íntimas e se esforçam para apresentá-las e a

esfera familiar, nesse contexto, “[...] torna-se também teatro de uma paleta matizada de emoções: as lágrimas, a exuberância das risadas, as inflexões exageradas da voz e às vezes, os desmaios, servem de moldura à descrição do crescendo emotivo” (CORBIN, 2020, p. 9).

Judith Lyon-Caen, na mesma obra, relata que no século XIX, o “eu” e seus suspiros estão por toda parte: “[...] efusão amistosa ou amorosa, ternura familiar, exaltação diante das sublimidades da natureza, perscrutação inquieta do eu na história. A literatura é o lugar em que se forja esta gramática da emoção” (LYON-CAEN, 2020, p. 248). Para a autora, uma geração de leitores, cada vez mais numerosos à medida em que se amplia a alfabetização, aprendem com os poetas românticos, com os romances sentimentais, com o lirismo das correspondências e com as memórias, a formular e a experimentar emoções íntimas (LYON-CAEN, 2020, p. 249). Conforme afirma, neste sentido, o século XIX não é uma ruptura, mas traz a marca da alma sensível do final do Iluminismo que não cessa de se desenvolver. Para ela, a época romântica: “[...] pode assim aparecer como o momento de disseminação de um modelo de sensibilidade, de uma atenção a esse sentido íntimo” (LYON-CAEN, 2020, p. 249).

Benedito Nunes, em “A Visão Romântica”, destaca a importância da sensibilidade para o Movimento. Segundo ele:

Sentimento do sentimento ou desejo do desejo a sensibilidade romântica, que separa e une estados opostos – do entusiasmo à melancolia, da nostalgia ao fervor, contém o elemento reflexivo de ilimitação, de inquietude e de insatisfação permanente de toda experiência conflitiva aguda, que tende a reproduzir-se indefinidamente à custa dos antagonismos insolúveis que a produziram (NUNES, 1978, p. 52).

O autor situa a visão romântica como mais preponderante no final do século XVIII até meados do século XIX e condicionada a um contexto sócio-histórico e cultural que possibilitou a ascensão de uma forma conflitiva de sensibilidade enquanto comportamento. Para o poeta romântico, segundo Nunes (1978):

As formas naturais com que ele dialoga e que falam à sua alma, falam-lhe de alguma outra coisa; falam-lhe do elemento espiritual que se traduz nas coisas, ao mesmo tempo signos visíveis e obras sensíveis, atestando, de

maneira eloquente, a existência onipresente do invisível e do suprassensível (NUNES, 1978, p. 65).

Antônio Motta, no artigo “Melancolia e Paisagem da morte”, afirma que o “gosto pela morte” transformou-se em um dos principais trunfos da estética do Romantismo, tanto nas artes plásticas, na música, mas sobretudo na literatura. Para o autor, não se pode ignorar a importância decisiva, do que se convencionou chamar de Romantismo, “[...] no que diz respeito a uma poética e estética da morte” (MOTTA, 2013, p. 243), assim como a sua influência na formação de novas sensibilidades durante o século XIX. De acordo com Motta (2013), parece consensual que o “gosto da morte”, regido por um “pathos melancólico” característico, invadiu o universo romântico, transformando-se em um dos principais trunfos de sua estética (MOTTA, 2013).

Motta (2013) destaca, que a negação da morte se tornou uma necessidade vital para a alma romântica. Em suas palavras: “A noção da existência para os românticos dificilmente se dissociava de uma existência para a morte. Entretanto, identifica-se a expressão da alma à própria experiência subjetiva e criadora do eu” (MOTTA, 2013, p. 243). O falecimento representava uma questão tanto de repulsa quanto de desejo, que transformava os cemitérios e seus túmulos “[...] numa espécie de refúgio interior, de isolamento do mundo, lugar de repouso, de introspecção, de contemplação, de recolhimento, em que o indivíduo poderia se entregar à melancólica volúpia das horas” (MOTTA, 2013, p. 249).

Fernando Catroga (1999) em “O céu da memória: cemitério romântico e culto cívico dos mortos” ressalta esses aspectos ao analisar as necrópoles oitocentistas, que para ele, trazem em sua configuração, a necessidade existencial de se negar a morte e a sua tradução romântica, que se expressa na recusa exasperada da morte do outro. Tem-se ainda, o uso da memória como instância de imortalização, baseada na esperança de um futuro reencontro, no qual a morte passa a ser encarada como um “adormecimento” ou uma “viagem”. Segundo o autor, esses espaços se moldaram como uma nova cenografia no século XIX e um diferente culto aos mortos, assim como ocorreu o aparecimento das noções do falecimento como um sono, tornando-se a sepultura um centro privilegiado de identificação e de filiação de gerações.

Neste contexto, de acordo com Catroga (1999), a progressão da campa individual, do jazigo, do epitáfio e das estátuas deve ser observada como uma consequência dos imaginários que cercam a morte em suas relações com a memória dos vivos, agindo como dissimuladores da finitude e simuladores da presença. Em suas palavras: “[...] a sensibilidade romântica irá explicitar o sofrimento causado pela ‘morte do outro’ e a sepultura – tal como outrora na Velha Roma – impôs-se como o palco central do culto” (CATROGA, 1999, p. 28). Para ele, o culto romântico provocou uma sobrecompensação resultante da confrontação direta com a morte do outro e de uma vivência intensa e ambígua da antítese entre o inevitável fim da vida e o desejo de imortalidade. Foi sobretudo na escala familiar e na esfera dos amantes e dos amigos, que o culto romântico dos mortos ganhou mais efetividade.

No estudo de Ana Rosa Gonçalves de Paula Guimarães e Caio César Souza Camargo Próchno, “As principais características e atitudes do Movimento Romântico”, temos um panorama de alguns dos elementos constitutivos do Romantismo, dentre eles: “[...] a subjetividade, o individualismo, o sentimentalismo, os escapismos, a identificação com a Natureza, a morbidez, a solidão, a melancolia, as frustrações, o espírito taciturno, noctívago, sombrio e a tentativa de resgate da ‘unidade perdida’” (GUIMARÃES; PRÓCHNO, 2016, p. 66). De acordo com os autores, o estilo romântico pode ser definido como um sentimento de ruptura, no qual os indivíduos adentram de modo aprofundado no universo das emoções. Com isso:

O gênio romântico não deve colocar limites ao seu imaginário, visto que, a única lei da criação é que ela não possui lei alguma, sendo ao mesmo tempo sonho e evasão, mistério e imagens fugidias. Não cabe, pois, ao gênio analisar, senão sentir; não está em causa a reflexão, mas a emoção (GUIMARÃES; PRÓCHNO, 2016, p. 70).

Para Guimarães e Próchno (2016), o poeta assumiria no Romantismo, o papel que o sacerdote tinha na sociedade, sendo um mediador do conhecimento e da transmissão de ideias. Segundo Guimarães e Próchno (2016): “[...] coligado com a perspectiva do mistério e do insondável, o Romantismo dedicou-se determinadamente com a valorização do Eu e da morte” (GUIMARÃES; PRÓCHNO, 2016, p. 72), consistindo a finitude da vida um tema comum no Movimento, “[...] revestindo-se de maior ou menos dose de lirismo, ora remetendo a uma visão mais ingênua ou a uma crueldade quase demoníaca” (GUIMARÃES; PRÓCHNO, 2016, p. 72).

O tema da morte, de acordo com os autores, era tratado no Romantismo, em geral, com uma conotação de união, libertação e esperança de sobrevivência. Para Guimarães e Próchno: “Embora sob fatalidades circunscritas na sociedade em que se vive o romântico, muitas vezes mergulha na melancolia e na aceitação da sua infelicidade, exprimindo-se em um lirismo terno que, também, muitas vezes mórbido e sombrio” (2016, p. 76). Os autores destacam a dor, o pesar e a subjetividade romântica como elementos presentes no decorrer século XIX.

O Romantismo lida com sensibilidades exacerbadas e trabalha com a melancolia, o pessimismo, a dúvida e o senso de vazio diante das coisas terrenas. Tem-se uma aura de mistério que leva os românticos a se preocuparem com a morte e temas afins como a desolação, ruína e túmulos. A morte no Romantismo interage constantemente com a ideia de amor, que no movimento é um tema fundamental. Nas sociedades da época romântica, ou que ainda se encontravam sob sua influência, têm-se que os rituais da morte são acompanhados pelas características que definem o movimento. Os enterros são agitados pela emoção, por súplicas e gestos exagerados. Essas manifestações exacerbadas de sentimentos aparecem com frequência nas páginas das nossas fontes.

Considerando que a morte é exaltada, dramatizada e causadora de medos e angústias a morte romântica é antes de tudo a morte do outro. Segundo José Carlos Rodrigues (1983) a perda do ente querido se transforma em algo intolerável e o luto começa a fazer fronteira com a loucura. Passa a existir uma exaltação da afetividade, relacionada diretamente à promoção, característica da época, da morte e do morto ao status de objeto belo. Nas palavras do autor: “Sob o império do exagero, o luto romântico significa a dificuldade que os sobreviventes experimentam à aceitação da morte do próximo” (RODRIGUES, 1983, p. 177).

Compreender melhor o Romantismo e suas características centrais nos auxiliou a aprofundar a reflexão direcionada aos necrológicos, pois elementos sensíveis eram constantemente evocados nas homenagens direcionadas aos falecidos. A sensibilidade estava regularmente presente por meio da representação do pranto, das lágrimas, da melancolia, da tristeza, da saudade e da dor, noções estas que aparecem nos periódicos e são utilizadas para expressar as emoções diante do falecimento.

Essas percepções favoreceram o nosso estudo, por nos fazer refletir o que influenciava essa escrita e a forma como ela se organizava nas publicações do século XIX.

Porém, de acordo com a nossa investigação, não era para qualquer pessoa que profundos sentimentos eram dedicados. Necrológios poéticos, subjetivos e românticos, de modo geral, eram oferecidos aos membros da elite política local, seus familiares e amigos, assim como ao clero e aos indivíduos que exerciam funções jurídicas, burocráticas e militares na Província. Desta forma, no próximo capítulo, dedicamos a nossa atenção à análise, de modo mais aprofundado, das relações entre a escrita da morte e a valorização da recordação e memória de determinados entes com o conseqüente silenciamento e ocultamento da existência de outros.

## Capítulo 4

### **AS LEMBRANÇAS E A MEMÓRIA COMO ESPAÇOS DE PODER: AS DORES DO LUTO POLÍTICO**

Nesta etapa da pesquisa buscamos refletir as relações entre as recordações dos mortos, a escrita da memória, o esquecimento e as estratégias de poder. Ponderamos o espaço dos necrológios nos jornais como um local de interações sociais e legitimação política. Por meio da leitura dos obituários, discorremos sobre o constante tecer de lembranças voltadas à idealização das qualidades e excelentes ações daqueles indivíduos celebrados como exemplares e para quem são dedicadas as mais profundas manifestações afetivas e sensíveis. Deste modo, compreendemos que as expressões do sentir, aparentemente ligadas ao campo biológico humano, mostram-se também como um elemento cultural, no qual visões de mundo são expressas e vínculos sociais são criados e fortalecidos. As emoções, portanto, não são demonstrações puramente afetuosas e imparciais, elas trazem questões sobre o cotidiano e as influências exercidas, que nos permitiram compreender melhor aquela sociedade e as suas atitudes diante da vida e da morte.

#### **4.1 A Memória e a escrita da morte**

Uma vez que a noção de “memória” perpassa a nossa tese, pois são as palavras sobre as trajetórias e atuações dos mortos, escritas pelos vivos, que utilizamos como fontes, consideramos importante analisarmos algumas das suas características. De acordo com Jacques Le Goff, no livro “História e Memória”, a memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais os seres humanos podem atualizar impressões ou informações passadas, ou que eles representem como passadas (LE GOFF, 1990, p. 423). A partir do surgimento de novas concepções sobre o tema, que destacam que os fenômenos da memória são resultados de sistemas dinâmicos de organização, ela se aproximou cada vez mais das reflexões das Ciências Humanas e Sociais.

Segundo Le Goff (1990), a memória, fenômeno individual e psicológico, liga-se também à vida social. Esta varia, por exemplo, em função da presença ou ausência da escrita e costuma ser objeto de atenção do Estado, que para conservar os traços de determinados acontecimentos, produz diferentes tipos de documentos, faz escrever a história e acumula objetos (LE GOFF, 1990). Sendo assim, a apreensão da memória depende do ambiente social e político no qual ela surge. Para o autor, a memória faz parte das relevantes questões: “[...] das sociedades, das classes dominantes, das classes dominadas, lutando todas pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção” (LE GOFF, 1990, p. 475).

De fato, para Le Goff (1990), o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas “[...] uma escolha efetuada pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade” (LE GOFF, 1990, p. 535). Em suas palavras: “tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas” (LE GOFF, 1990, p. 427). Ao analisar a memória medieval no Ocidente, o historiador destaca que a associação entre a morte e a memória adquiriu rapidamente uma forte difusão no cristianismo. Conforme afirma, desenvolveu-se muito cedo na Igreja Católica o costume das orações pelos mortos. Cedo também, as igrejas e comunidades cristãs passaram a elaborar, a partir do século XVII, os necrológios ou obituários, nos quais estavam inscritas as pessoas consideradas benfeitoras da sociedade, de quem se desejava guardar a memória e por quem se rezava.

De acordo com Le Goff (1990), o surgimento do Purgatório, no final do século XII, que veio se somar às noções de Céu e de Inferno, e de onde se podia, por meio das missas, rezas e esmolas, promover a subida ao Paraíso mais rapidamente, intensificou o esforço dos vivos em favor dos falecidos. Segundo argumenta: “[...] a memória tinha um papel considerável no mundo social, no mundo cultural e no mundo escolástico e, bem entendido, nas formas elementares da historiografia” (LE GOFF, 1990, p. 450).

Pierre Nora (1993), ao refletir a memória, aborda que a mesma é a vida, sempre carregada por grupos vivos, e nesse sentido, encontra-se em permanente evolução,

aberta à dialética da lembrança e do esquecimento e inserida em deformações; vulnerável a usos e manipulações, suscetível a longas latências e repetidas revitalizações (NORA, 1993, p. 9). Conforme o autor, os museus, arquivos, cemitérios, festas, monumentos, dentre outros elementos, são os marcos testemunhais de uma outra era, mostrando-se como ilusões de eternidade. O sentimento de um desaparecimento rápido e definitivo combina-se com a preocupação com o significado do presente e com a incerteza do futuro, levando os indivíduos a darem aos vestígios a dignidade do memorável (NORA, 1993).

Para Myrian Sepúlveda dos Santos (2012), a memória “[...] é uma forma de conhecimento em que emoções e sentimentos estão intrincados à razão de maneira muito forte” (SANTOS, 2012, p. 10). Sendo assim, a memória está associada à percepção de pertencimento a um mundo que engloba e constitui indivíduos. “Mais do que isso, a memória é vista como um atributo que permite ao homem se perceber em sua finitude” (SANTOS, 2012, p. 22). A sua preservação está atrelada à condição de inevitabilidade do fim da existência, despontando como um caminho para que o ser humano lide com a constatação ameaça do seu completo apagamento. Para Santos (2012):

A memória que é valorizada é aquela que tem vínculos com o passado, com a tradição, com experiências transmitidas e negociadas. É uma memória a um só tempo individual e coletiva e que está presente entre indivíduos, considerados sujeitos do conhecimento e da ação política (SANTOS, 2012, p. 22).

Segundo a autora, as abordagens e estudos sobre a memória permitem a compreensão de que certas representações podem ser responsáveis por processos de inclusão ou exclusão social, com isso:

[...] o lugar ocupado por elementos simbólicos tomou-se crucial para todos aqueles que procuram mostrar tanto a formação de sentimentos de pertencimento a esferas amplas de poder, como a invisibilidade dos que não se adaptam à linguagem estabelecida (SANTOS, 2012, p. 29).

Santos (2012) argumenta, que a memória não é só pensamento, imaginação e construção social, mas também uma determinada experiência capaz de transformar outras experiências por meio dos resíduos deixados anteriormente. A memória, portanto: “[...] excede o escopo da mente humana, do corpo, do aparelho sensitivo e

motor e do tempo físico, pois ela também é resultado de si mesma, ela é objetivada em representações, rituais, textos e comemorações” (SANTOS, 2012, p. 30). Para a autora (2012), ela não é nem um atributo meramente individual e nem é capaz de recuperar um passado original e finito, pois “[...] chega a nós, muitas vezes, sem ser requisitada, sombreada, com imagens desfocadas, fornecendo a importante indicação de que algo foi esquecido e perdeu-se no processo de rememoração” (SANTOS, 2012, p. 200).

A memória, segundo Michael Pollak (1989), é a operação coletiva de acontecimentos e de interpretações do passado que se quer salvaguardar e se integra em tentativas mais ou menos conscientes de definir e reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades: partidos, sindicatos, igrejas, famílias, nações, dentre outras (POLLAK, 1989). Em suas palavras: “[...] a referência do passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as opções irreduzíveis” (POLLAK, 1989, p. 3).

Para o autor, toda organização política veicula seu próprio passado e a imagem que forja para si. O que está em jogo é o sentido da identidade individual e do grupo. A memória, de acordo com Pollack (1989), não se refere apenas à vida física, ela sofre flutuações, que ocorrem em função do momento no qual ela é articulada e expressa, ou seja, “[...] as preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da história” (POLLACK, 1989, p. 204). Para ele, a memória é seletiva, nem tudo fica registrado ou gravado e há intenções naquilo que se retém e se expõe. Ela é um fenômeno construído e aquilo que grava, recalca, exclui ou relembra é resultado de um trabalho de organização (POLLACK, 1989).

Jô Gondar (2016) afirma que a memória, na variedade de seus processos de conservação e transformação, é simultaneamente acúmulo e perda, arquivos e restos, lembranças e esquecimentos e a sua única fixidez é a reconstrução permanente. Para ela, a memória social é um conceito eminentemente ético e político. Sendo assim, é importante refletir, que uma lembrança ou um documento jamais é inócuo, pois “[...] eles resultam de uma montagem não só da sociedade que os produziu, como também

das sociedades que continuaram a viver, chegando até a nossa. Essa montagem é intencional e se destina ao porvir” (GONDAR, 2016, p. 24).

Os questionamentos de Gondar, também direcionamos às nossas fontes, quando a mesma ressalta a relevância de se pensar nas circunstâncias e a partir de que vontades, certos registros chegaram até nós e por quais motivos eles podem ser encontrados nas bibliotecas, nos arquivos ou, como nesta pesquisa, nos jornais. Realizando essas reflexões, torna-se possível analisar as perspectivas e intuítos pelos quais uma determinada memória mantém-se no decorrer do tempo. Gondar (2016) comenta ainda, a relevância de se ponderar como foi que em certa época e sociedade algumas forças se conjugaram para formar uma representação e ainda, que relações de poder fizeram com que algumas representações e não outras pudessem adquirir uma consistência crescente até se tornarem dominantes em uma esfera social. Sendo assim, de todas as experiências vividas, selecionam-se, comumente, como impressões ou lembranças, aquelas que afetam os indivíduos em um campo de relações.

Para uma melhor compreensão sobre as lembranças, utilizamos o conceito do sociólogo Maurice Halbwachs, em “A Memória Coletiva”, obra na qual discute as relações entre a memória, as lembranças e a história. O autor considera a lembrança como “[...] uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada” (HALBAWCHS, 1990, p. 75). De acordo com Halbwachs (2004), na elaboração da lembrança, não é suficiente reconstruir peça por peça a imagem de um acontecimento do passado. Segundo ele:

É necessário que essa reconstrução se opere a partir de dados e noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros, porque elas passam incessantemente desses para aquele e reciprocamente, o que só é possível se fizerem e continuarem a fazer parte de uma mesma sociedade. Somente assim, podemos compreender que uma lembrança possa ser ao mesmo tempo reconhecida e reconstruída (HALBAWCHS, 1990, p. 75).

Para o autor, há para as lembranças duas maneiras de organização, pois podem se agrupar em torno de uma pessoa definida, que as considere do seu ponto de vista ou

distribuir-se no interior de uma sociedade, das quais elas são outras tantas imagens parciais. Desta forma, seguindo Halbwachs (1990), o indivíduo participaria de dois tipos de memórias. De um lado, relativo ao quadro de sua personalidade e da sua vida pessoal e de outro, como membro de um grupo para o qual ele contribui para evocar e manter as lembranças impessoais, na medida em que estas interessem às pessoas, o que o autor denomina de “memória coletiva”, que envolve as memórias individuais, mas não se confunde com elas, pois “[...] ela evolui segundo suas leis e se algumas lembranças individuais penetram algumas vezes nela, mudam de figura assim que sejam recolocadas em um conjunto que não é mais da consciência pessoal” (HALBAWCHS, 1990, p. 53).

Halbwachs (1990) aborda em sua obra as relações entre as lembranças e a finitude. Segundo o sociólogo, a morte, que põe um fim à vida fisiológica, não interrompe a corrente dos pensamentos dos demais, “[...] de modo que eles se desenvolvem no interior do círculo daquele cujo corpo desapareceu” (HALBAWCHS, 1990, p. 60). Conforme afirma, é depois da morte de alguém que a atenção se fixa com maior força sobre sua pessoa e a sua imagem passa a ser constantemente construída e reconstruída, ou seja, ela se transforma de acordo com as diversas partes evocadas. Nas palavras do autor: “Em realidade, nunca a imagem de um falecido se imobiliza” (HALBAWCHS, 1990, p. 74), pois à medida que em que se recua ao passado, ela muda, uma vez que algumas impressões se apagam e outras se destacam. Para Halbwachs (1990), se a lembrança subsiste apesar da separação provocada pela morte:

[...] é que além da ligação pessoal, havia um pensamento em comum, o sentimento da fuga do tempo, a visão dos objetos circundantes, a natureza, algum tema de meditação: é o elemento estável que transformava a união de dois seres de base simplesmente afetiva numa sociedade, e é o pensamento subsistente do grupo que evoca a aproximação passada, e que salva do esquecimento a imagem da pessoa (HALBAWCHS, 1990, p. 90).

Ainda, para o autor, cada sociedade recorta o espaço a seu modo, de forma a constituir um quadro onde encerra e localiza as suas lembranças. Nos necrológicos que esta tese analisa, as ponderações de Halbwachs (1990) mostraram-se presentes, quando observamos um contínuo tecer de lembranças sobre a vida e realizações do

outro, dentro de um recorte espacial, configurado pela Província do Espírito Santo, com ênfase em sua capital, na qual avistamos um desenrolar de relações e interações.

Estevão C. de Rezende Martins (2007) aborda essas questões ao afirmar que a memória pessoal associada à memória coletiva, inscrita na historicidade de um espaço social, marca não apenas a identidade do sujeito, mas também a coletividade, modificando-a, transformando-a e mesmo rejeitando-a. Desta forma, segundo o autor, a memória é forjada pela experiência coletiva e pelas representações públicas. Lembrar, segundo ele, além de ser um procedimento psicológico e cognitivo dos indivíduos e um interesse coletivo, é motivo de efeméride e de referência intencional. A lembrança acarreta, desta forma, efeitos pedagógicos de indução comportamental e busca o efeito moral da correção e da reparação (MARTINS, 2007, p. 3).

Paul Connerton, em “Como as Sociedades Recordam?”, se dedica à reflexão sobre a forma como são transmitidas e conservadas as memórias dos grupos. Para ele, não há dúvida, “[...] de que o controle da memória de uma sociedade condiciona largamente as hierarquias de poder” (CONNERTON, 1999, p. 3) e no que diz respeito, em especial, à memorial social, o autor afirma que as imagens do passado legitimam, geralmente, uma ordem presente e configura-se como uma dimensão do poder político. De acordo com Connerton: “é uma regra implícita pressupor uma memória partilhada entre os participantes em qualquer ordem social” (CONNERTON, 1999, p. 4).

Segundo Connerton (1999), ao dizer que as sociedades são comunidades que se auto interpretam é importante analisar que entre as mais poderosas dessas auto interpretações estão as imagens que os grupos criam e preservam para si, pois, em suas palavras: “a consciência individual do tempo é, em grande medida, uma percepção da continuidade da sociedade ou, mais exatamente, da imagem dessa continuidade que a sociedade cria” (CONNERTON, 1999, p. 14).

De acordo com Paul Ricoeur (2007), a busca da lembrança comprova uma das finalidades do ato de memória, a saber, “[...] lutar contra o esquecimento, arrancar alguns fragmentos de lembrança à ‘rapacidade’ do tempo, ao ‘sepultamento’ no esquecimento” (RICOEUR, 2007, p. 48). Lembrar-se é não somente acolher, receber

uma imagem do passado, como também buscá-la, fazer alguma coisa. Para ele: “O verbo ‘lembrar-se’ faz par com o substantivo ‘lembrança’. O que esse verbo designa é que a lembrança é exercitada” (RICOEUR, 2007, p. 71). Conforme Ricoeur (2007), aquilo que ele chama de “dever da memória”, consiste essencialmente no dever de não esquecer. Assim, em suas palavras: “boa parte da busca do passado se encaixa na tarefa de não esquecer. De maneira mais geral, a obsessão do esquecimento passado, presente, vindouro, acrescenta à luz da memória feliz a sombra de uma memória infeliz” (RICOEUR, 2007, p. 48).

Com estas reflexões trazidas pelos autores, empreendemos algumas das análises desta tese, que se desenvolve sob a perspectiva de que há uma elaboração e transmissão da memória dos mortos por meio das lembranças sobre eles presentes na escrita da imprensa, fazendo com que mantivessem certas influências em prol da organização dos poderes locais, mesmo após os traspasses. Lembranças estas, permeadas de significativos elementos sensíveis, como a dor, o pranto, a saudade, o luto, a tristeza e a melancolia, observáveis com regularidade em textos, de modo geral, dedicados às pessoas com status social e político na cidade de Vitória. Jean-Pierre Vernant (1982) afirma que para certos grupos de indivíduos, construir um passado comum e elaborar uma memória entre eles, na qual se enraíza um presente de todos, inserido em um “antigamente” indeterminado, mas cuja lembrança se impõe e é comumente compartilhada é:

[...] conferir a certos personagens já mortos ou a certos aspectos desses personagens, graças a um ritual funerário apropriado, um estatuto social pelo qual eles permanecem, em sua condição de mortos, inscritos no coração da vida presente, na qual eles intervêm como mortos, desempenhando seu papel no controle das forças sociais de que dependem o equilíbrio social e a permanência da sua ordem (VERNANT, 1982, p. 6).

A memória desses falecidos, conforme ponderamos, não se tratava de representações fiéis e neutras das suas personalidades. As qualidades são frequentemente exaltadas de modo idealizado, assim como os erros, desvios e crimes são omitidos e silenciados. Além disso, não eram a todos os mortos que obituários poéticos e românticos eram dedicados, havia uma seleção quanto àqueles considerados dignos de comemoração. Neste sentido, a manutenção e guarda da

memória estavam direcionadas a apenas algumas pessoas, comumente associadas aos políticos, seus amigos e familiares.

A morte, em si, iguala a todos, mas o seu uso no fortalecimento de hierarquias, por meio da valorização dos predicados de determinados entes, reforça as desigualdades existentes e desponta como uma estratégia de poder. Elogia-se o outro, almejando-se também demonstrar as próprias virtudes. A ideia de que os supostos bons feitos sejam esquecidos e não glorificados traz à cena a constante preocupação com as homenagens fúnebres, que relatam em seu teor a comoção diante da perda, mas não de qualquer perda... Percebemos, portanto, as expressões das emoções como algo não apenas corriqueiro e natural, elas são direcionadas a poucos cidadãos, aqueles para os quais os obituários deixam claro que são dignos, por seus atributos de “grandes homens” e de atuantes em prol da pátria.

Os periódicos analisados destacam o merecimento quando expõem as motivações para se prestar homenagens e reconhecimento a alguém e regularmente evocam as relações entre as boas ações dos indivíduos e a preservação da sua memória. Podemos exemplificar essas questões, com o segundo obituário dedicado a Manoel Gonçalves Meirelles, na seção “Publicação a Pedido”, do periódico “Correio da Victoria”, no qual afirma-se, que sob o seu jazigo, foram colocadas as seguintes palavras: “Vem a Meirelles esta ação piedosa, movidos de cruel dura saudade. Inaugurar perante a divindade. Em pranto, filhos seus e sua esposa” (CORREIO DA VICTORIA, 1850, p. 5). Nota-se, neste trecho, conforme outros também citados, a evocação do pranto e da saudade, como elementos emotivos que demonstram a ligação afetiva com o falecido. O necrológio prossegue: “Sirvam-se os votos dos seus. Votos, que estarão sempre em Memória, de o fazer colocar eterna glória. Na presença de um Deus, um Deus clemente” (CORREIO DA VICTORIA, 1850, p. 5).

Percebe-se na frase destacada, o desejo de eternidade da glória do morto, quando o obituário externaliza a intenção de que ela tenha continuidade, mesmo após o traspasse. O redator afirma, posteriormente, que a esposa e os filhos estavam a chorar o bom Meirelles, assim como seus amigos, mostrando a regularidade da amizade, enquanto elemento de união afetiva entre vivos e mortos. No último trecho escreve-se: “Para todos, oh! Que dor. Que aflição! Oh! Que saudade! Mas que

importa, se tu vives. Junto de Deus na eternidade” (CORREIO DA VICTORIA, 1850, p. 5). Neste necrológio, tanto a recorrência das emoções, quanto a relevância dada à preservação da memória estão presentes, no intuito de reforçar a imortalização dos feitos do indivíduo. O corpo poderia ter fim, mas as glórias não, estas seriam eternas.

A morte como espaço para a manutenção da memória também se apresenta no obituário dedicado a Francisca Maria Pereira, a qual se informa que é oriunda de uma das mais antigas famílias da Província e é chamada de “virtuosa senhora” e “puro espírito da verdadeira religião e caridade”. Solicita-se, após, que todos os seus parentes e pessoas da sua amizade pranteiam a sua ausência e leguem uma recordação por tantas virtudes, que jamais seriam esquecidas. O obituário prossegue:

E, se, pois, a memória das pessoas, que mais se tem distinguido por serviços interessantes à humanidade, vive em honra, e os que sabem apreciar o merecimento, a recomendam de muitas maneiras, ao respeito das gerações futuras, esta homenagem que rendemos à Sr.<sup>a</sup> D. Francisca Maria Pereira por suas brilhantes e raras qualidades (CORREIO DA VICTORIA, 1856, p. 4).

O texto afirma, que há uma dívida quanto à falecida, que a gratidão e o reconhecimento obrigam a pagar, e que se trata de mais um estímulo, que punge a emulação daqueles que se esforçam para adquirir iguais direitos de eternizar seus nomes na memória de todos. O necrológio é finalizado, solicitando que se honre as virtudes daqueles que as possuem, derramando, se não for possível flores, as mais sentidas lágrimas sobre o túmulo. Neste obituário, o redator traz o tema da preservação da memória como resultado do merecimento para aquela a quem se presta homenagem. Não é qualquer pessoa, que seria honrada pela perpetuação das suas qualidades, apenas aquela considerada digna pelos seus bons atributos. Restava aos demais, por meio do exemplo daquela que se foi e seria perpetuada pela memória, buscar ser apto a ela.

No necrológio dedicado ao fazendeiro Braulio de Azambuja Meirelles, irmão do médico e deputado provincial, Francisco Gomes de Azambuja Meirelles, falecido em agosto de 1874, afirma-se que demasiadamente precária e fugaz é a existência na Terra e a vida, mergulhada no sonho vertiginoso da esperança humana, escapa em todos os instantes. Assim, quando menos se espera, o vendaval da eternidade nos

transporta para regiões sombrias e desconhecidas. E então... O que resta é apenas uma sombra fugitiva, que silenciosamente vagueia à luz da lua, nas tristes avenidas dos cemitérios.

O periódico prossegue questionando: “Mas... quem poderá desconhecer, essa existência preciosa, que acaba de descambar em seu ocaso, que esse vulto gigantesco – caído agora na arena do combate – deixou após de si um rastro de luz vivíssima, uma memória imperecível?” (O ESPÍRITO-SANTENSE, 1874, p. 3). Interessante observar neste trecho a relação feita pelo jornal entre as qualidades do falecido e a manutenção da sua existência por meio da memória, o que não permitiria o seu completo desaparecimento. Aqueles considerados como seus excelentes atributos também são citados: “Nada se pode conhecer mais eminente e sublime do que o caráter sincero, a caridade e a gratidão; pois foram os ornamentos de sua alma e assim edificaram a divisa de toda a sua vida” (O ESPÍRITO-SANTENSE, 1874, p. 3).

A exaltação da sua personalidade continua a ser feita quando o texto o trata como o “amigo do amigo” e “caráter sincero e generoso” e destaca que ele sabia eloquentemente exprimir o precioso símbolo da qualidade cristã quando nos revezes da vida os braços dos indigentes lhe apresentavam as mãos. As relações com membros considerados com status na Província são escritas no obituário, destacando não só os predicados do morto, mas também os de outros entes da elite política local, com a qual ele interagira, dentre eles o tesoureiro da Fazenda Provincial e deputado provincial, Muniz Freire:

Na primavera dos seus anos, a sua alma foi agitada por tristes acontecimentos. Ele viu perecerem os seus mais ilustres amigos, coronel Henrique de Azevedo e o Dr. Muniz Freire, e quando menos pensava, com todos os socorros espirituais, voltado somente para um crucifixo que não o deixou durante toda a sua enfermidade, sua alma voou ao céu para reunir-se aos seus amigos cuja recordação e memória eterna, guardamos no íntimo da nossa alma, como uma relíquia sagrada (O ESPÍRITO-SANTENSE, 1874, p. 3).

Quem escreve o necrológio, o qual assina como “Um amigo do finado”, afirma que seria insensível da parte dele se não viesse à imprensa anunciar aos cidadãos: “a dor pungente e atroz que dilacera nossos corações” (O ESPÍRITO-SANTENSE, 1874, p.

3), mostrando novamente a dor, como uma sensação citada para expressar as emoções diante do falecimento. Solicita ainda que Azambuja seja colocado por Deus na mansão dos justos, como uma recompensa pelas suas qualidades e que nela ele recebesse “a coroa da imortalidade para todos os séculos dos séculos” (O ESPÍRITO-SANTENSE, 1874, p. 3). Temos, neste obituário, diferentes elementos discutidos nesta tese. O texto, que possui um teor sensível, é voltado a um indivíduo de uma família pertencente à elite política. As relações de amizade são citadas para trazer à cena as relações do falecido com pessoas com prestígio e status sociais. Além disso, temos a evocação da manutenção da memória como algo merecido por aqueles considerados como “grandes homens”, diante dos quais a finitude da vida não seria capaz de fazer desaparecer as suas realizações.

Para o deputado provincial Joaquim José Caldas, um segundo necrológio, além do já citado anteriormente nesta pesquisa, foi dedicado e oferecido à sua esposa, Sra. D. Leocadia Francisca da Cunha Caldas. O mesmo está assinado por J. F. C Sarmiento, o qual supomos ser o alferes, natural de São Mateus, João Sarmiento. Nele, as dores provocadas pela morte, as muitas qualidades do morto e a perpetuação da sua memória devido aos seus ótimos atributos são evocadas. Segundo o autor do obituário, o falecimento havia deixado em prantos a cara esposa, pois o ilustre cidadão Caldas, que possuía virtudes excelentes, era por muitos estimado.

Para Sarmiento, Caldas era o patriota, que na vida, as lições da moral soube espargir. Chama-o ainda, de amigo verdadeiro e sem lisonja, que conseguia aos seus doar com terno afago e de exemplo de esposo virtuoso e de pessoa caridosa. O autor afirma, que mesmo com a dor que oprimia o coração magoado, iria manter a força ou a arte que o animava, para cantar o herói honrado. Quanto à esposa, ele deseja que ela não lamente a triste solidão e se conforme, pois o marido foi gozar sacros bens de outra mansão. Para os parentes, amigos e patrícios, os quais da dor partilham amargamente, solicita que se consolem, pois assim Deus quer e isso ele ordena sabiamente e finaliza dizendo que ele o quis finalmente para si e quis fazê-lo gozar de eterna glória, pois nesse mundo de delícias, gravado está o seu nome na memória.

No “Noticiário” do “Jornal da Victoria”, do dia 31 de outubro de 1866, temos uma interessante reflexão sobre a questão do merecimento, no qual o próprio jornal admite

que diante da morte, muitas vezes, escondem-se os prováveis defeitos e desvios dos finados ao se relatar os acontecimentos, mas que não era esse o caso dos falecimentos que ele estava informando, pois aquelas pessoas eram realmente plenas em virtudes. No texto, o periódico afirma que cabia a ele, naquele dia, dar a infausta notícia do passamento de dois amigos, “cavaleiros distintos”, devido “à posição social que ocupavam e pela estima que de todos mereciam” (JORNAL DA VICTORIA, 1866, p. 3).

Um deles era o fazendeiro Francisco Bernardes da Silva Lima, residente no município de Itapemirim. Ele era filho de Joaquim Marcelino da Silva Lima, o Barão de Itapemirim, figura de destaque da política capixaba do século XIX, deputado provincial por quatro mandatos e vice-presidente da província em oito diferentes ocasiões, além de ser considerado um dos maiores escravocratas do Espírito Santo. Francisco Bernardes da Silva Lima, devido ao parentesco com o Barão, fora agraciado pelo Império, com o título de cavaleiro fidalgo da Casa Imperial.

O jornal ressalta que ele, que ocupava os cargos de juiz municipal suplente e de juiz de paz, não contava ainda com trinta anos e já era respeitado como um dos mais importantes fazendeiros daquele rico município, não tanto pela herança que tivera do seu pai, mas “pelo seu grande amor ao trabalho, gênio ativo e empreendedor” (JORNAL DA VICTORIA, 1866, p. 3). Após, comenta-se que ele foi acometido de uma enfermidade aguda e terrível, para a qual foram dispendidos os esforços da ciência, os cuidados dos amigos e o carinho da família, porém “pelo orifício da ampulheta da vida tinha se escoado o último átomo do pó, era preciso pagar o fatal tributo. A terra reclamou os seus despojos e sua alma foi descansar no seio da eternidade” (JORNAL DA VICTORIA, 1866, p. 3).

O segundo falecido foi o tenente-coronel da Guarda Nacional, Fernando Antônio Ferreira Castello, fazendeiro da Vila de Viana, para o qual o Sr. Major Urbano Souto, chamado de “amigo íntimo do finado”, mandou sufragar sua alma, por meio de uma missa na Igreja Matriz da capital. Celebração esta, concorrida pelos amigos de ambos. De acordo com o periódico, o tenente-coronel Castello contava com mais de 70 anos e era um destes homens de têmpera antiga, que se habituam tanto à prática das virtudes que acabam por desconhecer até a sombra do vício. Destaca ainda, que

desde muito tempo, o tenente ocupava diferentes cargos em seu município, como os de juiz municipal e subdelegado, tendo sido por muitas vezes eleitor e juiz de paz.

Depois de relatar as mortes e lembrar os bons predicados dos falecidos, o periódico argumenta que diante dos umbrais do sepulcro é costume esquecerem-se os vícios e virem somente à lembrança as virtudes dos finados, sendo assim, “[...] dominados por tal sentimento poderão julgar-nos agora aqueles que não conheceram de perto os cavalheiros cujas memórias toscamente esboçamos” (JORNAL DA VICTORIA, 1866, p. 3). Segundo o jornal, todos que tiveram relações mais ou menos íntimas com um ou com outro, iriam compreender perfeitamente o dever em que se achava a imprensa de vestir-se de luto e a sociedade de derramar uma lágrima sobre a lousa dos dois finados. Nestas ponderações, observamos novamente, a questão das lágrimas como uma obrigação dos demais diante da suposta grandiosidade daqueles sobre quem se fala. Apesar de afirmar, que nestes casos específicos, não estavam ocorrendo idealizações sobre as personalidades dos mortos, é notória a exaltação dessas pessoas, que conforme a descrição, possuíam influência e status na sociedade local.

Na notícia de “O Espírito-Santense”, publicada no dia 09 de janeiro de 1875, as questões destacadas do merecimento do falecido para o recebimento do necrológio também estavam presentes. O texto, com o título “Passamento”, relata que havia falecido o capitão Francisco Ladislau Pereira, tesoureiro da Fazenda Provincial. Ressalta-se ainda, que o finado possuía uma fazenda e escravizados, deixando uma fortuna sólida. De acordo com o periódico, o falecido era muitíssimo estimado pelas suas excelentes qualidades. Tendo recebido uma boa instrução, podia-se ouvi-lo discorrer sobre diferentes matérias, sendo a sua conversação muito agradável pela graça com que se exprimia. O obituário finaliza: “Sentimos a sua morte, porque punge-nos sempre homens da tẽpora do capitão Ladislau: pela inteireza, caráter, independência e honradez que lhe são comuns” (O ESPÍRITO SANTENSE, 1875, p. 1).

Em um dos textos dedicados a José Marcellino Pereira de Vasconcellos, o já citado diretor de “O Espírito-Santense” e uma das principais personalidades da política do oitocentos no Espírito Santo, para quem foram rendidas homenagens em diversas edições do periódico, ele é chamado de “vulto mais proeminente da nossa Província!”

(O ESPÍRITO-SANTENSE, 1874, p. 5). O necrológio destaca que “[...] a homens da categoria do Sr. Vasconcellos o generoso coração popular coloca no Phateon das suas glórias e consagra-lhes no livro da História páginas de ouro. E o povo tem razão...” (O ESPÍRITO-SANTENSE, 1874, p. 5). Segundo o jornal, fazer justiça aos nomes notáveis era acoroçar a geração nova nas escabrosidades da vida e dar-lhe nobre incentivo para bem servir à pátria.

De acordo com Aleida Assman (2018), a memória cultural tem como seu núcleo antropológico a memoração dos falecidos. Isso significa que as pessoas devam guardar os nomes dos seus mortos e eventualmente transmiti-los às gerações futuras (ASSMAN, 2018). Em sua obra, Assman (2018) analisa o que denomina “fama”, que consiste na memoração cheia de glórias, porém a continuidade da valorização dos atributos após a morte, depende da recordação dos vivos. Conforme argumenta: “No cerne dessa retórica da fama repousa a ideia de que a reputação é a melhor sepultura. A sepultura protege a memória privada da família, enquanto o memorial assegura a memória de uma comunidade muito maior” (ASSMAN, 2018, p. 47). Para a autora: “[...] enquanto a morte é uma grande democrata, reservando a todos o mesmo destino, a fama é uma grande selecionadora e filtradora, eternizando os nomes de alguns e deixando decair os de outros” (ASSMAN, 2018, p. 64).

Catroga (1991), por sua vez, analisa em suas obras as liturgias de recordação, assim como o modo como as homenagens aos mortos configuram-se, muitas vezes, em estratégias e expressões de poder. De acordo com o autor “[...] de um modo direto ou indireto, a morte nunca é um ato politicamente neutro” (CATROGA, 1991, p. 95). Para Catroga (1999), os ritos funerários e outras ações humanas perante a finitude são “[...] comportamentos complexos que espelham os afetos mais profundos e suspostamente guiam o defunto no seu destino *post-mortem*” (CATROGA, 1999, p. 12), e possuem, por objetivo fundamental, “[...] agregar o duplo e superar o trauma e a desordem que toda morte provoca nos sobreviventes” (CATROGA, 1999, p. 12). Segundo ele, os ritos tratam de negociar e de esconder a dura realidade do inevitável desaparecimento do ser humano, “[...] de modo a que a sociedade dos vivos possa não só gozar da proteção dos seus maiores, mas também reconstituir a ordem social que a morte pôs em causa” (CATROGA, 1999, p. 13).

Observamos essas questões em nosso estudo, ao considerarmos os necrológicos como locais nos quais o trauma da perda é amenizado, por meio da ideia de que os feitos e qualidades dos mortos não deixarão de existir nas suas ausências. Os obituários servem aos vivos, para promover a percepção de que suas realizações também não serão esquecidas e nem se dissiparão, pois serão exaltadas e lembradas após os seus traspases. Conforme Paul Ricoeur (2007), no caminho que passa pela morte do outro, aprendemos sucessivamente sobre duas coisas: a perda e o luto. “Quanto à perda, a separação como ruptura da comunicação – o morto, aquele que não responde mais – constitui uma verdadeira amputação do si mesmo, na medida que a relação com o desaparecido faz parte integrante da identidade própria” (RICOEUR, 2007, p. 370), afirma.

Sendo assim, para o autor, a perda do outro, é de certo modo, a perda de si e constitui uma etapa no caminho da visão da própria finitude. A próxima sensação, neste processo, é o luto, pois no luto diante do outro está inserida a percepção antecipada referente à perda da própria vida. Nas palavras de Ricoeur:

Nesse caminho da interiorização redobrada, a antecipação do luto que nossos próximos terão de fazer, em relação ao nosso próprio desaparecimento, pode nos ajudar a aceitar nossa morte futura como uma perda com a qual procuramos nos reconciliar antecipadamente (RICOEUR, 2007, p. 371).

Para Catroga (1999), existe uma relação estreita entre o culto dos mortos e a memória. Em suas palavras: “A memorização é igualmente um processo de interiorização, a gênese de identidades e de filiações, que dá sentido diacrônico à autobiografia, é inseparável dos ‘quadros sociais’ que as socializam” (CATROGA, 1999, p. 13). Neste sentido, o trabalho de recordação, que para o autor realiza uma ação de “representificação” seletiva, “[...] tende a expressar-se em uma narrativa coerente, que domestica o aleatório, o casual, o efeito perverso do real-passado quando este era presente” (CATROGA, 1999, p. 14). Mais do que uma mera homenagem, nas recordações direcionadas aos falecidos, há a intenção de manter a ordem e a coerência dos grupos atingidos pelas perdas, mesmo que para isso se recorra a uma idealização das qualidades, comumente afastada das reais atitudes destes mortos durante suas existências.

Sendo assim, concordamos com Catroga (1999), quando ele afirma que “[...] a recordação gera uma imagem que é uma mistura complexa de história e ficção, de verdade factual e de verdade estética” (CATROGA, 1999, p. 14). Para Paul Connerton (1999), o verbo “recordar” entra em uma diversidade de construções gramaticais e as coisas recordadas pertencem a muitas espécies diferentes. Recordar não é lembrar acontecimentos de forma isolada, mas sim ser capaz de formar sequências narrativas com sentido. Em nome de um determinado compromisso narrativo, tenta-se integrar fenômenos isolados, em um único processo (CONNERTON, 1999, p. 30).

De acordo com Catroga (2015), a convocação discursiva e racional do ausente congela e enclausura, à sua maneira, “o mau gênio da morte” e provoca efeitos performativos, já que, destacar aspectos do passado, é garantir um lugar para os mortos em meio às existências dos vivos (CATROGA, 2015, p. 60). Sendo assim, na forma como a morte é abordada nos necrológios, observa-se o uso da recordação na instituição e reconhecimento dos grupos, bem como no delineamento da esperança de quem homenageia, não ser alvo de um futuro esquecimento. É possível concluir, seguindo o autor, que:

[...] apesar do rito implicar a repetição, recordar e, sobretudo, comemorar, será sempre teatralizar uma prática de reescrita da história; será em síntese, praticar coletivamente uma recordação que veicula mensagens para um tempo fictício tecido pelo diálogo entre o presente-passado e o presente-futuro (CATROGA, 1999, p. 33).

Nas nossas reflexões sobre os necrológios como espaços para a elaboração idealizada da memória dos mortos, ação a qual possui consequências nas configurações sociais e fortalecimento de hierarquias, tivemos nas pesquisas de Catroga um importante referencial, pois o autor dedica parte dos seus estudos às análises sobre as recordações e os esquecimentos e em como a memória pode ser tecida com intuitos e objetivos. Para Catroga (2015), existe um certo consenso sobre o papel das recordações na constituição das identidades pessoais e sociais. Segundo ele, a recordação é a prova de que se pode experimentar o tempo fora dos quadros do casualismo mecânico e os seus nexos são tecidos por afinidades eletivas e estas determinam que cada presente construa a sua própria história dentro do horizonte de possibilidades que ele é, não só em função do que efetivamente aconteceu, mas também das suas carências, necessidades e expectativas (CATROGA, 2015, p. 23).

As reflexões sobre as recordações foram uma importante contribuição teórica para as nossas investigações quanto ao cunho político das emoções expressas nos necrológios veiculados nos jornais, pois a análise deste tipo de conteúdo mostrou que há um perfil específico de indivíduos a quem as elaborações quanto às trajetórias de vida e as exaltações das personalidades são direcionadas. Percebemos, um forte entrelaçamento entre a política local e as sensações descritas e o quanto a relevância social atribuída aos falecidos ou àqueles com quem tinham laços de parentesco era determinante para a ocorrência de demonstrações afetivas e românticas.

Temos, desta forma, que o ato de recordar os mortos, na imprensa periódica da Província do Espírito Santo, não é imparcial, ele traz em si as intenções de quem homenageia determinado falecido e que irá selecionar aquilo que deseja destacar como relevante em detrimento do que poderia comprometer as suas finalidades. De acordo com o Catroga (2015), é preciso ponderar as ambiguidades do trabalho da memória, pois:

[...] se, por um lado, esta é o que, do passado, é reversível e aceita do presente por todos que a recebem, a reconhecem e a prolongam ao longo das gerações, por outro lado ela tende a esconder que a corrupção do tempo também transpassa as suas reatualizações e transmissões (CATROGA, 2015, p. 23).

Nesta reflexão, segundo Catroga (2015), é relevante analisar as predisposições que condicionam os indivíduos a selecionarem quais serão as marcas do seu pretérito, uma vez que, escolher implica, igualmente, em “[...] esquecer, silenciar e excluir aquilo de que já se teve notícia” (CATROGA, 2015, p. 28). A memória, para o historiador, reatualiza-se em um “campo de experiência” aberto “[...] à recordação e às expectativas, horizonte que a recebe como herança e um imperativo de transmissão, num aceno em que se promete ser possível vencer a morte” (CATROGA, 2009, p. 28).

Para Catroga (1999), se a morte se remete ao não-ser é na memória dos vivos, enquanto imagens construídas e muitas vezes forjadas, que os mortos poderão ter uma certa manutenção da existência. Diante da incompreensão e inaceitabilidade do fim da vida, “[...] a memória emerge como protesto compensatório” (CATROGA, 1999, p. 15), pois a morte do outro é uma antevisão da própria finitude. Neste sentido, recordar um morto, por meio de textos poéticos e subjetivos, pode ser compreendido

como uma forma de burlar a sensação humana de vulnerabilidade. Lembra-se do outro, para garantir que também se seja lembrado. Nesta “re-presentificação” encontra-se projetada a morte futura do evocador, bem como os seus anseios de perpetuação.

De acordo com o autor, o que se busca confirmar, é a vida, pois “[...] todo o jogo do simbolismo funerário aparece apostado em edificar memórias e em dar uma dimensão veritativa ao ausente” (CATROGA, 1999, p. 15). Segundo afirma, este dever da memória passa pela invocação ou restituição dos nomes próprios, a nomeação faz sair do esquecimento o evocado, renovando-lhe o rosto e a identidade. Observamos essas questões nos necrológios ao dedicarem a um indivíduo toda uma série de elaborações sobre a sua vida, qualidades e caráter, de modo que suas ações não se perdessem junto com as suas ausências. Para isso, conforme expõe:

Idealiza-se a personalidade do defunto, mascaram-se os seus defeitos e exaltam-se as suas qualidades, edificando-se um modelo em que se combinam formas de pensar arquetípicas e estereotipadas. A emulação dos ‘grandes homens’ desaparecidos tende, assim, a ganhar estatuto de pantonização, e este é posto ao serviço das práticas identitárias dos grupos (família, associações, Nação, etc) (CATROGA, 1999, p. 31).

Nos obituários analisados, as ponderações do autor estavam constantemente presentes. A idealização das personalidades é uma das marcas centrais dos textos, que trazem descrições dos falecidos como seres sem erros e defeitos e repletos das mais profundas virtudes que os diferenciam dos demais indivíduos imperfeitos. Para Catroga (1999), neste reino de ilusão, o dilatamento da sobrevivência está dependente, não tanto da grandeza material e simbólica do morto, mas do seu julgamento póstumo, baseado em uma escala de méritos decorrente da construção da sua exemplaridade como antepassado, ou seja, “[...] do presumível contributo que o finado terá dado para a consolidação de uma família, para o prestígio de um lugar, para o progresso de uma associação, de uma classe, de um ideário, de uma Nação, de uma Humanidade” (CATROGA, 1999, p. 31).

Na seção “Necrologia”, do “Correio da Victoria”, do dia 19 de novembro de 1856, temos um exemplo da descrição da personalidade do morto como alguém com diversas e excelentes qualidades. O texto inicia, afirmando que um lúgubre véu cobria

o recinto e os presentes viam-se rodeados pelas funestas sombras da morte, pois o capitão e Inspetor da Alfândega, José Joaquim de Almeida, natural da Vila de Nova Almeida, não existia mais. O falecido é descrito como “[...] incomparável amigo, o homem que Deus fez tão digno da amizade de todos e uma das provas mais enérgicas da virtude e honradez” (CORREIO DA VICTORIA, 1856, p. 4). Segundo o periódico, seus atributos eram tantos, que o céu o arrebatou da Terra, por não merecer possuí-lo.

A sensibilidade se mostra presente no obituário quando destaca que não é passível de descrição a lástima a que ficou reduzida sua virtuosa esposa, nem a dor que afetou seus numerosos amigos. O necrológio prossegue, relatando o quão insondáveis são as anomalias dos acontecimentos e reforça aquelas que são consideradas as relevantes virtudes do morto: “amigo sincero, cidadão prestante e esposo fiel” (CORREIO DA VICTORIA, 1856, p. 4). O texto termina, ressaltando o quanto é veloz a nossa carreira e com que rapidez se lançam os seres humanos sucessivamente uns aos outros no teatro da vida e solicita, que à vista disso, os amigos do capitão Almeida, já que o céu o arrebatou, conservem a sua lembrança e roguem a Deus pelo seu eterno descanso.

No “Jornal da Victoria” podemos observar outro exemplo da exaltação dos predicados dos mortos, quando relata o falecimento daquele que chama de “[...] prestimoso cidadão, um esposo e um pai extremosamente amante da sua família e um amigo tão sincero quanto pode esta bela virtude caber no espírito humano” (JORNAL DA VICTORIA, 1866, p. 2). Esta pessoa era o major e oficial-maior da secretaria da Presidência, Antônio José Ferreira de Araújo. Segundo o periódico, aqueles que o viram nos últimos dias de dolorosos sofrimentos e que acompanharam seus restos até os umbrais da morada eterna tinham que cumprir um outro dever, o de derramar uma lágrima de pungente saudade sobre a lousa fria de sua campa.

O jornal prossegue, relatando que o major deu a alma ao criador nos braços da sua família, que muito o pranteou e que o seu enterro foi acompanhado por um numeroso concurso de amigos. Afirma ainda, que as funções públicas para as quais se dedicou foram exercidas com inteligência, zelo e lealdade e jamais deixou de merecer a estima e consideração de todos os presidentes que serviu. Destaca-se, nestas informações,

o necrológio como um espaço onde se observam algumas das relações políticas da Província e as interações entre seus entes. O obituário diz também, que o major era bem moço, contava com apenas 45 anos de idade e sua morte foi sentida na cidade e que se ele deixou algum desafeto, é porque ninguém pode peregrinar por este mundo sem os ter. O necrológio finaliza, solicitando àqueles que compartilham a dor da família, que roguem a Deus para que receba sua alma na mansão dos justos.

Refletimos, nestas investigações direcionadas a estes e aos demais obituários, quais são as motivações dos redatores ou daqueles que solicitam as publicações, ao exaltarem um determinado perfil de indivíduos, que comumente compõem a elite política local, seus familiares ou aqueles com quem ela se relaciona. Acreditamos que divulgar, dramatizar e valorizar um tipo de falecido não são atitudes neutras e arbitrárias, há nesta escrita, o fortalecimento de determinados grupos e sujeitos e a intenção de se esquivar da inevitável finitude dos próprios feitos. A relevância dada ao outro é uma forma, também, de dar importância a si e de organizar os caminhos para que, na ocasião da própria morte, aquele que celebra não seja esquecido. Para Catroga (2015) infere-se que:

[...] a última tarefa das liturgias de recordação é gerar coerência e perpetuar o sentimento de pertença e de continuidade, em um protesto, de fundo metafísico contra a finitude da existência, ou melhor, contra o esquecimento, essa antecipada prova que o homem caminha para a morte (CATROGA, 2015, p. 30).

Segundo o autor, “recordar é selecionar e resgatar” (CATOGRA, 2009, p. 27). Com isso, ponderamos as intenções existentes nas escolhas daqueles aos quais deseja-se notabilizar, pois, comemorar, “[...] na acepção que melhor cumpre o ato vivificante do recordar, é sair da autarcia do sujeito (manifestação potencialmente patológica) e integrar o eu na linguagem comum das práticas simbólicas e comunicativas” (CATOGRA, 2009, p. 22). Existem motivos pelos quais são escolhidos “grandes homens” e “grandes acontecimentos” como registros para a posteridade. O imaginário da memória liga os indivíduos, não só entre grupos e entidades, mas também a um impulso de sobrevivência, por meio do desejo de permanência na memória dos vivos (CATOGRA, 2009).

Percebemos as análises de Catroga em nossas fontes, as quais valorizavam os atributos dos falecidos como pais e esposos exemplares na vida privada e cidadãos corretos e relevantes para a nação na seara pública. De acordo com o autor, as palavras ditas sobre os mortos conferiam a eles uma significação cósmica e social. Assim, com o silenciamento dos seus defeitos e glorificação das virtudes, “[...] valorizava-se a função educativa e cívica do culto e substantivava-se a memória coletiva, elevada a Eliseu virtual dos eleitos e a fio invisível que une gerações” (CATROGA, 1999, p. 114). Deste modo, assim como empreendemos nesta tese, Catroga (1999) destaca o uso da morte na legitimação e no reforço dos poderes.

#### **4.2 A morte e o poder: as desigualdades do inevitável fim da vida**

Louis-Vicent Thomas, em “A morte e o Poder”, promove diferentes reflexões que consideramos pertinentes ao estudo quando adentra nas análises sobre a morte e as estratégias de poder, definido por ele como “[...] um domínio sobre o outro, indivíduo ou grupo, ou sobre qualquer coisa” (THOMAS, 2001, p. 47). Para Thomas (2001), o poder pressupõe “[...] a capacidade de produzir um efeito que infligta ou aniquile a vontade desse outro, que modifique o desenvolvimento normal de um fenômeno” (THOMAS, 2001, p. 47). Ele não se reduz a uma operação de influência, implica, além disso, um conjunto de sanções que o mantém e reforça. Sendo assim, “[...] estas sanções aplicadas ou agitadas como ameaças limitam o campo de ação dos sujeitos que agem ou permanecem inertes de acordo com a vontade do poder” (THOMAS, 2001, p. 47).

Na obra, o autor afirma ter como um dos objetivos principais discutir as práticas do poder no tratamento da morte, tal qual também nos propomos nesta tese, debatendo algumas das motivações para que determinados falecimentos sejam falados, sentidos, chorados, lamentados e outros não. Segundo Louis-Vicente Thomas (2001), para a compreensão do poder é preciso reconhecer a sua extensão, os seus meios e efeitos:

Podemos falar das múltiplas manifestações do poder simultaneamente fragmentado e alargado a todo o corpo social, sofrido, mas também, exercido de forma diferente por todos através de estratégias complexas, de linhas de forças móveis, suscitando contrapoderes reais e simbólicos (THOMAS, 2001, p. 53).

O sociológico favoreceu a pesquisa aos nos prover um importante referencial teórico sobre o poder e as suas formas de exercício, com ênfase nas táticas voltadas à imortalidade dos feitos daqueles considerados ilustres. Para ele, embora os mecanismos tenham mudado desde os déspotas tradicionais, o poder mantém-se ligado à morte, sendo comum que os grupos com status sociais e políticos ajam sobre ela e por meio dela. Conforme afirma, é perigoso para o poder tudo o que o iguala, com isso, uma vez que todos os seres humanos, independente das funções exercidas, estão do mesmo modo suscetíveis à inevitabilidade do fim da vida, é importante que estratégias sejam empregadas na diferenciação das supostas qualidades daqueles que falecem. De acordo com Thomas (2001), só há duas maneiras de reagir contra a morte: negá-la pelo repúdio ou recuperá-la nos circuitos socioeconômicos.

Para o autor, é por isso que os falecimentos que se revelam particularmente penosos são os do herói, do campeão ou do líder, vividos, comumente, como perdas irreparáveis. Em suas palavras: “[...] a procura do poder poderia perfeitamente não passar de um meio simbólico-mágico de luta contra a angústia de morrer” (THOMAS, 2001, p. 136). A busca humana por conquistar e deter o poder social, econômico e/ou político não se explica apenas pelo desejo de conforto ou prestígio, mas também pela necessidade de acumular a vida e de afastar a morte (THOMAS, 2001), pois “exercer uma forma de poder é uma maneira de iludir a morte, ser subjogado é estar morto ou prestes a morrer” (THOMAS, 2001, p. 134).

Uma vez que pensamos na escrita da memória dos mortos como um espaço de perpetuação de poderes, adentramos também nas reflexões de Márcia Mansor D’Alessio em suas análises sobre o uso político da memória. Para a autora, a relação entre história e poder merece ser observada quando nos centramos nos estudos da memória, pois “[...] a questão da memória se encontra com a questão da identidade, construindo e desconstruindo referenciais” (D’ALESSIO, 1998, p. 227). A historiadora aborda as relações entre a lembrança e o temor do desaparecimento do passado que “[...] desperta nas pessoas, grupos e povos o desejo de reencontrar ou reinventar referenciais esquecidos ou silenciados” (D’ALESSIO, 1998, p. 228).

De acordo com Araújo e Santos (2007) há várias formas de se lidar com o passado e todas elas envolvem interesses, poderes e exclusões. Segundo afirmam, a memória

se opera a partir de um processo seletivo e pode tornar-se uma arma política. Há, para as autoras, uma diversidade importante entre os caminhos ao passado e que eles envolvem tensões, conflitos e disputas, conforme argumentam:

[...] o passo fundamental a ser dado é perceber, portanto, que na reconstrução do passado nada há de natural. A construção de arquivos, notação de dados, organização de eventos e celebrações são atividades da memória que cumprem papéis sociais fundamentais na sociedade (ARAÚJO; SANTOS, 2007, p. 99).

Para as pesquisadoras é preciso refletir o quanto as lembranças estão vinculadas àqueles que têm o poder, pois são eles que decidem quais narrativas deverão ser lembradas, preservadas e divulgadas. Em suas palavras: “[.] a política da justa memória precisa se equilibrar entre a obsessão pelo passado e as tentativas de imposição do esquecimento” (ARAÚJO; SANTOS, 2007, p. 99).

Estas análises são importantes para a nossa tese, pois compreendemos a escrita da morte como espaços das lembranças dos falecidos e da celebração das suas memórias. Percebemos os necrológios como construções feitas por determinados grupos, com destaque aos deputados provinciais e demais políticos, como locais para que suas ações fossem abordadas, elogiadas e glorificadas. Este processo de exaltação do outro, como um reforço da exaltação de si, configura-se como uma forma de manutenção, elaboração e fortalecimento de poderes específicos.

As emoções, muitas vezes vistas como parte da seara da intimidade humana, não são utilizadas para preservar a memória de todos os cidadãos da Província. Apenas alguns são mostrados como dignos da escrita de lembranças comemorativas, assim como merecedores de prantos, saudades e lágrimas. Há uma seleção na escolha daqueles a serem celebrados. Existem intenções nas homenagens publicadas, há um perfil a ser exaltado, que de modo geral, se configura na elite política local, seus amigos e familiares. As emoções, desta forma, não são apenas demonstrações das sensações provocadas pelos óbitos. Em muitos casos, elas despontam como estratégias direcionadas ao fortalecimento de determinados indivíduos, que se autoelogiam quando se propõem a elogiar o outro e que na lembrança da morte alheia, reforçam a luta contra o esquecimento diante da morte de si.

O historiador Douglas Attila Marcelino, no livro “Historiografia, morte e imaginário”, ressalta que a compreensão do lugar do poder é um elemento fundamental na diferenciação das perspectivas de tratamento do tema da finitude. O autor destaca que a afirmação da individualidade junto à consciência da morte, caracteriza: “[...] uma percepção das formas de configuração do mundo humano na qual as relações de poder tornaram-se elementos centrais na definição desses desejos e práticas de eternização” (MARCELINO, 2017, p. 25). Marcelino (2017) aborda que as ações de aculturação da morte estão relacionadas com formas de racionalidade e sensibilidades que, inseridas no plano da cultura, tangenciam também a política, “[...] tendo em vista que as relações de poder estão necessariamente implicadas no imaginário a partir do qual certa construção coletiva de sentido se torna possível” (MARCELINO, 2017, p. 42).

As relações analisadas pelo autor entre a cultura e a política estiveram presentes em nossas fontes, que ao mesmo tempo que representavam a morte e as emoções provocadas pela mesma, com um conteúdo sensível e emotivo, traziam informações sobre as atuações dos falecidos, os partidos dos quais faziam parte e as suas qualidades enquanto cidadãos corretos. Para o autor, o problema do imaginário político encontra o do estudo do elogio fúnebre, permitindo: “[...] tratar dos ritos mortuários em sua dimensão de práticas discursivas e rituais atravessadas por uma forma determinada de representação do poder” (MARCELINO, 2017, p. 45).

Na notícia da morte do padre Manoel Antônio dos Santos Ribeiro, por exemplo, “O Espírito-Santense” relata que na sessão da Assembleia Provincial anunciou-se o falecimento e o luto por três dias. Segundo o jornal, o Partido Conservador havia perdido um de seus membros mais dedicados e a Província um dos seus homens mais inteligentes, que lhe faziam honra. O jornal, conforme já destacamos, era um periódico aliado ao Partido Conservador. Com isso, as alianças dos falecidos com o referido partido, mostraram-se, em algumas situações, como uma motivação para o recebimento de homenagens.

No mesmo periódico, na publicação de 21 de abril de 1871, sob o título “Prematuro falecimento”, afirma-se que o vapor “Diligente” trouxera a infausta notícia de ter morrido no Rio de Janeiro o esperançoso comprovinciano, o bacharel em Direito e

deputado provincial, Joaquim Coutinho de Araújo Malta. O falecido era filho de Torquato Martins de Araújo Malta, também deputado provincial. De acordo com o texto, Malta era um moço de maneiras muito delicadas e de uma inteligência que haveria cada vez mais de robustecer-se. Conforme ressalta, na última sessão da Assembleia Provincial, ele havia feito uma bela figura pelo seu espírito de retidão e desinteresse e em uma idade ainda verde tombou na sepultura, o que lamentaram todos, sem exceção. Nas palavras do redator: “Perdeu muito a Província com a perda desse filho e ele um belo futuro” (O ESPÍRITO-SANTENSE, 1871, p. 2). Importante observarmos, como a política se inseria na escrita das lamentações, que se despontavam como espaços de valorização dos entes nela envolvidos.

O jornal “Correio da Victoria”, do dia 20 de abril de 1871, traz um sensível necrológio também dedicado a Joaquim Coutinho de Araújo Malta, no qual afirma que repletos dos mais doloroso e pungentes sentimentos, com os olhos arrasados de lágrimas, anunciavam aos leitores a triste notícia do falecimento, ocorrido devido a uma febre típica. De acordo com o periódico, havia chegado a sua hora, pois “[...] o último grão de areia se havia escoado na ampulheta fatal que lhe assinava o termo da sua preciosa existência” (CORREIO DA VICTORIA, 1871, p. 2).

Segundo a publicação, a Província perdia um dos seus mais distintos filhos, que no verdor da mocidade, dominado das mais nobres e generosas ideias e dedicação a sua terra natal, ainda no último ano, durante sessão ordinária da Assembleia Legislativa, havia manifestado de modo inequívoco a sinceridade de suas convicções e franqueza do seu proceder, sempre pautado pelas restritas normas do justo e do honesto. Após, o texto traz algumas informações sobre a trajetória de Malta, que havia se formado em Direito em São Paulo, quando contava poder colher os frutos das suas lucubrações.

Porém cedo, aos 25 anos de idade, baixou ao túmulo, na ocasião em que, conforme o jornal, ante seus olhos começava a descortinar-se um futuro lisonjeiro, prenhe das mais risonhas esperanças, tanto para ele, quanto para a infeliz Província, que nele tinha mais um filho devotado e que tudo faria para cooperar com o seu crescimento. Temos nestas afirmações, mais um exemplo da morte dos jovens como uma

interrupção das expectativas lançadas da continuidade dos feitos para a nação e das perspectivas familiares de prosseguimento das suas influências e atuações.

De acordo com o redator, se esvaeceram os seus dourados sonhos de moço que abrangiam os belos projetos que assaltavam a sua imaginação quando ele contemplava entristecido o atraso no qual jazia a sua terra, para a qual ele era todo amor. O obituário ressalta, o quanto são puras e estremecidas as crenças que na primavera da vida alimentam um coração virgem, ainda não poluído pelo vil egoísmo que costuma estragar as almas bem formadas. O necrológio o chama de alma generosa e nobre, que não podia mesmo viver neste mundo e lamenta a sua curta peregrinação, quando apenas dava os primeiros passos na brilhante sonda que havia traçado.

Segundo o periódico, Malta havia sido poupado por Deus de viver os desenganos, que comumente vem infestar as existências quando conhecemos as misérias deste mundo. Pede resignação e que se respeitem os sábios decretos da Providência, que após essa vida atribulada, tão cheia de contrariedades e provações, nos reservava outra mais feliz e bem-aventurada realidade. Solicita ainda, que os amigos pranteassem a perda irreparável e tão sentida de um indivíduo sincero, franco, leal, dedicado, cujas belas qualidades pessoais eram apreciadas pelo grande número daqueles que se honravam com sua amizade. Nas palavras do obituário: “[...] deploremos a falta de um moço tão distinto, que por sua inteligência, por seu amor ao estudo, por seu civismo, tão útil viria a ser a sua província que ele tanto amava” (CORREIO DA VICTORIA, 1871, p. 2).

O necrológio deseja aos parentes do finado, imersos em um abismo de sofrimentos, os mais sinceros pêsames, bem como aos muitos amigos, que com justo motivo e cobertos de luto, lastimavam o precoce passamento. Almeja ainda, que fosse mitigada tão intensa dor e que na fé ardente nos princípios da santa religião se professassem orações por sua alma junto ao Deus onipresente. Neste obituário, diversos elementos levantados na tese podem ser observados, como a escrita do pranto, da dor e das lágrimas, enquanto aspectos que expressam as emoções pela perda e reforçam o quão sentida era aquela partida e a valorização do morto como um importante ente

político da Província, cujo traspasse impossibilitaria a continuidade dos seus representados bons atributos.

Na publicação “A Pedidos”, no Espírito-Santense, aborda-se a “sentidíssima morte de Álvaro”, nascido há seis meses e filho de Exm<sup>o</sup> Sr. Dr. Heliodoro José da Silva, chamado de “[...] um dos mais nobres caracteres desta Província, que pela sua ilustração e pela sua conduta ilibada tem sempre merecido representar na deputação geral” (O ESPÍRITO-SANTENSE, 1874, p. 4). É interessante observar, que no espaço dedicado ao falecimento da criança, é feito o elogio da atuação do pai, que foi deputado provincial e deputado geral em diferentes mandatos, demonstrando como os obituários eram utilizados para a elevação das boas qualidades dos políticos. Afirma-se ainda, que o golpe da morte do inocente filho, como uma flor cortada ainda quando desabrochando em botão, atingiu um objeto das esperanças paternas. Nota-se, nesta declaração, a já ressaltada questão da morte como uma perda da expectativa da continuidade das ações e influências familiares.

O texto é assinado por Rossi Giacomo Brandizzo, que prossegue dizendo que um anjo havia voado para a mansão dos justos, deixando os corações paternos imersos de pungente dor e eterna saudade. Solicita ainda, que a família receba os sentimentos que o acompanha, pois um anjo havia saído do berço ao túmulo e naquele dia, nos céus, iniciaria uma eternidade na glória. Por isso, ele acenava saudoso aos queridos pais, que penetrados de uma saudade imensa, sempre teriam presentes na imaginação a imagem fiel de Álvaro e seu nome querido. Neste necrológio, outras questões por nós levantadas, também se mostraram presentes, como a evocação da dor, do pranto e da saudade para demonstrar as emoções provocadas pelo falecimento e a eternização por meio da manutenção da memória.

No obituário com o título “Necrologia: à sentida morte do meu prezado amigo, o tenente coronel Caetano Bento de Jesus Silves” temos outro exemplo das relações políticas inscritas nos elogios fúnebres. Nele, a personalidade do falecido e a sua atuação em prol da pátria são exaltadas. Assim como no texto anterior, o passamento é tido como “sentido”, reforçando o quanto elementos sensíveis são citados, quando se tratava de lamentar determinados falecimentos. Silves era fazendeiro e foi deputado provincial de 1872 a 1873. O responsável começa a homenagem,

reforçando os laços de amizade que possui com o finado, lembrando os dias alegres e prazenteiros, que contente havia passado ao seu lado e de quem da boca a voz sonora da amizade, seus tímpanos ouviam com agrado.

Após, destaca que o falecido: “[...] amigos da ciência só buscava, amigos que ilustrassem seu espírito, nos princípios naturais e positivos, nos sacros dogmas e leis” (O ESPÍRITO-SANTENSE, 1973, p. 3). Percebe-se, neste trecho, a questão discutida nesta tese do elogio do outro, como um elogio de si. Ao relatar o perfil de amigos que o coronel mantinha ao seu redor, aquele que escreve, que o chama de “prezado amigo”, também fala de si e das suas qualidades. O texto prossegue, afirmando que Silveiras era bom pai, sincero amigo, indulgente e honesto cidadão. O seu papel de ente à serviço da nação é reforçado quando o periódico relata que nas lutas da pátria, que dirigiram a alta governança do Estado, iguais sacrifícios não existiam, aos que ao país ele havia prestado.

O autor ressalta ainda, que se ele não escapava de críticas austeras e frequentes, não era por estar inserido em vícios e crueldades, mas sim porque a inveja e a vil calúnia sempre buscavam a virtude encobrir, muito embora o negro véu fosse incapaz de distrair tantos atributos e verdades. Na obra de Daemon (2010), ao anunciar o traspasse de Silveiras, é informado que ele era “chefe do Partido Conservador e estimado por suas qualidades” (DAEMON, 2010, p. 458). Desta forma, ponderamos que o teor do necrológio, assinado como “Um Matheense”, realiza uma defesa das ações do coronel, que provavelmente era criticado por grupos com outras afinidades partidárias. Novamente, vemos o espaço dos necrológios como locais onde as manifestações afetivas encontravam-se atreladas à política e aos status sociais atribuídos aos mortos.

A historiadora Ana Cristina Bartolomeu Araújo, ao analisar a morte daqueles considerados “grandes homens”, tal qual são apresentamos os falecidos nos necrológios, afirma que a ostentação, sinal de uma “exemplaridade visível”, corporiza um modelo de piedade, que ao valorizar as manifestações dos sentimentos diante de mortes específicas, estima o excesso retórico. Segundo ela: “através de uma linguagem simbólica complexa, o cerimonial da morte do rei recapitula velhos mitos e sinais de grandeza do passado, ou seja, o que não morre” (ARAÚJO, 1991, p. 22).

Araújo (1991) destaca que a escrita da lembrança da morte do outro é uma forma de evitar o próprio esquecimento, uma vez que “aquela evocação reforça, por contraste, a aguda consciência da condição frágil e efêmera do homem” (ARAÚJO, 1991, p. 22). Para a autora: “No seu momento mais alto o cerimonial da morte, potenciando a celebração da memória individual, impõe o reconhecimento social e coletivo da História, pelo menos de uma certa concepção de História” (ARAÚJO, 1991, p. 20).

Para Matilde Peinado Rodríguez, no artigo “Muerte y sociedad en el siglo XIX”<sup>26</sup>, um dos maiores mitos existentes na sociedade católica ocidental é o da igualdade perante a morte, uma vez que, as desigualdades da vida se mostram também nos ritos, nos cemitérios, nas pompas fúnebres, nas tumbas e, como investigado nesta tese, nos necrológicos. Para a autora, longe de igualar os seres humanos, a finitude elabora e reforça as diferenças sociais. Inmaculada Montalvo Castillo, em “Muerte y religiosidad en la burguesía almeriense del siglo XIX”<sup>27</sup>, aborda essas questões ao discorrer sobre o quanto as classes detentoras de poder econômico e político utilizam-se de algumas ferramentas para transmutar a inevitabilidade da morte em uma construção utilitária, valendo-se, por exemplo, de testamentos, nos quais se reafirma uma concepção do mundo de modo hierárquico em que o poder se perpetua mesmo após o traspasse. Sendo assim:

A cena fúnebre descreve um significado múltiplo e hierárquico, estético e patrimonial, quer dizer a intencionalidade da morte social como transmissão legítima da herança, ao mesmo tempo em que materializa a perpetuação do simbolismo da herança imaterial (CASTILLO, 2004, p. 87, tradução nossa).<sup>28</sup>

Para Castillo (2004), com o uso do testamento, os indivíduos, por meio da sua vontade, estratificam a sociedade para que sejam mantidas as hierarquias, evitando assim, a estagnação ou surgimento de crises provocadas pela finitude dentro de um grupo com interesses em comum. Segundo a autora, a morte pode ser considerada como um mecanismo de preservação do modelo social existente e dos esquemas de controle. Ela reúne os sentimentos pessoais de desaparecimento físico e os familiares

---

<sup>26</sup> “Morte e sociedade no século XIX” (tradução nossa).

<sup>27</sup> “Morte e religiosidade na burguesia almeriense do século XIX” (tradução nossa).

<sup>28</sup> “El escenario fúnebre, escribe un significado múltiple e jerarquizado, estético y patrimonial; es decir, la intencionalidad de la muerte como transmisión legítima de la herencia, a la vez que materializa la perpetuación del simbolismo de la herencia imaterial” (CASTILLO, 2004, p. 87).

de luto, acompanhados de uma preocupação com a herança e toda uma série de manifestações, sem esquecer o significado econômico acarretado (CASTILLO, 2004).

O historiador Wilton Carlos Lima da Silva, em “Biografias: construção e reconstrução da memória”, analisa as práticas narrativas que envolvem a seleção, descrição e análise de uma trajetória de vida, visando à sua perpetuação. Para Silva:

A construção de uma biografia exige o diálogo com diferentes formas de controle simbólico do tempo e da individualização nas sociedades humanas, na busca de traduzir uma experiência de duração e estruturas imaginativas que relacionam uma vida e suas relações com a cultura na qual se insere uma ‘vida póstuma’ na qual os mortos e os vivos dialogam a partir das heranças dos primeiros e das carências dos segundos (SILVA, 2009, p. 153).

Observamos nos necrológios que havia uma escolha das informações sobre os mortos, nas quais, comumente, se destacavam os aspectos positivos e idealizados das supostas ações realizadas no decorrer das existências. Para o autor, a reconstrução de uma trajetória individual significa também a percepção de uma rede de relações com diferentes temporalidades, vínculos e pertencimentos, que dizem respeito tanto sobre quem escreve e para quem se escreve, não sendo incomum, conforme Silva (2009), que homens da elite econômica, política ou religiosa sejam retratados como extraordinários, tal qual ocorria na imprensa da cidade de Vitória. Sendo assim, temos a relevância de pensarmos na construção da memória ao longo do tempo, no interior de diferentes grupos, quer como notoriedade ou como esquecimento (SILVA, 2009, p. 154).

Silva (2009) destaca três questões, que para ele são dignas de reflexão, quando se aborda a escrita sobre trajetórias de vida. A primeira delas é a constatação de que a existência de uma biografia “[...] supõe a ampla utilização de forças sociais pela manutenção de uma memória ou de um certo tipo de memória, no qual o indivíduo não é somente uma unidade, mas parte de um grupo” (SILVA, 2009, p. 163). A segunda, é que esse indivíduo, encarado como notável e visto como diferenciado dentro da sociedade, não representa, a priori, grupos marginalizados, silenciados, minoritários e está situado em um campo de disputa “[...] no qual memória e esquecimento também se estabelecem em relação à trajetória de outros de seu mesmo grupo” (SILVA, 2009, p. 163). O terceiro aspecto trata da percepção, que por

meio do biografismo, pode-se constatar a multiplicidade de significados e expectativas que uma existência pode assumir.

O historiador André Luiz Rosa Ribeiro, em “Cultura, memória e práticas relativas à morte no Brasil cacauero”, empreende um estudo sobre as mortes consideradas ilustres. Conforme argumenta, a morte física pode ser superada pela sobrevivência social na lembrança dos vivos, o que motiva a prática da consagração dos mortos, que muitas vezes, possui uma finalidade de cunho pedagógico. Para o autor, este trabalho idealizador associava-se às supostas contribuições que o falecido havia dado à sociedade, com isso, o conteúdo dos textos fúnebres, “[...] relembra e purificava. De modo a fixar na personalidade a imagem a ser incorporada para a posteridade” (RIBEIRO, 2017, p. 282). Segundo Ribeiro (2017):

Funerais, discursos à beira-túmulo e os necrológios são algumas das formas de preservar viva a memória individual e de transformar o ‘homem pessoa’, com todos os erros e deslizes éticos, no ‘homem instituição’, indivíduo sem máculas e exemplo idealizado de valores morais e cívicos (RIBEIRO, 2017, p. 281).

Sobre os necrológios, fontes da nossa pesquisa, o autor compreende que os mesmos atuam na construção de uma imagem ideal de sociedade, mediante a celebração da memória daqueles considerados como “principais cidadãos”, assegurando-lhes a imortalidade. De acordo com Ribeiro (2017), os obituários, por um lado, enunciam um complexo jogo de composição e recomposição das elites e por outro permitem avaliar como a imprensa atua como canal elaborador de uma história específica. Estes textos, em suas palavras: “[...] procuravam difundir uma visão de mundo e nortear a vida individual mediante a construção de discursos integradores e coletivos, desta forma conferindo à morte uma nova significação social” (RIBEIRO, 2017, p. 283). Tratava-se, portanto, do momento no qual silenciavam-se defeitos e glorificavam-se virtudes.

Segundo o autor, assim como também observamos nos jornais capixabas, “[...] poucos alcançavam o privilégio da publicação de textos edificantes sobre si. A vitória sobre a morte física dependia do peso social das obras e do status adquirido em vida” (RIBEIRO, 2017, p. 283). Para algumas pessoas, representativas de determinados setores, “[...] a morte não era a finitude ou o aniquilamento, mas a consagração”

(RIBEIRO, 2017, p. 283) e os necrológios exerciam o papel de defensores dos fundamentos sociais no qual o morto estava inserido.

Sendo assim, “[...] os textos também consolidavam uma versão oficial sobre as trajetórias pública e privada do morto ilustre, para melhor integrar sua imagem à da sociedade a que pertenceu” (RIBEIRO, 2017, p. 283). Conforme também ponderamos, Ribeiro (2017) destaca que os obituários não pretendiam ser apenas meros elogios, existiam motivações e estratégias para exaltar as qualidades dos mortos que deviam servir como exemplo de conduta. O elogio fúnebre articulava a história pessoal com os valores prezados pela sociedade, traçando o contorno de indivíduos incomuns que sintetizassem a coletividade (RIBEIRO, 2017, p. 283).

A historiadora Maria da Glória de Oliveira, em “Brasileiros ilustres no tribunal da posteridade: biografia, memória e experiência da História no Brasil oitocentista”, se ocupa em analisar o falecimento como um espaço para demonstrações e fortalecimentos do poder. Para ela, o culto dos “grandes homens”, no contexto oitocentista, implicava na “[...] nacionalização da figura do herói, ou seja, os varões distintos seriam eleitos, antes de tudo, como grandes patriotas, valorosos por terem escrito uma página gloriosa da biografia da nação” (OLIVEIRA, 2010, p. 287). Assim, a escrita das trajetórias de vida tinha por imperativo salvar do esquecimento os “nomes valorosos”.

De acordo com Regina Abreu (1994), as “histórias de vida” constituem os alicerces que estruturam os rituais de homenagens aos mortos. Para ela, os relatos de personalidade desempenham um papel duplo na construção póstuma: “[...] de um lado, servem para demonstrar a perenidade do morto e de sua obra e, de outro, servem para atualizar o simbólico de vivos e mortos” (ABREU, 1994, p. 210). Segundo afirma, a função da memória consiste em atualizar e difundir valores no presente e na evocação do passado, aqueles que estão envolvidos, o recriam em função dos seus interesses e visões de mundo, pois: “[...] é bom lembrar que é sempre no mundo dos vivos que rituais de evocação dos mortos fazem sentido” (ABREU, 1994, p. 227).

Temos, portanto, que a morte natural não está, necessariamente, atrelada à morte social, uma vez que o falecido conserva, por interesse dos vivos, ainda por algum

tempo, determinadas relações de influência, que podem, inclusive, configurar-se na permanência ou no surgimento de novas esferas de hierarquias. Sendo assim, ponderamos a relevância, de refletirmos a participação dos grupos políticos locais na elaboração dos escritos. Os jornais, por meio dos textos publicados na imprensa, contribuíam para a valorização de determinados cidadãos, fortalecendo o poder dos mesmos e as suas concepções.

Para Michel de Certeau (1982), a escrita põe em cena uma população de mortos e personalidades. De acordo com ele, ela representa o papel de um rito de sepultamento, pois exorciza a morte, inserindo-a no discurso. Por outro lado, ela possui uma função simbolizadora, pois “[...] permite a uma sociedade situar-se, dando-lhe, na linguagem, um passado, e abrindo assim um espaço próprio para o presente” (CERTEAU, 1982, p. 104). Sendo assim, para Certeau (1982), marcar um passado é dar um lugar à morte, mas também “[...] redistribuir os espaços das possibilidades, determinar negativamente aquilo que está por fazer e, conseqüentemente, utilizar a narratividade que enterra os mortos, como um meio de estabelecer um lugar para os vivos” (CERTEAU, 1982, p. 104).

A escrita, segundo o autor, configura-se como um túmulo em um duplo sentido, pois, por meio de um mesmo texto, ela honra e elimina. Ela exorciza a morte e a coloca no relato. Para ele, a recondução do morto, em um lugar simbólico, articula-se com um trabalho que visa a criar no presente, um lugar a ser preenchido. Assim, pode-se dizer:

[...] que ela faz mortos para que vivos existam. Mais exatamente, ela recebe os mortos, feitos por uma mudança social, a fim de que seja marcado o espaço aberto por este passado e, para que, no entanto, permaneça possível articular o que surge com o que desaparece (CERTEAU, 1982, p. 104).

Os obituários, desta forma, são espaços nos quais as lembranças dos mortos são tecidas no intuito de preservação e valorização de certas memórias, em uma busca, também dos vivos, de que seus feitos e boas qualidades sejam comemorados e exaltados. O que observamos é a exposição dos feitos como recordações de vidas prósperas e relevantes, nas quais defeitos e desvios não são citados ou analisados. Por meio dos necrológicos, memórias são habilitadas e homenageadas e outras são apagadas e nem ao menos citadas. A escrita da morte desponta como um instrumento

de poder, na qual personalidades são glorificadas e suas ações são expostas como exemplares para os demais.

Conforme Jeanne Marie Gagnebin (2009), em “Lembrar, escrever e esquecer”, a escrita deseja perpetuar o vivo, mantendo as suas lembranças para as gerações posteriores, mas “[...] só pode salvá-lo quando o codifica e o fixa, transformando a sua plasticidade em rigidez, afirmando e confirmando sua ausência, quando pronuncia a sua morte” (GAGNEBIN, 2009, p. 11). Sendo assim, para a autora, a memória se constrói sob dois polos: o da transmissão oral, muitas vezes frágil e efêmera, e o da conservação pela escrita, ação que talvez perdure por mais tempo, mas que “desenha o vulto da ausência” (GAGNEBIN, 2009, p. 11). Para ela, o túmulo e a palavra se revezam nesse trabalho de memória que “[...] justamente por se fundar na luta contra o esquecimento, é também o reconhecimento implícito da força deste último: o reconhecimento do poder da morte” (GAGNEBIN, 2009, p. 45). Com isso, pode-se perceber, o quão inseparáveis são a memória, a escrita e a morte.

Sybil Safdir Douek, em “Memória e Exílio”, destaca a importância da escrita para as elaborações da memória, com ênfase no papel dos meios de comunicação. De acordo com a autora, a imprensa possibilitou reproduções mais rápidas e um maior acesso aos textos, ampliando o número de leitores. Em suas palavras: “A imprensa substituiu a fragilidade e mutabilidade da palavra e, até mesmo do manuscrito, pela estabilidade e segurança da escrita. Instaurando definitivamente a primazia da escrita, a imprensa revolucionou a transmissão da memória” (DOUEK, 2003, p. 31).

Para Jô Gondar (2016) é fundamental refletir o uso da escrita como uma estratégia de manutenção da memória, para ela o paradoxo da lembrança e do esquecimento pode ser mais claramente examinado por meio da perspectiva das mídias, tal qual nos propomos nesta tese. Segundo afirma, das tábuas de cera, passando pelos pergaminhos até chegar à letra impressa, “[...] foi se constituindo uma concepção de memória como permanência, vitória contra a passagem do tempo e o esquecimento” (GONDAR, 2016, p. 30). Em suas palavras: “[...] a possibilidade de lembrar em oposição à de esquecer estaria ligada à necessidade de inscrever, implicando, de algum modo, a ideia de escrita” (GONDAR, 2016, p. 30).

No teor dos necrológios temos diferentes exemplos da transcrição de discursos, os quais os periódicos relatam terem sido ditos ao redor dos túmulos. Mostra-se interessante, portanto, essa necessidade de não se perder as palavras que ficariam circunscritas apenas àquele momento. Ao utilizarem um suporte físico, os textos dos jornais, tem-se o objetivo de manter essas homenagens para a posteridade, como se assim fosse possível a guarda e preservação daquela existência por mais algum tempo. Nota-se, o uso da escrita, como uma forma de imortalização daquele ente e de permanência da sua memória. Esse intuito aparenta-se claro, na medida em que existe a preocupação recorrente com a divulgação desses discursos, os quais seriam compartilhados não apenas com aqueles presentes na cerimônia, mas com os demais leitores das publicações, reforçando a intenção de valorização para um público mais amplo, daquele ente celebrado.

Para Assmann (2018), indivíduos e culturas constroem suas memórias interativamente por meio da língua, imagens e repetições ritualísticas e organizam as suas memórias com o auxílio de suportes externos e práticas culturais. Para ela, sem estes: “[...] não é possível construir uma memória que transponha gerações e épocas – o que significa também que constituição da memória se modifica juntamente com o estado oscilante de desenvolvimento dessas mídias” (ASSMANN, 2018, p. 24). Conforme a autora, (2018) as mídias fundamentam e franqueiam a memória como suportes materiais, promovendo uma interação com a memória individual de cada um. Assmann (2018) aborda a importância da escrita, que para ela é um meio de eternização não somente para os heróis cantados nos poemas, mas também para o próprio autor. Segundo afirma, os seres humanos criaram para si, por meio dela, um sistema próprio de memória e reconhecimento. Tem-se:

[...] que na era da imprensa a escrita criou novos espaços da recordação. A impressão de livros quebrou o antigo monopólio da recordação exercido pela Igreja e pela corte e possibilitou novos acessos à memória e a história. Com isso foram liberadas novas lutas de poder em torno da recordação (ASSMAN, 2018, p. 54).

Segundo argumenta, a escrita como metáfora da memória “[...] é tão indispensável e sugestiva quanto extraviadora e imperfeita” (ASSMAN, 2018, p. 166). Para Assman (2018), não se pode recordar alguma coisa que esteja presente, é preciso que ela desapareça temporariamente e se deposite em outro lugar, de onde se possa resgatá-

la. A recordação, desta forma, “[...] não pressupõe nem presença permanente nem ausência permanente, mas uma alternância de presenças e ausências” (ASSMAN, 2018, p. 166). Quanto à escrita, na qual nos centramos nesta tese, Assman (2018) afirma que um estudo sobre as mídias da memória precisa partir dela, não só em suas dimensões sociais e técnicas, mas também em relação ao seu desempenho memorativo, sendo assim, “a medialidade da escrita toma parte no projeto de eternização” (ASSMAN, 2018, p. 195.). As recordações daquele que faleceu permanecem, como uma forma da sua continuidade no mundo.

Analisar alguns dos aspectos centrais da memória, das lembranças, das recordações e da escrita da morte mostrou-se relevante, no sentido de apurarmos as nossas reflexões voltadas aos elogios fúnebres, que ao tecer informações idealizadas de alguns falecidos, enquanto silenciava a existência de outros, manifestaram-se como locais de perpetuação e reforços de hierarquias, principalmente do corpo político, clerical, militar e jurídico da Província do Espírito Santo. Percebemos, deste modo, um forte entrelaçamento entre a política local e as emoções descritas e o quanto a relevância social atribuída aos falecidos ou àqueles com quem tinham laços de parentesco era determinante para a ocorrência de demonstrações sensíveis, afetivas e românticas

### **4.3 Lembrar também é esquecer: o silenciamento nos necrológios**

Ao observarmos a existência de um perfil específico de falecidos celebrados na escrita da imprensa e chorados e lamentados em suas páginas, adentramos em um aspecto fundamental das reflexões da lembrança, “o esquecimento”, aqueles sobre quem não se fala. A historiadora Règine Robin na obra “Memória Saturada”, se propõe a analisar como as recordações e as memórias são tecidas ou esquecidas, de modo consciente ou inconsciente, com o objetivo de manipular, falsificar, ocultar e transformar os elementos da História. Robin (2016), ao elaborar as suas considerações, afirma que “[...] reescrevemos a história para nos darmos uma memória aceitável” (ROBIN, 2016, p. 112). Para isso, monumentos, memoriais, festas, aniversários, nomes de ruas e símbolos, são constantemente exumados ou enterrados, tudo é transformado (ROBIN, 2016).

Segundo a autora, a História se diferencia da Memória, pelo fato da primeira abordar a realidade por meio de pesquisas e análises de fontes, e a segunda, muitas vezes, referir-se a um processo de constantes inclusões e exclusões, passível de ser apagada, remodelada e até inventada, em função das exigências e perspectivas do momento. O seu estudo visa compreender os trabalhos contraditórios de reapropriação de partes da história e de ocultação e esquecimentos de outras. As representações do passado, neste sentido, são percebidas como passíveis de serem inventadas e reinventadas, para que elas estejam de acordo com os propósitos de quem as utiliza, tanto quanto uma forma de aceitar a si e às suas ações, como para aprofundar e transformar as estruturas de poder. Consideramos essas noções importantes para a nossa pesquisa, pois entendemos as memórias elaboradas sobre os mortos como espaços de ocultamentos, deformações e exaltações, que servem para reforçar o prestígio de alguns e silenciar a existência de outros.

Sendo assim, pensamos os discursos sobre a finitude presentes nos jornais como iminentemente políticos, pois a consagração de determinadas personalidades em detrimento de outras, assim como a utilização de uma linguagem figurada e romântica voltada a apenas alguns indivíduos, grande parte deles os políticos locais, seus familiares e os membros do corpo clerical, burocrático, jurídico e militar, apontam que a escrita dos falecimentos obedece a objetivos de fortalecimento de hierarquias sociais. Ao mesmo tempo, grande parte dos mortos na Província não teve os seus traspasses detalhados e as suas personalidades exaltadas.

As referências mais comuns aos falecimentos ocorridos eram realizadas no formato de pequenas notas, comumente pagas e cuja publicação era solicitada pelas famílias ou amigos próximos, nas quais constavam o acontecimento, o local do enterramento ou o agradecimento pela participação nas cerimônias fúnebres. A autora chama este aspecto de "desaparecimento das massas anônimas", pois, segundo questiona "o que se deixa depois de uma vida 'normal'?", a não ser um documento ou outro no qual se encontram dados que registram o nascimento ou o passamento. São mortes sem pompas, sem homenagens ou até mesmo sem vestígios, sendo este, o destino mais comum, dos homens e mulheres (ROBIN, 2016).

Podemos observar estas questões, por exemplo, na seção “Obituário” do periódico “O Espírito-Santense”, que trazia a relação dos falecimentos mensais na Província. A informação vinha em forma de listagem e foi veiculada cotidianamente nos anos de 1870, 1871 e 1872, como observamos abaixo:

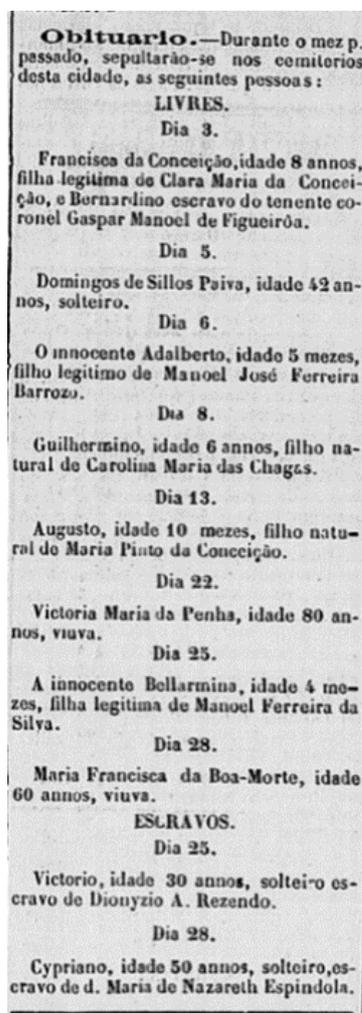


Figura 20: reprodução do jornal “Espírito-Santense” de 1º de dezembro de 1871. Fonte: Hemeroteca Nacional Digital. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=217611&Pesq=%22tenente%20joao%20da%20costa%22&pagfis=307>

Segue outro modelo deste tipo de listagem:

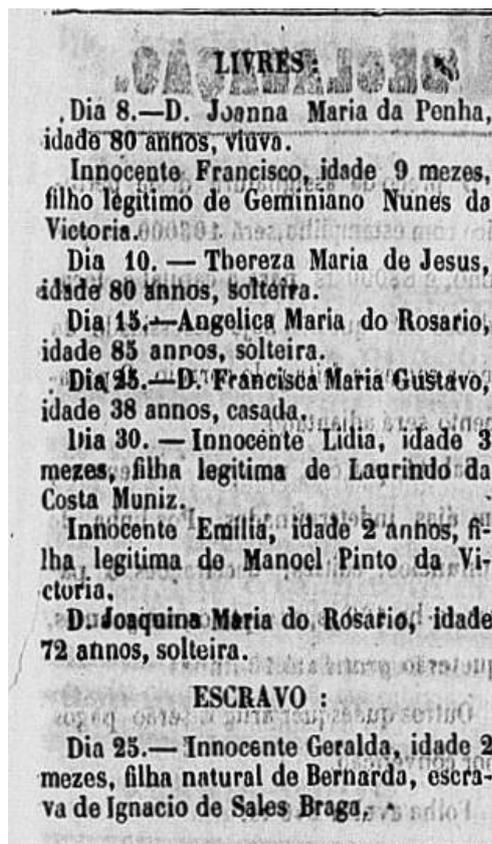


Figura 21: reprodução do jornal "Espírito-Santense" de 04 de fevereiro de 1871. Fonte: Hemeroteca Nacional Digital. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/cache/394304543289/10000119-20Alt=002995Lar=001884LargOri=003876AltOri=006162.JPG>.

Nesta edição, de 8 de setembro de 1874, também podemos visualizar como se configuravam esses informativos:

**Capital**

4. Major Antonio Ferreira Rufino.  
5. José Joaquim de Almeida Ribeiro.  
6. Joaquim Pereira das Neves Rangol

**Itapemirim**

5. Joaquim Gomes da Silva Pinheiro.  
6. Eduardo Bello de Araujo,

**Cachoeira**

5. Tenente-coronel José Pinheiro de S. Werneck.  
6. Antonio Hermogenes Dutra Filho.

**Serra.**

6. Joaquim Fernandes Franco.  
Em resolução de 24, do mesmo mez foram nomeados:  
Joaquim Francisco da Silva Calmon para subdelegado de Linhares.  
Francisco de Paula Calmon Nogueira da Gama para 1.º supplente do mesmo subdelegado.  
Manoel José Pedro dos Santos para 2.º supplente dito.  
João Guilherme de Sousa para professor interino da freguesia do Alegre, de 2.ª classe.  
Em resolução do 1.º deste mez foram mais nomeados:  
Miguel Antonio Villas-Bos, professor de 1.ª letura da povoação de *Pid-pitanguy*, de 2.ª classe.  
Carlos Pereira dos Santos Netto, professor do districto do *Riacho*, de 2.ª classe.

**Balle.**—No dia 20 do mez findo, na Villa da Serra, teve lugar um baile oferecido p. los srs. P. Miguel Pereira de Brito, e José Ribeiro da Silva Rosa ao digno juiz de direito daquela comarca o Dr. Epaminondas de Sousa Gouveia, pelo primivo aniversario de sua chegada á mesma comarca. Esteve muito animado e concorrido, segundo consta.

**Correição judiciaria.**  
—Consta-nos que pelo digno juiz de direito desta comarca foi designado o dia 1.º de Outubro proximo para ser aberta nesta capital a correição judiciaria. Era já uma necessidade, que se fazia demorar, pois a ultima correição que tivemos foi em 1865, e essa mesma não concluida, porque no proseguimento dos respectivos trabalhos, recebeu o Dr. Theodoro Machado a intimação de estar designado pelo Governo Imperial para ir servir na provincia do Ceará, com o que ficou interrompida.

**Recobedoria da capital.**—O rendimento desta estação, durante o mez de Agosto ultimo, foi de rs. 1:476\$521, e consistiu nos seguintes artigos:

Direitos d'exportação . . .	1:026\$999
Taxa do horcaças . . .	56\$160
Siza de escravos . . .	120\$000
Exportação dos mesmos . . .	15\$000
Emolumentos . . .	239\$650
Negoz direitos . . .	7\$812

**Multa** . . . . . \$900  
**Divida activa** . . . . . 10\$000

**Theosouraria Provincial.**—A receita arrecadada por esta repartição durante o mez de agosto findo foi de 7:348\$836; sendo o saldo que existia no dia 31 do mesmo mez a favor da Fazenda Provincial a quantia de 68:868\$964 rs.

**Festividade religiosa.**  
—Nos dias 17 e 18 deste mez a Veneravel orde a terceira da penitencia festejou a gloriosa Santa Roza de Viterbo, e as Chagas do veneravel padre São Francisco, com missa cantada no primeiro dia de madrugada, e no seguinte ás onze horas da manhã, havendo tambem vesperas, procissão e Te-Deum, e tendo das ofertas. He orador no evangelho, no dia 18, o reverendo padre José Pereira Duarte Carneiro.

**Independencia brasileira.**—Hontem foi o 48.º anniversario da nossa feliz emancipação, que teve lugar em 1822 Celebrou-se um Te-Deum na capella nacional, mandado entoar pelo Exm. Sr. vice presidente da provincia, a que concorreram os funcionarios publicos, e muitas pessoas particulares, tendo sido postada uma luzida guarda de honra na porta do edificio sagrado. E, h'induirão-se todas as embarcações surtas no porto, e os consules de Portugal e Hespanha. Illuminarão-se muitas casas e os edificios publicos durante a noite, e outras de mostrações de jubilo for. o dadas, compativets com o estado de nossa sociedade.

**Padroeira.**—He hoje o dia da Virgem da Victoria, a patroeira da freguesia d'esta Cidade que tem conservado o nome de *Victoria*, para eternisar o feito que alcançara o donatario Vasco Fernandes Coutinho contra os selvagens, que de continuo o inquietavam, e não o deixavam em paz logar o fructo de sua conquista e de seus trabalhos agricolas. Até os ultimos annos a camara municipal festejou sempre este dia, considerando-o como uma particular obrigação;—na actualidade porem vão desaparecendo nos m. morias de missas feitas mais interessantes, por que de *cozas velhas* ninguém se importa

**Juizes municipaes.**—Por decreto de 10 do mez findo foi nomeado o bacharel João Candido da Silva para o cargo de juiz municipal e de orfãos do termo de Itapemirim; e por decreto de 20 o bacharel Daniel Germano de Aguiar Monterroyos para egual cargo nos termos reunidos da Serra, Linhares, Santa Cruz, e Nova Almeida.

**Tabellião.**—Por decreto de 10 de Agosto fez se mercê a Manoel Joaquim Fernandes da serrenia viciatico do officio de tabellião e escrivão da orfandade do termo de Guarapary, desta provincia.

**Venda de terras.**—Por Aviso do Ministerio d'Agricultura de 25 de agosto ultimo, foi o Presidente desta provincia autorisado a vender a Manoel de Jesus Pereira as terras devolutas, que este requereu nos setões da villa de Bevenente, logar denominado *Morro do Sapê*,—e para vender, em hasta publica, as terras requeridas por Manoel de Jesus Espindola, e outras, no logar denominado—*Quartel de Santa Cruz*.  
—O mesmo presidente foi tambem, por aviso do ministerio d'Agricultura de 6 de agosto ultimo, autorisado a vender terras, no Cachoeiro de Itapemirim a João Gomes Ribeiro, e a Victorino Ferreira Leitão,

correndo por conta dos mesmos todas as despezas da medição e demarcação.

**Estrada do Cachoeiro de S. Leopoldina a Itacibá.**—Por aviso de 3 de agosto p.p. determinou o ministerio de agricultura ao director da colonia de S. Leopoldina que remettesse a planta e orçamento das despezas a fazer-se com a construcção da estrada do Cachoeiro a Itacibá.

**Picada do S. Matheus para Minas.**—Não ha muito tempo que, por influencia do major Antonio Rodrigues Cunha, da cidade de S. Matheus, foi encarregado um individuo do nome Paim, de explorar o melhor e minho de uma estrada, que daquelle cidade se dirigisse ao Serro, Conceição e Diamantina, na provincia de Minas, o que o mesmo Paim effectou com outros companheiros. Agora, em relação a este assumpto, temos no expediente do ministerio d'Agricultura de 5 do mez findo, publicado no *Diario Official*, o seguinte:  
« Aos membros da commissão exploradora da picada Paim, entre o Pessanha e S. Matheus, declarando que fica approvada a deliberação de mandar proceder ao reconhecimento da dita picada, e louvando-os pelo interesse que tomárou, por serviço de tanta importancia; igualmente com nunciarão a que nesta data recommenda-se á presidecia desta provincia, que mande estabelecer na passagem do rio Sissiquy Grande, um destacamento sob o commando de um inferior, ficando a mesma commissão autorisada a despende até a quantia de 25\$000 rs. com o proseguimento dos trabalhos ementados, levando-se o locada des le já uma barca de passagem no lugar onde se tem de construir a ponte sobre o rio « Sassy, ou perto do Porto da Pedra.»

**Pasta do estrangeiros.**—A 31 do passado reassumio o exercicio de ministro dos negocios estrangeiros o Exm. Sr. conselheiro Paranhos, que havia voltado de sua missão diplomatica nas republicas do Prata e Paraguay.

**Partida.**—Sua Alteza a Senhora Princesa Imperial, e seu Augusto esposo o Sr. Conde d'Eu partirão para Europa no paquete inglez *Douro*.

**Assassinato.**—Nos jornaes do Rio Grande do Sul lê-se, que a 31 de Julho proximo passado foi assassinado o juiz municipal de S. Antonio o Dr. Antonio de Paula Hollanda Calvacanti, em viagem da Vaccaria para S. Antonio, em um capão perto do logar denominado—*Lagoa Vermelha*. Os assassinos foram tres, e roubárou-lha os papeis que levava.

**Nomes de ruas.**—A camara municipal do Recife, tendo em consideração uma proposta do instituto archeologico e geographico, resolveu mudar os nomes de muitas ruas da capital, dando-lhes designações allusivas a os factos historicos da provincia e da nação.

**Poesias.**—Debaixo do titulo *Ecos do passado* iremos publicando algumas poesias outr'ora compostas e collectadas pelo Sr. J. Z. Rangol de S. Paulo.

**Obituário.**—No mez de Agosto ultimo sepultárou-se na freguesia desta cidade:

**Livres:**  
**Dia 1.º**  
Ernestina, idade 5 annos, filha natural de Josaphina Maria de S. José.

**Dia 6**  
Ignacio Ferreira do Espírito Santo, idade 70 annos, viuvo.  
Antonio, recém-nascido, filho legitimo de Francisco Urbano de Vasconcellos.

**Dia 10**  
Delfina Pinto da Assumpção, idade 70 annos, viuva de João da Costa Muniz.  
Candido, idade 2 annos, filho legitimo de Ananias Manoel do Sacramento.  
Antonio, idade 9 annos, filho legitimo de José Vieira dos Passos.

**Dia 13**  
Joanna Francisca de Jesus, idade 32 annos, solteira.

**Dia 16**  
Aurelio, idade 18 mezes, filho natural de Francisca Maria do Conceição.

**Dia 18**  
Argentina, recém-nascida, filha natural de Maria Theryza dos Remedios.

**Dia 19**  
Margarida Alfavaca dos Remedios, idade 30 annos, solteira.

**Dia 26**  
Manoel da Cruz Pinto, idade 78 annos, viuvo.

**ESCRAVOS:**  
**Dia 4**  
João, idade 6 annos, escravo de Dionisio Pinto Furtado.

**Dia 6**  
Clemente, idade 6 annos, escravo do capitão João Martins de Azaubuja Meirelles.

**Dia 9**  
Roberta, idade 40 annos, escrava do capitão João Chisistano de Carvalho Junior.

**Dia 29**  
Manoel, idade 40 annos, escravo de Joaquim Vieira Machado.

No cemiterio da Santa Casa da Misericordia, sepultárou-se durante o mesmo mez de Agosto, os seguintes:  
Francisco França, alleão, com 40 annos, hydropesia.  
Braz Ferreira dos Santos, mineiro, 37 annos, tuberculos pulmonares.  
Júlio Gomes Pereira, natural desta provincia, 63 annos, diarrheia.  
Manoel Gonzalves de Aguiar, natural desta provincia, 26 annos, tuberculos pulmonares.  
Laura Maria da Conceição, natural desta cidade, 43 annos, idem.  
Maria Francisca da Conceição, natural desta cidade, 39 annos, hepattite chronica.  
Francisca Maria dos Ramos, natural desta cidade, 39 annos, tuberculos pulmonares.

**ECCOS DO PASSADO.**

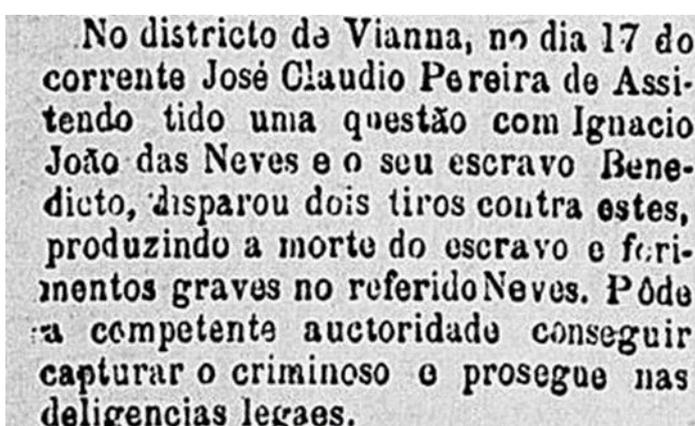
I.  
*Mon verre est bien petit, mais je bois dans mon verre*  
J. J. S. S. Rio.

Quatro triennios contava,  
Que vida alegre eu vivia!  
Sonhando só com folguedos  
Nelles só tendo alegria!  
Já um pequeno aluáde,  
Muito mal—sim—eu tangia.

Quando escholares trefas,  
Sem discrepância eu levava.  
Que o meu respeitavel mestre.

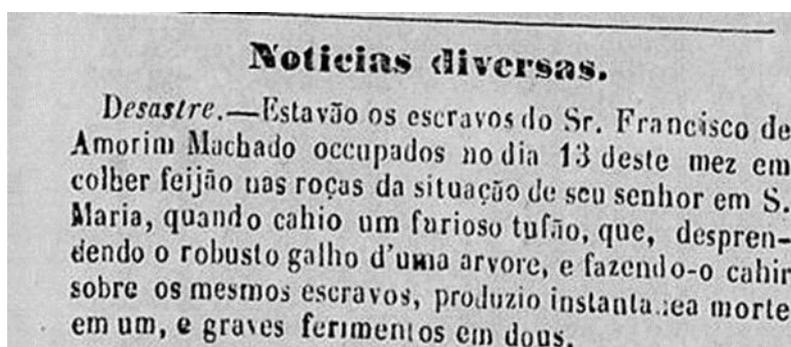
Figura 22: reprodução do jornal "Espírito-Santense" de 08 de setembro de 1870. Fonte: Hemeroteca Nacional Digital. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/cache/3933204034845/1000003-2-0-002899-001884-006173-004012.JPG>

Conforme podemos observar, a informação sobre a morte dessas pessoas ocorre de modo direto, sem homenagens, emoções ou celebrações. Sobre quem foram, temos escassas informações que não permitem apreender dados sobre as suas trajetórias em vida ou as qualidades das suas personalidades. É interessante notar, que nestes espaços constam algumas das poucas referências às mortes de escravizados encontradas em todos os três jornais. Dentre as 1330 páginas de documentos levantadas para a tese, informações sobre o falecimento de escravizados foram identificadas apenas na seção “Obituários”, publicada em 20 edições do “Espírito-Santense”, em uma notícia do “Espírito-Santense”, uma do “Correio da Victoria” e uma do “Jornal da Victoria”, conforme seguem exemplificadas:



No districto de Vianna, no dia 17 do corrente José Claudio Pereira de Assis tendo tido uma questão com Ignácio João das Neves e o seu escravo Benedicto, disparou dois tiros contra estes, produzindo a morte do escravo e ferimentos graves no referido Neves. Póde a competente auctoridade conseguir capturar o criminoso e prosegue nas diligencias legais.

Figura 23: reprodução do jornal “Espírito-Santense” de 23 de dezembro de 1885. Fonte: Hemeroteca Nacional Digital. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/cache/1735407149884/I000679620Alt=003000Lar=001884LargOri=004404AltOri=007013.JPG>



**Noticias diversas.**

*Desastre.*—Estavão os escravos do Sr. Francisco de Amorim Machado occupados no dia 13 deste mez em colher feijão nas roças da situação de seu senhor em S. Maria, quando cahio um furioso tufão, que, desprendendo o robusto galho d’uma arvore, e fazendo-o cahir sobre os mesmos escravos, produzio instantanea a morte em um, e graves ferimentos em dous.

Figura 24: reprodução do jornal “Correio da Victoria” de 17 de fevereiro de 1858. Fonte: Hemeroteca Nacional Digital. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/cache/1950205309499/I000215320Alt=002891Lar=001884LargOri=004992AltOri=007661.JPG>

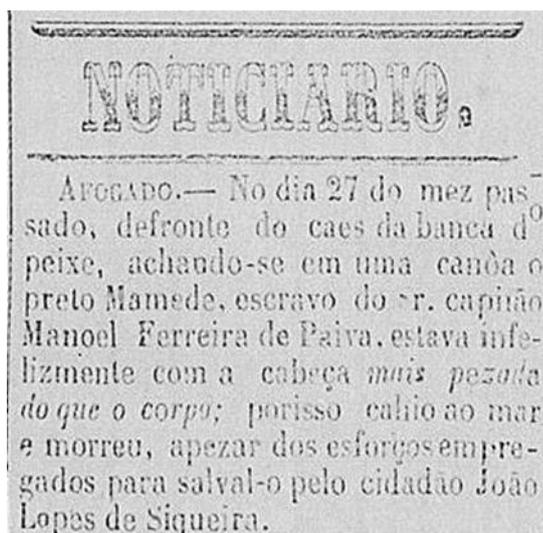


Figura 25: reprodução do jornal “Correio da Victoria” de 02 de abril de 1864. Fonte: Hemeroteca Nacional Digital. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/cache/3910308495381/I000000320Alt=002577Lar=001583LargOri=004395AltOri=007155.JPG>

Destacamos as notícias referentes à morte de escravizados, que em seu teor trazem as situações ocorridas de modo direto e sem comoções, para reforçar o quanto o espaço da escrita da morte possui características diversas de acordo com os status atribuídos aos indivíduos. Apesar da cidade de Vitória ter uma significativa população escravizada, conforme ressaltamos anteriormente, as informações dos traspasses dos mesmos são quase inexistentes nos jornais. Assim como, os anúncios dos falecimentos dos “cidadãos comuns”, aqueles que não possuem status sociais ou políticos, são feitos em textos com poucas ou inexistentes palavras poéticas e sensíveis que exaltem as suas existências. Desta forma, é possível observar, o quanto as representações dos falecimentos trazem em seu conteúdo as hierarquias e diferenças sociais existentes na vida.

Ricoeur (2007) aborda que os falecimentos da maioria dos seres humanos, que apenas passam pelo palco da história, perguntam silenciosamente ao pensamento qual o sentido exato desse anonimato. Para ele, normalmente, a morte relatada, não é diretamente aquela indiscriminada dos anônimos. Trata-se, em primeiro lugar, da finitude daqueles que têm um nome, para quem a morte faz o acontecimento. Portanto, para Ricoeur (2007), o traspasse sobre o qual se dedica atenção é o que une o nome próprio à função exercida, conforme também demonstramos nas

exemplificações dos necrológios, em que as atribuições eram evidenciadas e apareciam com regularidade na escrita das homenagens.

As análises de Robin (2016) e Ricoeur (2007) ressaltam como a habilitação ou destruição da memória dos mortos são formas de perpetuações do poder. Questões estas, que observamos nos obituários, quando por meio de práticas cotidianas - as notícias de morte e as expressões das emoções provocadas pela perda – aqueles que os escreviam demonstravam as suas visões de mundo, produzindo e reproduzindo ideias quanto a quem merecia ou não palavras de elogios e sofrimentos. Na base desses textos, notamos a valorização da biografia pessoal e o dramatismo do passamento, que permitiram refletir o quanto essas manifestações atribuíam determinados poderes aos falecidos, aos seus círculos de amizade, familiares e aliados políticos.

É no campo da memória, que se acredita que o indivíduo possa se imortalizar. Os obituários trazem em seu teor, sujeitos a serem celebrados, assim como é promovido o esquecimento do morto sobre o qual não se fala. Ao analisarmos as trajetórias dos homenageados, percebemos a existência de características comuns naqueles que são exaltados. As recordações não se despontaram como espaços neutros de demonstrações emocionais e afetivas, uma vez que existiam motivações ao se renderem manifestações de apreço e afeto, que são a valorização de determinados grupos e suas ações enquanto entes públicos portadores de supostas inúmeras qualidades.

O luto, nesse sentido, não pode ser considerado como apenas uma simples lembrança do morto, trata-se de um passado revivido e elaborado para a admiração dos vivos e a manutenção da coerência dos grupos. Ricoeur (2012) destaca que a “memória não é nada sem contar” (RICOEUR, 2012, p. 29). Para o autor, o trabalho da memória é o trabalho do luto e ambas são palavras de esperança, arrancadas do não dito (RICOEUR, 2012). Ricoeur (2007) preocupa-se em sua obra com o que chama de “inquietante espetáculo” que apresentam o excesso de memória por um lado e o esquecimento de outro, além da influência das comemorações que não permitem a elaboração do que chama de uma “justa memória”.

Ricoeur (2007), ao abordar o esquecimento, afirma que o mesmo se encontra na mesma amplitude que as duas grandes classes de fenômenos relativos ao passado, a História e a Memória, pois “[...] é o passado, em sua dupla dimensão mnemônica e histórica, que no esquecimento, se perde” (RICOEUR, 2007, p. 300). Segundo destaca, o esquecimento é uma inquietante ameaça que se delinea no pano de fundo da fenomenologia da memória e da epistemologia da história (RICOEUR, 2007, p. 423). De acordo com Ricoeur (2007) é como um dano, fraqueza e lacuna à confiabilidade da memória que o esquecimento é sentido e o que ele desperta é a questão do caráter problemático da representação do passado, pois conforme argumenta, “o esquecimento é o desafio por excelência da confiabilidade da memória” (RICOEUR, 2007, p. 425).

Para Ricoeur (2007), pensar nos abusos da memória significa, inevitavelmente, refletir os abusos do esquecimento, o que pressupõe ponderar o caráter necessariamente seletivo das narrativas. Com isso, seguindo o autor, a ideologização da memória é possibilitada pelos recursos de variação que o trabalho de configuração narrativa oferece. Neste sentido, Ricoeur (2007) aborda algumas das estratégias do esquecimento que estão inseridas, diretamente, no trabalho de configuração, uma vez que, “[...] pode-se sempre narrar de outro modo, suprimindo, deslocando as ênfases, refigurando diferentemente os protagonistas da ação assim como os contornos dela” (RICOEUR, 2007, p. 455).

Para Assman (2018), os espaços de recordação surgem por meio de uma iluminação parcial do passado, “[...] do modo como um indivíduo ou grupo precisam dele para a construção de sentido, para a fundação da sua identidade, para a orientação de sua vida, para a motivação de suas ações” (ASSMAN, 2018, p. 437). Sendo assim, a recordação apresenta uma tendência perspectiva, pois: “[...] a partir de um determinado presente ilumina-se um determinado recorte do passado de modo que ele descortina um determinado horizonte de futuro” (ASSMAN, 2018, p. 437). Em suas palavras, “[...] o que se seleciona para a recordação sempre está delimitada por contornos de esquecimento” (ASSMAN, 2018, p. 437).

Gondar (2016) também ressalta que a memória implica o esquecimento, pois, em suas palavras:

[...] para que uma memória se configure e se delimite, coloca-se antes de mais nada o problema da seleção e da escolha: a cada vez que escolhemos transformar determinadas ideias, percepções ou acontecimentos em lembranças, relegamos muitos outros ao esquecimento. Isso faz da memória o resultado de uma relação complexa e paradoxal entre processos de lembrar e de esquecer que deixam de ser vistos como polaridades opostas e passam a integrar um vínculo de coexistência paradoxal (GONDAR, 2016, p. 29).

Temos, por meio dessas seleções e construções, o manejo da história autorizada, celebrada e comemorada. Ao se abordar comumente as mortes dos políticos locais, da burocracia da Província e dos membros do clero e da magistratura, por meio de uma escrita poética, subjetiva, romântica e permeada de elementos sensíveis, uma gama significativa de outros da comunidade não possuem os seus traspases nem ao menos citados, ou quando o são, ocorrem por meio de pequenas notas de agradecimentos e convites solicitados pelos familiares. A tristeza, a dor, o luto, o pranto, a saudade e a melancolia, expressões sentimentais identificadas nos textos, são direcionadas a pessoas específicas, as quais, muitas vezes, os próprios necrológios asseveram serem merecedoras por seus atributos e qualidades fora do comum. Para os chefes políticos locais, vemos a memória e as lágrimas, para os escravizados, por exemplo, observamos um profundo silenciamento, que perpassa os 40 anos para os quais foram dedicadas as nossas análises.

Como afirma Seligmann-Silva (2003): “a memória só existe ao lado do esquecimento: um completa e alimenta o outro, um é o fundo sobre o qual se inscreve o outro” (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 53). Assim como diante da vida, não existe igualdade perante a morte. Os próprios testamentos são uma garantia de que os bens materiais acumulados não se percam após o traspasse. Se não haverá mais existência, por que essa preocupação? A necessidade de perpetuação dos poderes não se restringe apenas à presença física, há o desejo da sua permanência após a morte. A luta contra a finitude, também é um duelo contra a perda dos poderes exercidos.

O uso do sentimento, como uma ferramenta de comoção direcionada a poucos indivíduos, não é uma atitude neutra ou corriqueira. Há intenções em demonstrar que mais do que as outras, aquela morte é chorada e sofrida. Existe uma diferenciação entre os que são lembrados e os que são esquecidos. O morto, para o qual a dor é exposta e transmitida, é aquele com influência social e com os quais os periódicos ou quem prestava as homenagens possuíam afinidades políticas e partidárias. Assim,

usando as palavras de Assmann, “da recordação não se pode desvincular o esquecimento; ela necessariamente participa dele e nele se dilui” (ASSMAN, 2018, p. 440).

Mário Chagas (2002), em “Memória e Poder: dois movimentos”, afirma que indicar que a memória e o esquecimento podem ser semeados e cultivados corrobora, conforme destaca:

[...] a importância de se trabalhar pela desnaturalização desses conceitos e pelo entendimento de que eles resultam de um processo de construção que também envolve outras forças, como por exemplo: o poder. O poder é semeador e promotor de memórias e esquecimentos (CHAGAS, 2002, p. 44).

Sendo assim, reconhecer que existem relações entre o poder e a memória implica em politizar as lembranças e os esquecimentos, pois a memória é seletiva e este caráter, “[...] deveria ser suficiente para indicar as suas articulações com os dispositivos de poder” (CHAGAS, 2002, p. 44). São essas interações e a forma como elas atravessam e utilizam determinadas sobrevivências, representações e reconstruções do passado, o objetivo das análises do autor, pois “[...] onde há memória há poder e onde há poder há exercício de construção da memória. Memória e poder exigem-se” (CHAGAS, 2002, p. 69). De acordo com ele, dirigir-se ao passado, sem nenhuma perspectiva de mudança, implica na comemoração da ordem estabelecida e dos valores culturais dados.

A tese central desta pesquisa é que as expressões das emoções, aparentemente corriqueiras, naturais e pertencentes ao foro íntimo, podem ser usadas com propósitos políticos. Não era para qualquer cidadão que escritos metafóricos e repletos de sensibilidades eram dedicados. A morte, que aparentemente iguala a todos, mostrou-se um espaço da elaboração e fortalecimento de hierarquias, onde mesmo após a sua ocorrência, a determinados entes são atribuídas homenagens e valorizações, que podem ser compreendidas como uma forma daqueles com os quais possuíam afinidades também exaltarem e celebrarem a si.

As emoções nos necrológios não se despontaram como manifestações neutras e sinceras de apreço e de afeto, a regularidade com que aparecem, por exemplo, nos

obituários de deputados provinciais, seus amigos e familiares, que ocuparam mais da metade de todos os obituários sensíveis, românticos e poéticos publicados nos periódicos impressos da Província do Espírito Santo, indica as intenções que permeiam esses escritos e os seus esforços em exaltar determinadas personalidades, que formavam a elite política local, em detrimento de outras, as quais suas ausências ocupavam poucas e esparsas linhas. Nem na morte as desigualdades da vida se dissipam.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Abordar o tema da morte é uma forma de refletir sobre a certeza de que todas as vidas, inclusive as nossas, têm um fim e que implicações esta constatação traz para as relações, interações e atitudes humanas. Saber de antemão da própria finitude provoca uma série de consequências durante as existências, que abarcam temores, medos, negações, expectativas e esperanças. Analisar o traspasse e as suas decorrências mostrou-se uma missão concomitantemente instigante e complexa, que nos auxiliou a pensar nos usos políticos que as ações diante da morte podem conter, ao mesmo tempo que nos levou a diferentes ponderações sobre os sentidos e os efeitos do inevitável fim das trajetórias. Desta forma, pensamos na morte e no morrer como temas fundamentais para a compreensão de aspectos da vida, pois o nosso intuito foi verificar como os sentimentos referentes aos falecimentos influenciam e impactam os vivos.

O objetivo da nossa pesquisa foi efetuar uma investigação quanto ao teor dos necrológios, ou seja, das homenagens publicadas na imprensa diante do falecimento de alguém, em jornais impressos da cidade de Vitória, na Província do Espírito Santo, nos anos de 1849 a 1889. Neste processo, observamos as representações das emoções, verificando, nas manifestações sentimentais e afetivas, as interações políticas presentes nos textos. A pesquisa na segunda metade do século XIX foi motivada pelo espaço que a escrita do perecer ocupava nos periódicos e ao modo subjetivo e permeado de elementos sensíveis como se desenvolviam os elogios fúnebres. Com o decorrer do tempo, principalmente diante do maior desenvolvimento e alcance da medicina e das modificações dos rituais em torno dos mortos, essas características se reduziram consideravelmente.

No desenrolar do trabalho, expusemos como a expressão das sensibilidades, aparentemente natural e corriqueira nas vivências, também é uma seara para o surgimento e fortalecimento de relações de poder. Os obituários, por meio de uma prática cotidiana - as notícias de morte e as demonstrações das sensações provocadas pela perda - expressavam a sua visão de mundo, quanto a quem merecia ou não palavras de consagração e sofrimento. Na base dos necrológios, observamos

a valorização da biografia pessoal e o dramatismo do passamento, que permitiram refletir o quanto essas questões atribuíam determinadas influências aos falecidos, aos seus círculos de amizade, familiares e aliados. Percebemos, desta forma, o quão estreitas são as exposições dos sentimentos e o prestígio social dos homenageados.

As lágrimas, a dor, o pranto e a saudade são direcionados a pessoas específicas e que atuavam, comumente, na política local. O poder, deste modo, mostrou-se inserido em algo visto como natural e inerente ao ser humano, as demonstrações das suas emoções e pesares. O trabalho do luto, nesse sentido, tal qual observamos nos periódicos, não pode ser considerado como apenas uma simples lembrança do morto, trata-se de um passado revivido e elaborado para que aquele indivíduo seja admirado pelos vivos. As recordações daquele que faleceu permanecem, como uma certa forma de manutenção da sua continuidade no mundo.

A própria reprodução dos discursos proferidos nas solenidades, como um modo de legar para a posteridade as palavras ditas, demonstram as intenções da busca de permanência das glórias e dos feitos daqueles considerados ilustres. Notamos, portanto, o uso da escrita nos jornais como uma medida para a imortalização daquela pessoa e de conservação da sua existência. A morte natural, desta forma, não está, necessariamente, ligada à morte social, pois o morto mantém, por meio dos tributos elaborados sobre ele, determinadas relações de poder, que inclusive, podem configurar-se, na conservação de hierarquias. Os periódicos, com os textos publicados, contribuíam para a valorização dos cidadãos exercentes da política e dos seus familiares, amigos e concepções.

A relevância da saudade e da amizade, o uso de uma linguagem poética, metafórica e romântica em ocasiões específicas, a exaltação dos supostos excelentes atributos dos falecidos e a evocação de elementos sensíveis como a dor, o pranto e as lágrimas foram questões que se sobressaíram com regularidade nas fontes e nos permitiram analisar o quanto o prestígio social foi um aspecto determinante para o recebimento de obituários permeados de manifestações emotivas. Mais da metade dos necrológios publicados na Província no período foram dedicados a políticos, aos seus parentes ou assinados por eles, o que demonstra o quanto o espaço para as homenagens diante da morte eram locais no qual os membros da elite da cidade de Vitória se elogiavam,

expressavam o quão sofridas e sentidas eram as suas perdas e abordavam a grandiosidade das suas qualidades.

A pesquisa se desenvolveu, por meio da observação da viabilidade da permanência de certa existência após os falecimentos, propiciada pelas recordações e pelas elaborações das memórias referentes aos mortos. Foram as palavras deixadas pelos vivos sobre os sentimentos diante da finitude o propósito dessa investigação. Neste percurso, tivemos por intuitos, refletir como ocorria a exposição das emoções nos textos; verificar quais elementos sensíveis eram citados para prestar homenagens a alguém e investigar quais membros da comunidade local tinham suas mortes sentidas, lamentadas e choradas nos necrológios e que informações sobre a política e as interações sociais que ocorriam na capital capixaba foi possível obter por meio desses processos.

A principal conclusão desta tese é a de que as expressões das emoções, aparentemente inseridas nas searas psicológicas e biológicas humanas, também são lugares para fortalecimentos de hierarquias sociais e do poder. Observamos nas fontes que havia um perfil de indivíduos para o qual eram dedicadas demonstrações afetivas. Obituários poéticos, românticos e subjetivos eram voltados, em sua maioria, aos representantes da elite política, que utilizavam esses locais de reconhecimento das qualidades do outro, para também elogiarem a si e aos grupos dos quais faziam parte.

Neste sentido, em um período determinado, compreendido na segunda metade do século XIX, na cidade de Vitória, investigamos como a sensibilidade está inserida nos necrológios e para quais entes essas sensações são manifestadas. Consideramos, neste percurso, que há intenções nas demonstrações das emoções e que elas constituem, portanto, espaços nos quais são tecidas influências e relações políticas. As palavras de saudade, pranto, desesperação, dor, aflição, melancolia, tristeza, pesar, luto, martírio, agonia e consternação, dentre outras observadas na escrita da morte, não eram dedicadas a qualquer cidadão.

Havia uma seleção a quem se renderiam tributos e a quem seriam oferecidos obituários lamentosos. As lembranças das trajetórias eram direcionadas a entes específicos, conforme mostraram os nossos estudos. Os homenageados, em grande

parte, compunham a Assembleia Legislativa ou outros cargos de ordem política, assim como formavam o corpo clerical, a magistratura e ocupações burocráticas da Província. A morte, que supostamente igualaria os seres humanos por sua essência inevitável e incontornável, é evocada na imprensa com um caráter diferenciador. Para a maior parte da população não eram dedicadas palavras sensíveis e nem dizeres repletos de aflições. Não eram todos os moradores merecedores na imprensa das demonstrações dos tormentos provocados pelas perdas.

Sendo assim, compreendemos que as formas como as sensações sobre a morte aparecem nos periódicos possuem um cunho político, essa percepção é relevante na medida em que nos permitiu pensar nas diversas formas de manifestações do poder e como ele se insere até no que é considerado como algo íntimo e particular nas existências, as expressões do sentir. Muitas vezes concebidas como naturais, as demonstrações das emoções são utilizadas nos jornais para revelar toda a comoção que determinada morte provocou, utilizando-se, para isso, de elementos sensíveis como a dor, as lágrimas e a saudade que reforçam a ligação entre aquele que presta o reconhecimento e aquele que o recebe, mas não são quaisquer mortos considerados dignos dessas expressões. Apenas aqueles vistos como excepcionais e tributários da manutenção das suas memórias.

Comumente, os sentimentos são demonstrados e descritos, quando o que estava em cena eram os falecidos com relevância social e status políticos. Com isso, buscamos nesta pesquisa, analisar as relações existentes entre as recordações, a escrita da memória, o esquecimento e as estratégias de poder. Vislumbramos o espaço dos obituários como locais de interações sociais e legitimação política, nos quais mostraram-se perceptíveis uma constante elaboração de lembranças voltadas à idealização das excelentes ações daqueles celebrados como exemplares e para quem são dedicadas as mais profundas demonstrações afetivas e sensíveis.

Concluimos, portanto, que as emoções expressas nos necrológios, não são manifestações puramente afetuosas e imparciais, elas trazem aspectos sobre o cotidiano e as influências exercidas pelos falecidos, que nos permitiram compreender melhor aquela sociedade e as suas ações perante a vida e o seu fim. Percebemos, por exemplo, a constante presença dos deputados como homenageados ou

assinantes dos necrológios. Considerando que eles eram entes que tomavam, com frequência, algumas das principais decisões da Província e compunham a elite política local, que tinha na Assembleia Legislativa um espaço de acordos e configurações de poder, torna-se um aspecto relevante, que um quantitativo significativo de obituários seja dedicado a essas pessoas, que por meio da escrita, abordavam as suas qualidades e reforçavam o quão dolorosas e sofridas eram suas perdas.

Nos textos são citados, com regularidade, os exímios atributos desses indivíduos na vida pública e privada, a inexistência de algum tipo de desvio ou defeito e a relevante e intensa dedicação dos mesmos à pátria e ao futuro do Espírito Santo. A necrologia configura-se, desta forma, como um ambiente no qual constantemente os deputados elogiavam os mortos com os quais dividiam afinidades políticas e partidárias. Ponderamos, portanto, tratar-se de uma ferramenta utilizada para a valorização dessa elite, na qual seus entes almejavam extrapolar, inclusive, as limitações impostas pela finitude da vida na busca pela perpetuação dos seus poderes. Elogiar o outro mostrou-se, nesta pesquisa, como uma forma de antecipar as ações para evitar o esquecimento de si e para exaltar aquelas que eram consideradas as próprias boas qualidades. Interpretamos, que falar do amigo, é também reforçar o quanto quem se expressa é diferenciado e especial, pois ser próximo a alguém com muitas virtudes, pode ser compreendido como uma forma de ressaltar os bons predicados que se considera ter.

Abordar sobre quem regularmente é lembrado, implica, necessariamente, na reflexão quanto a quem se “esquece”, ou seja, os mortos que não são citados, celebrados ou para os quais não são dedicadas manifestações emotivas e sensíveis. A maior parte dos falecidos na Província não teve a sua existência detalhada e sua personalidade descrita e valorizada. As informações trazidas nos jornais sobre os óbitos ocorridos eram feitas no formato de pequenas notas, geralmente pagas e cuja publicação era solicitada pelas famílias ou amigos próximos, nas quais constavam o acontecimento, o local do enterramento ou o agradecimento pela participação nas solenidades.

Existiam ainda as publicações de listagens simples e diretas nas quais se relatavam as mortes ocorridas em um período de tempo, com o nome, a idade e a profissão. Nesses materiais não havia outros dados sobre as vidas, nem palavras metafóricas

ou qualquer tipo de exaltação referente àqueles indivíduos. Percebemos essas questões como relevantes para o nosso estudo, pois entendemos as memórias elaboradas sobre os mortos como espaços de ocultamentos, deformações e glorificações, que servem para enaltecer os status de alguns e emudecer a vivência de outros. Com isso, visualizamos os necrológios como escritos nos quais poderes são exercidos, pois havia a valorização de algumas pessoas, como os políticos, seus familiares e os membros do corpo clerical, burocrático, jurídico e militar, e o silenciamento de outras, como os escravizados, sobre os quais, de modo geral, quase não existem referências.

Uma vez que se trata de um estudo com proposições inéditas, da investigação das atitudes e emoções diante da morte da população da capital da Província do Espírito Santo e das interações políticas que os obituários trazem, consideramos que esta tese poderá colaborar e oferecer dados a outras investigações que tenham como temática a História das Emoções e a forma como elas, apesar de aparentemente naturais e inerentes ao existir humano, podem ter implicações sociais e serem utilizadas, muitas vezes de modo sutil, no fortalecimento de determinados poderes.

Ponderamos, que obter informações por meio da apreciação dos necrológios é uma forma de cooperar com as pesquisas voltadas ao século XIX que visam a novas perspectivas e olhares diante da dinâmica política, uma vez que não temos conhecimento de outros trabalhos que abordem as representações e análises dos elementos sensíveis presentes nas homenagens aos mortos no Espírito Santo e no Brasil no período. Vislumbramos, que futuramente, este levantamento realizado, possa ser utilizado em outras produções científicas, que investiguem a inserção da finitude da vida na imprensa e a forma como esses discursos estão presentes com frequência, fornecendo elementos para a apuração sobre os usos políticos da finitude e das emoções.

## FONTES

CORREIO DA VICTORIA. *Prospecto*. 17 de janeiro de 1849. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=218235&pagfis=1>>. Acesso em: 15 de maio de 2019.

CORREIO DA VICTORIA. *Necrologia*. 15 de março de 1849. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=218235&pesq=&pagfis=12>>. Acesso em: 20 de março de 2019.

CORREIO DA VICTORIA, 13 de abril de 1850. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=218235&pagfis=524>>. Acesso em: 30 de março de 2019.

CORREIO DA VICTORIA. *Publicações a Pedido*. 04 de dezembro de 1850. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/cache/66300417258/I0000795-2-0-003174-001884-007363-004370.JPG>>. Acesso em: 30 de março de 2019.

CORREIO DA VICTORIA. *Publicação a Pedido: necrologia*. 07 de dezembro de 1850. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/cache/4285403548853/I0000801-2-0-003176-001884-007364-004369.JPG>>. Acesso em: 30 de março de 2019.

CORREIO DA VICTORIA. *Tributo de saudade e gratidão à alma do finado Nicolau Lobo Vianna Júnior*. 01 de fevereiro de 1854. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/cache/5862102292444/I0000860-2-0-002232-001330-007568-004509.JPG>>. Acesso em: 30 de março de 2019.

CORREIO DA VICTORIA. *Comunicado*. 01 de março de 1854. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/cache/5862102292444/I0000906-2-0-002181-001330-007389-004505.JPG>>. Acesso em: 30 de março de 2019.

*CORREIO DA VICTORIA*, 22 de março de 1854. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/cache/1235801771008/I0000919-20003105001884-007506-004554.JPG>>. Acesso em: 30 de março de 2019

*CORREIO DA VICTORIA*, 02 de abril de 1854. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=218235&pesq=Francelino%20Jos%C3%A9%20da%20Costa>>. Acesso em: 18 de abril de 2018.

*CORREIO DA VICTORIA*, 05 de abril de 1854. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=218235&pesq=Manoel%20Francisco%20Vianna>>. Acesso em: 18 de abril de 2018.

*CORREIO DA VICTORIA*, 19 de abril de 1854. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=218235&pasta=ano%20185&pesq=%22Henrique%20Pinto%20de%20Azevedo%22&pagfis=950>>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2022.

*CORREIO DA VICTORIA*, *Publicação a Pedido*. 21 de julho de 1855. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/cache/28101004949152/I0001238-2-0-002908-001884-007680-004976.JPG>>. Acesso em: 18 de abril de 2018.

*CORREIO DA VICTORIA*, 25 de agosto de 1855. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/cache/4898603230053/I0001272-2-0-002886001884-007678-005013.JPG>>. Acesso em: 18 de abril de 2018.

*CORREIO DA VICTORIA*, 09 de setembro de 1855. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/cache/4691301460164/I0001280-2-0-002858001884-007604-005012.JPG>>. Acesso em: 18 de abril de 2018.

*CORREIO DA VICTORIA*, 26 de setembro de 1855. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/cache/3438007470057/I0001300-2-0-002018001330-007604-005012.JPG>>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2022.

CORREIO DA VICTORIA, 19 de dezembro de 1855. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/cache/5862102292444/I0001392-2-0-002022-001330-007620-005013.JPG>>. Acesso em: 13 de março de 2021.

CORREIO DA VICTORIA. *Necrologia*: à sentidíssima morte do Ilmo Senhor Manoel Rodrigues de Freitas. 23 de julho de 1856 <<http://memoria.bn.br/DocReader/cache/14781002143502/I0001611-2-0-002858-001884-007659-005048.JPG>> Acesso em: 13 de março de 2021.

CORREIO DA VICTORIA. *Necrologia*. 03 de setembro de 1856. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/cache/1181109585688/I0001660-2-0-002857-001884-007656-005049.JPG>>. Acesso em: 13 de março de 2021.

CORREIO DA VICTORIA. *Necrologia*. 19 de novembro de 1856. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/cache/526990575935/I0001744-2-0-002852-001884-007642-005049.JPG>>. Acesso em: 13 de março de 2021.

CORREIO DA VICTORIA. *Por Emília... a saudade (delírio)!* 12 de novembro de 1856. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/cache/2026406495783/I0001736-2-0-002852-001884-007642-005049.JPG>> Acesso em: 13 de março de 2021.

CORREIO DA VICTORIA. *Sobre o túmulo*. 08 de novembro de 1856. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/cache/2026406495783/I0001732-2-0-002852-001884-007642-005049.JPG>>. Acesso em: 13 de março de 2021.

CORREIO DA VICTORIA. *À sentida morte da ilustríssima Senhora Dona Emilia Mello Palhares dos Santos, oferecido à sua mãe Senhora D. Marianna Emilia Palhares dos Santos*. 15 de novembro de 1856. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/cache/2026406495783/I0001738-2-0-002852-001884-007642-005049.JPG>>. Acesso em: 13 de março de 2021.

CORREIO DA VICTORIA. *O tenente coronel J. da S. Caldas*. 05 de dezembro de 1857. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/cache/237490211178/I0002083-2-002904001884-007671-004976.JPG>>. Acesso em: 13 de março de 2021.

*CORREIO DA VICTORIA*, 31 de dezembro de 1864. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=218260&pesq=Pedro%20So%C3%ADdo&pagfis=294>>. Acesso em: 25 de maio de 2018.

*CORREIO DA VICTORIA. Anuncios.* 05 de março de 1870. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=218235&pagfis=2998>>. Acesso em: 17 de agosto de 2018.

*CORREIO DA VICTORIA. Correio da Victoria.* 20 de abril de 1871. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/cache/4512504848902/I0003417-2-0-002745-001884-007670-005264.JPG>>. Acesso em: 17 de agosto de 2018.

*JORNAL DA VICTORIA. Necrologia.* 29 de outubro de 1864. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=218260&pesq=&pagfis=228>>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2018.

*JORNAL DA VICTORIA. Publicação Pedida: à memória de J. J. Guizá.* 07 de julho de 1866. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/cache/1161101159632/I0001372-2-0-002161-001330-007435-004575.JPG>>. Acesso em: 15 de janeiro de 2022.

*JORNAL DA VICTORIA. Noticiário: falecimento.* 31 de outubro de 1866. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/cache/25307969431/I0001510-2-0-003226-001884-007622-004451.JPG>>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2018.

*JORNAL DA VICTORIA*, 12 de janeiro de 1867. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=218260&pesq=&pagfis=306>>. Acesso em: 22 de maio de 2018.

JORNAL DA VICTORIA. *Noticiário*. 16 de janeiro de 1867. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=218260&pesq=Raymundo%20Tavares%20da%20Silva&pagfis=308>>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2022.

JORNAL DA VICTORIA, 1º de junho de 1867. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=218260&pesq=&pagfis=470>>. Acesso em: 30 de maio de 2018.

JORNAL DA VICTORIA. *Publicação a Pedido*: Necrologia. 28 de setembro de 1867. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=218260&pesq=Raymundo%20Tavares%20da%20Silva&pagfis=611>>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2022.

JORNAL DA VICTORIA, 15 de fevereiro de 1868. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=218260&pesq=Pedro%20So%20C3%ADdo&pagfis=768>>. Acesso em: 20 de agosto de 2018.

JORNAL DA VICTORIA. *Noticiário*: falecimento. 27 de fevereiro de 1869. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/cache/568870939953/I0001644-2-0-003076-001884-007250-004440.JPG>>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2022.

O *ESPIRÍTO-SANTENSE*, 8 de setembro de 1870. Disponível em:<<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=217611&pesq=&pagfis=1>>. Acesso em: outubro de 2018.

O ESPÍRITO-SANTENSE. *Fallecimento*. 22 de outubro de 1870. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/cache/5245207226025/I0000035-2-0-002993-001884-006171-003885.JPG>>. Acesso em: outubro de 2018.

O ESPÍRITO-SANTENSE. *Prematuro Fallecimento*. 21 de abril de 1871. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/cache/4748702418591/I0000154-2-0-002988-001884-006162-003885.JPG>>. Acesso em: outubro de 2018.

O ESPÍRITO-SANTENSE. O *Espirito-Santense*. 8 de setembro de 1871. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=217611&pesq=&pagfis=105>>. Acesso em: 20 de novembro de 2018.

O *ESPÍRITO-SANTENSE*, 1º de dezembro de 1871. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=217611&Pesq=%22tenente%20joao%20da%20costa%22&pagfis=307>>. Acesso em: 30 de novembro de 2018.

O ESPÍRITO-SANTENSE. *Necrologia*: à sentida morte do meu prezado amigo, o tenente coronel Caetano Bento de Jesus Silveiras. 18 de fevereiro de 1873. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/cache/086805462872/I0000663-2-0-002938-001884-006321-004053.JPG>>. Acesso em: 30 de novembro de 2018.

O ESPÍRITO-SANTENSE. *Publicação Pedida*. 20 de fevereiro de 1873. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=217611&pagfis=671>>. Acesso em: 15 de dezembro de 2018.

O ESPÍRITO-SANTENSE. *À sentida morte de Francisco Rodrigues Pereira*. 31 de junho de 1873. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/cache/4589903588373/I0000939-2-0-002943-001884-006331-004053.JPG>>. Acesso em: 15 de dezembro de 2018.

O *ESPÍRITO-SANTENSE*, 1º de novembro de 1873. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=217611&pesq=anna%20rosa%20do%20amor%20divino&pagfis=1100>>. Acesso em: 30 de março de 2019.

O ESPÍRITO-SANTENSE. *A Pedidos*: falecimento. 1º de setembro de 1874. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/cache/3246008676874/I0001616-2-0-003114-001884-006615-004002.JPG>>. Acesso em: 30 de março de 2019.

O ESPÍRITO-SANTENSE. *A Pedidos*. 18 de setembro de 1874. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/cache/125140357937/I0001676-2-0-003118-001884-006616-003998.JPG>>. Acesso em: 30 de março de 2019.

O ESPÍRITO-SANTENSE. *Litteratura*: notícia acerca da vida do major José Marcellino Pereira de Vasconcelos. 15 de dezembro de 1874, <<http://memoria.bn.br/DocReader/cache/7969006092036/I0001807-2-0-003060-001884-006523-004016.JPG>>. Acesso em: 30 de março de 2019.

O *ESPÍRITO-SANTENSE*, 04 de janeiro de 1875. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=217611&pesq=&pagfis=1840>>. Acesso em: 29 de novembro de 2018.

O ESPÍRITO SANTENSE. *Passamento*. 09 de janeiro de 1875. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/cache/37454001616633/I0001845-2-0-002991-001884-006523-004109.JPG>>. Acesso em: 29 de novembro de 2018.

O ESPÍRITO-SANTENSE. *A pedidos*. 09 de março de 1875. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/cache/1117905358072/I0001949-2-0-002113-001330-006521-004105.JPG>>. Acesso em: 29 de novembro de 2018.

O ESPÍRITO-SANTENSE. *Transcrição*: lágrimas e saudades. 14 de dezembro de 1875. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/cache/4770103196375/I0002439-2-0-002942-001884-006599-004226.JPG>>. Acesso em: 29 de novembro de 2018

O ESPÍRITO-SANTENSE. *Passamento*. 03 de agosto de 1876. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/cache/4741301605297/I0002780-2-0-003039-001884-006941-004303.JPG>>. Acesso em: 29 de novembro de 2018.

O ESPÍRITO-SANTENSE. *Folhetim*: Ignacio dos Santos Pinto. 03 de agosto de 1876. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/cache/525606451641/I0002783-2-0-003080-001884-007029-004299.JPG>>. Acesso em: 29 de novembro de 2018.

O ESPÍRITO-SANTENSE. *A pedidos*. 05 de agosto de 1876. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/cache/3924403091394/I0002785-2-0-003080-001884-007029-004299.JPG>>. Acesso em: 29 de novembro de 2018.

O ESPÍRITO-SANTENSE. *Saudade*: à memória do prestigioso cidadão Ignacio dos Santos Pinto. 08 de agosto de 1876. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/cache/3924403091394/10002804-2-0-003078-001884-007029-004303.JPG>>. Acesso em: 29 de novembro de 2018.

O ESPÍRITO-SANTENSE. *A pedido*: discurso proferido à beira do túmulo de João dos Santos Currubelo, no dia 11 do corrente. 13 de outubro de 1877. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/cache/4589903588373/10003530-2-0-002974-001884-006750-004276.JPG>>. Acesso em: 29 de novembro de 2018.

O ESPÍRITO-SANTENSE. *A Pedidos*. 10 de abril de 1878. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/cache/42620953808/10003798-2-0-002999001884-006608-004151.JPG>>. Acesso em: 29 de novembro de 2018.

O *ESPÍRITO-SANTENSE*, 03 de dezembro de 1879. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=217611&pesq=&pagfis=4482>>. Acesso em: 02 de fevereiro de 2019.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Regina. “Entre a nação e a alma: quando os mortos são comemorados.” **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 14, 1994, p. 205-230.

ACHIAMÉ, Fernando. Prefácio. In: SIQUEIRA, Francisco Antunes de. **Memórias do passado**: a Vitória através de meio século. Vitória: Flor&Cultura, 1999.

AGOSTINHO, Márcia Esteves. “Emotion as Collective Identity: the case of Portuguese Saudade.” **Mediterranean Seminar**, Winter 2020 Workshop. University of Rochester, February 2020.

ARAÚJO, Ana Cristina Bartolomeu de Araújo. Morte, Memória e Piedade Barroca. In: COELHO. Antonio Mattias (cord). **As atitudes perante a morte**. Coimbra: Edições Minerva, 1991.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento; SANTOS, Myrian Sepúlveda dos Santos. História, memória e esquecimento: Implicações políticas. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, 2007, 95-111.

ARIÈS, Philippe. **História da morte no Ocidente**: da Idade Média aos nossos dias. Tradução por Priscila Vianna de Siqueira. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

ARIÈS, Philippe. **O homem diante da morte**. Tradução por Luiza Ribeiro. 2 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990. 2v.

ASSMANN, Aleida. **Espaços de Recordação**: formas e transformações da memória cultural. Tradução de Paulo Soethe. 2ª ed. São Paulo: Editora da Unicamp, 2018.

BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa**: Brasil 1800-1900. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BARBOSA, Silvana Mota. A política progressista: parlamento, sistema representativo e partidos nos anos 1860, in: CARVALHO, J. M.; NEVES, L. M. B. P. (Org.). **Repensando o Brasil do Oitocentos**: cidadania, política e liberdade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p.293-324.

BARROS, José D'Assunção. Imaginário, Mentalidades e Psico-História: uma discussão historiográfica. **Revista Labirinto**, Rio de Janeiro, v.7, 2005.

BARROS, José D'Assunção. **O campo da história**: especialidades e abordagens. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BODDICE, Rob. "The History of Emotions: Past, Present, Future". **Revista de Estudos Sociais**, no. 62 (2017): 10-15. <https://doi.org/10.7440/res62.2017.02>

BODDICE, Rob. **The History of Emotions**. Inglaterra: Manchester University Press, 2017.

BODDICE, Rob. **Pain**: a very short introduction. Inglaterra: OUP Oxford, 2017.

BONICENHA, Wallace. **Devoção e caridade**: as irmandades religiosas na cidade de Vitória-ES. Vitória: Multiplicidade, 2004.

BORNHEIM, G. A filosofia do Romantismo. In: GUINSBURG, J. **O Romantismo**. 3. ed. São Paulo: editora perspectiva, 1978.

BOTELHO, AFONSO. **Da saudade ao saudosismo**. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1990.

CARPEAUX, Otto Maria. **História da Literatura Ocidental**. 3ª ed. Brasília: edições do Senado Federal, 2008.

CARPEAUX, Otto Maria. Prosa e ficção do Romantismo. In: GUINSBURG, J. O **Romantismo**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

CARVALHO, J. (1998b). Problemática da saudade. Em J. Carvalho. **Elementos constitutivos da consciência saudosa e Problemática da saudade, precedidos de uma Introdução à Filosofia da Saudade no Século XX de Miguel Real**. 2ª ed (pp. 66-75). Lisboa: Lisboa (Original publicado em 1952).

CARVALHO, J. M.; NEVES, L. M. B. P. (Org.). **Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, 597p.

CARVALHO, J. M. **A construção da Ordem: a elite política imperial**. *Teatro de Sombras: a política imperial*. 15 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

CATROGA, Fernando. Morte romântica e religiosidade cívica. In: MATTOSO, José. **História de Portugal: o Liberalismo**. v. 5. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993.

CATROGA, Fernando. **Os passos do Homem como Restolho do Tempo: memória e fim do fim da História**. Coimbra: Almedina, 2009.

CATROGA, Fernando. **O céu da memória: cemitério romântico e culto cívico dos mortos em Portugal (1756-1911)**. Coimbra: Minerva, 1999.

CATROGA, Fernando. Revolução e secularização dos cemitérios em Portugal. In: COELHO, Antonio Mattias (cord). **As atitudes perante a morte**. Coimbra: Edições Minerva, 1991.

CARVALHO, Enaile Flauzina. **Rede de interesses: produção, abastecimento, cabotagem e estradas (Espírito Santo, 1790- 1831)**. 2016. 237p. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

CASTILLO, Inmaculada Montalvo. Muerte y religiosidad en la burguesía almeriense del siglo XIX. **La Religiosidad popular y Almería: actas de las III Jornadas**, 2004, 305- 4, p. 85-102.

CERTEAU, Michel de. O inominável: morrer. In: **A invenção do cotidiano**. Tradução por Ephraim Ferreira Alves. 4 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CEZAR, Temístocles. Prefácio. In: MARCELINO, D. A. **Historiografia, morte e imaginário**: estudos sobre racionalidades e sensibilidades políticas. SP: Alameda, 2017.

CHAGAS, Mário. Memória e Poder: dois movimentos. **Cadernos de Sociomuseologia**, v.19, n. 19, 2002.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros**: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Tradução de Mary del Priore. 2 ed. Brasília: UnB, 1998.

CHARTIER, Roger. Escutar os mortos com os olhos. **Estudos Avançados**, v. 24, n. 69, p. 6-30, 1 jan. 2010.

COELHO. Antonio Mattias (cord). **As atitudes perante a morte**. Coimbra: Edições Minerva, 1991.

CONNERTON, PAUL. **Como as sociedades recordam**. 2ª ed. (M. M. Rocha, Trad.). Oeiras: Celta, 1999.

CORBIN, Alan. Introdução. In: CORBIN, Alan; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (org). **História das Emoções**: das luzes até o final do século XIX. Tradução de Guilherme João de Feitas Teixeira. Rio de Janeiro: Vozes, 2020.

COSTA, Freire Jurandir. **Razões Públicas, Emoções Privadas**. Rio de Janeiro: Rocoo, 1999.

CUCHET, Guillaume. A renovação da emoção religiosa. In: CORBIN, Alan; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (org). **História das Emoções**: das luzes até o final do século XIX. Tradução de Guilherme João de Feitas Teixeira. Rio de Janeiro: Vozes, 2020.

DAEMON, Basílio Carvalho. **Província do Espírito Santo**: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística. Vitória: Coleção Canaã, 2. ed, 2010.

DAEMON, Ticiano Corrêgio; Daemon. Traços Biográficos. In: DAEMON, Basílio Carvalho. **Província do Espírito Santo**: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística. Vitória: Coleção Canaã, 2ª ed, 2010.

D'ALESSIO, Márcia Mansor. Intervenções da Memória na Historiografia: identidades, subjetividades, fragmentos e poderes. **Projeto História**. v.17. 1998.

DIATRIBE. In: **DICIO**, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2020. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/diatribes/>. Acesso em: 09 de junho de 2020.

DIXON, Thomas. "Emotion: The History of a Keyword in Crisis". **Revisão de emoções**. 2012;4(4):338-344. doi:10.1177/1754073912445814.

DOUEK, Safdie Sybil. **Memória e Exílio**. São Paulo: Escuta, 2003.

DUVIGNAUD, Jean. Prefácio. In: HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2013.

ELIAS, Norbert. **A solidão dos Moribundos**: seguido de envelhecer e morrer. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

EMOÇÃO. **Michaelis**. SÃO PAULO: Editora Melhoramentos, 2022. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/modernoportugues/busca/portuguesbrasileiro/emo%C3%A7%C3%A3o/>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2022.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidentes de província (1833-1888). Relatórios de presidentes da Província do Espírito Santo.

FALBEL, Nachman. Fundamentos históricos do Romantismo. In: GUINSBURG, J. **O Romantismo**. 3. ed. São Paulo: editora perspectiva, 1978.

FERREIRA, Tania Maria Tavares Bessone da Cruz. Livros e Sociedade: a formação de leitores no século XIX. **Revista Teias**, v.1, n.1, 2000, Rio de Janeiro.

FOLQUER, Cynthia. Colera morbus y cólera divina. Miedo a la muerte e imaginário religioso en Tucumán (Argentina) a fines del siglo XIX. **Boletín Americanista**, Ano lxi.1, nº 62, Barcelona, 2011.

FRANCO, Sebastião Pimentel. **O Terribilíssimo mal do Oriente**: o cólera na província do Espírito Santo (1855-1856). Vitória: Edufes, 2015.

FRANCO, Sebastião Pimentel. Revelando o cotidiano da comarca de Vitória a partir dos autos criminais (1843- 1871). **Crítica Histórica**. v. 4, n. 8 (2013).

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar Escrever Esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2009.

GONDAR, Jô. Cinco proposições sobre memória social. **Revista Morpheus** (Número especial: Por que memória social?). *Revista Morpheus - Estudos Interdisciplinares Em Memória Social*, 9(15), 2016. Recuperado de <http://www.seer.unirio.br/morpheus/article/view/5475>.

GOULARTE, Rodrigo da Silva. **Figurões da Terra**: trajetórias e projetos políticos no Espírito Santo do oitocentos. Vitória: Edufes, 2017.

GUIMARÃES, Ana Rosa Gonçalves de Paula; PRÓCHNO, Caio César Souza Camargo. As principais características e atitudes do movimento romântico. **Revista LETRAS & IDEIAS**, 1(1), 2016, p. 66-85.

GUINSBURG, J. **O Romantismo**. 3. ed. São Paulo: editora perspectiva, 1978.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2013.

HEINZ, Flávio M. (org.) **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

HERZLICH, Claudine. **Os encargos da morte**. Rio de Janeiro: IMS/UERJ, 1993.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Recenseamento do Brasil em 1872**. Disponível em: [http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/visualiza\\_colecao\\_digital.php?titulo=Recenseamento%20Geral%20do%20Brasil%201872%20%20Imp%C3%A9rio%20do%20Brasil&link=Imperio%20do%20Brazil](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/visualiza_colecao_digital.php?titulo=Recenseamento%20Geral%20do%20Brasil%201872%20%20Imp%C3%A9rio%20do%20Brasil&link=Imperio%20do%20Brazil). Acesso em: 15 de março de 2020.

LARANGEIRA, ÁLVARO N. Arqueobiografia do pioneiro da imprensa no Brasil: nas pegadas do frei Tibúrcio. **Revista FAMECOS**, v. 18, n. 3, p. 765-781, 22 dez. 2011.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LAUNGANI, Pitto; PARKES, Colin Murray; YOUNG, Bill Young (orgs). **Morte e luto através das culturas**. Portugal: Climepsi Editores, 2003.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução de Bernardo Leitão. São Paulo: Editora da Unicamp, 1990.

LE GOFF, Jacques. **O nascimento do Purgatório**. Tradução de Maria Fernanda Gonçalves de Azevedo. Lisboa: Editorial Estampa, 1999.

LEGOY, Corinne. O entusiasmo da adesão: novas formas de emoções políticas. In: CORBIN, Alan; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (org). **História das Emoções**: das luzes até o final do século XIX. Tradução de Guilherme João de Feitas Teixeira. Rio de Janeiro: Vozes, 2020.

LOPES, Ana Mafalda Pereira. O Luto em Portugal: da Corte à Gente Comum (séculos XV-XVI), **Medievalista** [Online], 2017. Disponível em <http://journals.openedition.org/medievalista/1360>.

LOURENÇO, Eduardo. **O labirinto da saudade**: psicanálise mítica do destino português. 5.ed. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

LYON-CAEN, Judith. O “eu” o barômetro da alma. In: CORBIN, Alan; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (org). **História das Emoções**: das luzes até o final do século XIX. Tradução de Guilherme João de Feitas Teixeira. Rio de Janeiro: Vozes, 2020.

LUSTOSA, Isabel. **O nascimento da imprensa brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

MARCELINO, D. A. **Historiografia, morte e imaginário**: estudos sobre racionalidades e sensibilidades políticas. SP: Alameda, 2017.

MARCÍLIO, Maria Luiza. A morte de nossos ancestrais. In: MARTINS, José de Souza (Org.). **A morte e os mortos no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1983.

MARCOS, Esperanza Guillén. Visiones de la muerte en al pintura del siglo XIX: del cadáver a la muerte como idea. **La multiculturalidad en las Artes y en la Arquitectura**: XVI Congreso Nacional de História del Arte, Las Palmas de Gran Canaria / coord. por María de los Ángeles Delisau Jorge, Marta Rodríguez Padilla, Francisco Javier Pueyo Abril; María de los Reyes Hernández Socorro (dir. Congr.), Vol. 1, 2006.

MARTINS, E. C. R. Tempo e memória: a construção social da lembrança e do esquecimento. **Liber Intellectus**, São Paulo, 2007, v. 1, p. 1-15.

MERLO, Patrícia. **O nó e o ninho**: estudo sobre a família escrava em Vitória (1800-1871). Vitória: Edufes, 2018.

MONTAIGNE, M. **Ensaio**. São Paulo: Victor Civita, 1984.

MORAES, Eliane Robert. In: SCHMITT, J. L. **Mortes Vitorianas**: corpos, lutos e vestuário. São Paulo: Alameda Editorial, 2010.

MOREL, Marco. Independência no Papel: a imprensa periódica. In: JANCSÓ, István (org). **Independência**: história e historiografia. São Paulo, Editora Hucitec/Fapesp, 2005.

MOREL, Marco. O surgimento da Imprensa no Brasil: questões atuais. **Revista Maracanan**. Rio de Janeiro, n.3, p.17-39, 2005.

MOTTA, A. Melancolia e paisagens da morte. **Revista de Ciências Sociais - Política & TRABALHO**, [S. l.], v. 2, n. 39, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/politicaetrabalho/article/view/17654>. Acesso em: 2 mar. 2022.

MOTTA, Kátia Sausen da. Pelo voto do cidadão: estratégias eleitorais na Província do Espírito Santo, in: CAMPOS, A. P.; MOTTA, K. S; RIBEIRO, G. L; SIQUEIRA, K. S (Org). **Entre as Províncias e as Nações**: os diversos significados da política no Brasil do oitocentos. Vitória: Editoria Milfontes, 2019, p. 163-180.

NASCIMENTO, A.R.A. e MENANDRO, P.R.M. (2005). Memória social e saúde: especificidades e possibilidades de articulação na análise psicossocial de recordações. **Memorandum**, 8, 5-19. Retirado em 04/03/2021 do World Wide Web: <http://www.fafich.ufmg.br/~memorandum/artigos08/nascimenan01.htm>

NECROLÓGICO. In: **DICIO**, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2020. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/necrologio/>. Acesso em: 09 de junho de 2020.

NEVES, Lúcia Maria Bastos; MOREL, Marco; FERREIRA, Tânia M. Bessone da C. (orgs.). **História e Imprensa**: representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: DP&A / FAPERJ, 2006.

NEVES, Lúcia Maria Bastos. Liberalismo Político no Brasil: Ideias, Representações e Práticas (1820-2823). In: GUIMARAES, Lucia Maria Paschoal; PRADO Maria Emilia (org). **O liberalismo no Brasil Imperial**: origens, conceitos e práticas. Rio de Janeiro: Ervan, 2001. p. 73-102.

NOGUEIRA, André Luís Lima; FRANCO, Sebastião Pimentel. Epidemias Como Notícias de Jornais: Os Casos de Febre Amarela e do Cólera no Espírito Santo Oitocentista (1849-1856). **Revista OPSIS** (On-line), Ed. Catalão, v.17, n.1, p 37-51, jan/jun. 2017.

NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**. São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

NUNES, Benedito. A visão Romântica. In: GUINSBURG, J. **O Romantismo**. 3. ed. São Paulo: editora perspectiva, 1978.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. "Brasileiros ilustres no tribunal da posteridade biografia, memória e experiência da história no Brasil oitocentista". **Varia História**, Belo Horizonte, 2010, v. 26, nº 43, p.283- 298.

ORBEA, Juan Madariaga. Mentalidad: estabilidad y cambio. Un estudio de actitudes ante la muerte en los siglos XVIII y XIX. **História Contemporânea**. N.5. Espanha, 1991.

ORTEGA, Francisco. **Amizade e Estética da Existência em Foucault**. Rio de Janeiro, Graal, 1999.

ORTEGA, Francisco. **Genealogias da amizade**. São Paulo: Iluminuras, 2002.

ORTEGA, Francisco. **Por uma política da amizade**. Rio de Janeiro: Dumará, 2000.

PEINADO RODRÍGUEZ, M. (2014). Muerte y sociedad en el siglo XIX. **Antropología Experimental**, (5). Recuperado a partir de <https://revistaselectronicas.ujaen.es/index.php/rae/article/view/2062>.

PEIXOTO, Antonio Carlos. Liberais ou Conservadores? In: GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal; PRADO Maria Emilia (orgs). **O liberalismo no Brasil Imperial**: origens, conceitos e práticas. Rio de Janeiro: Ervan, 2001. p. 11-30.

PEREIRA, Heráclito Amâncio. A imprensa no Espírito Santo por Amâncio Filho. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo**, Vitória, n. 3, 1922.

PERINI, Júlia Freire. **Deixai morrer, Deixai viver**: as mudanças no sentido da morte na cidade de Vitória-ES. 2019. 257p. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cultura e Representações, uma trajetória. **Anos 90**, Porto Alegre, v.13, n.23/24, p.45-58, 2006.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. 2.ed. Belo Horizonte/MG: Autêntica, 2003. 132p.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. In: **Estudos Históricos**, 2 (3). Rio de Janeiro, 1989.

QUIUQUI, Meryhelen Alves da Cruz. **Pantheon das Victorias Litterarias da mocidade**: o Atheneu e o ensino secundário na Província do Espírito Santo (1873-1892). 208p. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019.

PROSPECTO. In: **DICIO**, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2020. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/prospecto/>. Acesso em: 09 de junho de 2020.

REESINK, Mísia Lins. Quando lembrar é amar: tempo, espaço, memória e saudade nos ritos fúnebres católicos. **Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia**. v. 16, 2012.

REIS, João José. Fontes para a história da morte na Bahia do século XIX. **Cadernos do CRH**, Salvador, v. 15, p. 111-122, 1991.

REIS, João José. O cotidiano da morte no Brasil oitocentista. In: NOVAIS, Fernando A (Org.). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997 - 1998. p. 96- 141. 2v.

REIS, João José. Prefácio. In: RODRIGUES, Cláudia. **Lugares dos mortos na cidade dos vivos**: tradições e transformações fúnebres na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1997.

REZENDE, Cláudia Barcellos e COELHO, Maria Cláudia. **Antropologia das Emoções**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. Série Sociedade e Cultura, 2010.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

RIBEIRO, André Luiz Rosa. **In Memoriam**: urbanismo, literatura e morte. Bahia: Editus, 2017.

RIBEIRO, Lavina Madeira. Imprensa e Esfera pública: o processo de institucionalização do jornalismo no Brasil (1808-1964). **Revista Comunicação e Sociedade**. São Paulo, n.25, 2004.

ROBIN, Régine. **A memória saturada**. Tradução de Cristiane Dias e Greciely Costa. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2016.

RODRIGUES, Cláudia. **Nas fronteiras do além**: a secularização da morte no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

RODRIGUES, José Carlos. **Tabu da Morte**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.

ROSEWEIN, Barbara H. **História das emoções**: problemas e métodos. São Paulo: Letra e Voz Editora, 2011.

ROSENBLATT, Paul C. O luto em sociedades de Pequena Escala. In: LAUNGANI, Pitto; PARKES, Colin Murray; YOUNG, Bill Young (orgs). **Morte e luto através das culturas**. Portugal: Climepsi Editores, 2003.

SANTOS, Míriam Sepúlveda dos. **Memória Coletiva e Teoria Social**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012.

SANTOS, Estilague Ferreira dos. **Memória do Desenvolvimento do Espírito Santo (Grandes Nomes)**: José de Melo Carvalho Muniz Freire. Vitória: Espírito Santo em Ação, 2012.

SAUDADE. In: **DICIO**, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2022. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/saudade/>. Acesso em: 02 de fevereiro de 2022.

SCHMITT, J. L. de M. A dor manifesta: vestuário de luto no século XIX. dObra[s] – **Revista da Associação Brasileira de Estudos de Pesquisas em Moda**, [S. l.], v. 3, n. 5, p. 76–80, 2009. DOI: 10.26563/dobras. v. 3i5.312. Disponível em: <https://dobras.emnuvens.com.br/dobras/article/view/312>.

SCHMITT, J. L. **Mortes Vitorianas**: corpos, lutos e vestuário. São Paulo: Alameda Editorial, 2010.

SCHOPENHAUER, Arthur. A morte. Metafísica do amor. **Do sofrimento do mundo**. Tradução por Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2004.

SCOLFORO, Jória Motta. **O último grão de areia na ampulheta da vida**: poder, política e falecimentos nos periódicos "Correio da Victoria", "Jornal da Victoria" e "O Espírito - Santense". 2011. 130 p. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2011.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Reflexões sobre a Memória, a História e o Esquecimento. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio (org). **História Memória Literatura**: o testemunho na era das catástrofes. São Paulo: Editora da Unicamp, 2003.

SILVA, W. C. L. da. Biografias: construção e reconstrução da memória. **Fronteiras**, [S. l.], v. 11, n. 20, p. 151–166, 2009. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/view/626>. Acesso em: 2 mar. 2022.

SILVEIRA; Godofredo da. **Almanak administrativo, mercantil, industrial e agrícola da Província do Espírito Santo**. Vitória: Tip. da Província do Espírito Santo, 1884-1889.

SIQUEIRA, Francisco Antunes de. **Memórias do passado**: a Vitória através de meio século. Vitória: Flor&Cultura, 1999.

TEIXEIRA, António Braz. **Deus, o mal e a saudade**: estudos sobre o pensamento português e luso-brasileiro contemporâneo. Lisboa: Fundação Lusíada, 1993.

THOMAS, Louis-Vincent. **Morte e Poder**. trad. Isabel St. Aubyn. - 1ª ed. - Lisboa: Temas e Debates, 2001.

THOMPSON, John B. **Ideologia e Cultura Moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.

VERNANT, Jean-Pierre. Introdução. In: VERNANT, Jean-Pierre; GNOLI, Gherardo (org.). **La Mort, les morts dans les sociétés anciennes**. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

VIANNA, Karulliny Silverol Siqueira. **Imprensa e Partidos Políticos na Província do Espírito Santo (1860 – 1880)**. Vitória: IHGES, 2013.

VINCENT-BUFFAULT, A. **História das Lágrimas**: séculos XVIII e XIX. Tradução brasileira de L. Marques e M. Gambini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

VINCENT-BUFFAULT, A. **Da amizade**: uma história do exercício da amizade nos séculos XVIII e XIX (M. L. X. A. Borges, trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

VOVELLE, Michel. A história dos homens no espelho da morte. In: BRAET, Herman; VERBEKE, Werner (Org.). **A morte na Idade Média**. Tradução por Heitor Megale, Yara Frateschi Vieira, Maria Carmem Cescato. São Paulo: Edusc, 1996. p. 11-25.

VOVELLE, Michel. **Ideologias e Mentalidades**. Tradução de Maria Julia Cottvasser. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

WALCH, Agnès. Da alma sensível ao advento do estudo científico das emoções: a densificação das emoções na esfera privada. In: CORBIN, Alan; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (org.). **História das Emoções**: das luzes até o final do século XIX. Tradução de Guilherme João de Feitas Teixeira. Rio de Janeiro: Vozes, 2020.

ZELDIN, Theodore. História pessoal e história das emoções. **História**: Questões & Debates, Curitiba, v. 12, n. 22-23, p. 30-44, jun./dez. 1991. p. 39-40.

ZIEGLER, Jean. **Os vivos e a morte**: uma "sociologia da morte" no Ocidente e na diáspora africana no Brasil e seus mecanismos culturais. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

## RELAÇÃO DOS NECROLÓGIOS

Correio da Victoria, *Necrologia*, 15 de março de 1849, p.3

Correio da Victoria, *Publicações a Pedido*, 04 de dezembro de 1850, p.3

Correio da Victoria, *Publicações a Pedido*, 07 de dezembro de 1850, p.3

Correio da Victoria, *Necrologia*, 01 de setembro de 1851, p.3

Correio da Victoria, *Tributo de saudade e gratidão à alma do finado Nicolau Lobo Vianna Júnior, falecido no Rio de Janeiro*, 01 de fevereiro de 1854, p.2

*Correio da Victoria*, 01 de março de 1854, p.2

*Correio da Victoria*, 22 de março de 1854, p.2

*Correio da Victoria*, 02 de abril de 1854, p. 2

*Correio da Victoria*, 05 de abril de 1854, p. 2

*Correio da Victoria*, 19 de abril de 1854, p.2

Correio da Victoria, *Publicação a Pedido*, 21 de julho de 1855, p. 3

Correio da Victoria, *Publicação a Pedido*, 25 de agosto de 1855, p.4

*Correio da Victoria*, 09 de setembro de 1855, p.4

Correio da Victoria, *Publicação a Pedido*, 26 de setembro de 1855, p.4

*Correio da Victoria*, 19 de dezembro de 1855, p. 3

Correio da Victoria. *Necrologia*: à sentidíssima morte do Ilmo Senhor Manoel Rodrigues de Freitas, 23 de julho de 1856, p. 3

Correio da Victoria, *Necrologia*, 03 de setembro de 1856, p. 3

Correio da Victoria, *Sobre o túmulo*, 08 de novembro de 1856, p. 3

Correio da Victoria, *Por Emilia... A Saudade (delírio)!*, 12 de novembro de 1856, p.4

Correio da Victoria, *À sentida morte da ilustríssima Senhora Dona Emilia Mello Palhares dos Santos, oferecido à sua mãe Senhora D. Marianna Emilia Palhares dos Santos*, 15 de novembro de 1856, p.3

Correio da Victoria, 02 de dezembro de 1857, p.4

Correio da Victoria, *Communicado*, 04 de novembro de 1857, p.3

Correio da Victoria, *O tenente coronel J. da S. Caldas*, 05 de dezembro de 1857, p. 2

Correio da Victoria, *Communicado*, 7 de dezembro de 1857, p.3

Correio da Victoria, 18 de dezembro de 1857, p.4

Correio da Victoria, *O Sr. Alexandre Máximo da Costa Vidigal*, 07 de abril de 1858, p.3

Correio da Victoria, *Ainda uma Lágrima*, 22 de outubro de 1859, p.2

Correio da Victoria, *Necrologia*, 29 de outubro de 1864, p. 3

Correio da Victoria, *Publicação a Pedido*, 25 de junho de 1869, p.3

Correio da Victoria, *Publicação a Pedido*, 16 de março de 1870, p.2

Correio da Victoria, *Publicação a Pedido*, 23 de abril de 1870, p.2

Correio da Victoria, *Fallecimentos*, 27 de setembro de 1870, p.3

Correio da Victoria, 20 de abril de 1871, p.3

Correio da Victoria, *Fallecimento*, 26 de junho de 1872, p.2

Jornal da Victoria, *Necrologia*, 29 de outubro de 1864, p.3

Jornal da Victoria, *Publicação a Pedido*, 14 de março de 1866, p.2

Jornal da Victoria, 17 de março de 1866, p.2-3

Jornal da Victoria, *Fallecimentos*, 24 de março de 1866, p.4

Jornal da Victoria, *Fallecimentos*, 19 de maio de 1866, p.3

Jornal da Victoria, *Ao meu amigo José Ferreira Sampaio, pela sentidíssima morte de sua prezada mãe, D. Maria Magdalena dos Anjos Rufino*, 31 de junho de 1866, p.2

Jornal da Victoria, *À Memória de J. J. Guizão*, 07 de junho de 1866, p.2-3

Jornal da Victoria, *Noticiário*, 16 de janeiro de 1867, p.2

Jornal da Victoria, *Fallecimento*, 27 de setembro de 1867, p.4

Jornal da Victoria, *Necrologia*, 28 de setembro de 1867, p.3

Jornal da Victoria, *Discurso recitado por Odorico José Mululo, quando se sepultava o cadáver de Candido Maria da Silveira no Convento de S. Francisco*, 15 de fevereiro de 1868, p.2

Jornal da Victoria, *Fallecimento*, 27 de fevereiro de 1869, p.4

O Espírito-Santense, *Fallecimento*, 22 de outubro de 1870, p.3

O Espírito-Santense, *Publicação Pedida*, 17 de dezembro de 1870, p.4

O Espírito-Santense, *Poesia*, 14 de março de 1871, p.2

O Espírito-Santense, *Prematuro Fallecimento*, 21 de abril de 1871, p.2

O Espírito-Santense, *Pêsames*, 19 de novembro de 1872, p.4

O Espírito-Santense, *Necrologia: à sentida morte do meu prezado amigo, o tenente coronel Caetano Bento de Jesus Silveiras*, 18 de fevereiro de 1873, p.3

O Espírito-Santense, *Publicação Pedida*, 20 de fevereiro de 1873, p.3

O Espírito-Santense, *Uma lágrima de saudade à memória daquele que foi sempre virtuoso*, 25 de março de 1873, p.4

O Espírito-Santense, *À sentida morte de Francisco Rodrigues Pereira*, 31 de junho de 1873, p.3-4

O Espírito-Santense, *Biographia*, 28 de agosto de 1873, p.4

O Espírito-Santense, *À morte do capitão José Ribeiro da Silva Laranja, Vogal do Conselho Director da Associação Emancipadora – Primeiro de Janeiro*, 19 de maio de 1874, p.3

O Espírito-Santense, *A Pedidos: falecimento*, 01 de setembro de 1874, p.4

O Espírito-Santense, *A Pedidos*, 18 de setembro de 1874, p.4

O Espírito-Santense, *Biographia do Finado Major Caetano Dias da Silva*, 19 de setembro de 1874, p.4

- O Espírito-Santense, *Notícia acerca da vida do major Marcellino Pereira de Vasconcellos*, 17 de dezembro de 1874, p.4
- O Espírito-Santense, *Notícia acerca da vida do major Marcellino Pereira de Vasconcellos (cont.)*, 19 de dezembro de 1874, p.2
- O Espírito-Santense, *Notícia acerca da vida do major Marcellino Pereira de Vasconcellos (cont.)*, 22 de dezembro de 1874, p.3
- O Espírito-Santense, *Notícia acerca da vida do major Marcellino Pereira de Vasconcellos (cont.)*, 24 de dezembro de 1874, p.3-4
- O Espírito-Santense, *Notícia acerca da vida do major Marcellino Pereira de Vasconcellos (cont.)*, 29 de dezembro de 1874, p.3
- O Espírito-Santense, *Notícia acerca da vida do major Marcellino Pereira de Vasconcellos (cont.)*, 31 de dezembro de 1874, p.3
- O Espírito-Santense, *Notícia acerca da vida do major Marcellino Pereira de Vasconcellos (cont.)*, 05 de janeiro de 1875, p.2
- O Espírito-Santense, *Notícia acerca da vida do major Marcellino Pereira de Vasconcellos (cont.)*, 07 de janeiro de 1875, p.2.
- O Espírito-Santense, *Passamento*, 09 de janeiro de 1875, p.1
- O Espírito-Santense, *Ao Senhor Capitão Francisco de Souza Monteiro e a sua Exm<sup>a</sup> consorte, por falecimento de sua querida filha D. Barbara Maria de Souza*, 09 de março de 1875, p.3
- O Espírito-Santense, *Necrológio*, 16 de junho de 1875, p.2
- O Espírito-Santense, *À sentida morte do jovem Deolindo Francisco Ribeiro*, 28 de agosto de 1875, p.3
- O Espírito-Santense, *Transcrição: lágrimas e saudades*, 14 de dezembro de 1875, p. 3
- O Espírito-Santense, *Folhetim: Ignacio dos Santos Pinto*, 03 de agosto de 1876, p. 4
- O Espírito-Santense, *Uma lágrima de saudade sobre a sepultura que encerra o cadáver de João Guillhermino de Jesus*, 09 de março de 1876, p.3.

O Espírito-Santense, *Biographia do Finado Capitão José Fernandes da Costa Pereira*, 20 de maio de 1876, p.3

O Espírito-Santense, *A Pedidos*, 05 de agosto de 1876, p. 3

O Espírito-Santense, *Saudade: à memória do prestigioso cidadão Ignacio dos Santos Pinto*, 08 de agosto de 1876, p. 3

O Espírito-Santense, *Uma saudade*, 25 de setembro de 1877, p.2

O Espírito-Santense, *Discurso proferido à beira do túmulo de João Santos Currubelo, no dia 11 do corrente*, 13 de outubro de 1877, p.2

O Espírito-Santense, *Nechrologia pela sentida morte de D. Lydia Camlon du Pin Lisboa*, 13 de março de 1878, p.3

O Espírito-Santense, *Luto e Pranto*, 31 de agosto de 1878, p.4

O Espírito-Santense, *Saudade! Agradecimento!*, 03 de novembro de 1878

O Espírito-Santense, *Discurso Proferido pelo adj. Da ord. Da Loja União e Progresso desta cidade por ocasião de dar-se ao cadáver do Dr. José Côrrea de Jesus, membro daquela mesma loja*, 05 de novembro de 1879

O Espírito-Santense, *Tributo à Memória do Coronel Dionyzio Alvaro Rezendo*, 25 de junho de 1881, p.2-3

O Espírito-Santense, *Biographia do Coronel Dionyzio Alvaro Rezendo*, 02 de julho de 1881, p.2

O Espírito-Santense, *Biographia do Coronel Dionyzio Alvaro Rezendo (cont.)*, 24 de agosto de 1881, p.3

O Espírito-Santense, *Biographia do Coronel Dionyzio Alvaro Rezendo (cont.)*, 06 de setembro de 1881, p.2

O Espírito-Santense, *Nechrologia: a angustiadíssima e prematura morte de Dr. Francisco Gomes de Azambuja Meirelles proferida diante de seu cadáver no Cemitério da Misericórdia*, 10 de junho de 1884, p.4

O Espírito-Santense, *Oração pronunciada ante o cadáver do desventurado Orlando de Paula Valle da Floresta, pelo estudante Agenor Moreira*, 09 de janeiro de 1886, p.4

- O Espírito-Santense, *Historiographia: Dr. Henrique Leal*, 22 de outubro de 1886, p.4
- O Espírito-Santense, *À Memória do Amigo de infância Torquato Malta*, 07 de julho de 1886
- O Espírito-Santense, *Manoel Jorge Rodrigues*, 18 de agosto de 1886, p.2
- O Espírito-Santense, *Tributo e Homenagem ao finado Exm<sup>o</sup> Sr. Dr. Henrique de Athayde Lobo Moscozo*, 14 de junho de 1889, p.1